



PLANO PLURIANUAL 2024-2027

VOLUME I – MENSAGEM DO GOVERNO



PLANEJAMENTO
PARTICIPATIVO
& REGIONALIZADO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO



Governador
ELMANO DE FREITAS DA COSTA

Vice-Governadora
JADE AFONSO ROMERO

Casa Civil Maximiliano Cesar Pedrosa Quintino de Medeiros

Procuradoria-Geral do Estado	Rafael Machado Moraes
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	Aloisio Barbosa de Carvalho Neto
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização	Luis Mauro Albuquerque Araújo
Secretaria da Articulação Política	Waldemir Catanho de Sena Júnior
Secretaria das Cidades	José Jácome Carneiro Albuquerque
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Sandra Maria Nunes Monteiro
Secretaria da Cultura	Luisa Cela de Arruda Coelho
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Moisés Braz Ricardo
Secretaria do Desenvolvimento Econômico	João Salmito Filho
Secretaria da Diversidade	Mitchelle Benevides Meira
Secretaria dos Direitos Humanos	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Secretaria da Educação	Eliana Nunes Estrela
Secretaria do Esporte	Rogério Nogueira Pinheiro
Secretaria da Fazenda	Fabrizio Gomes Santos
Secretaria da Infraestrutura	Antônio Nei de Sousa
Secretaria da Igualdade Racial	Maria Zelma de Araújo Madeira
Secretaria da Juventude	Adelitta Monteiro Nunes
Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Vilma Maria Freire Dos Anjos
Secretaria das Mulheres	Jade Afonso Romero
Secretaria da Pesca e Aquicultura	Oriel Guimarães Nunes Filho
Secretaria da Proteção Animal	Célio Studart Barbosa
Secretaria do Planejamento e Gestão	Sandra Maria Olimpio Machado
Secretaria dos Povos Indígenas	Juliana Alves
Secretaria da Proteção Social	Onélia Maria Moreira Leite de Santana
Secretaria dos Recursos Hídricos	Marcos Robério Ribeiro Monteiro
Secretaria das Relações Internacionais	Roseane Oliveira de Medeiros
Secretaria da Saúde	Tânia Mara Silva Coelho
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Samuel Elanio de Oliveira Junior
Secretaria do Trabalho	Vladyson da Silva Viana
Secretaria do Turismo	Yrwana Albuquerque Guerra
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Rodrigo Bona Carneiro

Órgãos de Assessoramento Especial

Assessoria Especial de Relações Comunitárias	André Luiz Araujo Barbosa
Assessoria Especial de Chefia de Gabinete	José Nelson Ramos Martins
Assessoria Especial de Desenvolvimento Regional	Audic Cavalcante Mota Dias
Assessoria Especial de Assuntos Municipais	Artur José Vieira Bruno
Assessoria Especial de Assuntos Federais	Leonardo Araújo de Sousa
Assessoria Especial de Relações Institucionais	Walter Lima Frota Cavalcante
Assessoria Especial do Governador	Veridiana Martins e Oliveira
Casa Militar	Alexsandro Fernandes Ferreira





CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretária	Sandra Maria Olimpio Machado
Secretário Executivo da Gestão e Governo Digital	Auler Gomes de Sousa
Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento	Naiana Corrêa Lima Peixoto
Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna	Raimundo Avilton Meneses Júnior
Secretário Executivo de Políticas Estratégicas para Lideranças	Antônio Roziano Ponte Linhares
Assessoria Especial da Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento	Régis Meireles Benevides
Assessoria Jurídica	Daliene Paula da Silveira Fortuna Lopes
Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria	Ana Lúcia Lima Gadelha
Assessoria de Comunicação	Dháfine Mazza Nunes
Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados	Lara Maria Silva Costa
Coordenadoria de Gestão Orçamentária	Luciana Capistrano da Fonseca
Coordenadoria de Gestão Financeira e de Projetos	-
Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com Público e Privado	Ticiane da Mota Gentil Parente
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza	Isaú Chaves Neto
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Bruno Alexandre Braga Fábio da Silva Miranda
Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados	Deborah Mithya Barros Alexandre
Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado	Guirlanda de Fátima Távora Ponte





CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Coordenadoria de Perícia Médica	Francisco de Assis Barreto de Carvalho
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Vanessa Machado Arraes
Coordenadoria de Gestão de Compras	Valdir Augusto da Silva
Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos	Otávio Nunes de Vasconcelos
Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação	-
Coordenadoria de Atração e Seleção de Lideranças	-
Coordenadoria de Desempenho e Desenvolvimento de Lideranças	Maria Helena Rodrigues Campelo
Unidade de Gerenciamento de Projeto Ceará Mais Digital (UGP Ceará Mais Digital)	Jackeline Oliveira Nobre Recamonde
Coordenadoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	Lorena Braga Wendt Fernandes
Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento	Silviane Torres da Costa
Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação	Sandro Ney Cassiano Rodrigues
Coordenadoria Administrativo-Financeira	Carmen Silvia de Castro Cavalcante
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Dulce Ane Pitombeira de Lucena Capistrano
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	José Olavo Peixoto Filho
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	Alfredo José Pessoa de Oliveira
Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará	José Juarez Diógenes Tavares
Companhia de Habitação do Ceará (em liquidação)	Vilani Pinheiro Falcão

EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Coordenação técnica – Seplag

Lara Maria Silva Costa

Orientação técnica – Seplag

Anna Caroline Botelho de Araújo

Elaboração - Seplag

Ana Beatriz Rocha Guedes
Ana Cristina Lima Gouveia Soares
Cláudia Maria de Pontes Viana
Eveline Maria Cordeiro Brandão
Francisca Maria Sousa Moreira
Francisco Ailson Alves Severo Filho
Francisco Menezes de Freitas
Francisco Romário Correa Silva
João Gabriel Araújo Silva
José Rubson Augusto Mendes
José Wagner Alves Fernandes
Isadora Gonçalves Costa Osterno
Luiza de Lourdes Bezerra Mota
Luiz Carlos Holanda Antero
Maria Lúcia Holanda Gurjão
Matheus Frota Braga
Mércia Maria de Melo Ponte Lima
Rafael Paraíso Souto Maior Malta
Samara da Silva Trajano
Samuel Gomes Cerqueira
Saruanna Dias Carvalho
Sandra Maria Braga
Virgínia Dantas Soares Teixeira

Colaboração técnica – Seplag

Adriana Albuquerque Arraes Freire
Daniele Passos de Lima Albuquerque
Francisco Ailson Alves Severo Filho
Karine Machado Campos Fontenele
Keyla Christina Albuquerque Viana
Marcos Medeiros de Vasconcelos
Maria Cristiane Maia Caxilé
Mércia Maria de Melo Ponte Lima

Coordenação Política - Seap

Miguel Braz Moreira
Antônio Carlos de Freitas Souza

Desenvolvimento de sistemas – Seplag

Alexandre Araújo da Silva
Custódio Cunha Neto
Daniel Ivo de Andrade
Francisco Gladson Bezerra Magalhães
João Alcides de Oliveira Guerra
João Paulo Alencar da Silva
Josegil Dias Frota Figueira
Priscila Morais Citó
Raphael Dyego Cruz Vaz
Ygor Sampaio da Cruz
Yuri Alencar Lira

Diagramação

Julian Marlos Carneiro Lima

Suporte Técnico e Logístico – Seplag

José Maurício Rodrigues de Oliveira
Ricardo Dione Barbosa dos Santos

Apoio jornalístico – Seplag

Dháfine Mazza Nunes
José Dennis Moraes Nascimento
Karlla Rachel Gadelha Moreira

Elaboração – Ipece

Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia
Cleyber Nascimento de Medeiros
Daniel Cirilo Suliano
Jimmy Lima de Oliveira
José Freire Júnior
Nicolino Trompiere Neto
Paulo Araújo Pontes
Raquel da Silva Sales
Rayén Herédia Peñaloza
Victor Hugo de Oliveira Silva
Witalo de Lima Paiva

Colaboração – Casa Civil

Marina Brasil Nogueira
Nara Jullyana Rodrigues Alves Oliveira
Epaminondas Bezerra da Silva Sobrinho

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ

Emanuela dos Santos Pinheiro
Jamille dos Santos de Moura

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

Luiz de Oliveira Costa Júnior

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A.

Cynthia Fernandes Cavalcante
Daniel de Freitas Ramos
Darcyla de Freitas Lima
Felipe Lima Torquato
Flávia Bezerra Brasil Ramalho
Jean Carlo Brasileiro de Angelo
Maria José Augusto Chaves
Mauricio Cabrera Baca
Luana Lima Bandeira Araújo
Ticiane Batista de Mesquita

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ

José Roberto Sales de Aguiar
Tatiana Cirila Lima Sampaio Bandeira

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Afonso Gonçalves de Carvalho Neto
Helene Joyce Barbosa Monteiro

ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA

Emmanuelle Alcântara de Oliveira
Paulo Italo Sales Carlos Alves

CASA CIVIL

Leiliane dos Santos Silva
Regina Estela Benevides Lima

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ

João Vianey Ramos Assis
Rômulo C. Moreira Dantas

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ

Afonso de Oliveira Castro II
Rodrigo José Chacon de Mesquita

COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS

Luciana Albuquerque Guimarães

COMPANHIA DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ

Alexandre Santos Freire
Denilson Marcelino Fidelis
Giselle Maria Maia Cavalcante Plutarco
João Lucio de Oliveira Farias
Maria Luciandre Melo
Sarah Furtado Freire

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

Adriana Silva Gonçalves
Adriano do Nascimento Cardoso
Andreia de Freitas Lima
Francisco Joilson Martins Gomes
Jessyca Costa Barros
Michelyne Oliveira Fernandes
Tatiana Camara Duarte

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM

Keilla Farias Castro

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ

Iara Amaral Lourenço
Samuel de Oliveira Lins
Vanessa Maria Barbosa Nascimento

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

Antônio Eldair da Cunha
José Teófilo Braga Neto

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ

Anneline Magalhães Torres Borges
João Francisco Freitas Peixoto
Mariinha Valeska Passos Barbosa

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Danilo Barbosa Gomes
Francisco Hermínio de Souza Junior
Maria Joyce Maia Costa Carneiro
Marilce Stenia Ribeiro Macêdo

CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Barbara Suellen Rodrigues da Silva
José Otacilio de Assis Júnior
Juanna Jessika da Silva Damasceno
Maria do Socorro Fernandes de Souza

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ

Emanuela dos Santos Pinheiro
Jamille dos Santos de Moura

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

Luiz de Oliveira Costa Júnior

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A.

Cynthia Fernandes Cavalcante
Daniel de Freitas Ramos
Darcyla de Freitas Lima
Felipe Lima Torquato
Flávia Bezerra Brasil Ramalho
Jean Carlo Brasileiro de Angelo
Maria José Augusto Chaves
Maurício Cabrera Baca
Luana Lima Bandeira Araújo
Ticiane Batista de Mesquita

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ

José Roberto Sales de Aguiar
Tatiana Cirila Lima Sampaio Bandeira

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Afonso Gonçalves de Carvalho Neto
Helene Joyce Barbosa Monteiro

ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA

Emmanuelle Alcântara de Oliveira
Paulo Italo Sales Carlos Alves

CASA CIVIL

Leiliane dos Santos Silva
Regina Estela Benevides Lima

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ

João Vianey Ramos Assis
Rômulo C. Moreira Dantas

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ

Afonso de Oliveira Castro II
Rodrigo José Chacon de Mesquita

COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS

Luciana Albuquerque Guimarães

COMPANHIA DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ

Alexandre Santos Freire
Denilson Marcelino Fidelis
Giselle Maria Maia Cavalcante Plutarco
João Lucio de Oliveira Farias
Maria Luciandre Melo
Sarah Furtado Freire

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

Adriana Silva Gonçalves
Adriano do Nascimento Cardoso
Andrelia de Freitas Lima
Francisco Joilson Martins Gomes
Jessyca Costa Barros
Michelyne Oliveira Fernandes
Tatiana Camara Duarte

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM

Keilla Farias Castro

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ

Iara Amaral Lourenço
Samuel de Oliveira Lins
Vanessa Maria Barbosa Nascimento

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

Antônio Eldair da Cunha
José Teófilo Braga Neto

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ

Anneline Magalhães Torres Borges
João Francisco Freitas Peixoto
Mariinha Valeska Passos Barbosa

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Danilo Barbosa Gomes
Francisco Hermínio de Souza Junior
Maria Joyce Maia Costa Carneiro
Marilce Stenia Ribeiro Macêdo

CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Barbara Suellen Rodrigues da Silva
José Otacilio de Assis Júnior
Juanna Jessika da Silva Damasceno

**CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA
DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E
SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO
CEARÁ**

Maria Jussara Laroça Figueiredo dos Santos
Sandra Mendes Carneiro Lima Soares

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ

André Luiz Nascimento de Sousa
Antonio Marcos Alves Sousa
Alandilson do Nascimento Forte
Valdênio Goiana Melo
Wandegleudson Cavalcante Cordeiro

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO
CEARÁ**

Antônio de Pádua Dias Costa Júnior
Milton Luiz da Silva Medeiros
Victor Matos Montenegro

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Ana Kely Ferreira de Oliveira Sousa Martins
Andreza Guimarães Venâncio
Danielle Sharon Oliveira da Silva
Leandro Chagas Bezerra
Lorena Maria Moreira Chagas
Sergiana Mendes Cabral

**EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ**

Luziete Mendonça Leoncio

**EMPRESA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO DO CEARÁ**

Chagas Romão Cavalcante Souza
Francisca Claudiana Santos do Amaral
Karinny Custódio de Melo
Lúcia Pompeu de Vasconcelos Castro
Maria Lúcia Rabêlo de Andrade
Ricardo Leite Soares

**ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO
DO CEARÁ**

Flávia Livino de Carvalho Costa
Marcus Augusto Silva Ferreira
Vanessa Nobre Alves

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA

Amon Elpídio da Silva
Antonia Alizandra Gomes dos Santos
Rodrigues
Franderlan Campos Pereira
Geni Carmem Clementino Alves
Gláucia Posso Lima
Ivana Leila Carvalho Fernandes
Lucila Maria Rodrigues Vieira

Luiz Wanderley Lima Filho
Marcus Antonio Almeida Rodrigues
Verônica Silva
Wilma Maria Lins de Sousa

**FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO**

Ana Carolina Albuquerque Freitas da Rocha
Cristiane Crijá
Ellen Pollyne Câmara Cordeiro
Ilana Maria Monteiro de Lima
Jamille Rodrigues Braga

**FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA
E RECURSOS HÍDRICO**

Érica Virgínia Rodrigues Barros
Maria do Socorro Segundo da Fonseca
Maria Nayde de Magalhães Macedo
Suelde Maria Gonçalves Montenegro

**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO
ESTADO DO CEARÁ**

Micheline Silva Rocha
Sângela Rodrigues Silva

FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ

Ailza Mateus Sampaio Neta

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
CEARÁ**

Aurilene Pereira Moura Moreira
Paolo Giuseppe Lima de Araújo
Thiago Costa Silva

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAUÁ**

Edilia Rodrigues Chagas
Kaliny Kélvia Siqueira Lima
Rosa Meire Alves Guimarães

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO
CARIRI**

Adriana Lino Honorato
Cibelle Teixeira de Oliveira
José Júlio de Brito Neto
Luiz Marivando Barros

**INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA DO CEARÁ**

Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia
Aprígio Botelho Lócio
Cleyber Nascimento De Medeiros
Daniel Cirilo Suliano
Débora de Andrade Mariano Uchoa

Fátima Juvenal de Sousa
Francineide de Morais Bezerra
Jimmy Lima de Oliveira
José Freire Júnior
José Leidiano Peixoto Farias
Kathiuscia Alves De Lima
Nicolino Trompiere Neto
Paulo Araújo Pontes
Maria Esther Frota Cristino
Rafaela Martins Leite Monteiro
Raquel Da Silva Sales
Rayén Herédia Peñaloza
Victor Hugo de Oliveira Silva
Witalo De Lima Paiva

INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ

Francisca Luzitelma Santos Caracas
Jessica Gomes do Nascimento

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

Maria das Graças Farias Pedrosa
Luciano Bezerra da Silva
Sara Maria Spinosa Juvêncio

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Laura Arcelina Avelino da Silva Teixeira
Sonara Capaverde

NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ

Adriana Vasconcelos Nunes do Rego
Solon Nogueira de Lima
Vanêssa Araújo de Sousa

PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ

Antonio David Ramos de Pinho
Celyne Silva Paiva
Manuela Chaves Loureiro Cândido
Pedro Paulo Austin

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

Caio Daniel da Silva Oliveira
Jorge Luis Almeida Holanda

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

João Paulo de Almeida Costa
Teresa Jacqueline Ciriaco Ribeiro
Ticiania Cira Lima Sampaio

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Giacomina Maria Amélia Borrine de Freitas
Jamile Costa Pessoa Campelo
Maria Vania Pires Costa

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO

Antonia Aurinete de Almeida Braga
Francisca Rosilene Feitosa Guanabara
Suzy Hellen Tavares Cavalcante Frota
Verônica Sousa dos Santos Correia

SECRETARIA DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Antônio Vieira do Nascimento Filho
José Gerardo Inácio da Silva
Mário Magno de Oliveira Silva

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Aline Linhares Holanda
Anna Maria Cavalcante
Bruna Dheingryd Farias Vasconcelos
Francisco Murilo Filomeno Santiago
Kelly Ferreira Leite
Maria Adeliene de Araújo Lobão Santos
Raisa Silvestre Ferreira

SECRETARIA DA CULTURA

Ana Claudia Moreira da Silva
Beatriz Perote Fernandes
Bruno Pereira França
João Ferreira de Almeida Junior
Jonatas Isaac Apolônio da Silva
Lucivânia dos Santos Barros
Nelson Gomez Santa Cruz Junior
Patrícia Maria Apolônio de Oliveira
Paulo Regis dos Santos Oliveira
Samyr Pereira Pontes
Sarah Alves Zanetti
Vanessa Cabral

SECRETARIA DA DIVERSIDADE

Carla Manuela da Silva Vieira
Luana Angelo de Lima
Viviana Bezerra de Mesquita

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Janete da Silva
José Iran da Silva
Lucia Maria Gomes
Maria Elisaudia de Almeida Pereira
Maria Terla Silva Carneiro dos Santos
Temis Jeanne Filizola Brandão dos Santos

SECRETARIA DA FAZENDA

Guilherme Zimny Toledo
Natália Sardinha Brito

SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL

Lucas Mateus Sobrinho de Lima
Tainara Alexandre Lopes
Wanessa Nhayara Maria Pereira Brandão

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

Bruno Facundo Braga
Cléa Mesquita Lopes
Francisco Carlos Nobre Júnior
Gabriel Marçal da Cunha Pereira Carvalho
Joaquim Firmino Filho
Lucas Souza dos Santos
Luciana Alves Lemos Marques
Marília Kelvia Mota Costa
Tânia Maria Cunha Alves

SECRETARIA DA JUVENTUDE

Dante Alighieri Gaspar Lima
João Bosco Chagas Ribeiro

SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA

Caio da Conceição Goveia
Layany Mariano Alves

SECRETARIA DA PROTEÇÃO ANIMAL

Paula Magalhães Rocha
Paulo Francisco Barbosa Sousa

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

Cynthia Monteiro Nogueira
Jacira França de Deus Silva
Sandra Maria Ferreira de Moraes
Sandra Maria Braga Libanio de Vasconcelos
Sebastião Lopes Araújo
Virgínia Célia Barbosa Santana

SECRETARIA DA SAÚDE

Adelia Maria Araújo Bandeira
Andrea Siqueira Benevides
Ariane Araújo de Lima
Camila Silva Melo
Daniel Martins da Silva
Diana Carmem Almeida Nunes de Oliveira
Erivanda de Sousa Sena
Eufrausina Hortência Pedrosa Carlos
Francisca Lucileide Lopes da Silva
João Washington Menezes
Joelia Rodrigues da Silva
Leonidas Fernandes Macedo Junior
Leurismar Pereira Pinheiro de Queiroz
Luiza de Marilac Barros Rocha
Maria de Jesus de Souza Cavalcante
Matheus Antonio Magalhães Farias Catunda
Oleda Maria Castro Araújo
Sebastiao Vladimir Costa Rodrigues
Silvana Lima Caetano
Thales Veras Martins
Valdiana Silva Leandro

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Francisco Vanderlan Carvalho Vieira Filho
José Eleri de Sousa

SECRETARIA DAS CIDADES

Adriana Xavier de Santiago
Ana Roberta Martins de Almeida Xavier
Cleidiane Barros Cândido Vasconcelos
Daniela Lima de Carvalho
Francisco Aytallo Eryk da Silveira
Francisco Bruno Bezerra Campos
Gabriel Oliveira Domingos
Ídima Silvia Ferreira Rodrigues
Karla Dayane Rocha do Nascimento Lira
Pedro Lucas Pinheiro Mandú
Priscilla Gomes Mota Matos
Rebeca Santos Lima de Wilson
Rosineide Gonçalves de Oliveira
Sarah Gleiciane de Araújo Silva
Suzana Pinho Lima Machado

SECRETARIA DAS MULHERES

Maria Glória Matos Batista

SECRETARIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Adriana Melo Santos Martins
Sabrina Lira Mesquita

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

Esaú Matos Ribeiro
Jorge Pinto Filho
Julianna Albuquerque Martins
Lília Michele da Costa Souza

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ananda Arnaud Alves
Camila Braz Almeida Dantas
Gladeanne Maria Lima Nogueira
Marcello Gonçalves Milliole
Mauro César Cordeiro de Oliveira
Patrícia Maria Campos Pinheiro

SECRETARIA DO ESPORTE

Fabíola Linhares Bezerra
Gotardo Gomes Gurgel
Roberto César Lima da Silva

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Alex de Oliveira Saraiva
Mário Freire Neto

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lidiane Andrade Mateus
Silviane Torres da Costa

SECRETARIA DO TRABALHO

Alan Cesar de Sousa Sampaio
Bruna Delfino Cabral
Elannya Cajazeiras Soares
Jidlafe Rosa Rodrigues
Maria Evany Pompeu de Amorim
Karla Karolline de Jesus Abrantes

SECRETARIA DO TURISMO

Danielle Souza da Silva
Hemilly Mourão

SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS

Juliana Barros de Oliveira

SECRETARIA DOS POVOS INDÍGENAS

Antonia da Silva Santos
Antonio Alexandre Pereira de Lima Junior
Jorge da Silva Gomes

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Carlos Magno Feijó Campelo
João Gabriel Duarte da Fonseca
Heloisa Helena Garcia Mota
Heloisa de Aquino Câmara
Maria de Fátima Sales Montezuma
Márcia Soares Caldas
Rafaele Ribeiro Ramos
Rosianny Fernandes das Chagas
Roger Bezerra Castelo
Sérgio Moreira Câmara
Tiago Brasileiro Coelho
Victor Ygor Bonfim

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

João Moises Brito Mota
Luiz Carlos Fernandes Moreira
Marcília Gabrielli Sampaio Xavier
Nartan da Costa Andrade
Otávio Duarte Vieira Coutinho
Tatiana Aline Marques Sousa
Wedja de Souza Barros

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS

Allysson Torres Pinheiro
Luce Karine Soares Balreira
Marcos André Lima da Cunha
Paulo José Gomes Ferreira
Roger Alencar Ribeiro

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS

Alcides Maria Do Nascimento Parente
Alexandre Pinto de Sousa
Diana Cordeiro Sanford de Medeiros
Filipe Braid Carannante
Raul Serafim Ponte
Vânia Maria Nobre

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Alice Pontes de Lima Neta
Antônio Clébio de Oliveira Barbosa Filho
Franklin de Sousa Torres
Jamilly Santos Sousa
José Eudázio Honório Sampaio
Júlio César Ribeiro de Assunção Filho
Gonçalo Eduardo Barreto Araújo
Nabupolasar Alves Feitosa
Priscila Silva Rodrigues Falconeri
Rafael Barbosa Gonçalves
Sheiliane Sales Luz
Talyta do Vale Nepomuceno

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

ngela Márcia Fernandes Araújo

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Adirson Freitas dos Reis Júnior
Aline Caetano Zumba Cysne
Carolina Braga Dias
Edilson Holanda Costa Filho
Emanuelle Leitão Barroso Vasconcelos
George Emanuel de Souza Romeiro
Inahyê Dourado Lima
Liliane Farias Guedes Dias
Maria Dias Cavalcante
Natália Pinheiro Xavier
Virgínia Adélia Rodrigues Carvalho
Thomaz Pires Cassundé

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Bernardo Ary Romcy de Sanford Lima
Eugênio de Castro e Silva Menezes
Fabrício Bezerra Santos
José Auriço Oliveira
Marcos Murilo Timbó Batista
Liana Peixoto Brandão Bandeira

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Maria Rafaela de Oliveira Freitas

SUMÁRIO

VOLUME I - MENSAGEM DO GOVERNO

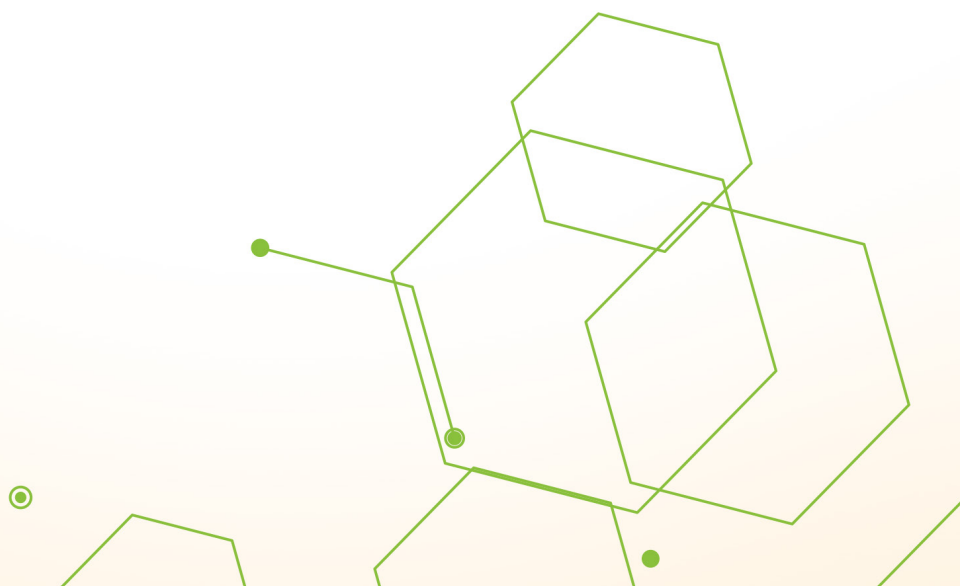
Mensagem do Governador	19
Apresentação	27
Concepção do PPA 2024-2027	31
Panorama Socioeconômico e Perspectivas.....	53
Diretrizes do PPA 2024-2027	117
PPA em Grandes Números	275

VOLUME II – TEXTO DA LEI

Lei do Plano Plurianual 2024-2027	
Anexo I – Estrutura do Plano Plurianual 2024-2027	
Anexo II – Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas	
Anexo III – Demonstrativo Consolidado de Valores Financeiros	
Anexo IV – Demonstrativo de Entregas por Região de Planejamento	
Anexo V – Alinhamento com as Diretrizes Regionais	
Anexo VI – Agendas Transversais	
Anexo VII – Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	
Anexo VIII – Alinhamento com o Planejamento de Longo Prazo	
Anexo IX – Metas e Prioridades 2024 (art. 2º da Lei Nº 18.430, de 21 de julho de 2023)	



Mensagem do Governador



MENSAGEM Nº 9.123, DE 29 DE SETEMBRO DE 2023.

Senhor Presidente,

Submeto à consideração da Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o incluso Projeto de Lei que “*DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2024 - 2027*”.

Nas atribuições de comando do Poder Executivo, apresento a esta Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - e à Sociedade - o Projeto de Lei que sistematiza e institui o Plano Plurianual (PPA) do período 2024-2027, em cumprimento ao que preconiza a Constituição Federal, no §1º do Artigo 165, e a Constituição de nosso Estado, no inciso II do Artigo 203.

Alinhado ao fundamento de tais dispositivos constitucionais, o PPA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital, e outras que delas decorrem, e para os dispêndios relativos aos programas de duração continuada.

As diretrizes estratégicas que integram esta proposta de PPA envolvem elementos que vão desde as diretrizes declaradas no Plano de Governo, passando pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), planejamento de longo prazo do estado, as temáticas transversais sensíveis para grupos historicamente vulnerabilizados, as agendas setoriais e as diretrizes construídas diretamente pela sociedade cearense por meio do processo de planejamento participativo.

Importante enfatizar que esse conjunto de diretrizes estratégicas se comunica com o arcabouço da legislação orçamentária de planejamento governamental, que inclui as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais, buscando-se o aprimoramento, a harmonização e o

alinhamento entre o planejamento de médio prazo e a implementação das políticas públicas no curto prazo.

O PPA é construído a partir de uma cadeia lógica que interliga a visão estratégica, organizada em eixos e temas, e a atuação tático-operacional, manifestada nos programas, seus objetivos específicos e entregas correspondentes, concretizadas por meio das ações governamentais. Representa relevante ferramenta da gestão pública estadual, fundamentada nos princípios da gestão orientada para resultados (GPR), de modo a efetivar a realização das metas estabelecidas para o alcance de impactos transformadores para a sociedade, contemplando os seus múltiplos anseios, considerando os aspectos da realidade social, econômica, cultural, científica, tecnológica e ambiental de nosso Estado.

O respeito à pluralidade e a promoção da igualdade de direitos serão marcas da gestão do planejamento estadual. Trabalharemos em prol da igualdade de direitos e oportunidades para os grupos vulnerabilizados, a exemplo das mulheres, da população negra, dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, povos de terreiro, ciganos e outros) e das pessoas LGBTI+. Nossa gestão terá compromisso com a defesa da dignidade, com o combate a qualquer tipo de discriminação e com a promoção dos direitos para todas as pessoas.

Neste contexto, o Plano contempla um arcabouço que envolve, de modo reiterado, o dinâmico e diversificado entrelaçamento da intersectorialidade e transversalidade de políticas públicas com finalidades próprias e convergentes, onde os Programas são os instrumentos de organização da atuação governamental no âmbito do Estado do Ceará, pensados na busca da realização dos resultados socialmente desejados, à medida que perseguem os desafios para desenvolvimento sustentável do Ceará. Dentre esses desafios, destacam-se como prioritários e estratégicos: a erradicação da extrema pobreza e combate à fome; a ampliação de oportunidades de trabalho decente; a oferta de serviços públicos de qualidade; o desenvolvimento das capacidades humanas e inovação; e a sustentabilidade ambiental e resiliência climática.

É de suma importância destacar que o PPA 2024-2027 primou pela participação cidadã durante o seu processo de construção, representando não só um resgate da escuta da população, que havia sido impactada pela pandemia no coronavírus (Covid-19), mas especialmente um compromisso direto do governo com a sociedade para consolidar uma cultura participativa e colaborativa. Essa iniciativa conecta-se com a construção de um ambiente favorável e contínuo para o exercício democrático de circulação de ideias e propostas para potencializar os fatores positivos e, ao mesmo tempo, equacionar aqueles que impedem o desenvolvimento sustentável e duradouro, elevando o protagonismo social.

No âmbito do processo de planejamento participativo, foram realizados encontros presenciais com a população das 14 regiões de planejamento do Estado do Ceará para a construção das diretrizes regionais, e também oportunizada a participação em meio virtual pela implantação da Plataforma Ceará Participativo. É essencial que os mecanismos de participação cidadã levem em conta a diversidade social, econômica, cultural, ambiental e política presentes nos diversos territórios e regiões do nosso Ceará, além das vocações, potencialidades e desafios específicos de cada região do Estado.

O conjunto de políticas públicas declaradas no PPA 2024-2027 organiza-se em quatro grandes eixos governamentais de articulação intersetorial, alinhados à relação de diretrizes norteadoras do Plano, consolidando as propostas que irão alavancar o progresso para o nosso povo, em todos os sentidos, com respeito e responsabilidade com a população, as instituições e o pacto federativo.

O primeiro eixo é **O Ceará que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas** fundamenta-se no respeito à dignidade das pessoas, por meio da garantia dos seus direitos fundamentais, tanto na sua formação, quanto na sua inclusão como cidadãos, e pela valorização da sua identidade social e cultural. Dentre as políticas que serão realizadas no âmbito deste eixo, destacam-se as ações voltadas à inclusão social e defesa dos direitos humanos; ao combate emergencial à fome; à construção da soberania alimentar do Ceará; à ampliação de áreas de regularização fundiária urbanas e rurais; à construção e melhoria de moradias; à redução das filas de cirurgias eletivas e ampliação da rede assistencial de saúde; à prevenção das

violências e redução da criminalidade; à promoção da cultura cidadã; e à universalização da oferta de Ensino Fundamental em tempo integral.

O Ceará que Inova, Produz e Trabalha compõe o segundo eixo, onde se busca proporcionar à população o bem-estar socioeconômico, por meio do desenvolvimento das potencialidades regionais, oportunidades de emprego e renda, e construção de habilidades, competências e conhecimentos, necessários para a inclusão produtiva e redução das desigualdades. Nesse sentido, adotaremos estratégias fundamentais, como a ampliação dos investimentos na agricultura familiar e no setor agropecuário, com foco no desenvolvimento rural sustentável; o fortalecimento dos centros de pesquisa e produção de conhecimento, intensificando as relações entre a universidade, iniciativa privada e gestão pública; o avanço e consolidação do acesso universal às tecnologias, por meio do cinturão digital e das parcerias do HUB Tecnológico; a expansão, interiorização e democratização do ensino superior público, tecnológico e técnico; a promoção da Economia Criativa, Popular e Solidária nos diversos territórios e em parceria com os municípios cearenses; a atração de investimentos externos e de empresas nacionais, infraestrutura e logística, investimentos em ciência e tecnologia, capacitação profissional, parcerias público-privadas dentre outras que estão consubstanciadas no Plano Ceará Veloz; e a expansão e modernização da malha de transporte de pessoas e mercadorias, de forma a dar mais eficiência, reduzir o custo e oferecer maior competitividade à geração de emprego em todo Estado.

O terceiro eixo é **O Ceará que Preserva, Convive e Zela pelo Território**, primando por uma convivência harmoniosa com o território, onde a sua ocupação seja feita de modo responsável, por meio da construção de comunidades inclusivas, resilientes e sustentáveis, da conservação e preservação dos biomas naturais, e do uso consciente dos seus recursos. Para tanto, serão intensificadas ações como as de proteção, recuperação e valorização do meio ambiente nas cidades e territórios rurais; manutenção da segurança hídrica por meio da diversificação e ampliação da matriz hídrica do Ceará; universalização do saneamento básico; reúso de água para fins agrícolas e industriais; redução do desperdício dos resíduos sólidos e erradicação dos lixões; desenvolvimento de planos de mobilidade municipais; e a

transição energética no Ceará com inclusão socioprodutiva baseado no uso de fontes renováveis (eólica, solar e hidrogênio verde), formando comunidades mais sustentáveis e resilientes aos problemas socioambientais.

Por fim, **O Ceará que Participa, Planeja e Alcança Resultados** é o eixo voltado ao atendimento da população com políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas, por meio de uma gestão ágil e flexível, inclusiva e participativa, com transparência e foco nos resultados. Nesse contexto, serão realizados investimentos a exemplo dos voltados à consolidação de um sistema de governança cidadã no planejamento e monitoramento de políticas, planos e programas via Plataforma Digital de Participação Cidadã (Ceará Participativo); à reestruturação dos mecanismos de arrecadação e de concessão de benefícios fiscais para promover o desenvolvimento regional e social no Estado e a redução das desigualdades de renda; e à implementação de um Plano de Aceleração para Transição e Inclusão Digital, que envolve a inovação responsável no Estado com base em novas tecnologias e em serviços públicos digitais, tendo como propósito a aceleração digital de forma inclusiva e acessível.

Somado a isso, o PPA 2024-2027, reiterando o compromisso de trabalhar em benefício da igualdade de direitos e oportunidades para os grupos historicamente vulnerabilizados, apresenta oito Temas Transversais, onde foram construídas ações que perpassam os quatro eixos de articulação intersetorial. São eles: Atenção à Pessoa com Deficiência; Atenção à Pessoa Idosa; Equidade de Gênero e Proteção das Mulheres; Igualdade Étnico-Racial; Inclusão e Direitos da População LGBTI+; Promoção de Direitos e Oportunidades para a Juventude; Promoção de Direitos na Infância e na Adolescência; e Reconhecimento, Promoção e Defesa dos Povos Indígenas.

O Plano Plurianual 2024-2027 que submeto à apreciação desta Casa Legislativa reitera o compromisso de respeito à relação harmônica com os demais Poderes e instâncias da Administração Pública. Composto pelos quatro eixos mencionados acima, 25 temas e 98 programas (94 finalísticos, um administrativo e três especiais), e elaborado segundo os princípios da legalidade democrática e da ética para a construção de um estado humano, sustentável e inovador, busca, nos

anos vindouros e subsequentes, aprofundar as melhorias conquistadas nos últimos tempos para o povo cearense, intensificando a luta pela superação das desigualdades socioeconômicas, com ênfase em uma das estratégias máximas de nosso governo: cuidar das pessoas, avançar o Ceará!

Este Ceará que está a pleno vapor apresenta-se cada vez mais vibrante para um novo ciclo de avanços e de novas conquistas para a população cearense, conferindo ainda mais humanização, sustentabilidade e inovação, alinhados às ideias e propostas que sustentam o desenvolvimento sustentável e equidade social no Ceará

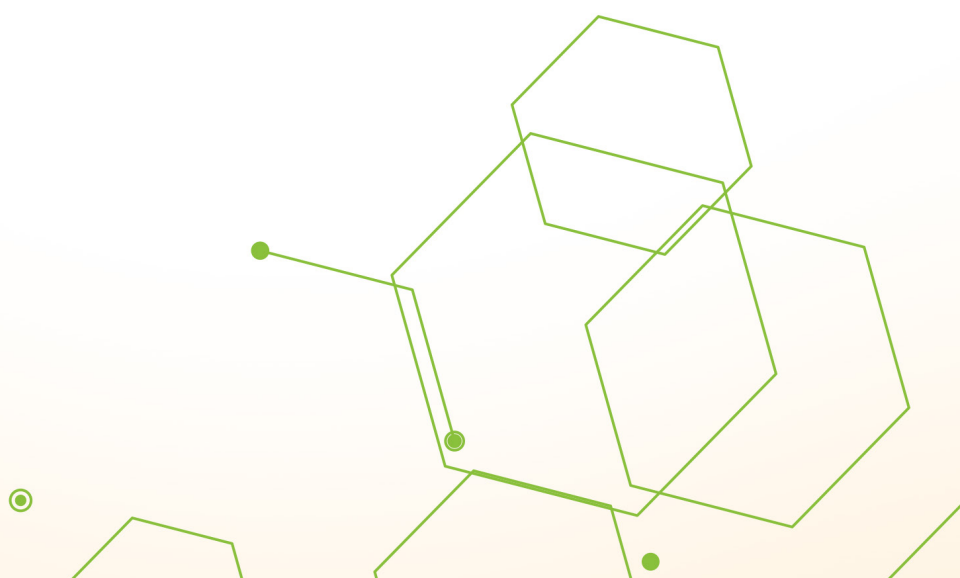
Por fim, agradeço aos que, direta e indiretamente, contribuíram nessa construção coletiva que se reproduz no conteúdo desta proposta de PPA, e reafirmo a expectativa de contar com as senhoras Deputadas e os senhores Deputados na apreciação e implementação desse Projeto de Lei que institui o novo Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 29 de setembro de 2023.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO



Apresentação



APRESENTAÇÃO

O planejamento de políticas públicas de forma integrada e participativa é um elemento preponderante na gestão estadual, não só para direcionar os resultados que o governo pretende alcançar, mas também para o fortalecimento da democracia. Para o sucesso dessa trajetória, é fundamental a organização do desenho das políticas públicas, de modo que as ações governamentais planejadas produzam bens e serviços que atendam de fato às reais necessidades e oportunidades de desenvolvimento da população e do meio em que vivem, num encadeamento lógico que possibilite posteriormente o monitoramento e avaliação de implementação dessas políticas por meio de indicadores de resultado.

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento de médio prazo constitucionalmente previsto que declara, de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública do Estado do Ceará para as despesas de capital, ou seja, aquelas que contribuem diretamente para o aumento patrimonial, e para as despesas de natureza continuada, relacionadas, em sua maioria, à manutenção e expansão da oferta de serviços públicos à sociedade.

Construído em uma perspectiva de avanço do desenvolvimento do estado a partir do cuidado com as pessoas, o PPA 2024-2027 tem em sua concepção diretrizes voltadas a transformar em realidade as propostas do atual Plano de Governo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os objetivos do planejamento de longo prazo, as agendas estratégicas setoriais e, especialmente, as expectativas da sociedade, concebidas por meio de um intenso processo de planejamento participativo e regionalizado, que visou considerar as vocações, potencialidades e desafios específicos de cada região do Estado.

O compromisso com a defesa da dignidade e com a promoção de direitos para todas as pessoas é reforçado na abordagem dos temas transversais deste PPA, que envolvem ações que perpassam todos os eixos do Plano em prol da igualdade de direitos e oportunidades para os grupos mais vulneráveis da sociedade, destacando-se as mulheres, a população negra, os povos indígenas, os povos e

comunidades tradicionais (quilombolas, povos de terreiro, ciganos e outros), as crianças e os adolescentes, a juventude, as pessoas idosas, as pessoas com deficiência e as pessoas LGBTI+.

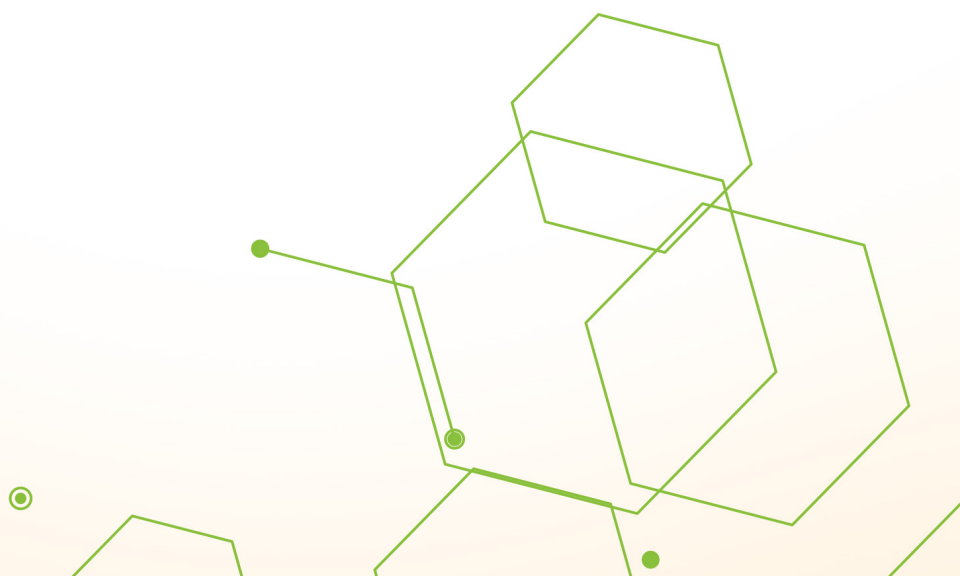
As informações relativas ao PPA 2024-2027 estão dispostas neste documento, organizado em dois volumes. O primeiro, além da Mensagem do Governador e desta apresentação, traz um capítulo referente à concepção do Plano Plurianual, contemplando as premissas do PPA e a sua metodologia de elaboração; um capítulo sobre o atual panorama socioeconômico, com dados sobre o desempenho da economia cearense e sobre o desenvolvimento social no período recente, bem como as perspectivas futuras; um capítulo com as diretrizes estratégicas e com as diretrizes regionais definidas pela população para este PPA; e, por fim, o PPA em grandes números, mostrando os dados quantitativos dos elementos que o compõem, além dos valores do orçamento para os próximos quatro anos.

O volume II é composto pelo Projeto de Lei e seus anexos, os quais contemplam a estrutura do PPA 2024-2027, a relação de seus eixos, temas e programas, o demonstrativo de entregas por região de planejamento, o alinhamento dessas entregas com as diretrizes regionais, temas transversais, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e planejamento de longo prazo, e as metas e prioridades para 2024, atendendo ao art. 2º da Lei Nº 18.430, de 21 de julho de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Consolida-se, assim, o planejamento governamental para os próximos quatro anos, cuja gestão do processo de implementação será imprescindível para a superação dos desafios relacionados à erradicação da extrema pobreza e combate à fome, ao trabalho decente, aos serviços públicos de qualidade, ao desenvolvimento das capacidades humanas e inovação, e à sustentabilidade e resiliência ambiental, considerando-se sempre a diversidade social, econômica, cultural, ambiental e política presentes nos diversos territórios e regiões do nosso Ceará.



Concepção do PPA 2024–2027



CONCEPÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2024-2027

O Plano Plurianual (PPA) é um documento de planejamento que está previsto na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual de 1989. Ele define objetivos, metas e diretrizes de médio prazo para o governo estadual em um período de quatro anos, começando no segundo ano do mandato do chefe do Executivo e terminando no primeiro ano de um novo mandato.

O PPA é elaborado com base em estratégias organizadas em programas, temas e eixos de atuação do governo, cuja execução segue uma cadeia lógica voltada ao alcance de resultados que beneficiem a sociedade. Além disso, o PPA é guiado por um esforço conjunto, envolvendo diversos setores da sociedade, incluindo as diretrizes estabelecidas no processo participativo para orientar políticas públicas que atendam às principais necessidades e oportunidades existentes nas diferentes regiões de planejamento do Estado.

1. PREMISSAS DO PPA 2024-2027

É fundamental que o PPA 2024-2027 reflita, além da orientação da política do Governo, um modelo de gestão fortemente comprometido com a geração de resultados, estabelecendo a relação entre os objetivos e metas com os recursos disponíveis, de forma a viabilizar sua efetiva implementação.

Nesse sentido, o PPA 2024-2027, elemento central no planejamento do Governo do Ceará, considera as seguintes premissas para a implementação das políticas públicas:

Gestão pública para resultados: envolve a implementação de políticas e programas com ênfase em alcançar resultados, em vez de se concentrar apenas na administração dos gastos. Isso implica em priorizar ações e considerar a equidade na distribuição de recursos.

Participação cidadã: refere-se à promoção da colaboração entre o governo e a sociedade, visando tornar as políticas públicas mais eficazes, através de um processo de planejamento participativo que vai além das promessas de campanha.

Promoção do desenvolvimento territorial e sustentável (econômico, social e ambiental): buscando um equilíbrio da dimensão territorial, enfrentando desafios e aproveitando as oportunidades regionais, alinhada com a visão global de desenvolvimento e considerando a sustentabilidade econômica, ambiental e social do Estado.

Intersectorialidade e Transversalidade das Políticas Públicas: representam a execução coordenada de políticas públicas, com o objetivo de organizar de forma eficiente as ações estabelecidas, superando a fragmentação das políticas e promovendo a articulação entre múltiplos setores para alcançar resultados.

Figura 1 Premissas do PPA 2024-2027



Elaboração Seplag-CE, 2023

2. A ELABORAÇÃO DO PPA 2024-2027

2.1 ASPECTOS GERAIS

A elaboração do Plano Plurianual envolve a colaboração de diversos grupos



da sociedade por meio de um processo participativo. Além disso, requer um esforço significativo de todos os órgãos e entidades do governo estadual, incluindo os três Poderes. Isso ajuda a alinhar os objetivos estratégicos, prioridades, metas e prazos do Estado. Portanto, o PPA atua como uma ferramenta de coordenação e colaboração tanto dentro do governo quanto com a sociedade civil.

Para coordenar esse processo, o PPA é desenvolvido em níveis de decisão estratégica, tática e operacional. A partir desses níveis, são criados outros documentos de planejamento, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que têm um horizonte temporal mais curto e são elaborados anualmente. Essa colaboração cria uma sinergia de ideias e esforços que se refletem nos resultados desejados nas diferentes políticas públicas ao longo dos próximos quatro anos.

Com as orientações estratégicas do plano de governo, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), do planejamento de longo prazo do Ceará e das agendas estratégicas setoriais, foram estabelecidos os resultados esperados no âmbito do PPA 2024-2027. Esses resultados abrangem desde o nível mais amplo das políticas, os Eixos governamentais de atuação intersetorial, até o nível dos Temas Estratégicos e seus respectivos Programas. Estes, por sua vez, compõem a estrutura principal das ações do Estado, organizando as políticas públicas de maneira a gerar os benefícios planejados para a sociedade.

Em relação à base estratégica, o PPA foi segmentado em quatro eixos: **O Ceará que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas; O Ceará que Inova, Produz e Trabalha; O Ceará que Preserva, Convive e Zela pelo Território; e O Ceará que Participa, Planeja e Alcança Resultados.** Neles foram elencados um conjunto de 25 temas estratégicos que contribuem para o alcance de seus resultados, e, na base tática, os seus 98 programas respectivos, sendo 94 finalísticos, um administrativo e três especiais.

É importante mencionar que, com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas aos grupos historicamente vulnerabilizados, o PPA 2024-2027 incorporou a perspectiva de um planejamento e orçamento sensíveis a

gênero e raça, estendendo essa sistemática para os temas transversais, os quais demandam ações governamentais que estão dispostas nos diversos eixos estratégicos. Nesse sentido, houve um trabalho de identificação do público-alvo dos temas transversais no título das entregas do PPA para evidenciar o que foi declarado especificamente para o atendimento de suas necessidades.

Os oito temas transversais constantes neste PPA são: Atenção à Pessoa com Deficiência; Atenção à Pessoa Idosa; Equidade de Gênero e Proteção das Mulheres; Igualdade Étnico-Racial; Inclusão e Direitos da População LGBTI+; Promoção de Direitos e Oportunidades para a Juventude; Promoção de Direitos na Infância e na Adolescência; e Reconhecimento, Promoção e Defesa dos Povos Indígenas.

Para construção do PPA 2024-2027, foram realizados vários eventos de treinamento e diálogo com gestores e equipes de diferentes setores, tanto na área de planejamento quanto nas áreas relacionadas às atividades-fim, que estiveram envolvidas colaborativamente na criação das bases do Plano. Esse processo pode ser dividido nas seguintes etapas:

- Alinhamento da Base Estratégica do PPA (Eixos e Temas) ao Plano de Governo da atual gestão: 16/01 a 30/03;
- Capacitação na Base Estratégica (Curso Teórico e Oficinas): 18/04 a 09/05;
- Oficinas de construção dos resultados dos Temas Transversais: 24 a 28/04
- Capacitação na Base Tática (Curso Teórico e Oficinas): 10 a 19/05;
- Oficina sobre os Temas Transversais com a Fundação Tide Setubal e as Secretarias gestoras dessas temáticas: 29/05;
- Reunião de compromisso do governador com os gestores máximos das instituições de governo estaduais sobre o PPA 2024-2027: 06/06;
- Realização dos Encontros Regionais de Participação Cidadã: 21/06 a 27/07
- Participação cidadã em meio virtual (Plataforma Ceará Participativo): 23/06 a 10/08;
- Nivelamento da Metodologia do PPA com representantes do Fórum Interconselhos: 14/07;
- Capacitação na Base Operacional: 20/07;
- Elaboração dos Programas, Entregas e Ações: 17/05 a 31/08.

2.2 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

2.2.1. Gestão para Resultados

O Governo do Estado do Ceará buscando maior eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas adotou, em meados de 2003, o modelo de Gestão Pública voltada para Resultados. Desde então, observa-se a preocupação do Estado em criar condições propícias à superação das desigualdades socioeconômicas, condicionando o processo decisório, bem como a gestão do planejamento e do orçamento, ao alcance de resultados transformadores, relacionados com o interesse dos cidadãos.

No intervalo de vinte anos (2003-2023), a gestão para resultados tem sido aprimorada com a inclusão de instrumentos gerenciais e marcos regulatórios, sendo ressaltado aqui o Decreto nº 32.216, de 08 de maio de 2017, que fortalece a Gestão para Resultados, uma vez que regulamenta o modelo de GpR e orienta a administração pública, por meio da definição de princípios e dimensões norteadoras da operacionalização da Gestão para Resultados.

Conforme o referido decreto, o comportamento pessoal e organizacional dos integrantes do Governo do Estado devem ser guiados pelos seguintes princípios:

- I** Foco em públicos-alvo claros e inequívocos;
- II** Orientação para resultados, numa perspectiva de longo prazo;
- III** Flexibilidade e agilidade administrativa;
- IV** Valorização e comprometimento profissional com resultados;
- V** Governança pública integrada, convergente e colaborativa;
- VI** Participação e controle social no governo; e
- VII** Sustentabilidade fiscal e financeira

Ainda de acordo com o Decreto, tais princípios devem ser mobilizados através de quatro dimensões, que remetem à concepção e operacionalização do modelo da GpR, sendo elas:

1 Visão estratégica e escolha de prioridades, constituída pelas práticas de

planejamento de médio e longo prazos, com visão integrada dos desafios do Estado e do Governo; definição de indicadores e metas, associados a políticas públicas, projetos e processos estratégicos; e integração Planejamento-Orçamento para racionalizar a alocação de recursos;

2 Monitoramento e avaliação sistemáticos, constituída pelas práticas de estruturação das políticas públicas, dos projetos, processos e programas; implantação da prática de pactuação de resultados; e monitoramento e avaliação de resultados, projetos, processos e programas;

3 Gestão e desenvolvimento de pessoas, constituída pelas práticas de formação continuada de gestores públicos e avaliações de desempenho; seleção, alocação estratégica e motivação de pessoas e mobilização de competências; formulação e implantação de mecanismos de incentivos financeiros e não financeiros associados ao alcance de resultados; e fortalecimento da cultura de gestão para resultados; e

4 Governança orientada para resultados, constituída pela formulação e implantação de mecanismos de articulação e de decisão intragovernamental e interinstitucional; consecução de parceria com o setor privado e sociedade civil para melhoria dos serviços públicos; negociação, envolvimento e comunicação permanente com os poderes formais constituídos; comunicação permanente com a sociedade; e transparência; e participação e Controle Social.

Ao assumir como ponto de partida a ênfase nos resultados e nos demais aspectos constitutivos do Modelo de Gestão para Resultados do Estado, o Plano Plurianual 2024-2027 baseia-se no encadeamento entre os níveis estratégico, tático e operacional, de modo a propiciar o alinhamento entre todos os elementos do Plano, que devem convergir para o alcance dos resultados declarados.

Este encadeamento pode ser observado na cadeia de valor da GpR, apresentada a seguir:

Figura 2 Cadeia de valor da Gestão para Resultados (GpR)



Elaboração Seplag-CE, 2023

A cadeia de valor traduz dois momentos distintos: desenho e implementação do Plano, sendo o primeiro orientado de cima para baixo, iniciando com a definição do Impacto que se almeja alcançar, para em seguida expressar os Resultados, Entregas, Processos e Insumos necessários para concretizar os efeitos esperados. No que se refere à implementação, observa-se que o fluxo ocorre no sentido contrário, de baixo para cima, partindo da destinação de insumos e processos, para, em seguida, materializar as entregas e resultados planejados.

2.2.2 Estrutura do PPA 2024-2027

Os componentes e atributos do Plano serão detalhados a seguir, de acordo com as duas perspectivas que o seu desenho adota: a Lógica Intersetorial e a Lógica Transversal. A Lógica Intersetorial organiza os resultados estratégicos almejados pelo Governo do Estado no período e define um encadeamento lógico com a atuação governamental, a qual, por sua vez, está organizada nas diferentes linhas de atuação setorial. Compreende, portanto, a visão que permeia as Bases Estratégica, Tática e Operacional. Já a Lógica Transversal proporciona uma nova

leitura desse encadeamento, trazendo a perspectiva de grupos sociais historicamente vulnerabilizados e que, conseqüentemente, constituem-se como públicos-alvo de políticas voltadas ao atendimento de suas demandas específicas.

2.2.2.1 Lógica Intersetorial

O Plano Plurianual será organizado em três dimensões, interligadas e escalonadas de modo a expressar, do nível estratégico ao operacional, os compromissos pactuados com a sociedade, bem como as estratégias que serão adotadas para o alcance dos resultados. Essas dimensões foram concebidas a partir de macrotendências, alinhadas às diretrizes estratégicas que orientaram a formulação do Plano, sendo representadas da seguinte forma:

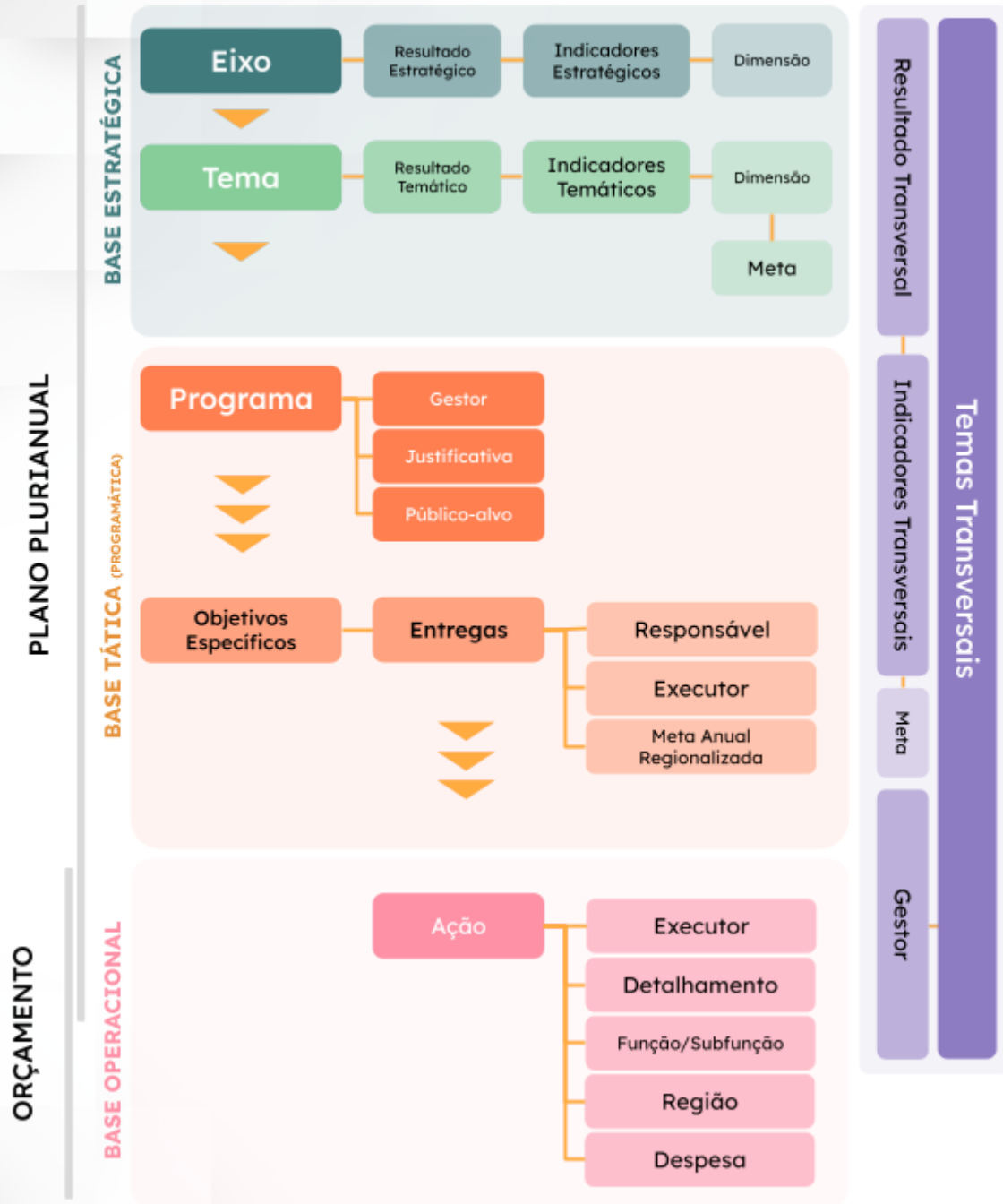
- **Base Estratégica:** trata-se do desenho estratégico do alcance do Plano, a partir dos direcionamentos estratégicos do Governo e do que se espera alcançar de resultados nas diversas políticas públicas, em uma visão de efetividade. Tal base corresponde ao conjunto dos: (i) Eixos Estratégicos de Atuação Governamental, seus resultados e indicadores; e (ii) Temas Estratégicos, seus resultados e indicadores;
- **Base Tática:** também conhecida como Base Programática, se situa sob a ótica da oferta governamental. Nela são definidos os caminhos, por meio dos programas, e estabelecidas as metas de entregas de bens e serviços, na busca do alcance dos resultados estabelecidos na Base Estratégica;
- **Base Operacional:** relaciona-se com o desempenho da ação governamental, no nível da eficiência, podendo, ou não, necessitar de aporte de recursos financeiros, sendo estes classificados como orçamentários e extraorçamentários¹. Esta é a base conectada diretamente com a Lei Orçamentária Anual (LOA), no tocante às ações que necessitam de recursos financeiros registrados no orçamento público.

¹ São considerados recursos extraorçamentários aqueles aplicados de forma direta, que não estão previstos (“não entram”) no Orçamento Estadual. O programa Garantia Safra, por exemplo, possui uma ação que prevê aporte de recursos do Governo do Ceará e de outros três atores: Governo Federal, Governos Municipais e Produtores. Apenas os recursos do Governo Estadual são considerados orçamentários, os demais extraorçamentários, pois são aplicados de forma direta, não passando por “dentro” do orçamento.

A formulação das três dimensões que compõem a estrutura do Plano Plurianual será precedida pela realização de cursos e oficinas destinados ao nivelamento conceitual e prático e contará com a participação de técnicos e gestores de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes da sociedade civil por meio dos encontros regionais.

A construção do PPA se efetiva a partir da observação da sua Base Estratégica, onde estão registrados os resultados esperados pelo Governo quando da implementação das políticas públicas. Estas, por sua vez, se realizam conforme os caminhos desenhados para o alcance das transformações esperadas na qualidade de vida da população e concretizadas por meio da execução das entregas (Base Tática) e ações governamentais (Base Operacional).

Figura 3 Planejamento Público Governamental, 2024-2027



Elaboração Seplag-CE, 2023

2.2.2.2. Base Estratégica

A Base Estratégica é composta por Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial e por Temas Estratégicos, cada qual com seus respectivos resultados e indicadores.

a) Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial

Os Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial, ou Eixos Estratégicos, representam o nível máximo de ordenamento do Plano, uma vez que organizam a atuação governamental de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de atender as necessidades e desafios impostos ao Estado diante da complexidade da missão de tornar o Ceará um Estado com desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

Os Eixos serão construídos de modo a contemplar os Temas Estratégicos, que, por sua vez, contribuirão para o alcance dos impactos esperados, possibilitando uma visão integrada e intersetorial, correspondendo às perspectivas pelas quais foi definida toda a atuação governamental.

Os Eixos serão compostos pelos seguintes atributos, cuja construção envolve, além da Seplag-CE, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) e a Casa Civil-CE:

- **Resultado Estratégico:** expressa a situação futura desejada em cada Eixo, nos âmbitos econômico, social, ambiental e institucional, e que virá a ser concretizada por meio do alcance dos Resultados Temáticos e da execução dos Programas governamentais;
- **Indicador(es) Estratégico(s):** instrumento que permite aferir o alcance dos Resultados Estratégicos, servindo, pelo seu monitoramento e avaliação, como parâmetro para o diagnóstico da realidade econômica, social e ambiental do Estado no quadriênio, em suas diversas dimensões.

b) Temas Estratégicos

Os Temas Estratégicos consistem em desdobramentos dos Eixos, organizando-se em torno das diversas políticas públicas empreendidas pelo Governo do Estado, as quais contribuem, dentro da ótica intersetorial, para o alcance do Resultado Estratégico do Eixo em que estão contidos.

Os Temas são compostos por um conjunto de Programas setoriais (atuação de uma secretaria, com seus órgãos vinculados, quando se tratar do Poder Executivo, ou de um dos órgãos do Poder Legislativo ou Judiciário), ou intersetoriais, que envolvem a atuação de mais de um órgão/entidade de qualquer dos três poderes.

Assim como os Eixos Estratégicos, os Temas apresentam, cada um deles, o seu Resultado Temático, a ser medido por meio de indicadores de resultado, com o intuito de verificar se a execução das políticas públicas está proporcionando os efeitos esperados.

- **Resultado Temático:** Expressa o resultado pretendido para cada área de atuação governamental e as políticas públicas nela contidas, permitindo, por meio do seu monitoramento e avaliação, a visualização dos efeitos produzidos sobre os públicos-alvo atendidos;
- **Indicador(es) Temático(s):** instrumentos que permitem aferir o alcance dos Resultados Temáticos, servindo, por meio do seu monitoramento e avaliação, como parâmetro para avaliar a eficácia, efetividade e direcionamento das políticas públicas estaduais, organizadas na Base Tática.

Os componentes acima serão elaborados pelos órgãos e entidades da administração estadual, sob orientação da Seplag, que realizará oficinas de construção da base estratégica, sendo disponibilizados materiais de subsídios, tais como a cesta de indicadores, composta por indicadores relacionados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ao PPA 2020-2023 e ao planejamento estadual de longo prazo.

2.2.2.3 Base Tática

A Base Tática, também chamada de Base Programática, é a dimensão do Plano que expressa e organiza a ação governamental. Demonstra, por meio dos Programas, os bens e serviços a serem entregues à sociedade nos quatro anos de vigência do Plano. O alinhamento dos Programas aos Eixos e Temas expressam a contribuição dos seus elementos – objetivos específicos, entregas e metas – para o alcance dos resultados declarados pela Base Estratégica.

a) Programas

O Programa é o elemento central da Base Tática do PPA. Constituem o instrumento de organização da ação governamental, visando solucionar ou amenizar problemas, atender demandas ou criar/aproveitar oportunidades de desenvolvimento para a população cearense. Possuem a abrangência necessária para representar esses desafios, bem como a territorialidade da ação governamental, ao mesmo tempo em que permitem o seu monitoramento e avaliação. Devem expressar, em seu título, a política pública tratada, de modo que o governo, a sociedade e todos os demais interessados conheçam, de forma clara e objetiva, o seu foco de atuação.

Dependendo do seu direcionamento, os Programas são classificados em Finalísticos, Administrativos ou Especiais. Enquanto os Programas Finalísticos geram bens ou serviços para a sociedade, o Programa Administrativo é voltado para o funcionamento da máquina administrativa do Estado. Os Programas Especiais, por sua vez, são aqueles que não contribuem, de forma direta, para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, ou seja, não geram entregas nem à sociedade e nem ao governo.

Os Programas possuem características próprias que os diferenciam uns dos outros, sendo seus principais atributos relacionados abaixo:

- **Órgão Gestor:** órgão da Administração Pública Estadual responsável pela coordenação e gestão do Programa. Na perspectiva da intersectorialidade, o gestor tem a missão de coordenar os trabalhos dos diferentes órgãos envolvidos com as entregas previstas no Programa;

- **Justificativa:** declara o que motivou a formulação do Programa, isto é, o problema, a demanda ou a oportunidade que motivou a sua criação e justifica a continuidade da sua execução;
- **Público-alvo:** representa grupos de pessoas, comunidades, instituições ou setores a serem atendidos de forma direta pelas entregas do Programa, ou seja, o(s) segmento(s) da sociedade para o(s) qual(is) o Programa foi construído;
- **Objetivos Específicos:** expressam para que será realizado o programa, com foco no tratamento de um problema específico, atendimento de determinada demanda social ou potencialização de oportunidades. Detalham e delimitam cada resultado esperado no âmbito do programa que contribuirá para o alcance do resultado final de determinada política (resultado temático) e, na sequência, do impacto esperado no eixo (resultado estratégico).

b) Entregas

A entrega representa os bens ou serviços a serem disponibilizados para o público-alvo do Programa e deve contribuir diretamente para o alcance do objetivo específico a qual está relacionada.

Para promover a mudança que se espera, a entrega é quantificada por meio da definição de metas regionalizadas para cada ano de vigência do Plano. As metas expressam o quantitativo que se planeja disponibilizar, ano a ano, em cada uma das 14 regiões de planejamento do Estado.

Tal distribuição espacial do que se pretende entregar para o público-alvo atende à premissa da Promoção do Desenvolvimento Territorial, uma vez que condiciona o planejamento de forma diferenciada para cada região, levando em consideração suas características geoambientais e socioeconômicas, além do que foi registrado em termos de Diretrizes Regionais, no processo de Participação Cidadã.

As entregas apresentam os seguintes atributos:

- **Título:** representa o bem ou serviço finalizado, entregue para o público-alvo;
- **Unidade de medida:** define como a entrega será contabilizada, podendo ser em unidades, percentual, quilômetros, metros cúbicos, toneladas, etc.;
- **Cumulatividade:** demonstra se as metas anuais das entregas são acumulativas, ou seja, se o quantitativo final planejado é obtido pela soma dos valores declarados para cada ano, ou não;
- **Definição:** explica com mais detalhes o que está contido na entrega, isto é, uma descrição do que efetivamente consiste a oferta governamental;
- **Meta:** expressa a quantidade do bem ou serviço a ser ofertado, no formato especificado pela sua unidade de medida. As metas serão definidas para cada um dos quatro anos de vigência do PPA (2024, 2025, 2026 e 2027) e para as 14 regiões de planejamento.

Em termos de governança da implementação do Plano, além da figura do Órgão Gestor do Programa, já apresentado anteriormente, há outras duas figuras essenciais na dinâmica da oferta dos bens ou serviços: o Responsável e o Executor da Entrega.

O **Responsável pela Entrega** é o órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, de qualquer dos três Poderes, responsável direto pelo bem ou serviço finalizado, ou seja, é o “dono” da entrega. Na maioria dos casos, o Responsável pela Entrega está diretamente envolvido com a política em questão.

Por seu turno, o **Executor da Entrega** é o órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, de qualquer dos três Poderes, que executa, parcial ou totalmente, as atividades para a concretização da Entrega finalizada, podendo ou não ser o Responsável.

Essa divisão de atribuições no âmbito do Programa está alinhada à premissa da Intersetorialidade, aplicada à grande maioria dos programas, em uma visão de que os programas são do Estado, e não das instituições isoladamente.

2.2.2.4 Base Operacional

Por fim, a Base Operacional estabelece a relação entre os insumos e as entregas, traduzindo, assim, o desempenho da ação governamental, no nível da eficiência, sendo esta a base conectada diretamente com a Lei Orçamentária Anual.

a) Ação

Para a metodologia do PPA 2024-2027, entende-se a ação como o ato governamental planejado para a concretização das entregas, visando alcançar os objetivos específicos dos programas, e, conseqüentemente, contribuir para o alcance dos resultados de temas e eixos. Em outras palavras, a ação traduz o que deverá ser feito para gerar os bens ou serviços (entregas) que o público receberá em cada ano do PPA.

Na estrutura de governança do Programa, para cada ação há um executor financeiro que representa o órgão ou a entidade da Administração Pública Estadual, de qualquer dos três Poderes, que executa o ato, ou seja, que executa o que está previsto ser realizado para a concretização da Entrega finalizada.

Em termos de organização das informações, para cada Ação são estabelecidos os seguintes atributos:

- **Detalhamento:** registra as informações adicionais da ação, de modo a melhorar o seu entendimento pela sociedade, promovendo clareza e transparência;
- **Necessidade de aporte financeiro:** identificação se a ação necessita ou não de aporte de recursos financeiros para sua implementação, sendo eles do tipo: orçamentário, quando o recurso é previsto no Orçamento Público do Estado, ou seja, compõem as respectivas Leis Orçamentárias Anuais; e extraorçamentário, quando os recursos não são previstos no Orçamento Estadual, uma vez que são aplicados de forma direta, seja por parceiros públicos ou privados;
- **Tipo:** associado à temporalidade da execução da ação e da contribuição para a entrega, pode ser: projeto, atividade ou operação especial;

- **Classificação do Gasto:** demonstra a composição do gasto a ser executado, para o caso das ações que necessitem de aporte financeiro. De acordo com a prevalência dos gastos, a classificação pode ser:
- **Para o Poder Executivo:** Pessoal e Encargos Sociais, Gastos Correntes Finalísticos Continuados, Gastos Correntes Administrativos Continuados, Investimentos/Inversões Finalísticas, Investimentos/Inversões Administrativas, Gastos Correntes Finalísticos Não Continuados, Gastos Correntes Administrativos Não Continuados, Transferências aos Municípios e Pagamento da Dívida; e
 - **Para os outros Poderes:** Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos.
- **Ano de Execução:** exercício financeiro em que a ação será executada, no quadriênio 2024-2027; e
- **Cooperações com o público e o privado:** informações adicionais de cooperação do governo com o público e o privado, mais especificamente quanto a contrato de gestão, operações de crédito, parceria público-privada e concessão.

Desde o PPA 2020-2023, as ações passaram a compor diretamente a estrutura do Plano, uma vez que são elementos essenciais que demonstram como se pretende gerar as entregas e quais os recursos necessários para tal.

No tocante aos recursos orçamentários, as ações são estruturadas por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual, obedecendo à composição estabelecida na legislação específica no que tange às classificações institucional, ou organizacional, funcional e econômica, e são fixados os valores registrados na parte da despesa, em equilíbrio à previsão da receita.

b) Valor Global

Ao cabo do processo de elaboração da peça orçamentária para o primeiro ano de execução do Plano, os valores orçamentários são agregados no nível da

Entrega e projetados para os outros três anos de vigência do Plano, o que compõe o Valor Global do Programa em termos orçamentários. Além disso, no caso de recursos extraorçamentários, os valores são definidos, também no nível da entrega, para os anos de sua execução.

Em outras palavras, o Valor Global se traduz no volume total de recursos, sejam orçamentários e/ou extraorçamentários, necessários à concretização de todas as entregas planejadas nos quatro anos de vigência do Plano.

Este Valor Global servirá para a análise de eficiência do gasto, na verificação do confronto entre os recursos disponibilizados e as metas concretizadas, ou seja, uma avaliação insumo-produto, podendo, inclusive, proporcionar uma avaliação insumo resultado, visto que os elementos da cadeia de valor da gestão para resultados estão espelhados na estrutura do Plano.

2.2.2.4 Lógica Transversal

A lógica transversal aborda a contribuição de diferentes políticas públicas para grupos historicamente vulnerabilizados, tais como mulheres, negros(as) e indígenas. Deste modo, os temas transversais reúnem um conjunto de políticas que extrapolam os limites de atuação de um único eixo, e por isso não aparecem na estrutura regular dos temas estratégicos.

a) Temas Transversais

O Plano Plurianual do Estado do Ceará contará com Temas Transversais, a serem definidos e implementados de acordo com a concepção de transversalidade apresentada pela Prof^a Dra. Mariana Mazzine (2023)². Conforme a autora, entende-se que a implementação da transversalidade na gestão pública deve se basear em três pilares que visam i) *reorientar a ação pública*, de modo a *comprometê-la com a inclusão de sujeitos historicamente discriminados*; ii) *viabilizar a aderência de políticas públicas às agendas políticas dos grupos sociais*; e iii) *estruturar condições institucionais para a gestão da transversalidade*.

² Aula proferida no dia 23 de março, no âmbito do curso “Gênero e Raça nos Planos Plurianuais Estaduais”, realizado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) no período de 9 março a 13 de abril de 2023.

Diante do exposto, convém enfatizar que as questões abordadas pelos temas transversais exigem a implementação de políticas públicas de diferentes eixos estratégicos de atuação governamental. Por exemplo, para que uma criança seja integralmente protegida e tenha seus direitos fundamentais assegurados, faz-se necessário não apenas ações de educação, mas também de serviços advindos das áreas de saúde, segurança, saneamento básico, assistência social, dentre outras.

Nesse sentido, os Temas Transversais existentes na estrutura do planejamento do Estado apresentarão resultados e indicadores a serem definidos em parceria com as secretarias estaduais articuladoras de cada tema transversal. Desta forma, para chegar aos resultados esperados nesses temas, os programas, com suas entregas (bens e serviços) e ações, precisam considerar os elementos abaixo como norteadores do planejamento:

- **Resultado Transversal:** Expressa o resultado pretendido para cada Tema Transversal, conjugando as políticas implementadas nas bases programáticas dos Eixos e Temas Estratégicos, possibilitando a visualização dos efeitos produzidos sobre os públicos-alvo;
- **Indicadores Transversais:** Instrumento que permite aferir o desempenho dos temas transversais de modo a possibilitar o monitoramento e avaliação gerenciais. Neste caso, serão utilizados tanto os recortes de indicadores temáticos (no que se refere às dimensões específicas dos Tema Estratégicos), quanto indicadores próprios, restritos às temáticas transversais.



Panorama Socioeconômico e Perspectivas



PANORAMA SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVAS

Após a crise econômica histórica causada pela pandemia da Covid-19 no ano de 2020, a economia cearense registrou nos anos de 2021 e 2022, um processo de retomada do crescimento fruto do aumento da produção, a partir da redução das restrições sanitárias, propiciado pelo avanço da vacinação, no qual beneficiou principalmente as atividades econômicas referentes ao setor de serviços, como serviços de alojamento, alimentação, transportes de passageiros e serviços prestados às famílias.

Diferentemente do cenário nacional, configurado por uma situação de forte déficit nas contas públicas, o Estado do Ceará tem se destacado pelo forte equilíbrio fiscal, permitindo aumentos dos investimentos públicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, como recursos hídricos, energias renováveis e transporte, contribuindo para elevar a competitividade da economia cearense, estimulando, dessa forma, os investimentos privados nos diversos setores produtivos do Estado. Nesse contexto, o Estado vem registrando nos últimos dez anos, em média, taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima das alcançadas pelo Brasil, ocupando a décima terceira maior economia do país, e a terceira na região Nordeste. Por outro lado, quando controlado pelo tamanho populacional, o Estado apresenta apenas 51% do PIB *per capita* do Brasil, demonstrando o grande desafio que o Estado possui na superação da baixa renda em relação ao país.

Ao lado desse desempenho econômico, observou-se, também, nos últimos anos, importantes avanços como a melhoria das condições de vida da população como a melhoria no ranking desenvolvimento humano medido pelo Programa das Nações Unidas (PNUD). A divulgação dos resultados da última edição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do INEP publicados ano passado mostra que o Ceará continuou ocupando posição de destaque no Brasil. Por outro lado, a pobreza e a desigualdade no Estado ainda são um desafio. Vale salientar que, para nos tornarmos uma sociedade cada vez melhor nos últimos anos, o Ceará começou a dar mais prioridade às políticas públicas de desenvolvimento infantil, principalmente para atender as crianças mais pobres e no combate à fome.

A seguir serão apresentados os elementos do panorama socioeconômico e as perspectivas da economia que dão suporte às diretrizes estratégicas do Plano Plurianual e, conseqüentemente, à elaboração dos programas.

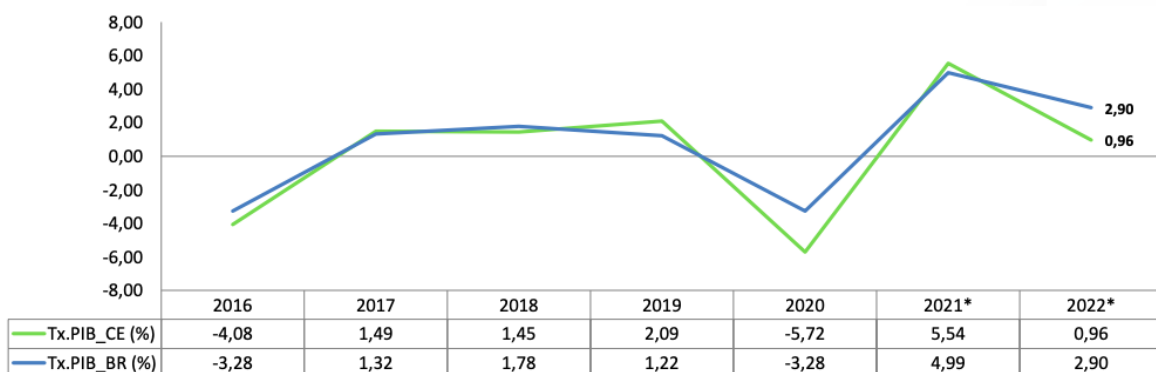
1. DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA CEARENSE

1.1. O Desempenho da Economia Cearense

O Ceará responde pela 13ª economia do País e pela 3ª da região Nordeste. O PIB cearense³ abrange 2,2% do PIB brasileiro e 15,5% do PIB Nordestino, correspondendo a R\$166,91 bilhões. Sua economia está sustentada principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (76,33%), seguidos das atividades da Indústria (17,16%), e da Agropecuária, que participa com 6,51%.

Ao se analisar o período de 2016 a 2022 (Gráfico 1), verifica-se no ano de 2016 o final da crise macroeconômica (2014-2016) decorrentes do forte déficit fiscal do governo federal, da perda de confiança do setor privado na economia e da crise política. No período 2017-2019 ocorreu um período de retomada do crescimento econômico, mas que foi interrompida pela crise macroeconômica em 2020, causada pelos efeitos da pandemia da Covid-19 iniciada em março de 2020. Por fim, registrou-se crescimentos nos anos de 2021 e 2022, a partir da redução das restrições sanitárias e do avanço da cobertura vacinal, beneficiando principalmente as atividades econômicas ligadas ao setor de Serviços.

Gráfico 1: Evolução da Taxa de Crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará x Brasil, 2016-2022.



Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração: IPECE.

(*) Os anos de 2021 e 2022 são dados preliminares e podem sofrer alterações quando o IBGE divulgar os dados definitivos.

³ Dados referente ao PIB do ano de 2020, no qual corresponde ao último ano definitivo divulgado pelo IBGE.

A Pandemia da Covid-19 causou fortes impactos negativos nas economias brasileira e cearense em decorrência das medidas de isolamento social para a redução de contaminações e mortes, o que resultou em períodos de fechamento das atividades econômicas não essenciais, impactando fortemente as atividades econômicas dos setores da indústria e dos serviços. A partir do avanço da cobertura vacinal verificada no ano de 2021, houve a redução das restrições sanitárias, consequentemente aumentando o nível de produção das atividades econômicas mais relacionadas com a circulação de pessoas. Outro ponto positivo foi o início da recuperação do mercado de trabalho a partir da redução no nível de desemprego, acarretando aumentos da massa salarial e do consumo das famílias. Além disso, o governo estadual pôde manter a sua agenda de investimentos públicos, dada a manutenção e sustentabilidade da trajetória de equilíbrio fiscal.

O ano de 2022 foi marcado pela continuidade da recuperação econômica iniciada no ano de 2021, onde as atividades como comércio, alojamento, alimentação e transportes puxaram o crescimento do setor de serviços, beneficiando principalmente as atividades ligadas ao turismo, a partir de uma demanda que se encontrava reprimida no período da pandemia.

Tabela 1: Taxa de Crescimento (%) (variação em volume em relação ano anterior) – Valor Adicionado (VA) e PIB – Ceará e Brasil – 2021 e 2022.

Setores/Atividades	2021		2022	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
Agropecuária	-4,95	0,28	7,70	-1,74
Indústria	11,60	4,78	-6,28	1,62
Serviços	5,56	5,22	1,92	4,16
Valor adicionado (VA)	5,56	4,80	0,89	3,04
Produto Interno Bruto (PIB)	5,54	4,99	0,96	2,90

Fonte: IPECE e IBGE. Elaboração: IPECE.

Obs.: Os dados são preliminares e podem sofrer alterações.

Analisando o comportamento do PIB em relação às Regiões de Planejamento (Tabela 2) de forma a dimensionar a concentração produtiva, mesmo dentro do interior do Estado, pode-se observar que Grande Fortaleza detém a maior participação em relação ao PIB do Ceará, com 61,77%, seguida das duas outras Regiões de Planejamento que integram regiões metropolitanas cearenses, Cariri (8,16%) e Sertão de Sobral (4,35%). Verifica-se também que, na análise histórica,

quando se compara o ano de 2020 em relação ao ano de 2002, as regiões que registraram maiores ganhos de participação foram Cariri, com ganho de 0,96 pontos percentuais (p.p.), Serra da Ibiapaba (0,92 p.p.) e Litoral Norte (0,76 p.p.). Em direção oposta, as regiões que apresentaram maiores perdas de participação, para a mesma base de comparação, foram: Grande Fortaleza, com perda de 2,71 p.p., Sertão de Sobral (-0,46%) e Sertão de Crateús (-0,14 p.p.).

Tabela 2: Participações no PIB, a preços correntes, de acordo com a Região de Planejamento - Ceará - 2002, 2010, 2019 e 2020.

Região de Planejamento	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000)				Participação PIB Região / PIB Total (%)			
	2002	2010	2019	2020	2002	2010	2019	2020
Grande Fortaleza	18.516.703	51.923.686	103.299.759	103.097.733	64,48	65,45	63,15	61,77
Cariri	2.068.248	5.894.419	13.039.126	13.614.046	7,20	7,43	7,97	8,16
Sertão de Sobral	1.381.182	3.622.505	7.182.916	7.264.839	4,81	4,57	4,39	4,35
Vale do Jaguaribe	1.018.207	2.550.602	5.744.406	6.332.339	3,55	3,21	3,51	3,79
Serra da Ibiapaba	620.701	1.780.235	4.698.963	5.149.066	2,16	2,24	2,87	3,08
Litoral Norte	593.473	1.803.666	4.447.306	4.720.563	2,07	2,27	2,72	2,83
Sertão Central	708.648	1.934.842	4.311.137	4.608.082	2,47	2,44	2,64	2,76
Centro Sul	775.540	2.075.409	4.180.447	4.533.949	2,70	2,62	2,56	2,72
Litoral Oeste / Vale do Curu	804.664	2.298.862	4.496.677	4.350.379	2,80	2,90	2,75	2,61
Litoral Leste	516.095	1.393.528	3.382.800	3.616.559	1,80	1,76	2,07	2,17
Sertão de Crateús	654.656	1.511.740	3.331.109	3.564.765	2,28	1,91	2,04	2,14
Maciço de Baturité	457.269	1.136.465	2.308.875	2.614.279	1,59	1,43	1,41	1,57
Sertão de Canindé	369.881	865.371	1.898.941	2.111.643	1,29	1,09	1,16	1,27
Sertão de Inhamuns	233.574	544.970	1.252.866	1.336.294	0,81	0,69	0,77	0,80
Ceará	28.718.841	79.336.300	163.575.327	166.914.536	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

1.1.1. O Setor Agropecuário

As Tabelas 3 e 4 abaixo apresentam a evolução da produção a partir de 2018 até 2022 das lavouras temporária e permanente, respectivamente, para o Estado do Ceará.

Tabela 3: Evolução das Lavouras Temporárias – Ceará- 2018 a 2022

Produto das lavouras temporárias	2018	(%)	2019	(%)	2020	(%)	2021	(%)	2022**	(%)
Cana-de-açúcar	512.620	24,4	579.180	26,9	588.109	24,2	574.953	27,3	522.539	21,9
Mandioca	622.236	29,6	642.188	29,9	641.142	26,3	560.249	26,6	759.624	31,8
Milho (em grão)	470.149	22,4	423.601	19,7	633.317	26,0	414.411	19,7	541.696	22,7
Tomate	134.932	6,4	157.060	7,3	177.575	7,3	166.889	7,9	170.104	7,1
Feijão (em grão)	137.953	6,6	110.067	5,1	124.746	5,1	110.981	5,3	101.855	4,3
Batata-doce	71.916	3,4	90.990	4,2	101.187	4,2	104.024	4,9	116.708	4,9
Melão	85.219	4,1	68.866	3,2	73.838	3,0	70.665	3,4	86.923	3,6
Melancia	40.569	1,9	50.677	2,4	59.391	2,4	54.566	2,6	48.455	2,0
Arroz (em casca)	17.840	0,8	15.877	0,7	16.394	0,7	19.362	0,9	17.119	0,7
Sorgo (em grão)	-		1.120	0,1	3.500	0,1	10.440	0,5	3.202	0,1
Algodão herbáceo (em caroço)	1.272	0,1	3.423	0,2	5.636	0,2	5.844	0,3	2.064	0,1
Soja (em grão)	190	0,0	-		1.350	0,1	4.528	0,2	7.740	0,3
Fava (em grão)	4.377	0,2	4.614	0,2	7.016	0,3	4.139	0,2	4.360	0,2
Cebola	-		1.035	0,0	1.053	0,0	1.506	0,1	1.872	0,1
Amendoim (em casca)	558	0,0	428	0,0	602	0,0	531	0,0	604	0,0
Mamona (baga)	158	0,0	328	0,0	162	0,0	57	0,0	55	0,0
Fumo (em folha)	55	0,0	90	0,0	60	0,0	54	0,0	46	0,0
Trigo (em grão)	-		-		27	0,0	-			0,0
Abacaxi*	253	-	436	-	712	-	378	-	1.109	-
Total	2.100.044		2.149.544		2.435.105		2.103.199		2.384.966	

Fonte: PAM e LSPA/IBGE. Elaboração: IPECE. (*) Mil frutos. (**) Estimativas da LSPA.

Na Tabela 3, pode-se deduzir que a lavoura temporária cearense se divide em três grupos por ordem de importância. No primeiro, estão as três principais, sendo elas a mandioca, a cana-de-açúcar e o milho em grãos, alternando-se em ordem de importância dependendo do ano a ser considerado. No segundo grupo, de menor importância, estão o feijão em grãos, a batata-doce, o melão e a melancia. Finalmente, tem-se um terceiro grupo com participação praticamente irrelevante que são o arroz em casca, o sorgo em grão, algodão herbáceo, soja, fava, amendoim, mamona, fumo e trigo. À parte, tem-se a produção de abacaxi, que por ser medida em mil frutos, não pode ser tomada como medida comparativa aos demais.

Mandioca, cana-de-açúcar e milho, juntos, respondem por mais de 76% da produção da lavoura temporária cearense no período em análise; apenas em 2021 seu resultado conjunto esteve um pouco abaixo dos 74%. Para 2022, destaque para o crescimento de mandioca e milho com taxas de 35,6% e 30,7%, respectivamente.

Em 2022, a mandioca liderou a produção estadual com quase 32% do total da lavoura; já a cana-de-açúcar e milho responderam por participações similares de 21,9% e 22,7%, respectivamente. Além desses produtos, tem-se, com menor importância, o tomate, com participação 7,1%, e o feijão, batata-doce e melão, com participações de 4,3%, 4,9% e 3,6%, respectivamente.

Adicionalmente, cabe também mencionar o abacaxi, cultura medida em mil frutos, que são medidas em toneladas. Em 2022, a produção de abacaxi cearense cresceu à impressionante taxa de 193,4%.

Já no caso da cultura permanente (Tabela 4) pode-se destacar a predominância da banana, seguida de outros três grupos. No caso da banana, ela representa quase 50% da lavoura permanente cearense, tendo alcançado uma taxa de 47,5% em 2022.

Tabela 4: Evolução das Lavouras Permanentes – Ceará – 2018 a 2022

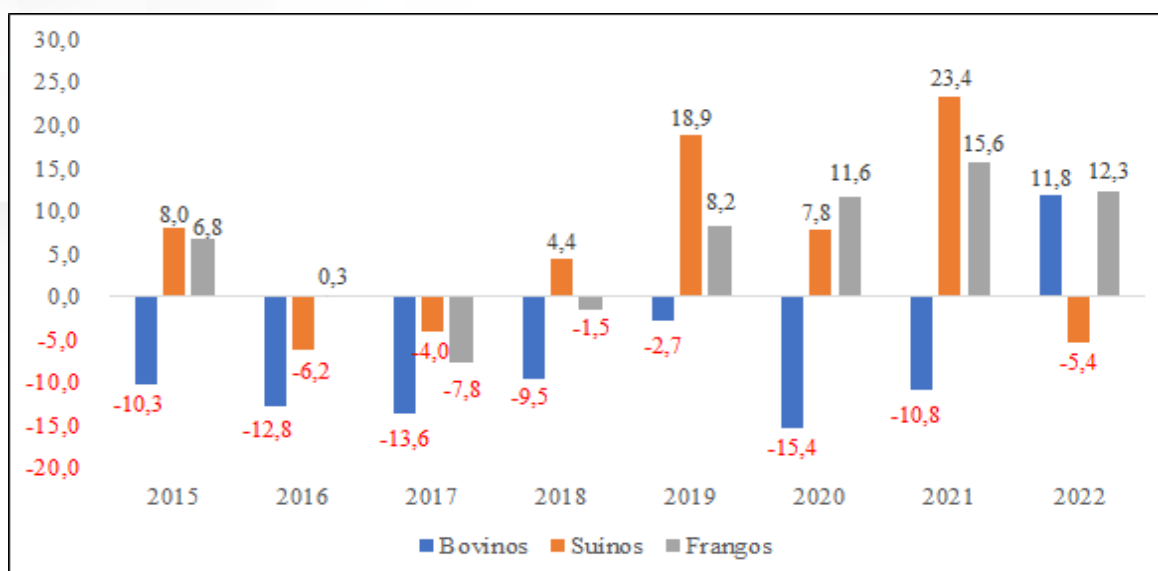
Produto das lavouras permanentes	2018	(%)	2019	(%)	2020	(%)	2021	(%)	2022**	(%)
Banana (cacho)	337.636	44,9	406.334	47,6	431.017	43,9	412.103	45,2	440.016	47,5
Maracujá	147.458	19,6	145.102	17,0	199.725	20,3	177.291	19,5	148.012	16,0
Mamão	100.033	13,3	118.717	13,9	152.558	15,5	140.979	15,5	114.299	12,3
Castanha de caju	83.036	11,0	87.659	10,3	85.177	8,7	62.977	6,9	95.756	10,3
Manga	42.253	5,6	42.701	5,0	48.173	4,9	42.477	4,7	48.315	5,2
Goiaba	18.280	2,4	19.795	2,3	21.272	2,2	22.062	2,4	22.838	2,5
Abacate	2.893	0,4	6.711	0,8	7.567	0,8	19.647	2,2	23.183	2,5
Limão	7.635	1,0	13.400	1,6	22.041	2,2	19.333	2,1	21.040	2,3
Laranja	8.266	1,1	8.847	1,0	9.626	1,0	9.537	1,0	8.459	0,9
Tangerina	2.106	0,3	2.649	0,3	2.976	0,3	3.020	0,3	3.358	0,4
Uva	422	0,1	564	0,1	763	0,1	521	0,1	583	0,1
Café (em grão)	669	0,1	540	0,1	513	0,1	483	0,1	448	0,0
Total										
Urucum (semente)	48	0,0	66	0,0	89	0,0	70	0,0	107	0,0
Sisal ou agave (fibra)	71	0,0	73	0,0	76	0,0	68	0,0	57	0,0
Cacau (em amêndoa)	-	-	-	-	5	0,0	22	0,0	11	0,0
Coco-da-baía*	254.161	-	302.748	-	405.019	-	386.112	-	477.199	-
Total	750.806		853.158		981.578		910.590		926.482	

Fonte: PAM e LSPA/IBGE. Elaboração: IPECE. (*) Mil frutos. (**) Estimativas da LSPA.

Para a pecuária, o Gráfico 2 apresenta a série histórica a partir de 2015 até 2022 das taxas de crescimento de abates de bovinos, suínos e frangos; o Gráfico 3, por sua vez, para esse mesmo período, apresenta as taxas de crescimento da

quantidade de leite cru, resfriado ou não, adquirido (por mil litros) e a taxa de crescimento da quantidade de leite cru, resfriado ou não, industrializado (por mil litros); finalmente, no Gráfico 4, é apresentada a taxa de crescimento da quantidade de ovos produzidos (mil dúzias).

Gráfico 2: Taxas de crescimento de abates de bovinos, suínos e frangos – Ceará- 2015 a 2022

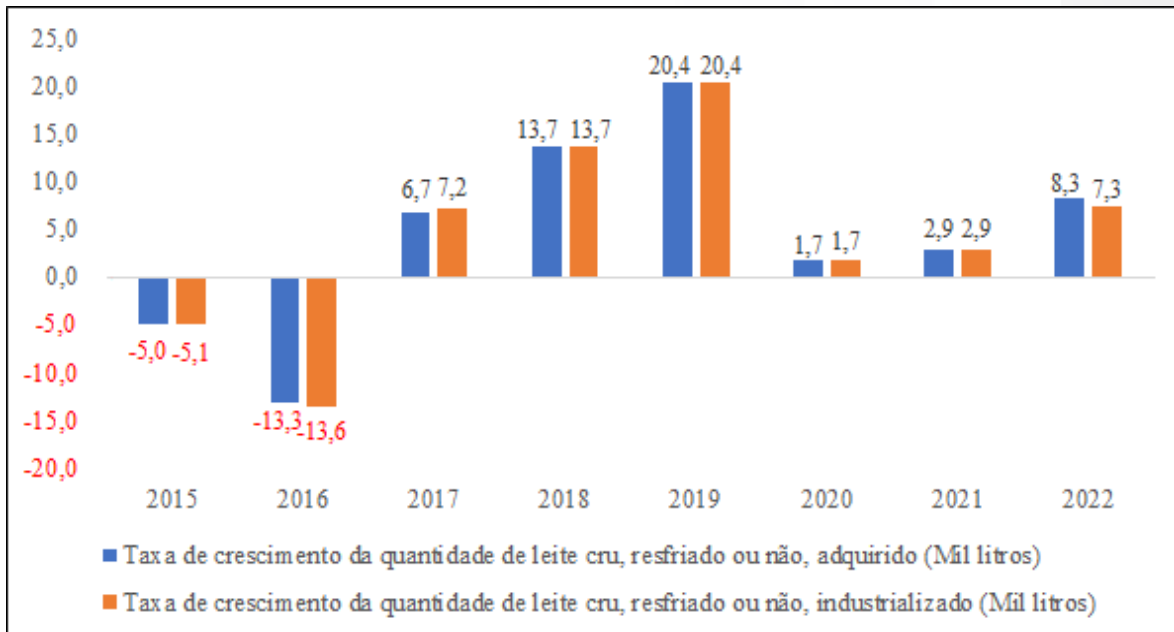


Fonte: PAM e LSPA/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 2 mostra que o abate de suínos recuou 5,4% em 2022, mas diante de uma base comparativa elevada, considerando o crescimento de 23,4% em 2021. Por outro lado, o abate de bovinos cresceu 11,8%, mas diante de uma base baixa (reco de 10,8% em 2021). Já os frangos tiveram a maior taxa (12,3%), mesmo após o crescimento de 15,6% em 2021; ademais, o abate de frango vem tendo um bom desempenho desde 2019.

No Gráfico 3 estão as taxas de crescimento da quantidade de leite cru. A série histórica permite observar que a produção de leite, seja adquirida ou industrializada, vem crescendo desde 2017. No ano de 2022, o crescimento do leite foi de 8,3%.

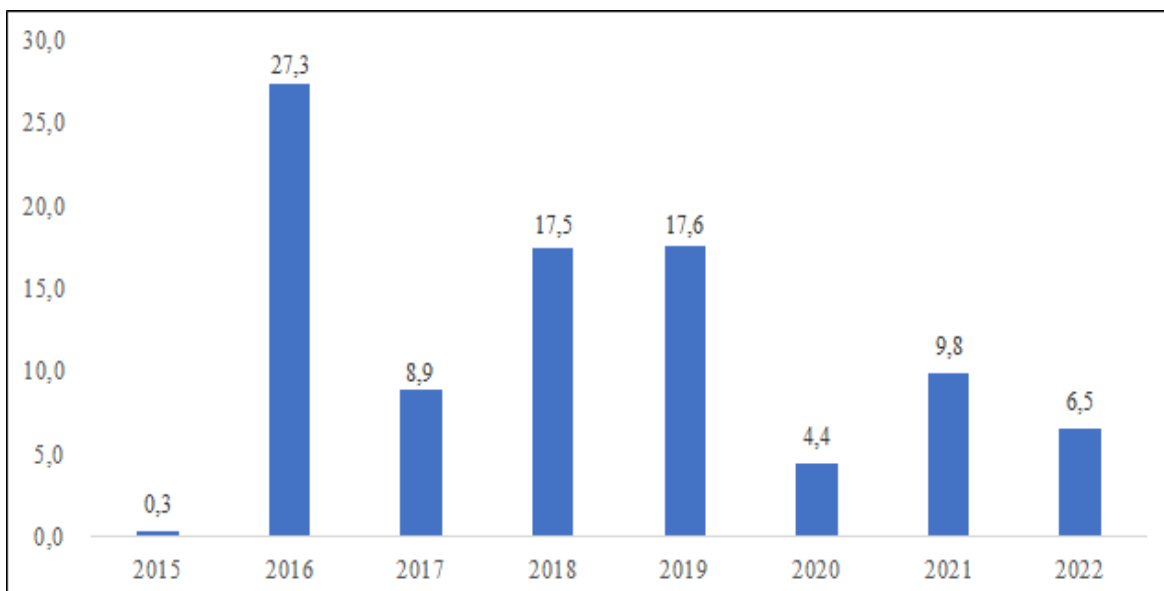
Gráfico 3: Taxa de crescimento da quantidade de leite cru – Ceará- 2015 a 2022



Fonte: PAM e LSPA/IBGE. Elaboração: IPECE.

Finalmente, no Gráfico 4 estão disponíveis as taxas de crescimento da quantidade de ovos produzidos (mil dúzias). Pode-se observar que não obstante as oscilações, essa é outra produção que está tendo crescimento positivo, que mesmo diante do crescimento de 9,8% em 2021, a produção ainda cresceu 6,5% em 2022.

Gráfico 4: Taxas de crescimento da quantidade de ovos produzidos – Ceará – 2015 a 2022



Fonte: PAM e LSPA/IBGE. Elaboração: IPECE.

Na análise do Valor Adicionado Bruto do setor agropecuário por Regiões de Planejamento do Ceará (Tabela 5), constatou-se que em 2020 a Região do Cariri foi a que obteve a maior participação do setor agropecuário dentro do Ceará, concentrando 14,25% do Valor Adicionado Bruto do setor agropecuário no Estado.

A Serra da Ibiapaba obteve uma participação de 13,66% no Valor Adicionado Bruto (VBP) da agropecuária do Ceará em 2020. É seguida pela região do Vale do Jaguaribe, com uma participação de 12,11%, a qual se destaca por ser uma região onde estão situadas diversas áreas irrigadas destinadas à produção de frutas e hortaliças, além de ser também a principal bacia leiteira do Ceará.

A região Grande Fortaleza apresentou-se como a quarta maior no setor agropecuário, com 10,31% de participação. Nela estão situados os municípios de Caucaia, Pacatuba, Maranguape, que se apresentam como núcleos de produção agropecuária, com o cultivo de hortaliças, frutas, e a criação de galináceos, suínos, ovinos e caprinos.

Entre as regiões com menores participações do VAB do setor agropecuário, em 2020, estão as regiões do Sertão dos Inhamuns (2,14%) e Sertão de Canindé (2,20%). Nessas regiões, a média observada do volume de chuva é a menor do Ceará, sendo as regiões que apresentam maior dificuldade para desenvolver atividades agrícolas.

O setor agropecuário obteve maiores ganhos de participação, na comparação entre o ano de 2002 e 2020, nas seguintes regiões de planejamento: Serra da Ibiapaba (5,36 p.p.), Litoral Leste (2,86 p.p.) e Cariri (2,08 p.p.). Por outro lado, as regiões que mais perderam participação foram: Sertão Central (-2,47 p.p.), Litoral Oeste / Vale do Curu (-2,06 p.p.) e Sertão de Canindé (-1,99 p.p.).

Tabela 5: Regiões de Planejamento com maiores participações no setor Agropecuário - Ceará - 2002, 2010, 2019 e 2020.

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, a preços correntes (R\$ 1.000)				Participação Agropecuária Região/Agropecuária Total Ceará			
	2002	2010	2019	2020	2002	2010	2019	2020
Cariri	229.448	390.710	962.169	1.355.163	12,17	11,18	13,07	14,25
Serra da Ibiapaba	156.519	351.872	1.044.920	1.299.196	8,30	10,07	14,20	13,66

Vale do Jaguaribe	226.031	456.674	852.205	1.151.215	11,99	13,06	11,58	12,11
Grande Fortaleza	210.166	453.133	837.685	980.734	11,15	12,96	11,38	10,31
Centro Sul	138.022	207.873	433.219	675.673	7,32	5,95	5,89	7,11
Litoral Leste	78.325	249.129	597.038	666.675	4,15	7,13	8,11	7,01
Sertão Central	163.322	204.248	436.132	589.060	8,66	5,84	5,93	6,19
Sertão dos Crateús	134.611	161.577	425.329	527.799	7,14	4,62	5,78	5,55
Maciço de Baturité	105.170	265.103	348.105	499.862	5,58	7,58	4,73	5,26
Litoral Norte	89.233	184.114	385.395	461.407	4,73	5,27	5,24	4,85
Sertão de Sobral	88.990	158.064	378.782	460.878	4,72	4,52	5,15	4,85
Litoral Oeste / Vale do Curu	123.795	228.926	364.635	428.680	6,57	6,55	4,95	4,51
Sertão de Canindé	79.033	123.572	155.077	209.011	4,19	3,53	2,11	2,20
Sertão dos Inhamuns	62.417	60.918	139.397	203.628	3,31	1,74	1,89	2,14
Total Geral	1.885.081	3.495.911	7.360.088	9.508.982	100	100	100	100

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

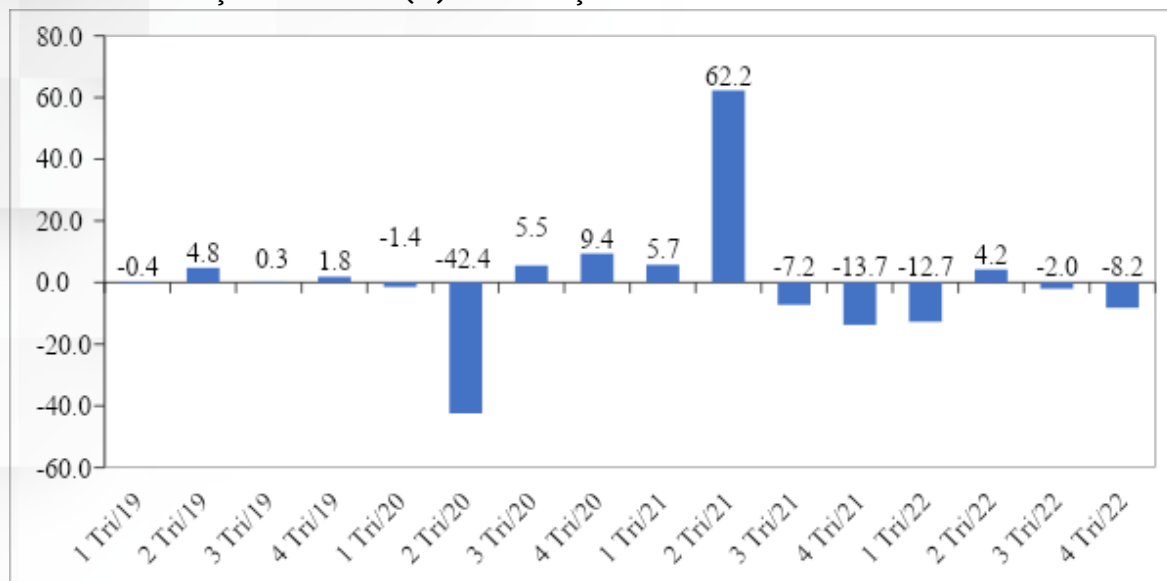
1.1.2. O Setor Industrial

A atividade industrial exerce um papel especial na trajetória de desenvolvimento de uma economia. Na agregação de valor à produção, nos ganhos de produtividade e nos encadeamentos e transbordamentos setoriais, a indústria materializa sua contribuição ao crescimento econômico. No estado do Ceará tal contribuição está também presente.

Nos meses finais de 2022, a produção física da Indústria de Transformação no Ceará voltou a registrar forte contração, dando sequência a um movimento que tem caracterizado a atividade desde a segunda metade de 2021. À exceção do segundo trimestre deste ano, em todos os demais o desempenho foi negativo em termos produtivos.

No período mais recente, entre os meses de outubro e dezembro de 2022, a retração na produção foi de -8,2% na comparação com igual período do ano anterior. O Gráfico 5, a seguir, deixa clara a trajetória negativa da manufatura no Estado nos últimos meses. Os dados comentados constam da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do IBGE (PIM-PF/IBGE).

Gráfico 5: Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial – Ceará – 2019.1 a 2022.4



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração própria. Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

O único momento de expansão da produção industrial no Ceará ao longo de 2022 foi no segundo trimestre, que foi algo isolado e associado a um movimento de recuperação cíclica após as intensas quedas nos trimestres anteriores, como se pode ver no Gráfico 5. Nos períodos seguintes, o segmento da Transformação retomou a trajetória descendente, materializando os efeitos de uma conjuntura adversa para a atividade.

De fato, as condições limitadoras do crescimento da indústria se mantiveram presentes ao longo do ano de 2022. A consolidação do processo de reabertura do setor de serviços, absorvendo uma demanda reprimida, a continuidade da pressão dos custos industriais e dos entraves nas cadeias produtivas, da pressão inflacionária sobre a renda da população e da trajetória ascendente na taxa básica de juros continuaram como explicações principais para o desempenho da manufatura cearense. Além destas, fatores específicos a determinados segmentos industriais forneceram um impulso adicional para o recuo observado na produção local da indústria.

Neste ambiente desfavorável para o conjunto da indústria, amplificado pelo momento negativo de determinados segmentos, os efeitos positivos advindos dos estímulos capitaneados pelo governo federal, a saber a redução de tributos (IPI e

ICMS), novas rodadas de saques do FGTS e aumento do Auxílio Brasil, se mostraram realmente incapazes de reverter ou amenizar a dinâmica observada.

Na análise mensal, a produção iniciou o segundo semestre de 2022 em terreno negativo, com retrações em julho (-3,9%) e agosto (-4,7%), quando comparados aos mesmos meses de 2021. Em setembro, houve crescimento de 2,6%, mas insuficiente para reverter a queda no terceiro trimestre. Na mesma comparação, nos meses de outubro, novembro e dezembro o desempenho voltou a ser negativo, com recuos seguidos de -11,7%, -8,9% e -3,1%, nesta ordem. Na avaliação contra o mês imediatamente anterior e ajustada sazonalmente, o resultado demonstra uma forte desaceleração em outubro (-13,3%), logo após o resultado positivo de setembro (5,3%). Em novembro e dezembro as taxas foram positivas, respectivamente em 4,4% e 4,3%, mas insuficientes para reverter a retração observada ao longo do quarto trimestre.

Diante de meses e trimestre com taxas negativas para a produção industrial, o resultado acumulado para o Ceará em 2022 materializa um recuo de -4,9%. O desempenho anual foi também negativo para o Brasil, com queda de -0,4%, e para o Nordeste, com retração de -0,2%. As taxas negativas para o país e a região demonstram a conjuntura adversa enfrentada pela atividade ao longo do ano. Por outro lado, o descolamento do resultado cearense evidencia não apenas uma influência local relativamente mais intensa desta conjuntura, mas também os fatores associados a segmentos específicos comentados anteriormente.

Na análise dos setores que compõem a Indústria, conforme a Tabela 6 abaixo, no último quarto de 2022, na comparação com igual período do ano anterior, apenas três segmentos da Indústria de Transformação cearense registraram crescimento na produção. Os oito restantes experimentaram recuos entre os meses de outubro e dezembro. Os únicos a apresentar números positivos foram a Fabricação de Derivados de Petróleo (12,7%), de Minerais Não Metálicos (17,2%) e a Metalurgia (7,9%).

À exceção da indústria da Metalurgia, todas as demais atividades tradicionais e mais importantes na composição da manufatura cearense,

registraram retração no quarto trimestre. Entre estes segmentos com taxas negativas, os destaques foram Confecção de Artigos do Vestuário (-32,0%) e Fabricação de Alimentos (-7,5%). Tais atividades são as principais contribuições para o resultado negativo da Transformação no período, algo esperado diante da relevância destas para a manufatura local.

Considerando os números anuais, a realidade é similar. Apenas quatro atividades expandiram a produção em 2022, com destaque para Fabricação de Derivados de Petróleo (13,1%) e de Minerais Não Metálicos (5,4%), com expansões seguidas desde o segundo trimestre do ano.

Embora positivos, os resultados acima exercem pouca influência para o desempenho total da Transformação no Ceará, que ainda é dependente das atividades tradicionais. Essas, à exceção da Metalurgia, ou registram baixo crescimento, como a Fabricação de Couros e Calçados (0,4%) ou recuos intensos, como a Confecção de Artigos do Vestuário (-32,8%). O baixo dinamismo destas atividades explica o comportamento da manufatura cearense em 2022 e reforça o momento negativo do setor.

Tabela 6: Variação Trimestral e Acumulada (%) da Produção Física por Atividades Industriais - Ceará - 2021 e 2022

Setores	Variação Trimestral					Variação Acumulada	
	2021.4	2022.1	2022.2	2022.3	2022.4	2021	2022
Indústrias de transformação	-13,7	-12,7	4,2	-2,0	-8,2	3,7	-4,9
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-15,7	-10,3	29,1	24,7	12,7	-14,9	13,1
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,6	-0,5	7,5	10,8	3,3	12,2	5,4
Metalurgia	-2,3	11,8	-10,3	6,7	7,9	2,0	3,4
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-20,5	-17,6	29,6	2,3	-3,4	6,4	0,4
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	6,8	-1,9	17,7	17,2	-27,7	12,4	-0,3
Fabricação de produtos têxteis	-9,9	-7,8	12,0	-3,4	-9,6	38,6	-2,1
Fabricação de bebidas	-6,2	-1,5	16,0	-4,6	-16,3	4,4	-3,0
Fabricação de produtos alimentícios	0,3	-2,4	-11,7	-7,7	-7,5	-8,9	-7,5
Fabricação de outros produtos químicos	-34,8	-18,6	-12,6	-22,8	-15,8	-1,5	-17,6

Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-21,8	-30,4	-28,8	-17,0	-10,4	12,3	-22,2
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	-28,2	-42,7	-28,1	-27,2	-32,0	16,5	-32,8

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração própria. Nota: Variações trimestral e acumulada em relação aos mesmos períodos do ano anterior. Atividades ordenadas pela variação acumulada em 2022.

O desempenho de duas atividades, em particular, merece comentários adicionais. O segmento da confecção experimentou recuos intensos e seguidos ao longo do ano, caracterizando um momento conturbado para o segmento e que pode estar associado a uma limitada capacidade local de competição. Com essa dinâmica, a atividade foi a principal explicação para o recuo observado no total da Transformação em 2022. Outro segmento é o de alimentos, que também recuou fortemente no ano. Neste caso, a explicação está nos efeitos da guerra na Ucrânia sobre o mercado do trigo, um dos principais insumos utilizados localmente. Ao lado do segmento da confecção, a Fabricação de Alimentos foi a segunda maior contribuição para o desempenho negativo da manufatura estadual.

Por fim, é válido observar a evolução da atividade industrial sob a ótica das regiões cearenses. Inicialmente, é necessário ressaltar algumas limitações associadas aos dados utilizados, a saber: (a) a análise se dá a partir dos dados de VAB, derivados do PIB dos municípios e cuja disponibilidade alcança ano de 2019; (b) a análise considera valores correntes e participações estruturais, não se abordando as taxas de crescimento.

A tabela 7 a seguir, apresenta o VAB industrial para as Regiões de planejamento do Estado e a participação de cada uma destas no VAB industrial total do Ceará para os anos de 2010, 2019 e 2020. Nela é possível avaliar a evolução do valor adicionado a preços correntes e, principalmente, a importância relativa de cada região para indústria cearense como tal relevância tem evoluído ao longo dos anos.

Tabela 7: Valor Adicionado Bruto da Indústria e Participação na Indústria Cearense – Regiões de Planejamento do Estado – 2010, 2019 e 2020.

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Indústria, a preços correntes (R\$ 1.000.000)			Participação Indústria Região/Indústria Total Ceará		
	2010	2019	2020	2010	2019	2020
Grande Fortaleza	11.399	18.024	18.364	75,10	73,85	73,21
Sertão de Sobral	888	1.150	1.127	5,85	4,71	4,49
Cariri	766	964	1.075	5,05	3,95	4,28
Vale do Jaguaribe	362	670	779	2,38	2,75	3,11
Litoral Leste	237	585	722	1,56	2,40	2,88
Litoral Norte	274	566	719	1,81	2,32	2,87
Litoral Oeste / Vale do Curu	440	823	609	2,90	3,37	2,43
Sertão Central	266	500	463	1,75	2,05	1,85
Serra da Ibiapaba	110	411	430	0,72	1,68	1,71
Centro Sul	182	233	246	1,20	0,95	0,98
Sertão dos Crateús	112	212	208	0,74	0,87	0,83
Sertão de Canindé	42	111	145	0,28	0,45	0,58
Maciço de Baturité	72	104	134	0,48	0,43	0,54
Sertão dos Inhamuns	26	56	64	0,17	0,23	0,25
Ceará	15.178	24.408	25.084	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração própria.

Considerando as regiões de planejamento que concentraram a maior parcela da produção industrial no Estado, a Grande Fortaleza, que se confunde com a RMF, se manteve como a principal região industrial do estado. Em 2020, a região concentrou 73,21% do valor adicionado total da indústria cearense. Na sequência, mantiveram-se as regiões do Sertão de Sobral e do Cariri com participações, respectivas, de 4,49% e 4,28%.

Na comparação entre 2020 e 2010, as regiões da Grande Fortaleza e do Sertão de Sobral registraram as maiores reduções de participação na indústria total do estado. Na capital e seu entorno, a redução foi de -1,89 p.p. ao passo que no sertão sobralense a perda foi ainda maior, de -1,36 p.p. Na Grande Fortaleza, o destaque da atividade industrial são as produções de alimentos, bebidas, têxtil, vestuário, metalurgia e minerais. No Sertão de Sobral, a indústria de transformação também se sobressai com as atividades de Couro e calçados e Têxtil e Vestuário.

Na direção oposta, com ganhos de participação na indústria cearense, se destacaram as regiões do Litoral Leste e Litoral Norte com as maiores elevações. Na porção leste do litoral, o ganho de participação foi de 1,32 p.p., elevando o

percentual para 2,88% e posicionando a região na quinta posição. Na porção norte do litoral, o ganho foi de 1,06 p.p. Neste caso, a participação chegou a 2,87%, com a região assumindo a sexta colocação entre as quatorze regiões de planejamento.

A análise realizada sintetizou o desempenho da indústria cearense nos anos recentes. Em destaque, tem-se os efeitos da pandemia que alteraram fortemente a dinâmica da economia e da indústria cearense, em particular. De fato, o crescimento em 2019, potencial sinalizador de uma retomada mais firme da atividade, foi suplantado pelo evento excepcional em que se configurou a crise sanitária da Covid-19, onde a retomada de crescimento em 2021 ajudou a suavizar as perdas acentuadas do ano anterior, porém o desempenho negativo da indústria de transformação no ano de 2022 impediu a recuperação do setor aos níveis da pré-pandemia. Já na análise regional, embora não alcançando esse período mais recente, mostrou como os resultados em 2019 e 2020 se dissiparam sobre as regiões estaduais, explicitando um desempenho menos concentrador na capital e mais favorável às regiões litorâneas do estado.

1.1.3. O Setor de Serviços

1.1.3.1. Panorama do Setor de Serviços

A Tabela 8 apresenta a evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado do Ceará de 2016 a 2020. De forma mais específica, o setor de Serviços é o que apresenta a maior participação na composição do PIB conforme dados das contas regionais do IBGE.

Em 2020, o setor de serviços participa com 76,33% do VAB cearense em 2020, último dado disponível, seguido pelas participações da Indústria (17,16%) e da Agropecuária (6,51%). Em 2016, essas participações eram de 76,11%, 19,20% e 4,70%, respectivamente.

Dentre as atividades que compõem o setor de serviços em 2020, a Administração pública (24,75%) é a que detém a maior participação no VAB estadual, seguida pela atividade de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (14,21%) e pelas Atividades Imobiliárias (10,98%) para listar as três mais importantes, todas acima da participação da Indústria de transformação

(8,06%). Em 2016, Administração pública era também o setor com maior participação no VAB estadual, mas levemente inferior, com 23,34%, seguida novamente pelo Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (14,65%) e Atividades Imobiliárias (10,59%).

Tabela 8: Evolução das participações no VAB cearense – 2016 a 2020 (%)

Atividades	2016	2017	2018	2019	2020
Agropecuária	4,70	5,75	5,17	5,14	6,51
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós colheita	2,52	3,65	3,21	3,15	4,04
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,62	1,56	1,50	1,52	1,93
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,55	0,55	0,46	0,47	0,55
Indústria	19,20	17,07	18,09	17,05	17,16
Indústrias extrativa	0,16	0,28	0,31	0,30	0,20
Indústrias de Transformação	8,20	8,47	9,27	8,67	8,06
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,83	3,85	3,67	3,85	4,23
Construção	7,00	4,48	4,83	4,23	4,68
Serviços	76,11	77,18	76,74	77,80	76,33
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14,65	15,89	14,54	14,48	14,21
Transporte, armazenagem e correio	3,03	3,16	3,26	3,25	2,72
Alojamento e alimentação	2,99	3,19	3,34	3,70	2,83
Informação e comunicação	2,04	2,11	2,18	2,53	2,42
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4,86	4,44	3,91	4,21	4,20
Atividades Imobiliárias	10,59	10,37	10,49	10,06	10,98
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	7,59	7,36	8,01	8,11	7,37
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	23,34	23,68	23,67	23,98	24,75
Educação e saúde privadas	3,71	3,77	4,05	4,06	4,04
Outras atividades de serviços	3,30	2,01	2,15	2,28	1,95
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	2,06	1,19	1,15	1,15	0,86
Serviços domésticos	1,25	5,75	5,17	5,14	6,51

Fonte: Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

A Tabela 9 apresenta a evolução das participações das regiões de planejamento no Valor Adicionado Bruto (VAB) da atividade dos serviços – exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social – para os anos de 2002, 2010, 2019 e 2020.

A Região da Grande Fortaleza, que equivale a Região Metropolitana de Fortaleza, concentrou 68,66% do VAB dos serviços cearenses em 2020, seguida pela região do Cariri (7,89%), Sertão de Sobral (3,95%), Vale do Jaguaribe (2,97%) e Centro Sul (2,27%). A participação conjunta dessas cinco regiões caiu de 88,94%, em

2002, para 85,74%, em 2020, explicada principalmente pela perda de participação da região da Grande Fortaleza de 6,11 pontos percentuais (p.p.).

Na comparação entre os anos de 2002 e 2020, treze das catorze regiões ganharam participação no VAB dos serviços cearenses. Os três maiores ganhos de participação foram observados nas regiões do Cariri (+1,61 p.p.); Litoral Norte (+0,74 p.p.) e Serra da Ibiapaba (+0,74 p.p.). Por outro lado, a única perda ocorreu na região da Grande Fortaleza (-6,11 p.p.).

Tabela 9: Regiões de Planejamento com maiores participações na atividade dos serviços (exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social) – Ceará – 2002, 2010, 2019 e 2020

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto dos Serviços, a preços correntes (R\$ 1.000)				Participação Serviços Região/Serviços Total Ceará			
	2002	2010	2019	2020	2002	2010	2019	2020
Grande Fortaleza	8.669.386	24.805.145	53.380.233	51.763.501	74,77	72,80	69,29	68,66
Cariri	728.340	2.428.091	6.109.621	5.950.543	6,28	7,13	7,93	7,89
Sertão de Sobral	396.694	1.243.605	3.044.269	2.978.369	3,42	3,65	3,95	3,95
Vale do Jaguaribe	270.060	785.251	2.243.276	2.240.517	2,33	2,30	2,91	2,97
Centro Sul	247.607	786.775	1.711.683	1.707.643	2,14	2,31	2,22	2,27
Sertão Central	183.599	616.331	1.585.741	1.662.337	1,58	1,81	2,06	2,21
Serra da Ibiapaba	163.826	557.439	1.572.956	1.624.582	1,41	1,64	2,04	2,15
Litoral Norte	160.902	504.017	1.651.451	1.605.055	1,39	1,48	2,14	2,13
Litoral Oeste / Vale do Curu	196.819	715.228	1.436.045	1.384.085	1,70	2,10	1,86	1,84
Sertão dos Crateús	169.922	484.926	1.188.692	1.229.955	1,47	1,42	1,54	1,63
Litoral Leste	147.666	421.349	1.129.482	1.126.130	1,27	1,24	1,47	1,49
Maciço de Baturité	106.672	284.974	777.010	825.348	0,92	0,84	1,01	1,09
Sertão de Canindé	96.623	268.242	740.286	820.065	0,83	0,79	0,96	1,09
Sertão dos Inhamuns	56.011	172.895	467.631	470.065	0,48	0,51	0,61	0,62
Ceará	11.594.125	34.074.269	77.038.375	75.388.196	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE. Nota: Ordenado pelo ano mais recente.

Na Tabela 10 é apresentada a distribuição da participação dos municípios no total do VAB da atividade de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social cearense para os anos de 2002, 2010, 2019 e 2020.

Nota-se que é grande a participação da região da Grande Fortaleza no total do VAB da administração pública. Em 2002, a região concentrava 44,21%. Na sequência, ainda em 2002, têm-se as regiões do Cariri (11,06%), Sertão de Sobral (5,49%), Vale do Jaguaribe (4,65%) e Centro Sul (4,55%), que somadas representaram 69,95% do VAB da administração pública.

Em 2020, a região da Grande Fortaleza manteve-se na liderança com participação de 43,61% do VAB da atividade de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social cearense, seguido pelas regiões do Cariri (11,53%), Sertão de Sobral (5,73%), Litoral Norte (4,59%) e Litoral Oeste/Vale do Curu (4,52%) que, somadas, respondiam por 69,98% do VAB.

Tabela 10: Regiões de Planejamento com maiores participações na atividade da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social – Ceará – 2002, 2010, 2019 e 2020

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Administração pública, a preços correntes (R\$ 1.000)				Participação Administração pública Região/Administração pública Total Ceará			
	2002	2010	2019	2020	2002	2010	2019	2020
Grande Fortaleza	2.603.988	7.264.201	15.296.326	15.775.258	44,21	44,21	44,57	43,61
Cariri	651.697	1.822.420	3.890.104	4.171.271	11,06	11,09	11,33	11,53
Sertão de Sobral	323.333	926.915	1.930.872	2.071.226	5,49	5,64	5,63	5,73
Litoral Norte	249.916	736.046	1.533.962	1.661.362	4,24	4,48	4,47	4,59
Litoral Oeste / Vale do Curu	240.860	707.961	1.525.527	1.633.753	4,09	4,31	4,44	4,52
Vale do Jaguaribe	273.842	735.407	1.488.410	1.621.009	4,65	4,48	4,34	4,48
Sertão Central	264.722	716.459	1.498.187	1.604.778	4,49	4,36	4,37	4,44
Centro Sul	267.732	720.817	1.454.776	1.565.662	4,55	4,39	4,24	4,33
Serra da Ibiapaba	220.113	633.653	1.336.358	1.439.955	3,74	3,86	3,89	3,98
Sertão dos Crateús	251.746	670.760	1.319.480	1.419.618	4,27	4,08	3,84	3,92
Maciço de Baturité	171.107	473.187	962.972	1.031.718	2,90	2,88	2,81	2,85
Litoral Leste	136.117	378.475	791.949	842.762	2,31	2,30	2,31	2,33
Sertão de Canindé	140.998	390.456	783.472	816.040	2,39	2,38	2,28	2,26
Sertão dos Inhamuns	94.253	253.546	509.651	522.862	1,60	1,54	1,48	1,45
Ceará	5.890.425	16.430.304	34.322.047	36.177.276	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

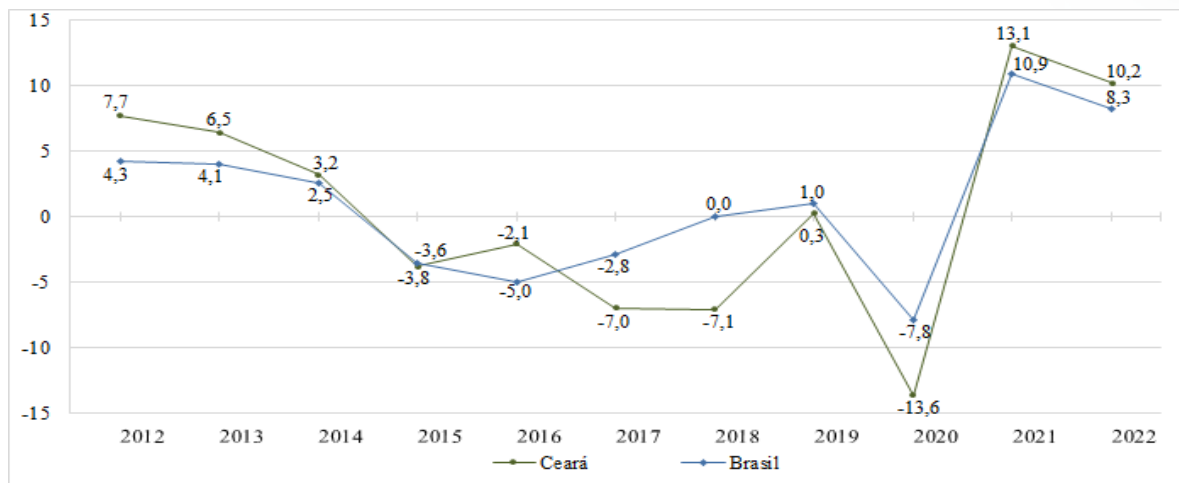
Nota: Ordenado pelo ano mais recente.

Na comparação dos anos de 2002 e 2020, seis das catorze regiões aumentaram sua participação no total do VAB da atividade da administração pública estadual, sendo elas: Cariri (0,47 p.p.), Litoral Oeste/Vale do Curu (+0,43 p.p.), Litoral Norte (+0,35 p.p.), Sertão de Sobral (+0,24 p.p.), Serra de Ibiapaba (+0,24 p.p.) e Litoral Leste (+0,02 p.p.). Por outro lado, das outras oito regiões que tiveram redução de participação, as maiores reduções foram verificadas na Grande Fortaleza (+0,60 p.p.), Sertão dos Crateús (-0,35 p.p.) e Centro Sul (-0,22 p.p.).

1.1.3.2. Pesquisa Mensal dos Serviços

Os serviços empresariais não-financeiros do Ceará, com base na Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)⁴ do IBGE, encerraram o ano de 2022 com crescimento de 10,2%, ante um crescimento dos serviços nacionais de 8,3% revelando, em ambos os casos, uma desaceleração vis-à-vis a 2021, quando haviam crescido 13,1% e 10,9%, respectivamente, no bojo da recuperação diante da reabertura das atividades econômicas por conta da crise sanitária iniciada no final do primeiro trimestre de 2020. O Gráfico 6, a seguir, apresenta esses resultados.

Gráfico 6: Variação Anual (%) da Pesquisa Mensal dos Serviços – Brasil/Ceará, 2012 a 2022



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Pode-se, também, observar pelos resultados acima, que o ciclo econômico dos serviços cearenses está em sua maior parte em consonância com o ciclo nacional tendo este último, por sua vez, alinhado com o ciclo de negócios da economia brasileira.

De forma mais específica, pode-se observar que de 2012 a 2016 a desaceleração dos serviços empresariais não-financeiros cearenses acompanhou a atividade de serviços nacional. Nesse período, a economia brasileira apresentou dois pontos de transição (*turning points*) nos seus ciclos de negócios. Com efeito, de

⁴ A Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) apresenta cinco grandes segmentos, a saber: 1) Serviços Prestados às Famílias; 2) Serviços de Informação e Comunicação; 3) Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares; 4) Transportes, Serviços Auxiliares dos Transportes e Correio; 5) Outros Serviços. Esses segmentos não são iguais aos subsectores daqueles que compõem as estimativas do PIB trimestral o que leva a resultados e interpretações distintas.

acordo com o comunicado do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) de 2009, foi identificada a ocorrência de um vale no ciclo econômico brasileiro no primeiro trimestre de 2009 marcando o fim de um período de recessão e o início de um período de uma expansão econômica.

Por sua vez, de acordo com o comunicado do CODACE de 2017 havia sido identificada a ocorrência de um vale no ciclo de negócios brasileiro no quarto trimestre de 2016. O vale representou o fim de uma recessão que durou 11 trimestres – entre o segundo trimestre de 2014 e o quarto de 2016 – e a entrada do país em um período de expansão a partir do primeiro trimestre de 2017.

Embora a recessão tenha se acabado ainda no primeiro trimestre de 2017, os serviços ainda amargavam forte desempenho negativo, tendo no Ceará recuado 7%. Já em 2018 os serviços do país fecharam estáveis, enquanto o Ceará ainda recuava 7,1%. Finalmente, em 2019, o crescimento do Ceará foi de apenas 0,3% e do Brasil 1%. Em resumo, 2017, 2018 e 2019 foi marcado por uma pequena fase cíclica de expansão da economia brasileira, embora os serviços empresariais não financeiros, principalmente no Ceará, ainda estivessem reticentes.

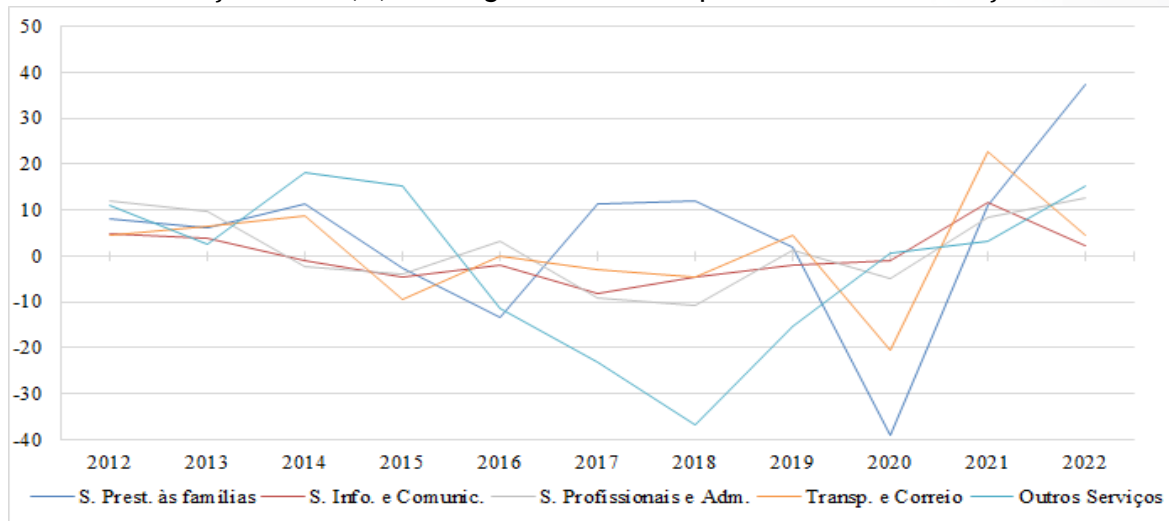
Ainda nesse contexto, de acordo com o comunicado do CODACE de 2020 foi identificada a ocorrência de um pico no ciclo de negócios brasileiro no quarto trimestre de 2019. O pico representa o fim de uma expansão econômica que durou 12 trimestres – entre o primeiro trimestre de 2017 e o quarto de 2019 – e sinaliza a entrada do país em uma recessão a partir do primeiro trimestre de 2020. Como dito, o importante aqui a ser destacado é que esse ciclo de alta teve como uma de suas características um pífio desempenho do setor de serviços.

A pandemia que assolou a economia global no final do primeiro trimestre de 2020 impactou diretamente a atividade econômica nacional e, por conseguinte, o setor de serviços. Conforme o Gráfico 3.8, os serviços empresariais não-financeiros do Estado do Ceará recuaram 13,6% em 2020, ante 7,8% dos serviços nacionais. Embora conforme comunicado de fevereiro de 2023 do CODACE o ciclo de contração econômica tenha durado apenas dois trimestres – o primeiro e o segundo de 2020 e o retorno do país à expansão econômica a partir do terceiro trimestre de 2020 – os

serviços seguiram em terreno negativo ao longo de todo o ano. Não obstante, considerando o forte crescimento em 2021 – 13,1% para o Ceará e 10,9% para o Brasil – houve uma clara recuperação em V do setor.

Para se ter uma dimensão do crescimento do setor, o Gráfico 7 apresenta a evolução anual dos cinco segmentos que compõem o setor de serviços empresariais não-financeiros da PMS do Ceará.

Gráfico 7: Variação Anual (%) dos Segmentos da Pesquisa Mensal dos Serviços – Ceará



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Analisando mais recentemente, o segmento mais atingido dos serviços empresariais não-financeiros cearenses pela pandemia foram os serviços prestados às famílias. Entre as atividades do setor, convém destacar os serviços de alojamento e alimentação – como hotéis, restaurantes e serviços de ambulantes –, atividades culturais e de recreação e lazer, atividades esportivas e serviços pessoais e de educação não continuada, todas elas fortemente atingidas pelas medidas de isolamento social e fechamento de atividades em 2020, mas com reabertura ao longo de 2021 explicando, portanto, o comportamento em V do setor. Em 2020, o segmento recuou 39%, enquanto em 2021 cresceu 11%; em 2022, o setor manteve a boa performance crescendo 37,2%.

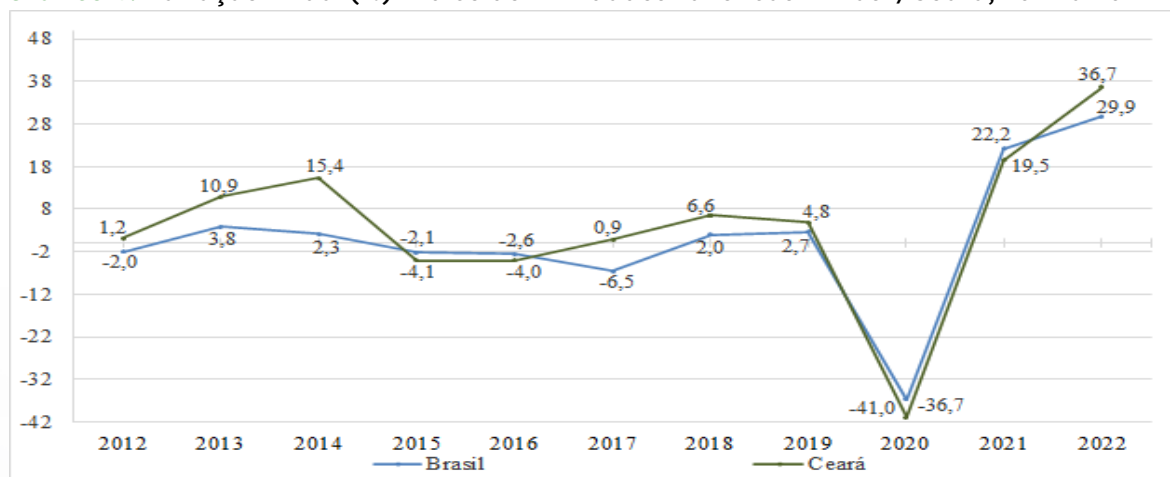
Os outros serviços do Estado foram o segmento que apresentou a segunda maior taxa em 2022, variando em 15,3%. Deve-se também ressaltar que é um setor

composto por uma miscelânea de atividades apresentando ao longo da série histórica alta volatilidade.

Outro grande destaque em 2022 foram os serviços profissionais administrativos e complementares, com crescimento de 12,5%. Já transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e informação e comunicação tiveram desempenho mais modesto com crescimento de 4,6% e 2,2%, respectivamente.

Finalmente, o Gráfico 8 apresenta os dados do Índice de Atividades Turísticas (IATUR) do estado do Ceará e do Brasil. O Índice de Atividades Turísticas é composto por atividades dos segmentos dos serviços prestados às famílias, transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e o segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares. Por conta disso, seu comportamento acaba sendo um reflexo desses setores.

Gráfico 8: Variação Anual (%) Índice de Atividades Turísticas – Brasil/Ceará, 2012 a 2022



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

A atividade turística do Estado do Ceará encerrou o ano de 2022 com uma taxa de crescimento de 36,7%, ante um crescimento do turismo nacional de pouco menos de 30%. Vale ressaltar que essa taxa representa a maior da série histórica disponível.

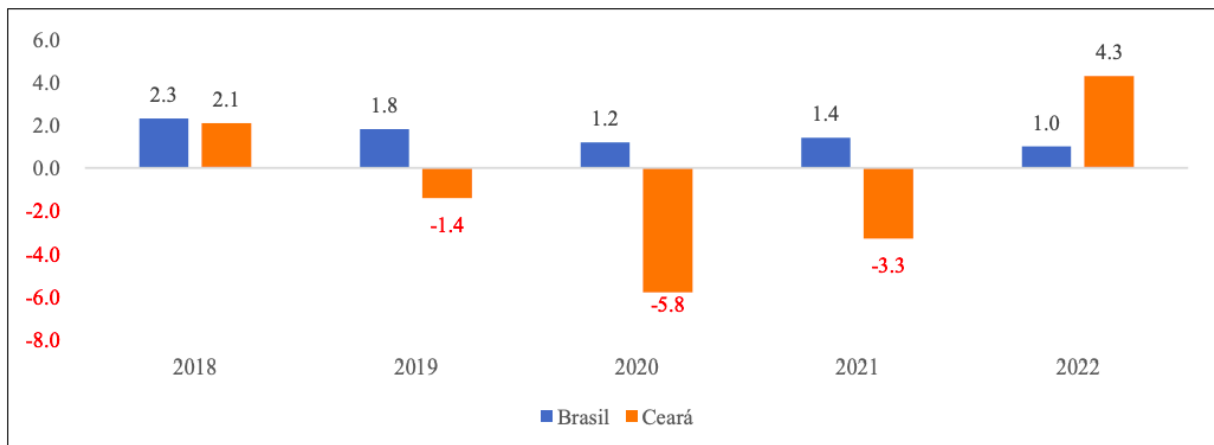
Adicionalmente, o crescimento em 2022 de quase 37% do turismo estadual ocorre diante de uma base já elevada considerando o crescimento de 19,5% em 2021; no Brasil, o crescimento havia sido de 22,2%. Em 2021, o crescimento do

turismo se deu no bojo da retomada da economia após a crise sanitária que atingiu toda a economia mundial em 2020. De fato, em 2020, o recuo do setor havia sido de 41% e 36,7%, respectivamente.

1.1.3.3. Pesquisa Mensal do Comércio

A partir dos dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verifica-se pela análise do Gráfico 9 que é possível comparar o desempenho do varejo comum cearense e nacional no acumulado do ano até dezembro nos últimos cinco anos. Nota-se que o varejo comum cearense registrou uma alta de 4,3% no acumulado até dezembro de 2022, bem acima do desempenho nas vendas do varejo comum nacional de apenas 1,0% no mesmo período. Com este desempenho, o varejo comum estadual recupera parte das perdas registradas nos últimos três anos.

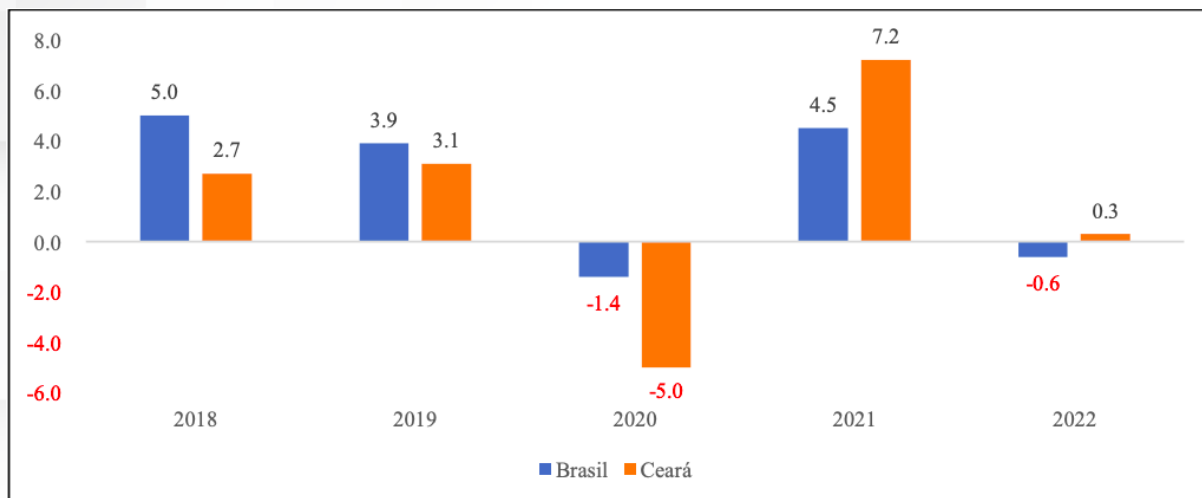
Gráfico 9: Evolução da variação anual das vendas do varejo comum - Brasil e Ceará - acumulado do ano até dezembro/2018 a 2022 (%)



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Na contramão disso, as vendas do varejo ampliado cearense registraram uma alta de apenas 0,3% no acumulado até dezembro de 2022, ficando levemente acima do registrado pelo varejo ampliado nacional que obteve uma alta de 0,6% no mesmo período, também revelado uma forte desaceleração na comparação com o ano de 2021, quando o País havia registrado alta de 4,5% e o estado do Ceará alta de 7,2%, como consequência da recuperação após o primeiro ano da crise da pandemia da Covid-19.

Gráfico 10: Evolução da variação anual das vendas do varejo ampliado - Brasil e Ceará - acumulado do ano até dezembro/2018 a 2022 (%)



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Já pela análise da Tabela 11 é possível conhecer a variação do volume de vendas no acumulado do ano até dezembro do comércio varejista por atividades no Brasil e no Ceará dos últimos cinco anos.

Tabela 11: Variação anual do volume de vendas do comércio varejista por atividades - Brasil e Ceará - 2018 a 2022 (%)

Atividades	Brasil					Ceará				
	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022
Livros, jornais, revistas e papeleria	-14,3	-20,7	-30,6	-16,8	14,8	-13,3	-12,3	-19,0	-25,1	23,5
Combustíveis e lubrificantes	-4,9	0,6	-9,7	0,3	16,6	-2,5	-2,3	-11,0	8,7	11,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	0,2	0,8	-16,2	-2,0	1,7	4,6	-10,1	5,0	0,3	10,4
Tecidos, vestuário e calçados	-1,0	0,1	-22,5	13,7	-0,5	0,2	2,1	-22,6	0,5	9,4
Eletrrodomésticos	0,2	2,8	10,0	-9,2	-5,1	7,5	37,2	-21,8	-11,0	7,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,9	6,8	8,3	9,8	6,3	1,1	1,2	-0,7	4,0	6,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,8	0,4	4,8	-2,6	1,4	2,3	-7,4	1,8	-6,9	4,4
Hipermercados e supermercados	4,0	0,6	6,0	-2,4	1,5	1,3	-8,1	3,8	-5,6	1,1
Móveis e eletrodomésticos	-1,3	3,6	10,6	-7,0	-6,7	3,5	17,6	-15,8	-9,4	0,9
Veículos, motocicletas, partes e peças	15,1	10,0	-13,6	14,9	-1,7	6,5	13,6	-6,5	29,6	-4,9

Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,6	6,1	2,5	12,7	-8,4	6,8	-0,7	-5,6	-5,0	-6,8
Material de construção	3,5	4,2	10,8	4,4	-8,7	-2,8	13,7	5,8	23,2	-7,6
Móveis	-3,3	5,8	11,9	-1,9	-11,1	0,5	-3,8	-7,6	-8,1	-8,9

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE. Ordenado pelo estado do Ceará.

Nota-se que, no acumulado até dezembro de 2022, um total de nove atividades do varejo cearense registrou variações positivas e outras quatro variações negativas na comparação com igual período do ano passado.

As cinco maiores altas foram observadas nas vendas de Livros, jornais, revistas e papelaria (+23,5%); Combustíveis e lubrificantes (+11,7%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+10,4%); Tecidos, vestuário e calçados (+9,4%); e Eletrodomésticos (+7,3%). O crescimento nas vendas de Livros, jornais, revistas e papelaria ocorreu após quatro anos sucessivos de fortes quedas. O aumento nas vendas de Eletrodomésticos também se deu como uma recuperação de parte das perdas observadas nos últimos dois anos.

Por outro lado, as quedas ocorreram nas vendas de Móveis (-8,9%); Materiais de construção (-7,6%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (-6,8%) e Veículos, motocicletas, partes e peças (-4,9%). As vendas de Móveis e de Outros artigos de uso pessoal e doméstico já vêm registrando queda sucessiva pelo quarto ano consecutivo apresentando as sérias dificuldades pelas quais vem passando estas atividades. Em relação aos Materiais de construção, estes apresentaram queda após forte alta observada no ano anterior e nos anos de 2019 e 2020. Por fim, a queda nas vendas de Veículos, motocicletas, partes e peças deu-se também após um ano de forte alta.

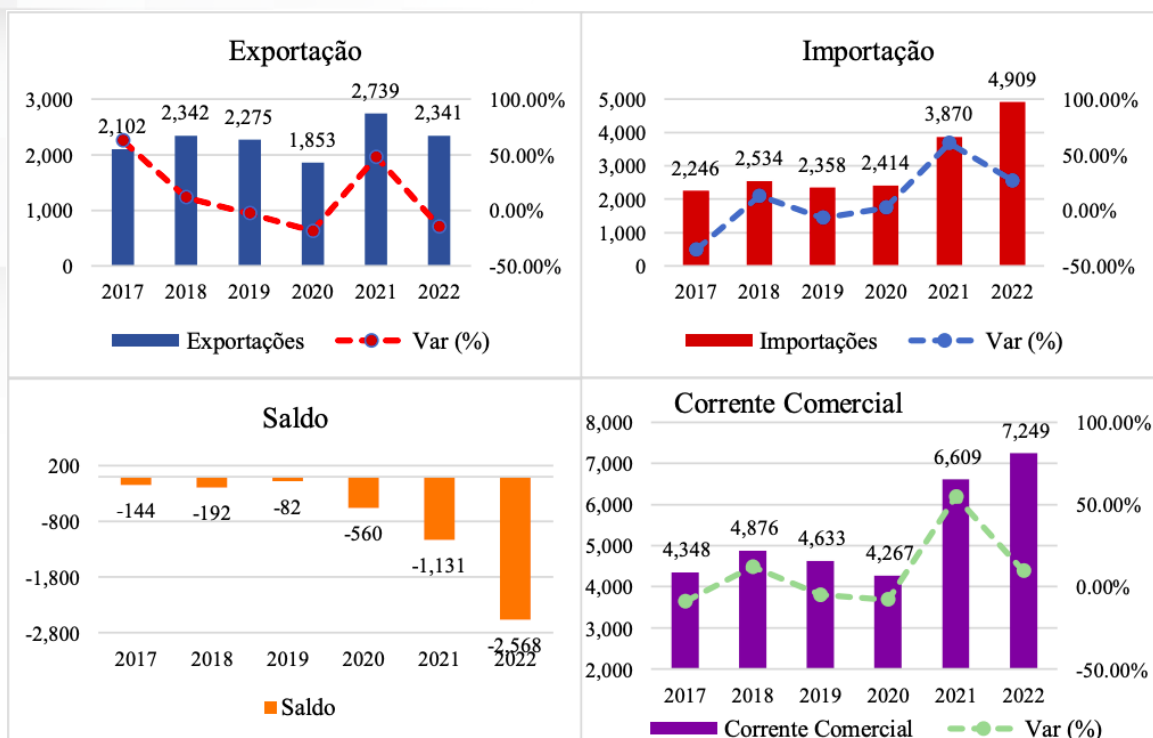
1.1.4. O Comércio Exterior

O desempenho das exportações do Ceará em 2022 voltou a registrar redução quando comparado com 2021, após um ano de forte crescimento. O valor das exportações foi de US\$2,3 bilhões, queda de 14,5% em 2022, comparado com o ano anterior. As importações cearenses de 2022 somaram o valor de US\$4,9 bilhões, valor recorde, com crescimento de 26,8%, com relação a 2021.

O saldo da balança comercial manteve-se negativo (US\$2,6 bilhões), sendo o maior valor dos últimos seis anos. A corrente de comércio somou o valor de US\$7,2

bilhões em 2022, crescimento de 9,7%, com relação ao verificado em 2021 (Gráfico 11).

Gráfico 11: Balança Comercial do Ceará Exportação, Importação, Saldo, Corrente (milhão) - 2017-2022



Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

O município de São Gonçalo do Amarante continuou como o maior exportador cearense em 2022, respondendo por 53,4% do total exportado pelo Ceará, porém registrou queda de 22,2% devido à redução das exportações de produtos metalúrgicos. Fortaleza foi o segundo maior exportador do estado, respondendo por 8,4% das exportações cearenses, seguido de Maracanaú (7,1%), Sobral (5,5%) e Icapuí (2,9%) (Tabela 12).

Dentre os dez principais municípios cearenses que exportaram no ano de 2022, além de São Gonçalo do Amarante, também registraram redução Fortaleza (-30,8%), Caucaia (72,9%) e Aquiraz (12,5%).

As exportações cearenses, em 2022, foram realizadas por 62 municípios. Em 2021 esse número foi de 61 municípios. Verificou-se que as exportações foram mais concentradas em 2021, quando nesse ano os dez principais municípios cearenses

exportadores concentraram 93,8%. Em 2022 os dez principais municípios somaram 86,6% das exportações do estado.

Tabela 12: Principais Municípios Cearenses Exportadores - 2021-2022.

Municípios	2021		2022		Var. (%) 2022/2021
	US\$ FOB	Part. (%)	US\$ FOB	Part. (%)	
São Gonçalo do Amarante	1.606.967.423	58,67	1.249.906.158	53,40	-22,22
Fortaleza	284.520.148	10,39	196.835.328	8,41	-30,82
Maracanaú	134.496.345	4,91	167.032.134	7,14	24,19
Sobral	117.265.190	4,28	128.174.391	5,48	9,30
Icapuí	70.107.018	2,56	69.113.881	2,95	-1,42
Caucaia	196.765.184	7,18	53.269.160	2,28	-72,93
Itapipoca	42.963.387	1,57	48.170.009	2,06	12,12
Aquiraz	49.855.881	1,82	43.609.799	1,86	-12,53
Eusébio	37.636.040	1,37	40.057.243	1,71	6,43
Uruburetama	28.774.238	1,05	32.001.832	1,37	11,22
Demais Municípios	169.751.782	6,20	312.368.151	13,35	84,01
Ceará	2.739.102.636	100,00	2.340.538.086	100,00	-14,55

Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

O município de Fortaleza foi o maior importador em 2022, com participação de 36,0% do total importado pelo estado, correspondendo ao montante de US\$1,765 bilhão. Na sequência estão São Gonçalo do Amarante (25,1%); Maracanaú (12,1%); e Caucaia (10,8%) (Tabela 13).

Em 2022, as importações cearenses foram realizadas por 66 municípios. Os dez principais concentraram 96,5%, mostrando-se mais concentrados do que 2021, quando nesse ano os dez principais participaram com 94,9%.

Tabela 13: Principais Municípios Cearenses Importadores - 2021-2022.

Municípios	2021		2022		Var.(%) 2022/2021
	US\$ FOB	Part.(%)	US\$ FOB	Part.(%)	
Fortaleza	1.552.973.626	40,12	1.768.049.547	36,02	13,85
São Gonçalo do Amarante	782.274.429	20,21	1.230.588.083	25,07	57,31
Maracanaú	331.414.486	8,56	592.436.775	12,07	78,76
Caucaia	559.269.077	14,45	532.003.166	10,84	-4,88
Aquiraz	268.379.801	6,93	402.858.926	8,21	50,11
Eusébio	75.522.368	1,95	75.127.780	1,53	-0,52
Tianguá	15.992.714	0,41	38.966.921	0,79	143,65
Horizonte	49.733.610	1,28	34.596.804	0,70	-30,44
Sobral	35.591.506	0,92	30.802.749	0,63	-13,45

Trairi	1.921.603	0,05	30.686.166	0,63	1496,90
Demais Municípios	197.290.973	5,10	172.512.591	3,51	-12,56
Ceará	3.870.364.193	100,00	4.908.629.508	100,00	26,83

Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

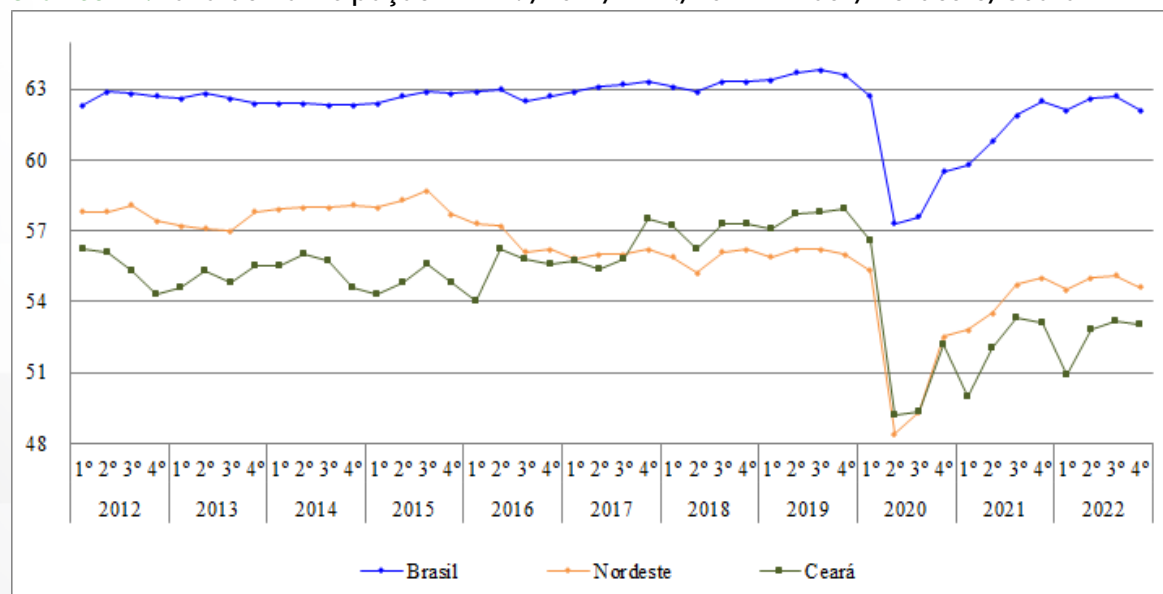
1.1.5. O Mercado de Trabalho

No Gráfico 12, a seguir, apresenta a taxa de participação (TP) do Ceará em um comparativo com o Brasil e o Nordeste a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

A taxa de participação do Estado do Ceará atingiu 53,2% no quarto trimestre de 2022, valor praticamente idêntico ao terceiro de 2021 (53,2%) e o maior atingindo desde o primeiro trimestre de 2020 (56,6%), período ao qual ainda não havia sido impactado pela pandemia da Covid-19.

Em outros termos, a taxa de participação cearense vem se mantendo abaixo do período pré-pandêmico (primeiro trimestre de 2020), momento caracterizado por uma severa quebra estrutural na série histórica do mercado de trabalho. Quando comparada ao quarto trimestre de 2019 (57,9%), ela encontra-se 4,9 pontos percentuais abaixo.

Gráfico 12: Taxa de Participação - 1ºTri. /2012/4ºTri./2022 - Brasil/Nordeste/Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: Termômetro do Mercado de Trabalho - IPECE.

Com base nesses resultados tem-se uma consolidação em termos de mudança de cunho estrutural no funcionamento do mercado de trabalho cearense desde a pandemia da Covid-19. De fato, mesmo quando se compara com a grave crise econômica de 2015-2016 essa taxa de participação revela valores bem abaixo das médias anteriores.

Por outro lado, quando se observa o comportamento do desemprego tem-se um comportamento distinto, seja em termos de desocupação, seja quando medida de uma forma mais ampla através de medidas de subutilização da força de trabalho.

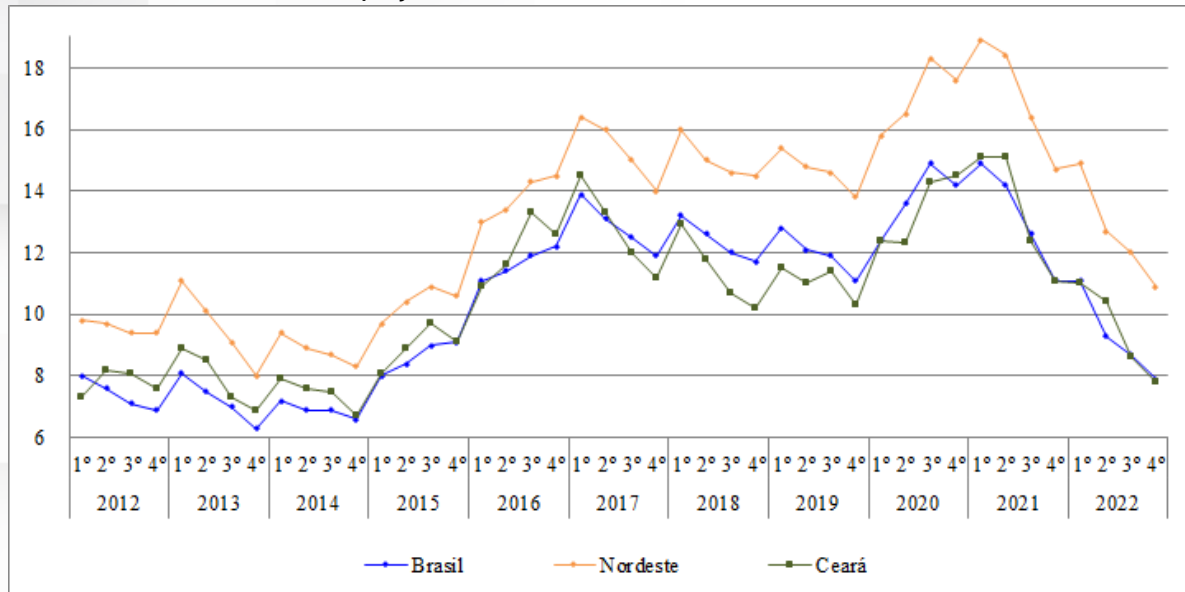
Assim, o Gráfico 13 apresenta a evolução da taxa de desocupação para o Ceará comparada a região Nordeste e ao Brasil. É um indicador de pressão direta do mercado de trabalho na busca por ocupação.

No ano de 2022, no bojo da recuperação econômica plena pós-pandemia, o desemprego recuou. No primeiro trimestre de 2022, mesmo diante da sazonalidade, a taxa caiu levemente quando comparado ao trimestre imediatamente anterior, alcançando 11%. No segundo e terceiro trimestre de 2022, o desemprego continuou em queda.

Por sua vez, no quarto trimestre de 2022 o desemprego cearense voltou a recuar novamente, atingindo a taxa de 7,8%, o que representa uma queda de 3,3 pontos percentuais com relação ao mesmo trimestre do ano anterior e 0,8 ponto percentual em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Para se ter uma dimensão desses resultados, o número de pessoas desocupadas no estado do Ceará alcançou 313 mil pessoas no quarto trimestre de 2022, 126 mil a menos quando comparado ao quarto trimestre de 2021, quando o total de desocupados era de 439 mil.

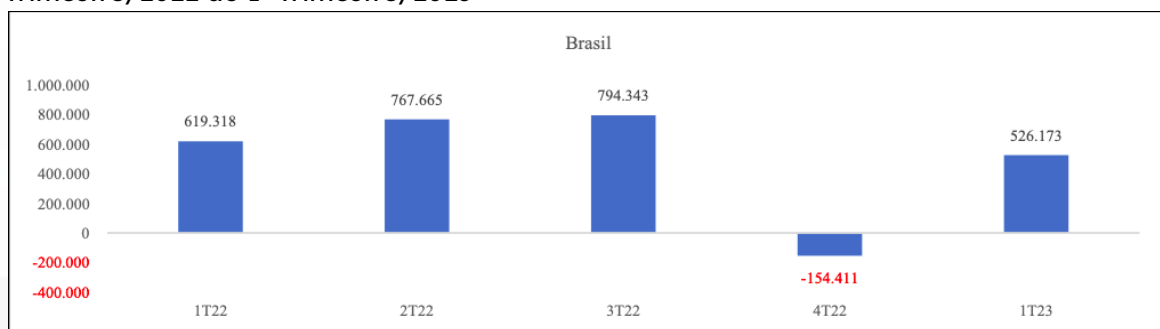
Gráfico 13: Taxa de Desocupação – 1ºTri. /2012/4ºTri. /2022 – Brasil/Nordeste/Ceará

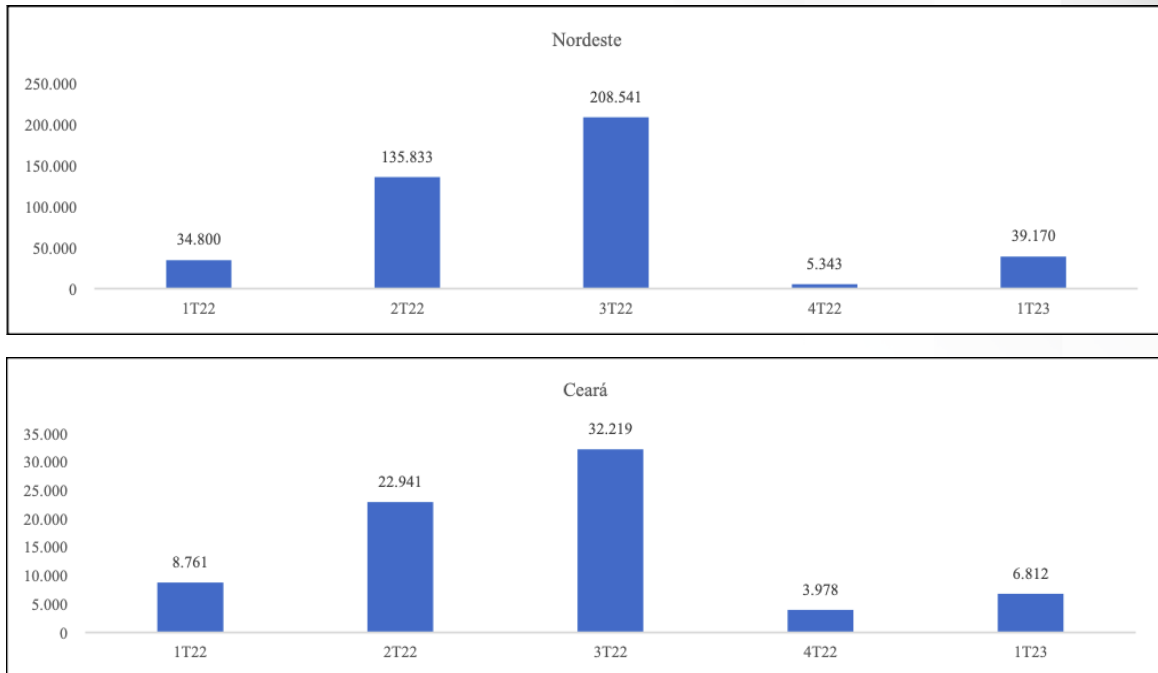


Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: Termômetro do Mercado de Trabalho – IPECE.

Ao se analisar os dados contidos no Gráfico 14 é possível perceber que o Brasil gerou 526.173 vagas de trabalho formal no primeiro trimestre de 2023, revelando uma recuperação frente às perdas de postos de trabalho observados no último trimestre do ano anterior (-154.411 vagas). Contudo, na comparação com o primeiro trimestre de 2022, nota-se uma certa desaceleração no ritmo de geração de empregos formais com carteira assinada na economia brasileira.

Gráfico 14: Evolução do saldo mensal de empregos formais – Brasil, Nordeste e Ceará – 1º Trimestre/2022 ao 1º Trimestre/2023





Fonte: Novo Caged – MTE. Elaboração: IPECE. *Série com ajuste. Data da coleta: 22/05/2023.

Na sequência, a região Nordeste gerou um total de apenas 39.170 vagas de trabalho formal no primeiro trimestre de 2023, também apresentando uma aceleração frente ao resultado pífio observado no último trimestre de 2022, quando a referida região conseguiu gerar apenas 5.343 vagas de trabalho. Na comparação com o primeiro trimestre de 2022 que gerou apenas 34.800 vagas de trabalho é possível concluir que a região está recuperando parte da desaceleração na criação de empregos formais observada no início de 2022.

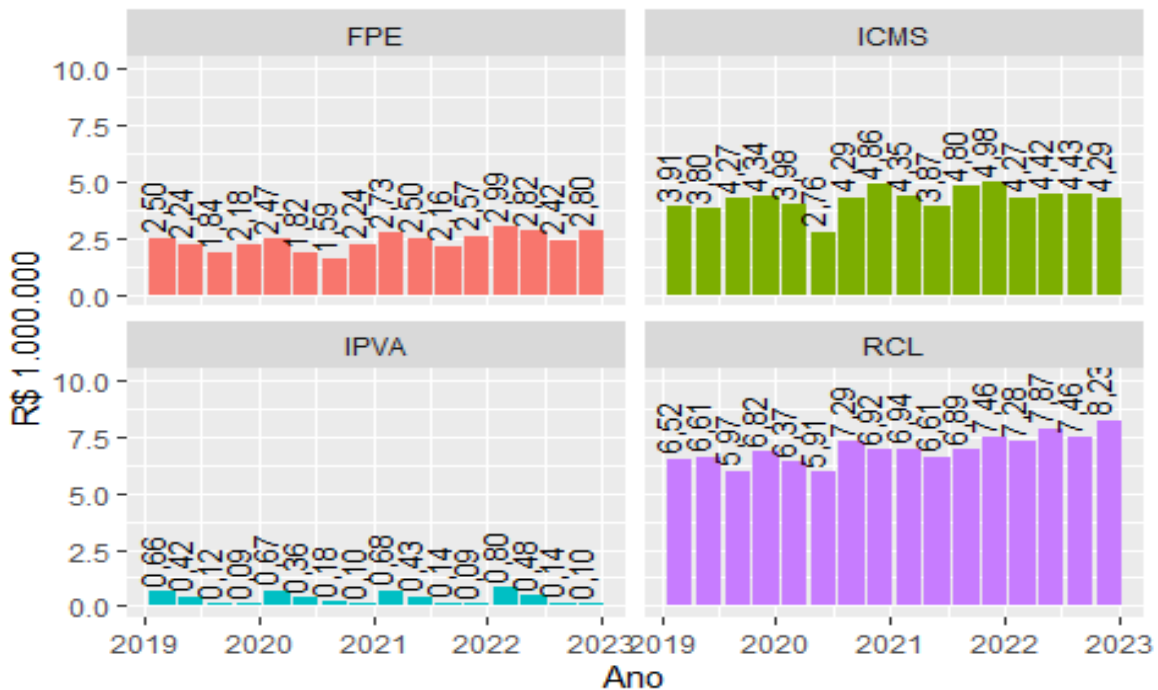
Por fim, o estado do Ceará também gerou um saldo positivo de 6.812 vagas de trabalho formal no primeiro trimestre de 2023, revelando também uma aceleração dos empregos gerados frente ao fraco desempenho do mercado de trabalho local observado no último trimestre de 2022 quando o estado conseguiu gerar apenas 3.978 vagas de trabalho, em função das fortes demissões ocorridas em dezembro como já era esperado. Na comparação com o saldo positivo de empregos observado no primeiro trimestre de 2022, também é possível concluir que o mercado de trabalho cearense registrou desaceleração no período.

1.1.6. Finanças Públicas

No que se refere às finanças públicas do Governo do Estado do Ceará é possível constatar que no quarto trimestre de 2022, comparativamente a idêntico período do ano anterior, houve um aumento na disponibilidade de recursos, para o financiamento das políticas públicas, dado pelo crescimento de 10,4%, ver Gráfico 6.1, das Receitas Correntes Líquidas (RCL) do Ceará.

Esse crescimento é devido, principalmente, ao bom desempenho das receitas de transferências, especialmente as do FPE (Fundo de Participação dos Estados), cujo incremento, quando se compara o quarto trimestre de 2022 com 2021, foi de 10,9%. Quanto ao ICMS, principal fonte de receita do Governo do Estado do Ceará, destaque-se que, no comparativo com o trimestre do ano anterior, houve uma queda de, aproximadamente, R\$ 700 milhões em decorrência da limitação da alíquota de ICMS de produtos como combustíveis e eletricidade, representando uma queda real de 13,8% entre os dois períodos.

Gráfico 15: Receita Corrente Líquida e Principais Fontes de Receitas do Governo do Estado do Ceará (R\$ 1.000.000 de 12/2022)



Fonte: SISTN
Obs.: Corrigido pelo IPCA

O desempenho do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) destaca-se de forma positiva, dado o crescimento de 13,7% quando se considera o valor acumulado durante todo o ano.

Deve-se mencionar que, até dezembro de 2022, a RCL estadual acumulou R\$30.849 milhões, representando um crescimento de 10,6% frente aos R\$27.905 milhões do ano de 2021. O decréscimo do ICMS, no acumulado do ano, foi de 3,2% (de R\$17.990 milhões para R\$17.410 milhões) e o FPE aumentou 10,9% (de R\$9.953 milhões para R\$11.034 milhões).

1.2. Perspectivas da Economia Cearense

O crescimento da economia mundial para o ano de 2023, conforme projeção do Fundo Monetário Internacional⁵ (FMI), está previsto em uma taxa de 2,8%. A projeção atual encontra-se um pouco abaixo do valor apresentado no relatório de janeiro de 2023, onde registrava-se uma previsão de crescimento de 2,9%. A economia americana, assim como as principais economias europeias vêm adotando uma política monetária restritiva, a partir do aumento das taxas de juros, com o objetivo de controlar a inflação, o que vem encarecendo o crédito e consequentemente diminuindo o volume de produção nas indústrias e o consumo das famílias. Além disso, a continuidade da guerra entre Rússia e Ucrânia, no qual já faz mais de um ano, é um limitador para a redução inflacionária, dado o encarecimento do preço dos alimentos, da energia elétrica e do petróleo. O FMI projeta que a inflação global reduza de 8,7% em 2022, para 7,0%, em 2023 e 4,9% em 2024, mas ainda apresentando níveis acima do período pré-pandêmico (2017-2019) de cerca de 3,5%. O FMI projeta uma expansão de 3,0% para a economia global em 2024.

Para o ano de 2023 a economia estadual deve se beneficiar do crescimento esperado para o setor da Agropecuária e para o setor de Serviços. Por outro lado, a Indústria ainda deve apresentar um crescimento modesto, limitando suas contribuições para o total da economia. Na Agropecuária, a previsão de bom desempenho se apoia nos efeitos positivos da boa quadra chuvosa e no crescimento das atividades da pecuária. Já no tocante à produção agrícola, as estimativas

⁵ Fundo Monetário Internacional (FMI): *World Economic Outlook/Update* de abril de 2023.

indicam um comportamento heterogêneo entre as lavouras, o que limita a expansão do segmento apesar das boas chuvas.

No Serviços, a expectativa de crescimento reflete, principalmente, a influência da conjuntura macroeconômica nacional, em que se destaca a melhoria do quadro de estabilidade dos preços dos bens e serviços, o que tem efeitos positivos e diretos sobre o poder de compra das famílias e aponta para redução da taxa básica de juros da economia. Adicionalmente, mantém-se o destaque para o aumento do poder de compra a partir da revisão do salário-mínimo, do ajuste nas faixas do imposto de renda e da ampliação dos repasses do bolsa família. Tais iniciativas beneficiam, em especial, os trabalhadores de menor renda e a população mais carente, que têm maior propensão ao consumo. Localmente, destacam-se as políticas de incentivo a geração e a manutenção dos empregos por parte do Governo Estadual e as políticas de redução das desigualdades e de mitigação da pobreza, como o lançamento do Programa Ceará Sem Fome, que deve ampliar a transferência de recursos para as famílias mais vulneráveis, estimulando a produção e o comércio de alimentos.

A Indústria Geral do Ceará deve apresentar em 2023 um cenário de estabilidade em relação ao ano de 2022. A manutenção deste cenário é explicada pelo desempenho do segmento da transformação, que não deve registrar forte expansão no ano corrente, a despeito da melhoria no cenário macroeconômico. De todo modo, a previsão positiva, ainda que modesta, se deve ao desempenho esperado na geração de energia, com destaque para fontes eólica e solar. A atividade também deve iniciar uma trajetória mais bem comportada de produção, sem os impactos intensos do acionamento e desligamento das usinas térmicas. Soma-se a isso, o desempenho da construção civil que deve ser estimulado pelos investimentos já citados anteriormente e pelo programa do Governo Federal, Minha Casa Minha Vida, o que pode reduzir os efeitos do arrefecimento já esperado para este ano.

Dadas as perspectivas analisadas acima, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, projetou para o período de 2023 a 2026, taxas de crescimento do PIB estadual de 1,94% para 2023, de 1,53% para 2024, 2,70% para 2025 e 2,71% para 2026, sendo superiores às taxas previstas de crescimento do PIB

nacional para o mesmo período de análise. Em resumo, os indicadores macroeconômicos verificados para o ano de 2022 e previstos para o período 2023-2026 são apresentados na Tabela 14 a seguir:

Tabela 14: Variáveis Macroeconômicas de 2022 e Previsões para 2023-2026.

Variáveis	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	5,79	5,42	4,04	3,90	3,88
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	2,90	1,84	1,27	1,80	1,95
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	0,96	1,94	1,53	2,70	2,71
PIB Ceará (R\$ Milhões)	207.087	222.547	235.080	250.843	267.637
Câmbio (R\$/US\$) - Fim do período	5,22	5,10	5,17	5,20	5,26
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período (%a.a.)	13,75	12,50	10,00	9,00	8,75

Fonte: Relatório Focus/BCB (09/06/2023), IBGE e IPECE.

OBS: Para o ano de 2022 a Taxa de câmbio é a comercial para venda (R\$ /US\$) - Fim do período, tendo como fonte o Banco Central do Brasil (BCB);

Os valores do PIB em 2022 são estimativas, enquanto para o período 2023-2026 são previsões, ambas realizadas pelo IPECE, para o caso do Ceará, e pelo Focus/BCB para o caso do Brasil. Todas as previsões são passíveis de alterações até a divulgação dos dados definitivos.

2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO PERÍODO RECENTE

O Estado, além de almejar o crescimento de sua economia, espera que ele seja traduzido em bem-estar para a população cearense, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva. Pela análise dos últimos dados do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da ONU o Ceará melhorou seu nível de desenvolvimento⁶. Menciona-se que em 2012 o Ceará ocupava a 15ª colocação no ranking entre os estados, passando para a 12ª em 2021. Avaliando apenas os estados da região Nordeste, constata-se que o Ceará tanto em 2012 como em 2021 ocupou a 1ª posição, demonstrando que o Estado em sua região teve as melhores condições de desenvolvimento humano de sua população, relacionadas, sobretudo, à renda, à educação e à longevidade.

Esta seção traz o panorama recente das condições sociais dos cearenses, passando por uma breve análise do comportamento da dinâmica populacional e das condições de saúde, educação, condição de domicílios, pobreza e desigualdade.

⁶ https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/07/ipece_informe_230_26Jul_2023.pdf

2.1 Aspectos Demográficos

Os estudos demográficos têm por objetivo analisar aspectos inerentes a populações humanas, tais como a sua evolução no tempo, a distribuição espacial, a composição e as suas características gerais, sendo muito importantes no tocante ao planejamento de políticas públicas.

Uma preocupação fundamental nos estudos demográficos corresponde a projeção do tamanho populacional em determinado momento, assim como a avaliação dos possíveis fenômenos que determinam ou afetam esse tamanho, tais como os nascimentos, os óbitos e a migração. Além da preocupação com o tamanho e o crescimento da população, o estudo da composição populacional por raça, idade e sexo também é bastante relevante, principalmente pela sua repercussão sobre os fenômenos sociais e econômicos.

Neste contexto, a Tabela 15 mostra dados censitários relativos ao estado do Ceará para a série temporal que se inicia no ano de 1970 e vai até o ano de 2022. O contingente populacional cearense atingiu a marca de 8.791.688 pessoas em 2022, correspondendo praticamente ao dobro da população quando comparado ao ano de 1970.

Analisando especificamente o período referente aos dois últimos censos demográficos (2010-2022), constata-se que o Ceará registrou um aumento absoluto em sua população de 339.307 habitantes, o que equivale a um crescimento relativo de 4%.

Tabela 15: População residente - Ceará, Nordeste e Brasil - 1970/2022

Região	População Residente (n.º)					
	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799	203.062.512
Nordeste	28.111.551	34.815.439	42.497.540	47.741.711	53.081.950	54.644.582
Ceará	4.361.603	5.288.429	6.366.647	7.430.661	8.452.381	8.791.688

Fonte: Censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022 - IBGE. Elaboração: IPECE.

Verifica-se, ainda, que a população cearense representava 15,52% da população da região Nordeste e 4,68% da população do Brasil, em 1970. Na década de 1980 e 1990, estes percentuais apresentaram uma redução, retomando

novamente o crescimento relativo a partir da década de 2000, observando-se em 2022 os valores de 16,09% e 4,33%, respectivamente, para o Nordeste e o país.

Quanto ao número de habitantes por municípios, apresenta-se na Tabela 16 os dez maiores e dez menores municípios para os anos de 2010 e 2022. Averigua-se que os dez maiores municípios continuaram os mesmos, sendo que quatro deles situam-se na Região Metropolitana de Fortaleza. Observa-se, também, que a capital do Estado teve uma leve perda na participação no período estudado, passando de 29,01% em 2010 para 27,62% do total da população cearense em 2022, evidenciando um maior crescimento populacional no interior do Estado.

Tabela 16: População residente dos dez maiores e menores municípios - 2010/2022

Municípios	População Total 2010		Municípios	População Total 2022	
	N.º	%		N.º	%
Ceará	7.430.661	100,00	Ceará	8.452.381	100,00
10 maiores			10 maiores		
Fortaleza	2.452.185	29,01	Fortaleza	2.428.678	27,62
Caucaia	325.441	3,85	Caucaia	355.679	4,05
Juazeiro do Norte	249.939	2,96	Juazeiro do Norte	286.120	3,25
Maracanaú	209.057	2,47	Maracanaú	234.392	2,67
Sobral	188.233	2,23	Sobral	203.023	2,31
Crato	121.428	1,44	Itapipoca	131.123	1,49
Itapipoca	116.065	1,37	Crato	131.050	1,49
Maranguape	113.561	1,34	Maranguape	105.093	1,20
Iguatu	96.495	1,14	Iguatu	98.064	1,12
Quixadá	80.604	0,95	Quixadá	84.165	0,96
10 menores			10 menores		
Antonina do Norte	6.984	0,08	Umari	6.871	0,08
Altaneira	6.856	0,08	Altaneira	6.782	0,08
Senador Sá	6.852	0,08	General Sampaio	6.734	0,08
Ereré	6.840	0,08	Ereré	6.474	0,07
General Sampaio	6.218	0,07	Pacujá	6.175	0,07
Potiretama	6.126	0,07	Potiretama	5.974	0,07
Baixio	6.026	0,07	São João do Jaguaribe	5.855	0,07
Pacujá	5.986	0,07	Baixio	5.704	0,06
Granjeiro	4.629	0,05	Guaramiranga	5.654	0,06
Guaramiranga	4.164	0,05	Granjeiro	4.841	0,06

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 2010 e 2022. Elaboração: IPECE.

Neste viés de análise, exhibe-se na Tabela 17 o quantitativo populacional por regiões de planejamento nos dois últimos censos demográficos. Analisando a participação da população de cada área geográfica em relação à população total do Estado nos últimos doze anos, constata-se que a região da Grande Fortaleza elevou um pouco sua contribuição, passando de 44,26% no ano 2010 para 44,40%

em 2022, implicando em uma grande densidade populacional dessa região quando comparada às demais.

Tabela 17: População residente - Regiões de Planejamento - 2010/2022

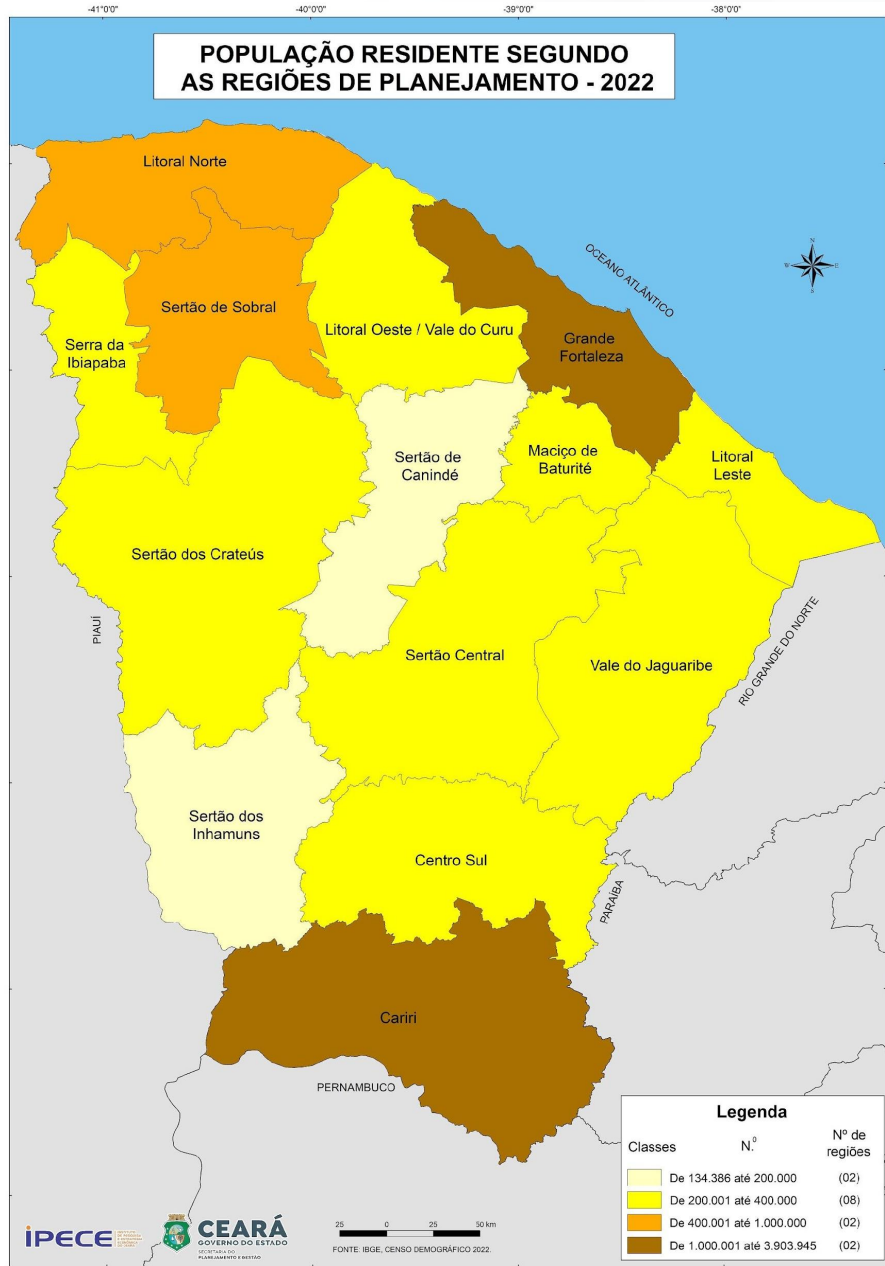
Regiões de Planejamento	2010		2022		Taxa de variação (%)
	Nº.	%	Nº.	%	
CEARÁ	8.452.381	100,00	8.791.688	100,00	4,01
Cariri	962.018	11,38	1.031.157	11,73	7,19
Centro Sul	376.478	4,45	353.269	4,02	-6,16
Grande Fortaleza	3.741.198	44,26	3.903.945	44,40	4,35
Litoral Leste	191.231	2,26	206.190	2,35	7,82
Litoral Norte	373.775	4,42	411.333	4,68	10,05
Litoral Oeste / Vale do Curu	364.116	4,31	385.481	4,38	5,87
Maciço de Baturité	230.523	2,73	232.866	2,65	1,02
Serra da Ibiapaba	335.506	3,97	363.415	4,13	8,32
Sertão Central	373.278	4,42	379.076	4,31	1,55
Sertão de Canindé	195.281	2,31	188.666	2,15	-3,39
Sertão de Sobral	460.463	5,45	483.638	5,50	5,03
Sertão dos Crateús	342.696	4,05	340.638	3,87	-0,60
Sertão dos Inhamuns	130.799	1,55	134.386	1,53	2,74
Vale do Jaguaribe	375.019	4,44	377.628	4,30	0,70

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

O incremento na participação populacional do Estado também foi verificado nas regiões do Litoral Norte, Serra da Ibiapaba, Litoral Leste, Cariri, Litoral Oeste / Vale do Curu, Sertão de Sobral, Sertão dos Inhamuns, Sertão Central, Maciço de Baturité e Vale do Jaguaribe, evidenciando uma maior dinâmica demográfica nestas áreas. Em contrapartida, as demais regiões perderam participação no total da população cearense, com a maior redução constatada no período 2010/2022, respectivamente, nas regiões do Centro Sul, Sertão de Canindé e Sertão dos Crateús.

A Figura 1 exibe a distribuição populacional para o ano de 2022 conforme as regiões de planejamento, verificando-se que a maior parte das regiões possuem contingente populacional entre 200 mil e 400 mil habitantes.

Figura 1 População residente segundo às regiões de planejamento, 2022.



Elaboração IPECE

O IBGE ainda não disponibilizou os dados populacionais do Censo 2022 por sexo, faixa etária e raça. Desse modo, recorreu-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para avaliação da composição populacional do Ceará. Nessa conjuntura, a Tabela 18 exhibe a distribuição da população do Estado conforme o sexo, a cor ou raça autodeclarada para o ano de 2022.

Observa-se que 48,3% da população era de homens e 51,7% mulheres. A maior parcela da população cearense se autodeclarou da cor parda (64,9%), vindo em seguida à branca (27,1%) e a preta (6,8%). Ressalta-se que na pesquisa da PNADC do IBGE não são disponibilizadas estimativas das populações autodeclaradas como amarelas e indígenas.

Tabela 18: Percentual da população por sexo, cor ou raça - Ceará - 2022

Cor ou raça	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Branca	12,6	14,5	27,1
Preta	3,7	3,1	6,8
Parda	31,5	33,4	64,9
Total	48,3	51,7	100,0

Fonte: PNADC, IBGE. Elaboração: IPECE.

Outro importante aspecto a ser considerado em estudos demográficos é o comportamento da estrutura etária da população. Nesse aspecto, os grupos etários, tradicionalmente, avaliados são os jovens menores com idade entre 0 e 14 anos, os adultos ou população em idade ativa, 15 a 59 anos, e a população idosa, conforme definido no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), com idade igual ou superior a 60 anos.

Deste modo, a Tabela 19 exhibe a evolução, no período 2012/2022, desses três grupos etários para o Ceará, destacando-se uma redução significativa da participação do grupo etário de 0 a 14 anos no total da população nos últimos dez anos, passando de 25,8% para 21,6%. Em contrapartida, o grupo da população idosa aumentou sua participação na população do Estado na última década, saindo de 10,9% em 2012 para 16% em 2022. Esses dados evidenciam o processo de envelhecimento da população cearense, fruto da transição demográfica que também está ocorrendo em nível nacional.

Tabela 19: Percentual da população por grandes grupos etários - Ceará - 2012/2022

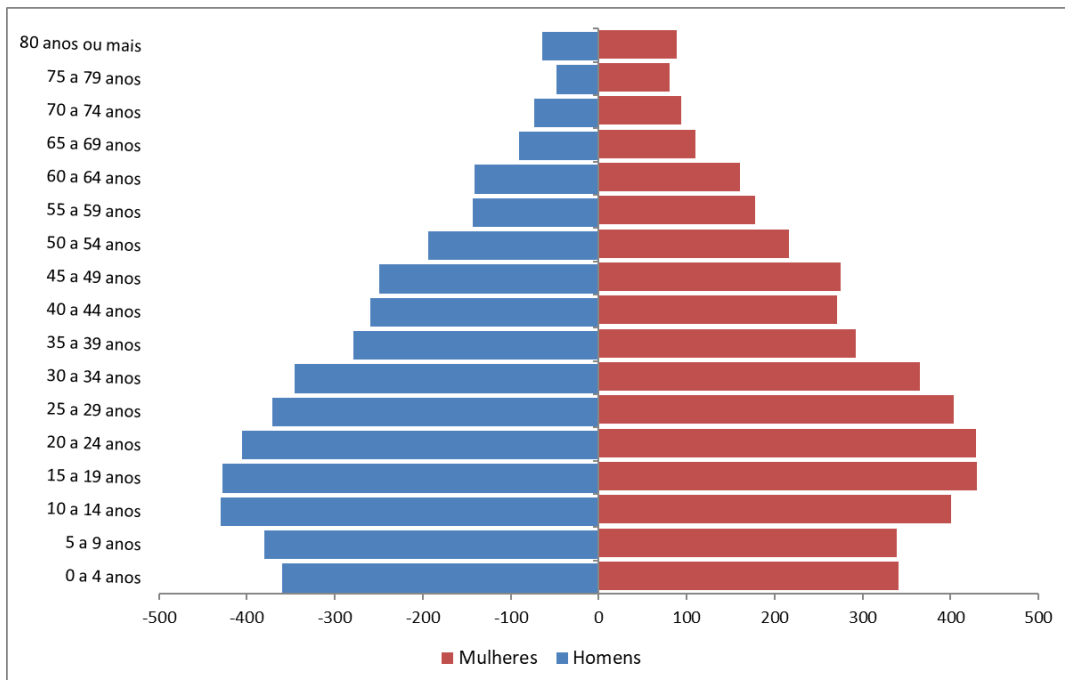
Ano	Grandes Grupos Etários		
	0 a 14 anos	15 a 59 anos	60 anos ou mais
2012	25,8	63,3	10,9
2022	21,6	68,8	16,0

Fonte: PNADC, IBGE. Elaboração: IPECE.

Nesta conjuntura, apresentam-se nos Gráficos 16 e 17 a pirâmide etária do Ceará para os anos de 2012 e 2022. Examinando os referidos gráficos evidencia-se um processo de estreitamento da base da pirâmide, resultado da queda da taxa de fecundidade no Estado ao longo dos últimos anos, contribuindo, desta forma, para a diminuição da proporção de crianças e jovens na população.

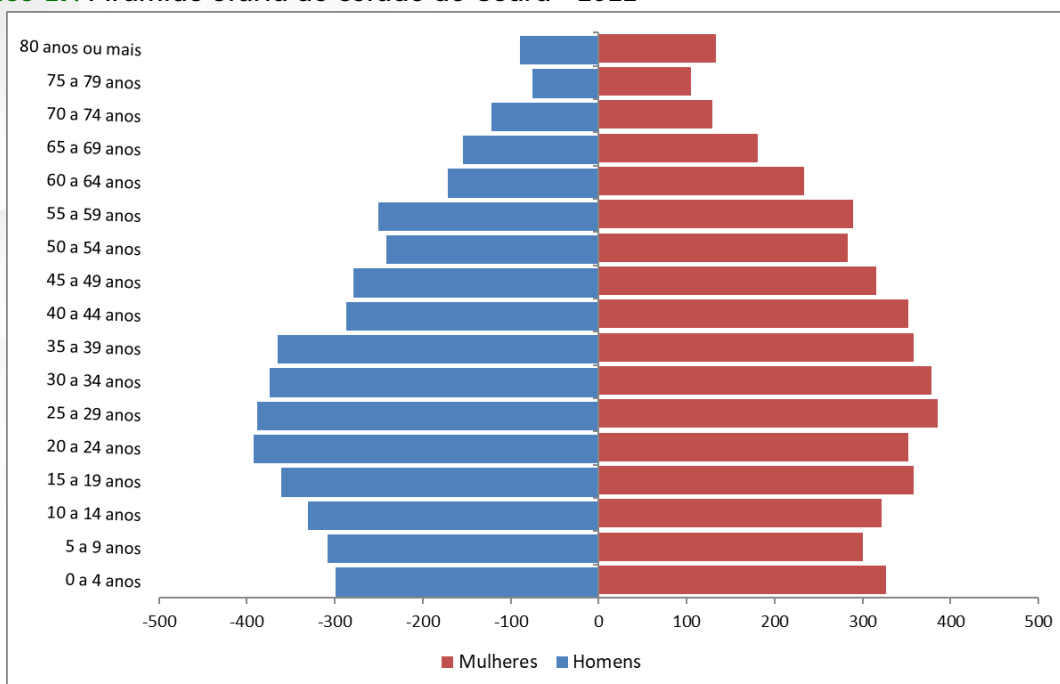
Por sua vez, a diminuição da taxa de mortalidade acarreta a elevação da expectativa de vida, provocando o alargamento do topo da pirâmide em decorrência de um significativo aumento da participação da população de 60 anos ou mais de idade. Especificamente, percebe-se uma tendência de incremento da participação das faixas com 50 anos ou mais, com destaque para o grupo de pessoas com idade superior a 70 anos.

Gráfico 16: Pirâmide etária do estado do Ceará - 2012



Fonte: PNADC, IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 17: Pirâmide etária do estado do Ceará - 2022



Fonte: PNADC, IBGE. Elaboração: IPECE.

Neste contexto, os fenômenos demográficos referentes a diminuição da participação de jovens e aumento da participação de idosos, que atingem não somente a população cearense, mas também a de todo o país, deverão nortear mudanças significativas nas políticas públicas nas próximas décadas. É presumível que a demanda atualmente existente por vagas no ensino fundamental seja aliviada em médio prazo, devendo dar mais possibilidade ao Governo para implementar medidas inovadoras de melhoria da qualidade do ensino. Por outro lado, o envelhecimento da população deve ensejar por parte do Governo estadual o delineamento de políticas específicas para cuidar dessas pessoas, contemplando, por exemplo, aspectos vinculados à melhoria nas condições de saúde da população idosa, à acessibilidade aos lugares públicos e o financiamento das aposentadorias.

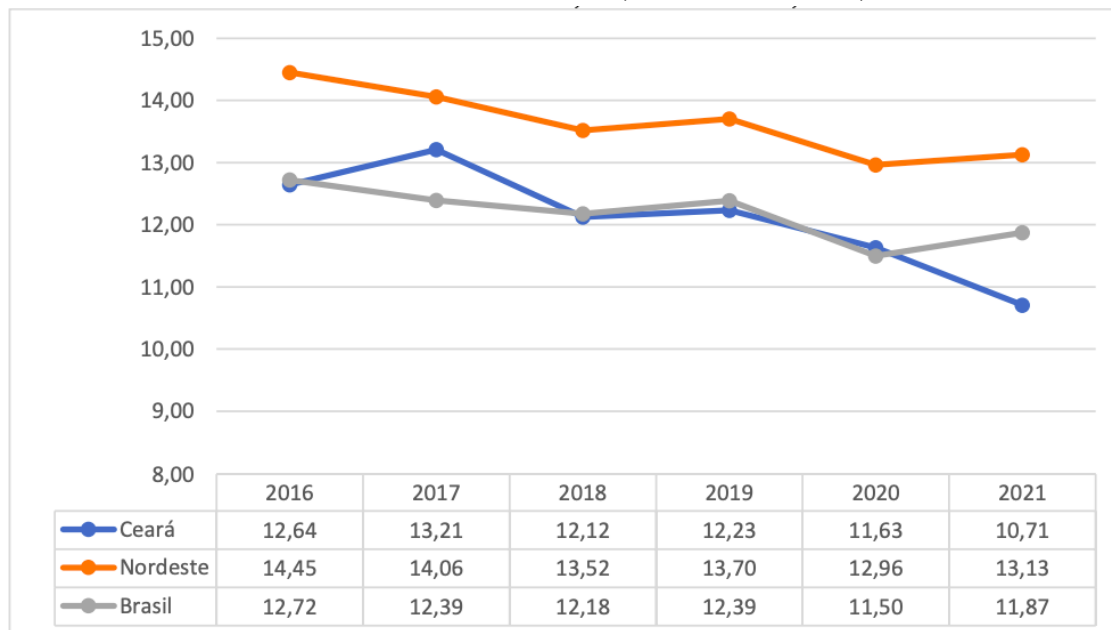
2.2 Saúde

Inquestionavelmente, a saúde é um dos bens mais preciosos que o indivíduo possui e constitui condição indispensável para desenvolver todas as suas potencialidades. Desta forma, fica evidente a necessidade da análise de alguns dos principais indicadores desta dimensão.

Historicamente, a taxa de mortalidade infantil é tida como um dos indicadores mais importantes na avaliação da saúde e da qualidade de vida de uma população. Com tal indicador, estima-se o risco de uma criança nascida no estado vir a óbito antes do seu primeiro ano de vida. Conseqüentemente, baixos índices de mortalidade infantil apontam para melhorias significativas nos serviços ofertados de atenção primária à saúde, melhor acesso à realização do pré-natal, maior cobertura vacinal, bem como a melhoria da qualidade nos serviços de saúde ofertados à população. Servindo, portanto, de norte para elaboração de políticas públicas em saúde.

Conforme apresentado pelo Gráfico 18, o Ceará apresentou reduções consistentes neste indicador, chegando, em 2021, a patamares inferiores à média nacional (11,87 óbitos por mil nascidos vivos) para o mesmo ano. Considerando o período de 2016 a 2021, observa-se uma redução de -15%, que resultou em uma taxa de 10,71 óbitos infantis por mil nascidos vivos, em 2021.

Gráfico 18: Taxa de Mortalidade Infantil -Ceará, Nordeste e Brasil, 2016 a 2021



Fonte: MS/SVS/CGIAE/SINASC – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração: IPECE.

Junto ao indicador de taxa de mortalidade infantil, é importante ressaltar que a mortalidade materna ainda carece de maior foco na agenda de políticas públicas. Em 2021, somaram-se 139 óbitos maternos, o que representa uma Razão de Mortalidade Materna de 115,6 óbitos por cem mil nascidos vivos. Isto é, para este

indicador, observa-se um aumento de 87% no período de 2016 a 2021. Além do agravante deste patamar estar distante da meta 3.1, estabelecida no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3⁷ (sendo esta de no máximo 30 mortes por 100 mil nascidos vivos, para o Brasil), destaca-se a maior vulnerabilidade de mulheres negras, uma vez que, entre os óbitos maternos, em 2021, quase 80% (108 óbitos) foram de mulheres pertencentes a este grupo étnico/racial.

Também em 2021, as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs)⁸ foram responsáveis pelo total de 41% (12.098 óbitos) do quadro total de óbitos precoces (30 a 69 anos) no estado. Isto é, considerando que, em 2016, as DCNTs foram responsáveis por 56% dos óbitos precoces, observa-se uma redução da representatividade deste tipo de morbimortalidade na população. E tal redução representa um indicativo de uma melhora na qualidade de vida da população cearense como um todo. Principalmente no que diz respeito a hábitos que representam fatores de risco para estas doenças, tais como sedentarismo, hábitos alimentares não saudáveis, tabagismo e consumo de bebidas alcoólicas.

Entre os norteadores de políticas públicas voltados para a área de saúde e bem-estar da população, soma-se outro importante indicador, o de esperança de vida ao nascer, cuja síntese representa os efeitos de uma série de melhorias e avanços nas condições de saúde existentes, tanto preventivas como curativas. A esperança de vida ao nascer cresceu 1% no Ceará, tanto no geral, quanto para homens e mulheres. Em 2021, a esperança de vida ao nascer no Ceará correspondia a 74,88 anos de idade no total, 70,95 para homens e 78,84 para mulheres.

2.3. Condições dos Domicílios Particulares

Em 2022, a PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou 74,1 milhões o número de domicílios particulares no Brasil sendo que 19,3 milhões estavam na região nordeste e 3 milhões estavam no Ceará. Com o número médio de

⁷ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>

⁸ As Doenças Crônicas Não Transmissíveis abrangem o grupo das neoplasias (C00-C97), Doenças do Aparelho Circulatorio (DAC, I00 - I-99), Doenças do Aparelho Respiratório (DAR, J-30 - J98) e a diabetes mellitus (E-10 - E-14).

três moradores, o Ceará assim como o Nordeste (3,0) teve média próxima a encontrada para o Brasil (2,9), como mostra a tabela 20.

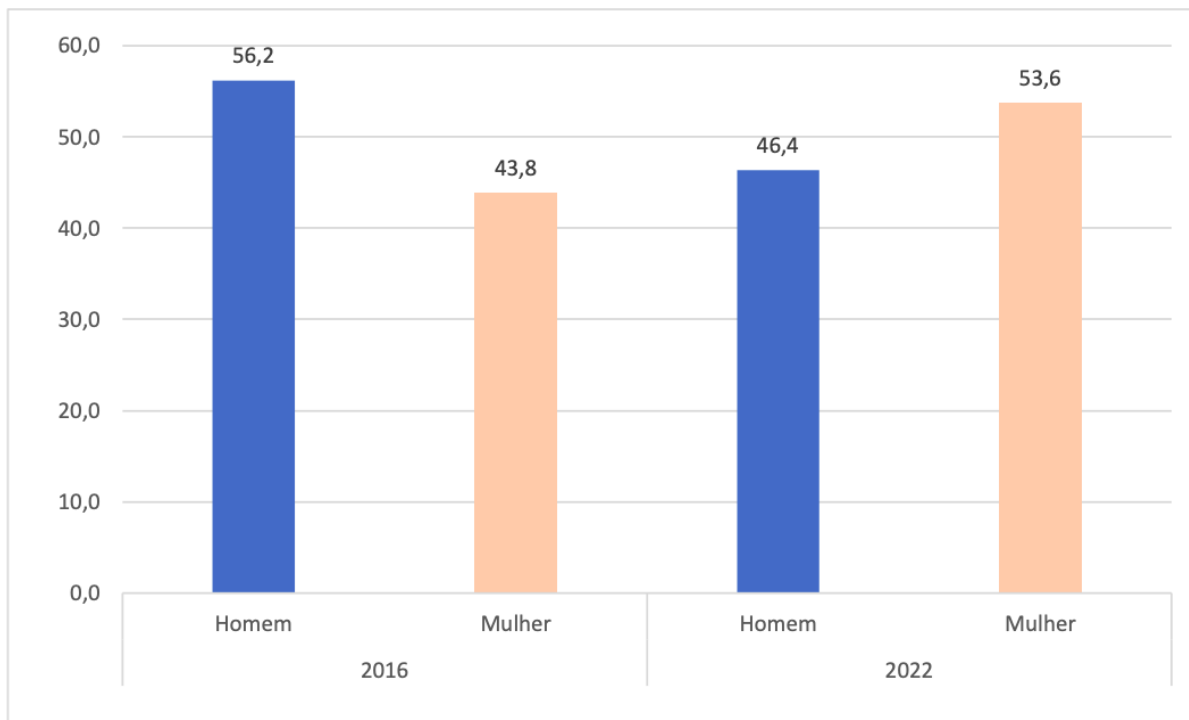
Tabela 20: Número de moradores e número médio por domicílios. Brasil, Nordeste e Ceará 2016 a 2022.

	Número de domicílios (por mil domicílios)					Número médio de moradores				
	2016	2017	2018	2019	2022	2016	2017	2018	2019	2022
BR	67.213	68.018	69.419	70.646	74.145	3,0	3,0	3,0	3,0	2,9
NE	17.628	17.818	18.080	18.517	19.296	3,2	3,2	3,1	3,1	3,0
CE	2.790	2.826	2.926	2.909	3.085	3,2	3,2	3,1	3,1	3,0

Fonte: PNAD C/ Anual. Elaboração IPECE.

Sobre a característica destes domicílios a primeira relevante é sobre o sexo da pessoa responsável, aquela que é reconhecida pelos demais moradores como a referência (até os anos 90 a denominação usada pelo IBGE era “chefe do domicílio” ou “chefe de família”). Pelos dados da pesquisa houve um aumento de 9,8 pontos percentuais na distribuição de domicílios que têm como referência a mulher (Gráfico 19).

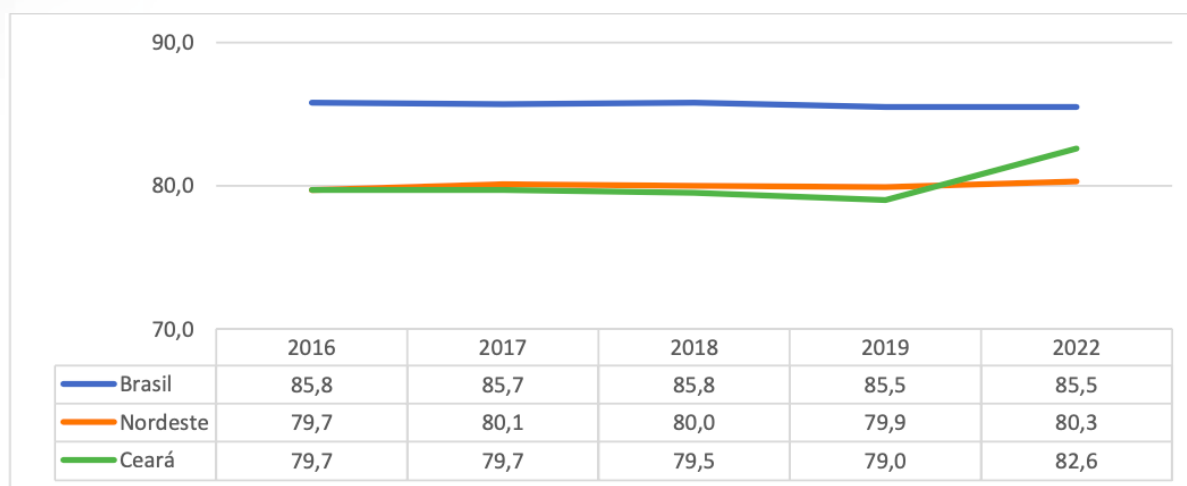
Gráfico 19: Distribuição percentual dos domicílios por sexo do responsável – Brasil, nordeste e Ceará 2016 e 2022



Fonte: PNAD C/ Anual. Elaboração IPECE.

Outra característica importante que a PNAD Contínua levantou das moradias cearenses foram as informações sobre o acesso aos serviços de saneamento básico (água, esgoto e lixo) e de energia destes domicílios que são ditos serviços importantes para definir a qualidade do domicílio e, conseqüentemente, de vida da população. Desde 2016, menos de 80% dos domicílios cearenses possuíam acesso à rede adequada de água. Já em 2022 o Estado superou essa taxa chegando a 82,6% dos domicílios com acesso, ficando acima da encontrada para a região nordeste (80,3%) como mostra o gráfico 20.

Gráfico 20: Distribuição de domicílios com abastecimento de água adequado. Brasil, Nordeste e Ceará 2016 a 2022



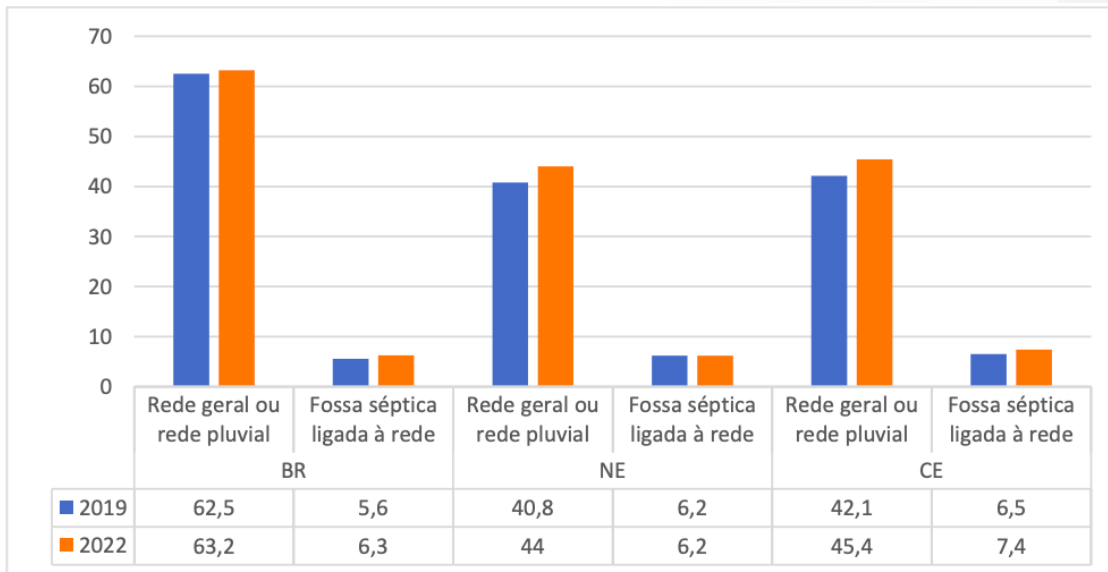
Fonte: PNAD C/ Anual. Elaboração IPECE.

Nota IBGE: A partir de 22 de julho de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Conseqüentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

Em 2020 e 2021, que foram os primeiros anos da pandemia, o Estado lançou um pacote de ações de alívio à população. Entre eles podemos citar a isenção do pagamento das faturas da CAGECE, SISAR e a Suspensão de cobrança da Tarifa de Contingência.

A proporção de domicílios com acesso à rede geral ou rede pluvial era 42,1% (2019) já em 2022 teve um crescimento chegando a 45,4%. Já o acesso a fossa séptica ligada à rede apresentou um aumento de 0,9 pontos percentuais. (Gráfico 21).

Gráfico 21: Distribuição de domicílios por tipo de esgotamento. Brasil, Nordeste e Ceará 2016 a 2022

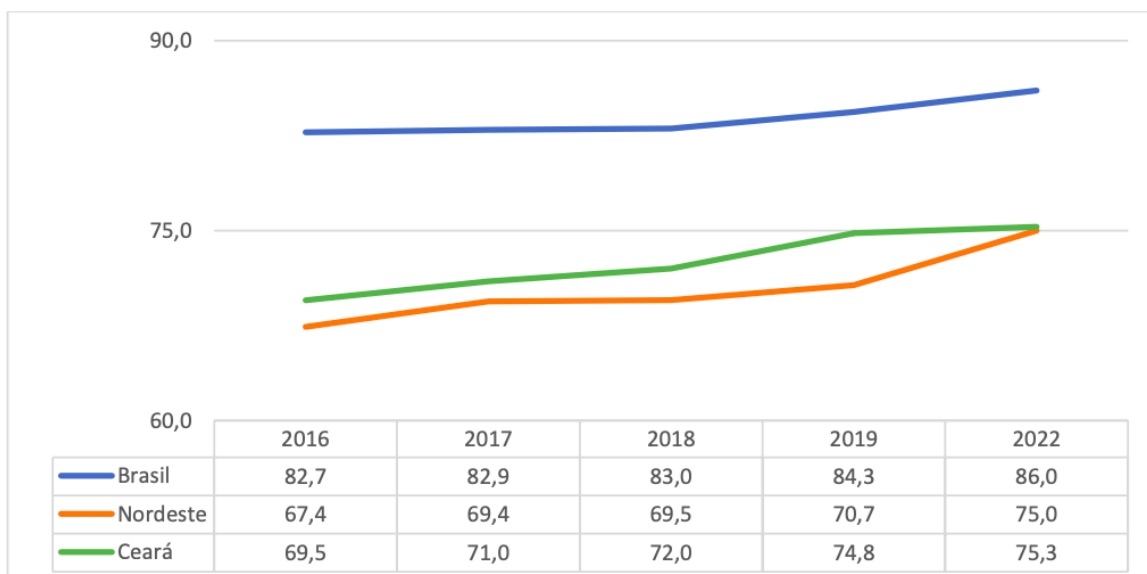


Fonte: PNAD C/ Anual. Elaboração IPECE.

Nota IBGE: A partir de 22 de julho de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Conseqüentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

Em 2016, 69,5% dos domicílios particulares cearenses tinham seu lixo coletado de forma adequada, em 2022 teve aumento de 3,3% chegando a 75,3%. Vale salientar que em todos os anos pesquisados a cobertura desse serviço no Ceará foi maior que a cobertura encontrada para a região nordeste (Gráfico 22).

Gráfico 22: Distribuição de domicílios com coleta de lixo adequada. Brasil, Nordeste e Ceará 2016 a 2022

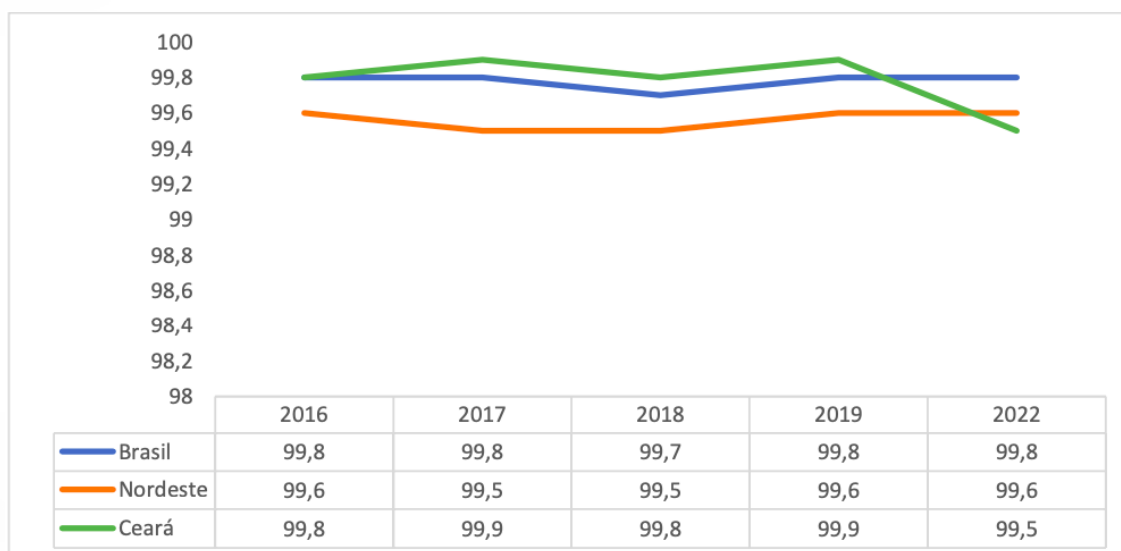


Fonte: PNAD C/ Anual. Elaboração IPECE.

Nota IBGE: A partir de 22 de julho de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Conseqüentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

Ainda segundo os últimos dados da Pnad contínua do IBGE, a proporção de domicílios cearenses com acesso à Rede geral ou fonte alternativa de energia elétrica vem sendo maior que 90% desde o ano de 2016. Nos primeiros anos da pandemia, o governo também lançou medidas de alívio. A iniciativa foi tomada pela primeira vez em 2020, durante a primeira onda de coronavírus no Ceará, sendo prorrogada por mais dois meses (julho e agosto) e depois a renovação do projeto o Estado pagou as contas de energia da população de baixa renda devido a pandemia da Covid-19 meses de abril e maio de 2021 de pelo menos 500 mil famílias que consumiam até 100 kWh.

Gráfico 23: Distribuição de domicílios com energia. Brasil, Nordeste e Ceará 2016 a 2022



Fonte: PNAD C/ Anual. Elaboração IPECE.

Nota IBGE: A partir de 22 de julho de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

2.4 Educação como indutor do desenvolvimento

Nos últimos anos, as políticas públicas implementadas pelo estado do Ceará têm desempenhado um papel fundamental na melhoria dos indicadores sociais, apesar da pesada herança de desigualdade acumulada no passado. Um destaque merece ser feito quanto à escolha estratégica da educação com fator de desenvolvimento social e econômico numa perspectiva de longo prazo. O conjunto de políticas adotadas no Ceará têm buscado promover o amplo acesso a uma

educação de qualidade, reduzir desigualdades sociais e tornando-se referência no Brasil.

Entre as políticas consolidadas está o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), que visa garantir que todas as crianças estejam plenamente alfabetizadas até os 7 anos de idade. Lembrando que a taxa de analfabetismo deve ser combatida desde os primeiros anos, promovendo a melhoria do letramento e capacidade de compreensão dos textos. Isso é particularmente importante diante da triste herança de exclusão que, no passado, manteve milhares de cearenses à margem da cultura escrita. Ainda hoje lutamos para reduzir o analfabetismo da população em idade mais avançada. Por isso cuidar das crianças hoje evita que enfrentemos o analfabetismo no futuro.

Por meio do PAIC, o Ceará tem investido na formação de professores, no acompanhamento das escolas e na adoção de metodologias eficientes de ensino da leitura e escrita. A iniciativa tem obtido resultados positivos, com aumento significativo nos índices de alfabetização na idade adequada.

Outra política importante é o Programa de Apoio às Escolas de Tempo Integral (PAETI), que busca ampliar a oferta de ensino em tempo integral nas escolas do estado. Através deste programa, as escolas ampliam a carga horária, oferecem atividades extracurriculares e garantem uma formação mais completa aos estudantes. O modelo de escola em tempo integral tem se mostrado eficaz na redução dos índices de evasão escolar e no consequente aumento dos indicadores educacionais.

Além disso, o Ceará tem investido na melhoria da infraestrutura escolar e na disponibilização de recursos pedagógicos adequados. As escolas públicas estaduais estão criando ambientes mais favoráveis à aprendizagem com laboratórios, bibliotecas e tecnologia, proporcionando um ensino mais integrado e dinâmico.

O incentivo à valorização dos profissionais da educação. O estado tem investido em concursos públicos e programas de formação continuada, estimulando

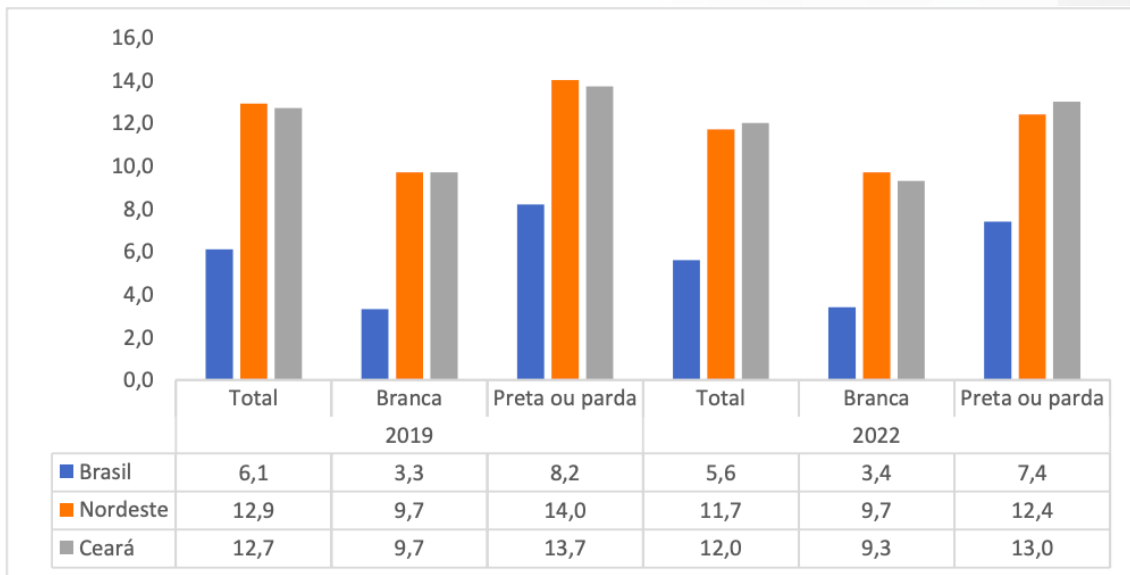
o engajamento dos educadores e contribuído para a melhoria da qualidade do ensino.

2.4.1 Taxa de Analfabetismo

A taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais - é um dos principais indicadores do nível educacional de uma sociedade, à medida em que sua redução significa a progressiva incorporação da população no universo da cultura escrita. Na presente análise a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Gráfico 24), conforme dados da PNAD-Contínua, manteve seu progressivo declínio nos três recortes geográficos considerados: Brasil, Nordeste e Ceará. A série histórica em questão iniciou em 2016, quando o analfabetismo atingia 7,2% dos brasileiros, 14,8% dos nordestinos e 15,2% dos cearenses. Em 2019, o analfabetismo atingia 5,6% dos brasileiros, 11,7% dos nordestinos e 12% dos cearenses.

Em 2022, a taxa de analfabetismo do Ceará foi de 12%, contra 11,7% do Nordeste; permanecendo em torno do dobro da taxa nacional, que foi de 5,6%. De modo geral, desde 2012 o Ceará apresentou taxas de analfabetismo inferiores às do Nordeste até 2019. Entre as pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais de idade, 7,4% eram analfabetas no Brasil, mais que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas (3,4%). No Ceará, apesar da diferença ser menor que a encontrada no Brasil, a população negra tem taxa de analfabetismo (13%) maior que a taxa geral do Estado (12%).

Gráfico 24: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, por cor/raça declarada - Brasil, Nordeste e Ceará, 2019 e 2022

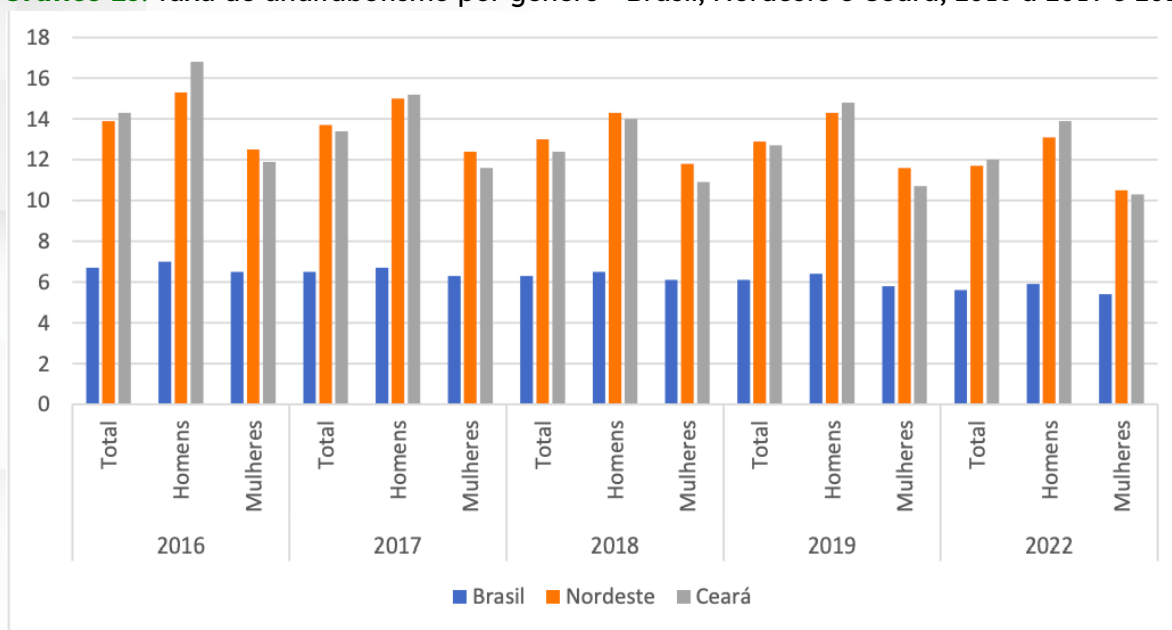


Fonte: PNAD C/ Anual. Elaboração IPECE.

Nota IBGE: A partir de 22 de julho de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Conseqüentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

A segmentação segundo gênero mostra que a taxa de analfabetismo mantém uma persistente diferença entre homens e mulheres nos três recortes geográficos considerados: Brasil, Nordeste e Ceará. A discrepância é menor em nível nacional, com as mulheres apresentando taxas de analfabetismo mais próximas às dos homens (Gráfico 25).

Gráfico 25: Taxa de analfabetismo por gênero - Brasil, Nordeste e Ceará, 2016 a 2019 e 2022



Fonte: PNAD C/ Anual. Elaboração IPECE.

Nota IBGE: A partir de 22 de julho de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

Em 2016, a diferença entre a taxa de analfabetismo de homens e mulheres no Brasil foi de ½ ponto percentual: 7% contra 6,5%. Essa diferença foi mantida em 2022, diante da redução dos patamares de analfabetismo de 5,9% para homens e 5,4% para mulheres. No Nordeste e no Ceará a discrepância entre os gêneros mostra-se mais significativa, com a taxa de analfabetismo masculina afetando decisivamente a taxa de analfabetismo geral, que se mantém aproximadamente o dobro da taxa nacional.

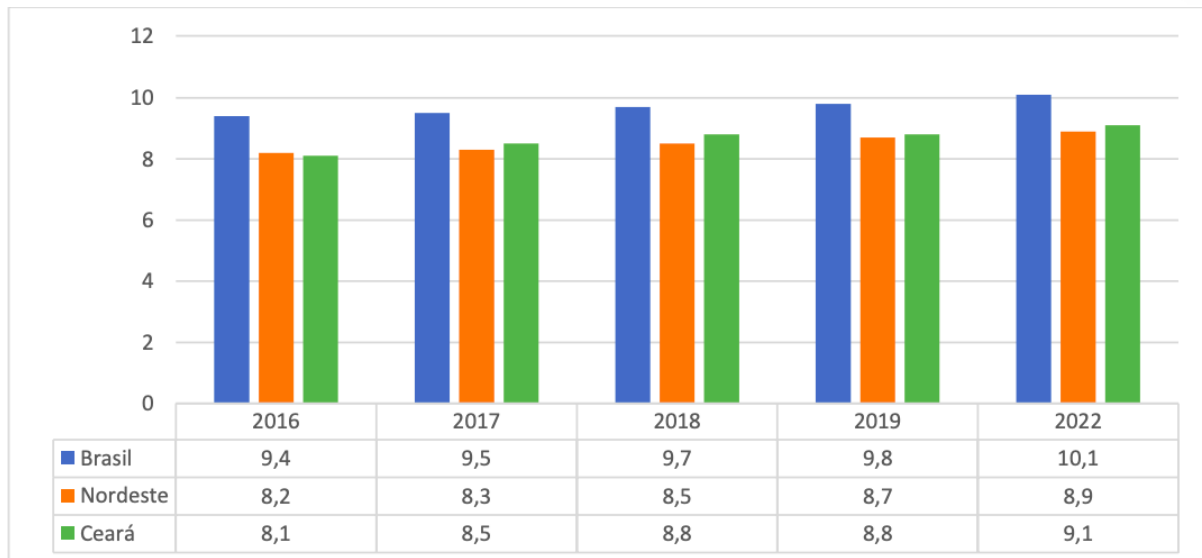
Em 2022, no Nordeste, a taxa de analfabetismo foi de 13,1% para homens e de 10,5% para mulheres. No Ceará é de 13,9% para os homens e 10,3% para mulheres. No contexto da tendência geral de queda nas taxas de analfabetismo é digno de nota o ritmo lento da queda da taxa masculina, em particular no Ceará (Gráfico 26). O processo de incorporação precoce da força de trabalho masculina e a perda de acesso ao letramento está em parte associada aos resíduos do mundo rural no Nordeste e repercute em alguns segmentos da população. Isso é particularmente forte nas populações em faixas etárias mais avançadas vinculadas a esse modo de vida rural.

A média de anos de estudos da população de 15 anos ou mais, é um dos indicadores utilizados internacionalmente para medir o nível de escolarização de um

país, porque representa a parcela população em idade ativa (PIA) que está ou será incorporada à força de trabalho. Esse indicador vem apresentando melhora significativa no Ceará, como resultado do amplo acesso da população ao sistema escolar em seus três níveis (fundamental, médio e superior).

Neste sentido, o perfil nacional, regional e estadual apresenta pouca diferenciação, em geral, a diferença entre esses recortes não ultrapassa de 1 ano de estudo. É ainda notável a evolução do estado do Ceará, que parte de uma média de 8,1 anos de estudo em 2016, para alcançar a média de 9,1 anos de estudo em 2022 (Gráfico 26).

Gráfico 26: Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais) - Brasil, Nordeste e Ceará 2016 a 2019 e 2022

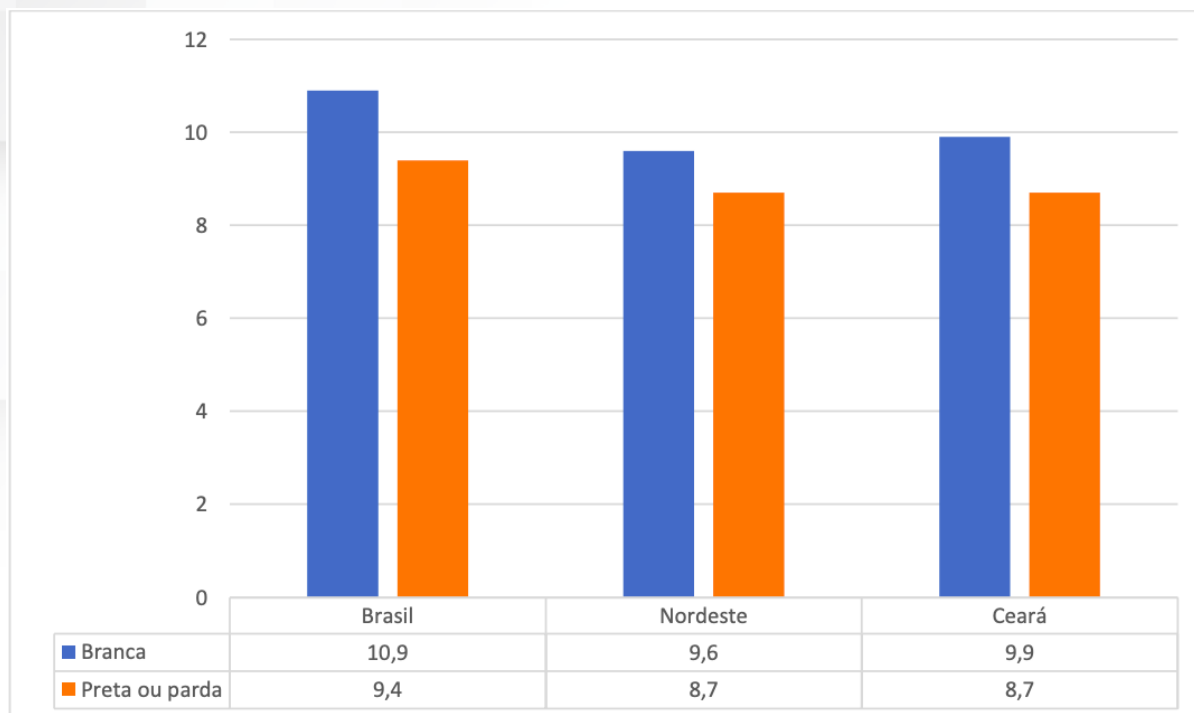


Fonte: PNAD C/ Anual. Elaboração IPECE.

Nota IBGE: A partir de 22 de julho de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Conseqüentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

A escolaridade média da população cearense acima de 15 anos de idade, que era de 8,1 anos de estudo em 2016, passou para 9,1 anos de estudo em 2022, ao passo que a média nacional passou de 9,4 para 10,1 anos de estudo, desse modo, o Ceará reduziu a diferença com relação à média nacional e superou sistematicamente a média da região Nordeste no período considerado.

Gráfico 27: Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, por raça. Ceará 2022



Fonte: PNAD C/ Anual. Elaboração IPECE.

Nota IBGE: A partir de 22 de julho de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

Embora o aumento da média de anos de estudo no Ceará seja animador, o comparativo da população de 15 anos ou mais por raça mostra a persistência de fatores de exclusão nesse âmbito. Ao usar esse indicador como parâmetro para a melhoria no nível educacional da população não pode ser desconsiderado o fator raça/etnia.

O indicador para a população branca no Ceará mostra um certo nivelamento com o restante do País, ficando inclusive acima da média regional. O número médio de anos de estudo das pessoas brancas de 15 anos ou mais em 2022 foi de 10,9 para o Brasil, 9,6 para o Nordeste e 9,9 para o Ceará. Ao considerar a população preta ou parda essas médias sofrem redução para 9,4 anos em média para o Brasil, 8,7 para o Nordeste e 8,7 para o Ceará.

O acesso e qualidade da escola pública é um fator fundamental para promover a igualdade de oportunidades para a população jovem, seja ela branca, preta ou parda. Mas é inegável que a persistência de fatores estruturais relacionados às condições econômicas são reforçados pela questão racial. Questão

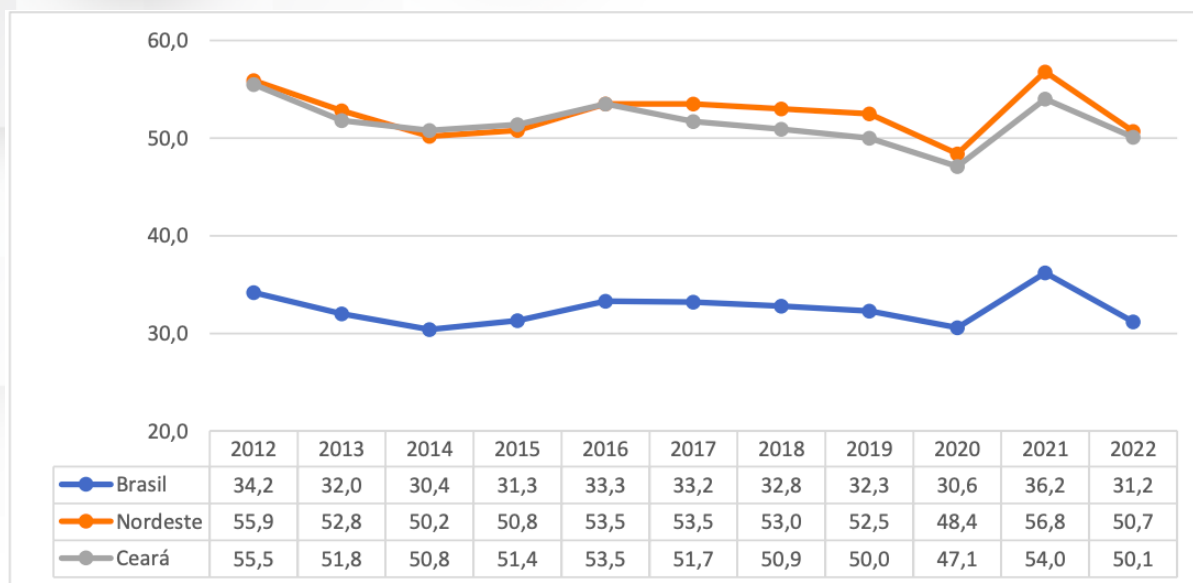
essa que transcende às diferenças regionais e exige cuidadosa calibragem das políticas inclusivas com relação à educação e ao mercado de trabalho.

Essa reflexão é particularmente importante no acesso aos níveis médio e superior de ensino, que representam a fronteira de incremento da média de anos de estudo da população. Neste sentido, a diferença entre as médias de anos de estudo da população branca e da população negra e parda são reveladoras das diferentes realidades de nossos jovens no momento crítico de sua vida escolar. Sendo mais significativa na passagem para os níveis médio e superior, porque essas são ocasiões em que muitos dos jovens encerram sua vida escolar.

2.5 Pobreza e Desigualdade

A pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional. No entanto, por questões de simplicidade vem se utilizando a abordagem da pobreza monetária. No cálculo da pobreza monetária, o processo de identificação da população pobre pressupõe a adoção de uma linha de pobreza definida como o valor da renda ou do consumo per capita que define como pobre quem está abaixo desse valor estipulado. Uma linha internacionalmente conhecida é a que foi definida pelo Banco Mundial (percentual de pessoas com renda per capita inferior a US\$6.85/dia (PPC 2017) utilizada para o monitoramento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 1: erradicar a pobreza, até 2030. O gráfico 28 mostra que a taxa de pobreza baseada no valor de US\$6,85/dia, PPC 2017 no Ceará em 2012 era de 55,5% em 2022 chegou a 50,1% levemente inferior à encontrada na região nordeste (50,7%).

Gráfico 28: Percentual de pessoas com renda per capita inferior a US\$ 6.85/dia (PPC 2017) - Brasil, Nordeste e Ceará 2012 a 2022

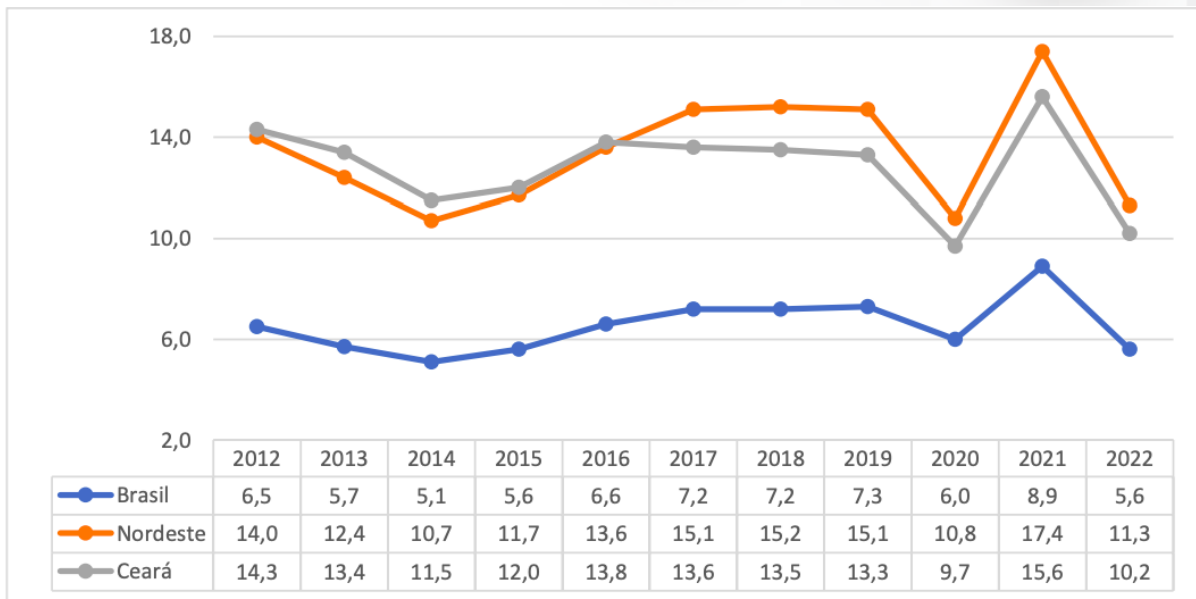


Fonte: IBGE, Microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), 2012 a 2022.

O gráfico 29 apresenta a proporção de pessoas em situação de extrema pobreza com base também na linha internacional do Banco Mundial⁹ (US\$2.15 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra - PPC, a preços internacionais de 2017). Entre 2014 e 2016, durante a recessão econômica, a proporção de extremamente pobres aumentou no Ceará. Enquanto em 2012 14,3% da população cearense vivia em situação abaixo da linha de pobreza, em 2022 marcou 10,2% (queda de 4,1 pontos percentuais). O Estado ainda conta com número expressivo de pessoas vivendo nessa situação, o que reforça a continuidade da política de combate à pobreza extrema e cuidados com essa população.

⁹ <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2022/05/02/fact-sheet-an-adjustment-to-global-poverty-lines#1>

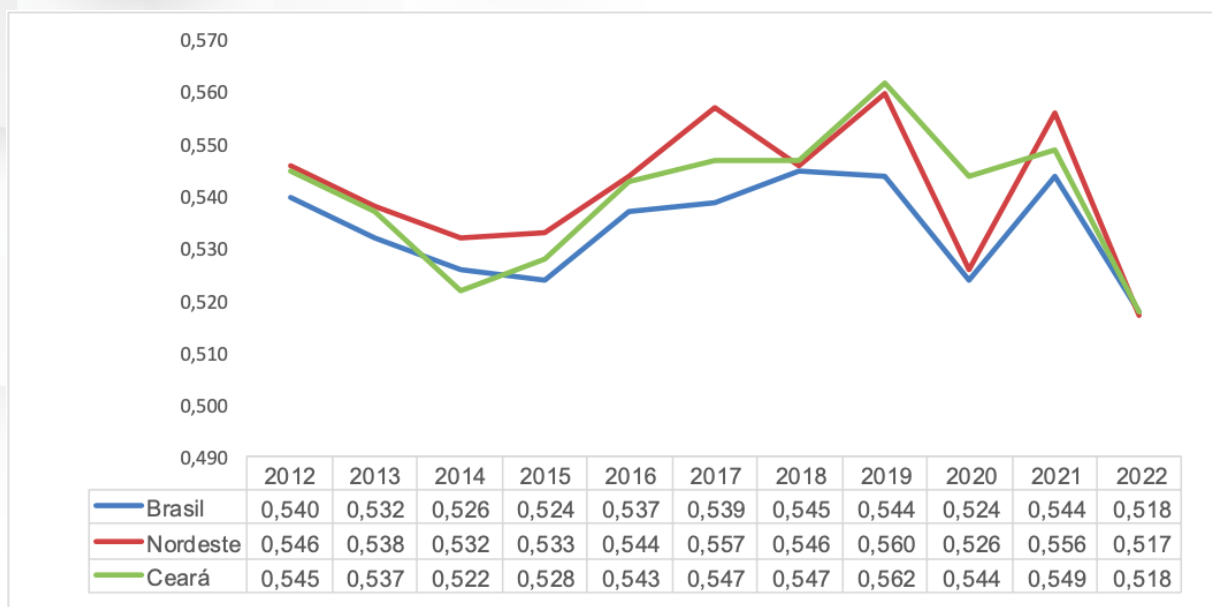
Gráfico 29: Percentual de pessoas com renda per capita inferior a US\$ 2.15/dia (PPC 2017) - Brasil, Nordeste e Ceará 2012 a 2022



Fonte: IBGE, Microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), 2012 a 2022.

Na análise da desigualdade medida pelo índice de Gini, um dos mais conhecidos na literatura, verificou-se que o Estado também apresentou melhora. No Brasil, segundo os últimos dados do IBGE, a desigualdade de rendimentos diminuiu no conjunto da população (Gráfico 30) e na população ocupada (Gráfico 31). O Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita caiu de 0,544 em 2021 para 0,518 em 2022 no Brasil já no Ceará caiu de 0,549 para 0,518.

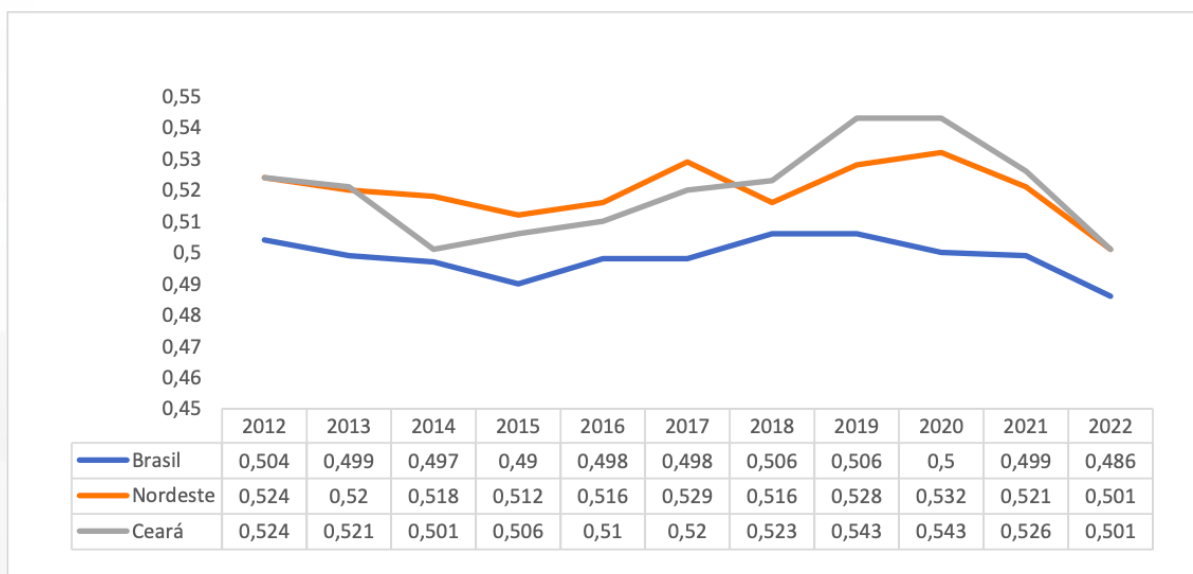
Gráfico 30: Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita, a preços médios do ano - Brasil, Nordeste e Ceará, 2012 a 2022



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2022. Elaboração: IPECE.

O Gini do rendimento de todos os trabalhos no Ceará caiu de 0,526 para 0,501. Em 2012 foi de 0,524 e em 2013 foi de 0,521 (Gráfico 32).

Gráfico 31: Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido em todos os trabalhos, a preços médios do ano - Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2022



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2022. Elaboração: IPECE.

Cabe destacar o papel das políticas públicas voltadas para a população mais pobre do Estado, como a criação do programa estadual de transferência de renda, denominado de Cartão Mais Infância Ceará, com foco nas famílias com crianças no início de 2019. Além do Cartão Mais Infância, o governo estadual também vem realizando intervenções voltadas para a inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho.

A passagem do ano de 2019 para os demais, por sua vez, foi bastante atípica em razão da pandemia de Covid-19. Em um cenário marcado pelo aumento da desocupação e da inatividade no mercado de trabalho e a consequente contração dos salários, tudo o mais constante, ter-se-ia uma deterioração dos indicadores de renda, desigualdade e pobreza.

2.6 Perspectivas abertas para o futuro

As evidências mostram que a educação é um dos principais impulsionadores do desenvolvimento e tem desempenhado papel fundamental na melhoria das condições sociais do Ceará. Como exemplo deve ser citada a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no nosso estado, puxado pelo IDH-Educação. A estratégia adotada pelo Ceará está focada principalmente nas perspectivas abertas pela melhoria do investimento em educação com relação a outros aspectos do desenvolvimento social. Colocando essas possibilidades na perspectiva de futuro podemos eleger alguns vetores de desenvolvimento nos quais a educação deve contribuir como variável-chave para o desenvolvimento do Ceará.

- Acesso à educação como ponto de partida: garantir o acesso universal à educação pública de qualidade é o primeiro passo para melhorar o IDH de estados pobres como o Ceará. Isso envolve o fornecimento de infraestrutura adequada, transporte escolar, materiais didáticos e professores qualificados.

- A educação reduz desigualdades: a educação ajuda a reduzir as desigualdades socioeconômicas, proporcionando igualdade de oportunidades para todos. Ao dar a todas as pessoas acesso igualitário à educação, independentemente de sua condição social, é possível reduzir as disparidades e injustiças presentes na nossa sociedade.

- A educação fortalece o capital social dos cearenses: a melhoria da educação capacita nossos conterrâneos, já conhecidos por sua criatividade, a adquirirem habilidades e conhecimentos necessários para se inserir na sociedade do conhecimento. Por meio da educação, as pessoas podem desenvolver suas capacidades, ampliar suas perspectivas e contribuir para o desenvolvimento de nossas comunidades.
- Educação cria oportunidades no mercado de trabalho: a educação de qualidade pode proporcionar melhores oportunidades de emprego, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade. Isso faz com que mais cearenses tenham acesso a empregos formais e ganhem um salário digno, o que contribui para o aumento da renda e, conseqüentemente, para a melhoria do Índice de desenvolvimento humano (IDH).
- Educação promove o desenvolvimento cultural: através da educação, nossas comunidades fortalecem sua cultura, preservam e valorizam nossas ricas tradições, promove maior coesão e participação social.

A alimentação é fator imprescindível na aprendizagem, a falta de alimentação adequada poderá reduzir o rendimento formal do estudante. A Pandemia de Covid-19 expôs de forma dramática o problema da fome no Brasil, e em particular em nosso estado. Além disso, a fome também tem implicações de longo prazo para o desenvolvimento humano. Crianças que passam fome durante os primeiros anos de vida têm seu crescimento e desenvolvimento comprometidos, o que pode levar a problemas de saúde e cognitivos ao longo da vida. Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) mostram que, antes da pandemia, cerca de 820 milhões de pessoas no mundo já passavam fome. A pandemia exacerbou as desigualdades sociais e econômicas, afetando especialmente as populações mais vulneráveis em nosso estado, que já viviam em situação de pobreza e insegurança alimentar.

Josué de Castro, em seu Geografia da Fome dizia que “falar sobre a fome era um ato de coragem”, pois a sociedade tendia a ignorar ou minimizar o problema. Muitas vezes, as pessoas preferiam não abordar o assunto por medo de confrontar a realidade da desigualdade social e da falta de acesso a alimentos básicos para a

maioria da população. Ao travar a batalha contra a fome no Ceará, o Governo do Estado trouxe para o centro das discussões a mobilização e o engajamento na luta contra esse problema secular.

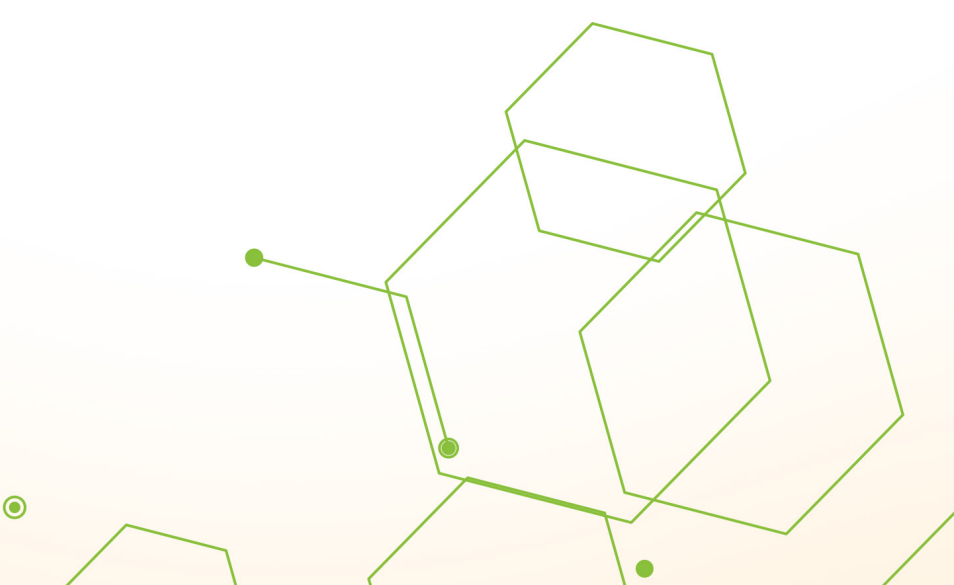
As pesquisas médicas evidenciam que a alimentação inadequada afeta não apenas a saúde física das pessoas, mas também sua capacidade de aprendizado, trabalho e desenvolvimento. Isso é particularmente grave para as crianças de zero a 6 anos (primeira infância).

Para combater efetivamente a fome, é necessária vontade política inquebrantável para enfrentar o sistema econômico que gera desigualdades, pobreza e injustiças sociais. Essas são questões complexas e que exigem determinação e coragem para serem abordadas e transformadas. Por isso é necessário investir em políticas públicas que garantam o acesso à alimentação adequada para todos, especialmente para as populações mais vulneráveis. Assim, foi iniciado o Programa Ceará sem Fome.

O Programa Ceará sem Fome envolve a implementação de programas de transferência de renda para compra de alimentos, a sustentação de programas solidários de distribuição de alimentos prontos, o apoio à agricultura familiar e o fortalecimento dos sistemas de segurança alimentar. Milhares de famílias cearenses já receberam seu cartão de aquisição de alimentos no valor de R\$300,00. Centenas de unidades produtoras de alimentos se articulam para distribuir alimento pronto em todos os 184 municípios do Estado. A mobilização da sociedade civil já arrecadou toneladas de alimentos. Mas isso é apenas o começo. É necessário reconhecer que a fome é um problema estrutural que precisa ser enfrentado de maneira integrada, com a participação de diversos atores da sociedade, para se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.



Diretrizes do PPA 2024-2027



DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

A elaboração do PPA 2024-2027 baseia-se em uma série de elementos norteadores para elaboração dos resultados e das estratégias das políticas públicas a serem realizadas nos próximos quatro anos. Nesta perspectiva, além do alinhamento com plano de governo atual, também foram observados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o planejamento estadual de longo prazo, as agendas estratégicas setoriais e as ações definidas pela população para o desenvolvimento regional durante o processo de participação cidadã.

Esse conjunto de referências materializa-se nas diretrizes estratégicas que foram consideradas na construção dos programas constantes no PPA 2024-2027, pensados numa visão de médio prazo, e conectando-se a uma visão de futuro, para a conquista de resultados e superação dos desafios por meio da implementação das políticas públicas desenhadas para a consolidação de um estado inovador, humano e sustentável.

PLANO DE GOVERNO

A construção do PPA tem como ponto de partida o Plano de Governo, que pontua as seguintes diretrizes mestras, construídas a partir do diálogo com vários segmentos da sociedade:

- 1.** Empreender, em cooperação com os municípios cearenses, melhorias e inovações na gestão pública, educacional e pedagógica no sentido de assegurar o ingresso, a frequência e a permanência dos estudantes nas escolas, enviando todos os esforços para que eles conquistem melhores resultados de aprendizagem em todos os níveis de ensino (Infantil, Fundamental e Médio). Da mesma forma, assegurar a efetiva articulação do Ensino Médio à Educação Profissional, considerando o mundo do trabalho e renda e a participação política e cidadã;
- 2.** Garantia de mudanças eficazes e longevas com o reforço dos cuidados na Primeira Infância para promover o desenvolvimento integral das crianças, como uma estratégia capaz de interromper o ciclo da pobreza, diminuir as

violências, prevenir problemas de saúde, impulsionar o desempenho escolar e melhor formação humana;

3. Promoção de uma nova geração de políticas públicas para criar mais oportunidades para a Juventude com a finalidade de ampliar as habilidades deste segmento, reforçando os fatores protetivos junto às famílias e comunidades, associadas à criação de oportunidades concernentes ao acesso à cultura, qualificação profissional, emprego, renda e empreendedorismo;
4. Garantia do direito à saúde, por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde, assegurando o respeito aos princípios de universalidade, equidade, integralidade, regionalização e participação social. E, em cooperação com os municípios, garantir o acesso às ações e serviços de saúde a todas as pessoas;
5. Combate ao racismo como uma estratégia estruturante das políticas públicas, por meio da implantação de ações repressivas, valorativas e afirmativas que garantem a superação das discriminações e desigualdades raciais e oportunizam rede de proteção aos grupos racializados de forma subalterna e sua inclusão socioeconômica;
6. Políticas de promoção de igualdade para as mulheres, com ampliação da participação nos espaços de poder, aprofundamento das ações de enfrentamento à violência e garantia da autonomia econômica por meio de políticas de geração de trabalho e renda;
7. Estímulo ao desenvolvimento econômico baseado na inovação, sustentabilidade e inclusão, aproveitando as vantagens competitivas do Ceará, aplicadas aos ecossistemas socioproductivos locais e promovendo os emergentes: energia renovável, economia do mar, economia da saúde, economia criativa, moda, tecnologia da informação e comunicação, turismo e eventos, encadeamentos agroalimentares sustentáveis;
8. Estímulo ao desenvolvimento territorial sustentável em todo o Estado com ênfase na economia criativa, na economia circular, no empreendedorismo de impacto socioambiental, no microcrédito produtivo, no apoio aos pequenos negócios;

9. Qualificação e ampliação da infraestrutura básica - água, saneamento, energia e infraestrutura logística aérea, marítima e terrestre, priorizando as gerações renováveis;
10. Investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, ampliando oportunidades para a jovens e adultos, fortalecendo nossos centros de pesquisa e produção de conhecimento, intensificando as relações entre a universidade, iniciativa privada e gestão pública, tomando como método o uso das pesquisas acadêmicas e seus resultados para atender aos interesses públicos e ampliar ecossistemas e cadeias produtivas locais. Com isso, garantindo o avanço e consolidação do acesso universal às tecnologias, por meio do cinturão digital e das parcerias do HUB Tecnológico, permitindo acesso a internet e gerando empregos conectados com os avanços universais;
11. Fortalecimento da Política de Segurança Pública, enfrentamento às violências e a criminalidade, pautadas pela valorização da vida e da integridade física, pela articulação entre prevenção e uso qualificado da ação policial, pela transparência e pela participação social, com ações de atenção às vítimas, prevenção, investigação, com atenção especial para o processamento de crimes e violências contra mulheres, juventude negra e população e demais populações vulneráveis;
12. Implantação, em cooperação com os municípios cearenses, de políticas de mobilidade urbana sustentável e segurança no trânsito com a finalidade de prevenir mortes e acidentes, contribuindo para um trânsito mais seguro para todas as pessoas, com destaque para medidas que garantam a segurança dos pedestres;
13. Proteção, recuperação e valorização do meio ambiente nas cidades e territórios rurais, com ênfase na preservação das áreas de proteção ambiental, mitigação dos impactos das mudanças climáticas, sobretudo no território do semiárido, com gestão eficiente de recursos hídricos e combate à desertificação;
14. Manutenção da segurança hídrica através da diversificação e ampliação da Matriz, considerando parcerias público-privadas no reuso e combate às perdas de água, nas usinas de dessalinização, sifões para o transporte da

água e a transposição do Rio São Francisco, garantido água para o consumo das pessoas e para o desenvolvimento de atividades produtivas;

- 15.** Garantia dos direitos culturais, do fomento às artes e da preservação da memória e valorização do patrimônio cultural material e imaterial, reconhecendo a liberdade de criação e a diversidade étnica, cultural, artística, territorial e de gêneros como ações humanas geradoras de valores simbólicos e de desenvolvimento econômico, social, humano e sustentável em direção a um futuro mais justo e solidário;
- 16.** Democratização e descentralização do acesso ao esporte e ao lazer como forma de promover o desenvolvimento, combater à violência e construir cidadania;
- 17.** Reforço das políticas de erradicação da pobreza extrema e desenvolvimento de um Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional que reúna os esforços das diversas Secretarias de Governo capazes de agir na cadeia produtiva e de distribuição de alimentos, considerando pertencimento e identidade, oferecendo um combate emergencial à fome e consolidando o cenário de Soberania Alimentar Cearense;
- 18.** Manutenção do Equilíbrio Fiscal do Estado do Ceará para ampliação da capacidade de investimentos públicos e captação de recursos externos e fortalecimento das práticas de planejamento público participativo, regionalizado e de gestão por resultados;
- 19.** Valorização e estímulo à participação social e democrática por meio dos conselhos e conferências populares.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu 17 metas globais, chamadas de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para um período de 15 anos (2016-2030). Tais objetivos foram acordados entre 193 países, dentre eles o Brasil, com fins de combater os problemas mundiais preconizados pela ONU. Cada um dos 17 ODS representa um desafio a ser alcançado para a promoção de um desenvolvimento mais sustentável, justo e inclusivo.

Os ODS contemplam 169 metas, mensuradas por 248 indicadores, a serem alcançadas pelos países pactuantes até 2030, e abordam temas como a mudança global do clima, desigualdade econômica, educação, igualdade de gênero, inovação, consumo sustentável, paz e justiça, dentre outras prioridades. Os objetivos são interconectados – o sucesso de um ODS envolve o combate a temas que estão associados a outros objetivos.

É possível observar a existência de importantes conquistas do Estado do Ceará em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, rumo ao ODS 4, Educação de Qualidade, ao ODS 6, Água Potável e Saneamento, e ao ODS 7, Energia Acessível e Limpa. Nessas áreas, o Governo do Estado vem se destacando como referência nacional em políticas públicas.

Além disso, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) produz relatórios¹⁰ com a finalidade de identificar e descrever as iniciativas e ações do Governo Estadual que direta ou indiretamente podem contribuir no alcance das metas estabelecidas nos ODS. Os 17 ODS estão ilustrados na figura abaixo:

Figura 1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Ipece (<https://www.ipea.gov.br/ods/>)

¹⁰ <https://www.ipece.ce.gov.br/relatorio-ods/>

PLANEJAMENTO ESTADUAL DE LONGO PRAZO

O Estado do Ceará está no processo de institucionalização do Planejamento Estadual de Longo Prazo (PLP), de forma a atender o §1º do art. 203 da Constituição Estadual. Este instrumento estabelece as diretrizes e objetivos de longo prazo para fomento ao desenvolvimento sustentável estadual, no horizonte de um prolongado ciclo de crescimento econômico, social e ambiental, na expectativa de promover a redução sustentada das desigualdades sociais e regionais.

São componentes do planejamento de longo prazo a visão de futuro e os objetivos estratégicos. A visão de futuro é definida como uma formulação estratégica da percepção acerca das necessidades econômicas, sociais, ambientais e culturais, estabelecendo um prumo na perspectiva de longo prazo, declarada na frase “Estado justo e sustentável. Forte em conhecimento e oportunidades.”

Os objetivos estratégicos são propósitos que materializam as expectativas ou aspirações da população, estruturados no sentido de alcançar um perfil gradualmente mais avançado e participativo de sociedade, mensurado pelos resultados alcançados no avanço das forças produtivas, nas relações de produção, nas inovações tecnológicas, na educação, na saúde, na preservação do meio ambiente, na valorização da cultura, no respeito às diversidades, na distribuição da renda e da riqueza e na redução sustentada da miséria, das injustiças e desigualdades sociais, regionais, de raça e gênero etc. Os objetivos do planejamento de longo prazo estão listados abaixo:

1. Excelência em qualidade de vida e bem-estar em todas as dimensões

Elevar o padrão de vida da população, considerando itens fundamentais como saúde, educação, cultura, bem-estar, engajamento comunitário e meio ambiente.

2. Redução radical da pobreza e das desigualdades em busca do desenvolvimento social

Reduzir expressivamente a pobreza e o desemprego na busca do ideal da erradicação da miséria, da elevação da renda per capita e da redução da desigualdade socioeconômica para o patamar dos melhores níveis do país.

3. Aceleração econômica com ênfase na ampla prosperidade compartilhada

Ser líder nacional no crescimento do PIB, alavancados por instituições de reconhecimento global, pela inovação, tecnologia e capacitação.

4. Desenvolvimento territorial inteligente e integrado à luz de suas vocações e potencialidades

Promover o equilíbrio territorial cearense a partir do conceito de pólos regionais, desenvolvidos com base em cidades inteligentes, interconectadas e sustentáveis, potencializando as vocações de cada região a partir da inovação.

5. Sustentabilidade ambiental com resiliência e respeito às gerações futuras

Impulsionar o desenvolvimento ambiental, a gestão da biodiversidade e a ampliação da capacidade de convivência com as secas, posicionando o Estado como referência na recuperação de áreas degradadas.

6. Posicionamento de vanguarda no novo ambiente da quarta revolução industrial

Colocar o estado na dianteira da produção de bens e prestação de serviços – com inserção internacional – baseados na integração e no uso intensivo de tecnologias de alto valor agregado e complexidade.

7. Turismo cearense como referência internacional para o desenvolvimento sustentável

Turismo como referência do desenvolvimento regional, indutor do avanço econômico e social, potencializando as vocações naturais e culturais dos diferentes territórios promovendo oportunidades de trabalho e negócios, a partir do planejamento de produtos e roteiros turísticos integrados e sustentáveis.

8. Desenvolvimento da agropecuária e do extrativismo sustentável de alto valor agregado

Ser o maior produtor de alimentos e bens de alto valor agregado do semiárido brasileiro por meio do fortalecimento da agropecuária, do fomento intensivo à

extensão rural e do extrativismo sustentável, alavancando a renda por meio das vocações de cada região do estado com agregação de valor com adoção de inovações tecnológicas.

9. Produção de energia e combustíveis verdes e renováveis com desenvolvimento tecnológico de referência internacional

Consolidar o Ceará como o maior produtor e distribuidor nacional de energia de fontes limpas e renováveis (solar, eólica, biocombustíveis, hidrogênio verde e derivados), aproveitando a atuação na cadeia para o desenvolvendo de produtos e serviços de alto valor agregado na indústria e no campo a partir de processos inovadores e sustentáveis.

10. Centro focal da infraestrutura e logística multimodal do país, valorizando a posição geográfica do Ceará

Ter o melhor sistema de infraestruturas resilientes e de logística multimodal do país (ferrovias, rodovias, portos, aeroportos etc.), valorizando a vantagem geográfica privilegiada do Ceará.

11. Segurança hídrica, uso eficiente e racional da água e resiliência face às irregularidades pluviiais e mudanças climáticas

Elevar ao grau de excelência a gestão de recursos hídricos (uso, reuso e reaproveitamento econômico e racional da água) do Ceará e mitigação dos impactos das mudanças climáticas no território do semiárido.

12. Economia do mar com alto valor agregado e sustentabilidade

Expandir o uso dos recursos oceânicos de alto valor agregado, de forma sustentável, abrindo a fronteira econômica e do conhecimento para esse segmento relevante do território cearense. Posicionamento do Ceará como referência internacional em economia do mar.

13. Economia da saúde como fator de desenvolvimento econômico e social

Impulsionar as cadeias produtivas da saúde como fator de desenvolvimento econômico e social, a partir da integração do ensino, da pesquisa e da ciência, tecnologia & inovação.

14. Polo de inovação em tic e transformação digital

Ser referência mundial na indústria de datacenters e geração de conteúdos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), utilizando as tecnologias de última geração representadas, no cenário atual, por Computação em Nuvem, Inteligência Artificial, IOT e blockchain para alavancar o desenvolvimento do Estado. Busca-se fornecer infraestrutura de banda larga e cabos submarinos a empresas de TIC instaladas no estado, promover a criação de laboratórios de pesquisas em IES em Fortaleza e em outras regiões do estado, e atrair cearenses de destaque no setor trabalhando fora do estado.

15. Economia criativa e do conhecimento como pilar do desenvolvimento do estado

Potencializar as atividades econômicas baseadas na cultura, na criatividade, no conhecimento, na ciência, tecnologia & inovação, como pilares do desenvolvimento socioeconômico do Ceará.

16. Valorização do comportamento cearense como diferencial e destaque mundial

Dar destaque mundial à forma de viver do povo cearense. Uma sociedade que une resiliência, empreendedorismo, alegria, criatividade e irreverência na busca constante pelo aprimoramento de seu caráter produtivo, cooperativo, inovador e ético, constituída por uma cultura de cidadania e respeito ao ser humano, consciente de seus direitos e deveres.

17. Lideranças altamente preparadas para atuar no contexto das transformações globais e locais

Desenvolver e mobilizar cidadãos capazes de liderar, pensar, decidir, agir, empreender e inovar no que diz respeito à identificação de oportunidades globais aplicáveis ao território cearense e à potencialização de vocações locais.

18. Sociedade do conhecimento dotada do maior capital intelectual do país

Disponer de grupos inovadores, de destaque mundial, com capacidade de gerar transformações na sociedade do conhecimento e liderar o capital intelectual do país, tendo como referência a integração entre educação, tecnologia e setores econômicos para aumento da competitividade, empregabilidade e elevação da produtividade.

19. Cultura como expressão de um estado rico em diversidade e convergência de propósitos

Tornar as identidades e a diversidade cultural cearense elementos inspiradores de transformações do estado e de mudança da visão do mundo sobre o Ceará, ampliando a valorização do patrimônio material e imaterial, com atenção às expressões culturais locais.

20. Sistema de saúde eficaz, eficiente, interconectado e integrado como caminho para excelência

Assegurar um sistema de saúde interconectado e integrado para todos com alta resolutividade, atendimento humanizado, personalizado, preventivo e descentralizado nas regiões.

21. Educação transformadora voltada para à universalização do conhecimento, a formação cidadã e o desenvolvimento da criatividade

Ofertar uma educação de excelência mundial para todos, com modelo personalizado, ativo e adaptativo, alinhado às necessidades da sociedade cearense, empoderando a população em relação ao acesso ao conhecimento, com respeito à identidade e à diversidade local, foco na formação cidadã e no desenvolvimento de talentos, com inovação.

22. Segurança, justiça e a cultura da paz como elementos de transformação do Ceará em um estado seguro para se viver

Reduzir radicalmente a criminalidade e a violência em todas as suas dimensões, através de um sistema de segurança e justiça de padrão mundial, que fortaleça a cultura da paz.

23. Proteção, recuperação e valorização do meio ambiente e saneamento nas cidades e territórios rurais

Fazer-se referência internacional em soluções de gestão ambiental para o combate à poluição, para a preservação efetiva da biodiversidade e do patrimônio natural, e para a valorização de seus serviços ecossistêmicos à sociedade. Viabilizar saneamento nas cidades e territórios rurais cearenses.

24. Esporte, cultura e entretenimento como propulsores da felicidade e desenvolvimento social do Ceará

Transformar o esporte, a cultura e o entretenimento em elementos propulsores da felicidade, da produtividade, da identidade e diversidade, e do desenvolvimento da sociedade.

25. Amplo cuidado social em todas as regiões do estado

Eradicar as situações de risco social e vulnerabilidade socioeconômica de pessoas, famílias e grupos minoritários nas diferentes regiões do estado.

26. Convergência e integração na prestação social de serviços com adoção de tecnologias emergentes

Remodelar a prestação social de serviços de saúde, educação, segurança, esporte, cultura, assistência social etc., tendo como base a integração no planejamento, execução e controle, bem como a adoção de tecnologias emergentes.

27. Ambiente institucional e de negócios dinâmico, cooperativo e inovador

Tornar o ambiente institucional e de negócios do Ceará no mais dinâmico e inovador da América Latina, a partir do foco no empreendedorismo, no equilíbrio fiscal, no

cumprimento de regras pactuadas, na capacidade de investimento, e na cooperação e integração entre agentes econômicos, academia, terceiro setor, sociedade civil e governo, valorizando organizações ágeis, flexíveis e adaptáveis e a simplificação de regulamentações.

28. Nova governança da inovação como base para acelerar o desenvolvimento do estado

Acelerar o desenvolvimento de ecossistemas de inovação, com elevada intensidade de resultados sustentáveis, capaz de mudar a realidade do estado, a partir de um polo de ciência, tecnologia e inovação de reconhecimento global.

29. Institucionalização da cultura de governança compartilhada e de gestão orientada para resultados

Governar com a sociedade, em uma perspectiva de longo prazo e voltada para resultados, por meio da cultura de pertencimento, cooperação, regionalização, transparência, corresponsabilidade, planejamento e controle social, de modo republicano e democrático, a partir da promoção da governança compartilhada de forma ética, inovadora e disruptiva com o engajamento de toda a sociedade cearense, comprometida e responsabilizada com a formulação, implantação e avaliação das políticas públicas.

AGENDAS ESTRATÉGICAS SETORIAIS

As agendas setoriais representam um componente do planejamento de médio e longo prazo para políticas públicas específicas. Nestas agendas, são estabelecidas diretrizes, metas e estratégias que visam alcançar uma perspectiva futura desejada, geralmente em um período de 10 anos.

Esses planos setoriais estão integrados ao ciclo de gestão do Estado, no contexto da abordagem de Gestão para Resultados. Neles, são apresentados projetos e ações necessários para concretizar os resultados almejados.

Com o objetivo de assegurar a continuidade da implementação das mudanças estruturais planejadas em um determinado segmento de política pública, os resultados esperados e ações delineadas no Plano Plurianual precisam

considerar, desde a sua concepção, o planejamento estratégico realizado para uma política setorial específica. A importância disso reside na amplitude e impacto dessa política e na diversidade dos envolvidos em sua formulação.

Nesse sentido, os planos estratégicos setoriais, que existem em níveis nacional, estadual e municipal, foram também elementos de referência para definir o que cada política pública correspondente realizará no período de 2024 a 2027.

DIRETRIZES REGIONAIS

A Participação Cidadã na Elaboração do PPA

“Durante muito tempo nos ensinaram que participar de política é ir votar de dois em dois anos. Participar de política é mais do que isso. Vamos continuar escolhendo nossos representantes, mas é muito importante que o povo possa dizer as suas prioridades. Precisamos cada vez mais discutir com a população as suas demandas” (Elmano de Freitas)

A participação cidadã na seara pública é fortalecida e incentivada a partir de mecanismos legais constantes na Constituição Federal e Estadual, e na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 48, § 1º, I), com vistas a assegurar aos cidadãos o direito de colaborar nos processos decisórios de planejamento. A construção de espaços de cooperação entre diferentes agentes institucionais e sociedade civil é, para além de um dever, um compromisso governamental. A partir disso, dentro das esferas do planejamento público estadual, busca-se fortalecer ferramentas que promovam a participação social, visando reduzir distorções relativas à tomada de decisão governamental, ao mesmo tempo em que contribui para uma menor probabilidade de ocorrência de falhas na implementação de políticas públicas.

O governo do estado vem inovando e qualificando o processo participativo por meio de novas ferramentas de gestão utilizadas na formulação e monitoramento das políticas públicas, a exemplo da Plataforma Ceará Participativo, implantada neste ano com o objetivo de utilizar metodologias e tecnologias inclusivas, que promovam o acesso amplo da população e incentivem seu envolvimento, ao mesmo tempo em que fortalecem a transparência.

A premissa da Participação Cidadã é uma estratégia de fortalecimento da interação entre atores sociais e o governo, aprimorando a gestão participativa na formulação das políticas públicas, alinhada ao Modelo de Gestão para Resultados do Ceará. Isso reconhece que a participação ativa e o controle social fortalecem a legitimidade e a capacidade do Estado na formulação e execução de políticas públicas, resultando em maior transparência e eficiência na sua administração. O processo de participação cidadã implica, portanto, escolhas e tomada de decisões baseadas nas necessidades e desafios do seu território, numa dimensão intersetorial, que norteará o planejamento do Governo do Estado do Ceará focado nas políticas públicas indutoras do desenvolvimento sustentável da Região.

A formulação do PPA 2024-2027 foi embasada nessa premissa essencial, com o objetivo intrínseco de expandir e intensificar a participação e o engajamento da sociedade. A Participação Cidadã ocorreu em duas etapas de escuta direta da população, sendo a primeira de modo presencial e a segunda de modo virtual. A etapa presencial ocorreu por meio da realização dos Encontros Regionais, os quais asseguraram a inclusão de representantes da sociedade civil e dos diversos setores, incluindo o público, o privado e o acadêmico, de maneira efetiva.

Neste escopo, foram realizados os Encontros Regionais de Participação Cidadã, no período de 21 de junho a 27 de julho de 2023, em todas as 14 regiões de planejamento do Ceará. As sedes dos encontros foram: Baturité (Maciço de Baturité), Morada Nova (Vale do Jaguaribe), Granja (Litoral Norte), Sobral (Sertão de Sobral), Litoral Oeste/Vale do Curu (Itapipoca), Pedra Branca (Sertão Central), Tauá (Sertão dos Inhamuns), Tamboril (Sertão de Crateús), São Benedito (Serra da Ibiapaba), Icó (Centro-Sul), Beberibe (Litoral Leste), Canindé (Sertão de Canindé), Fortaleza (Grande Fortaleza) e Crato (Cariri).

Em cada encontro, foram divididos os temas dos quatro eixos do PPA 2024-2027 em plenárias por grupos temáticos, nas quais a população da região se envolveu expondo suas ideias e anseios para fossem construídas conjuntamente as Diretrizes Regionais. Estas, são linhas norteadoras que irão ajudar o Governo Estadual a planejar ações e formular políticas públicas que propiciem atendimento das demandas regionais satisfatoriamente, alavancando o bem-estar da população e o desenvolvimento da região.

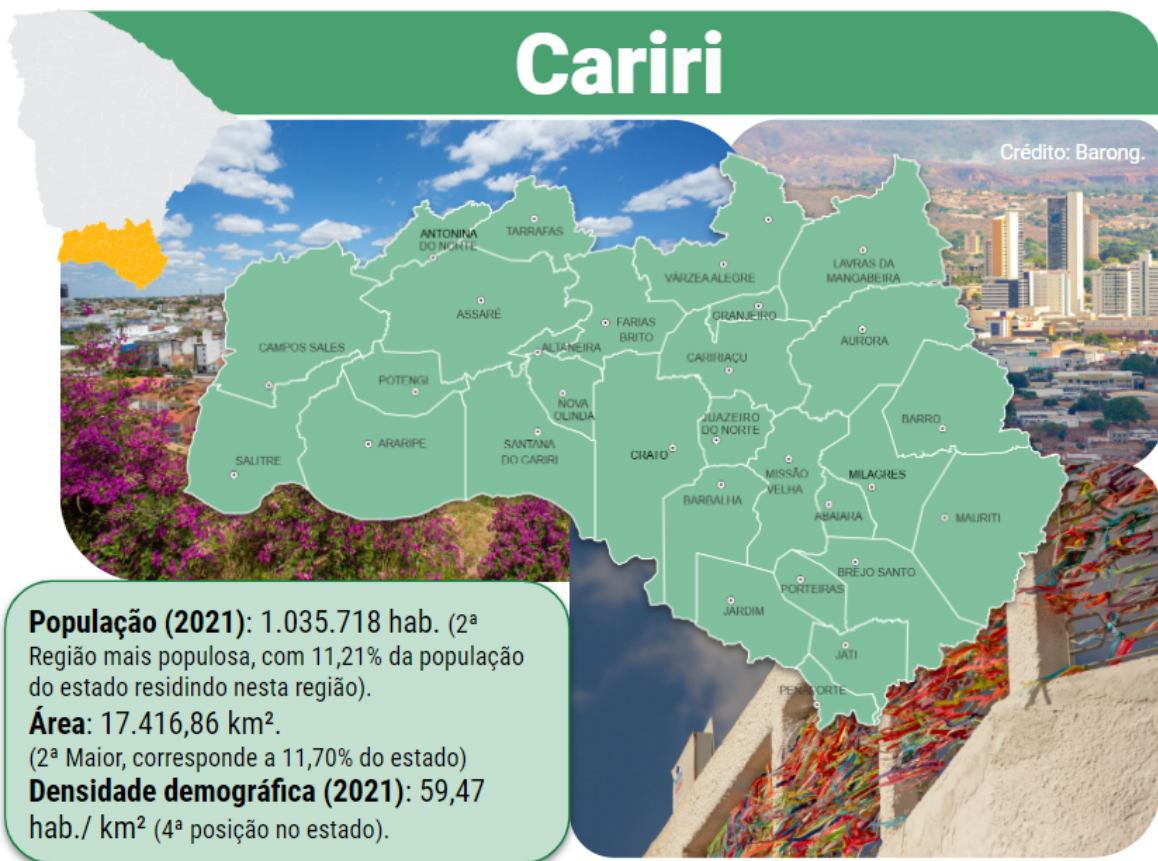
Após os encontros presenciais, emerge a Etapa Virtual, por meio da plataforma digital Ceará Participativo [cearaparticipativo.ce.gov.br], momento no qual a população teve a oportunidade de eleger quais das diretrizes elaboradas nos Encontros Regionais são prioritárias para a Região, e também sugerir novas propostas.

Em números, foram 6.662 participantes que realizaram credenciamento nos encontros presenciais, onde se construíram 3.139 diretrizes regionais, das quais foram priorizadas 150¹¹, tendo sido elaboradas, ainda, 1.866 propostas diretamente na plataforma Ceará Participativo, representando uma relevante retomada do processo da escuta da população, que havia sido impactado pela pandemia no coronavírus (Covid-19) a partir de 2020.

As diretrizes regionais são encaminhadas para os órgãos e entidades estaduais, a fim de realizarem o alinhamento dessas diretrizes com as entregas do PPA 2024-2027, o que será dado ciência às instâncias de controle social, compondo, assim, a versão consolidada da peça de planejamento estadual.

As propostas cadastradas pela população em meio virtual estão disponíveis na plataforma digital Ceará Participativo [cearaparticipativo.ce.gov.br] e também foram encaminhadas para as instituições estaduais para que posteriormente se realize o monitoramento dessas proposições.

¹¹ Priorizaram-se as 10 diretrizes regionais que receberam maior número de votos por região. As diretrizes que receberam o mesmo número de votos equivalente ao da 10ª colocação também foram priorizadas, uma vez que não há critério de desempate nessa pontuação. Isso aconteceu nas regiões Litoral Leste, Sertão Central, Sertão de Sobral, Sertão dos Crateús e Sertão dos Inhamuns, que, por esse motivo, ficaram com mais de 10 diretrizes priorizadas.



CARIRI (29 municípios)

Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre.

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



614 participantes credenciados no encontro regional



372 diretrizes elaboradas no encontro regional



170 propostas incluídas na plataforma digital



Os dados referentes às diretrizes propostas pela população foram organizados em três tabelas. A Tabela 1 refere-se às diretrizes regionais priorizadas, ou seja, as dez diretrizes que receberam mais votos pela população através da Plataforma Digital Ceará Participativo. A Tabela 2 refere-se às demais diretrizes que não foram priorizadas, mas foram elaboradas pela população nos encontros regionais. A Tabela 3 refere-se ao quantitativo de propostas, organizadas por Temas, cadastradas diretamente pela população na Plataforma Digital. Seguem abaixo as tabelas:

TABELA 1 - DIRETRIZES REGIONAIS PRIORIZADAS	
Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas	
Diretriz Regional	
	Ampliar a quantidade de viaturas e efetivo da Polícia Militar para atendimento das demandas da região.
	Ampliar as unidades de saúde, principalmente em emergência e urgência.
	Ampliar o número de convocados do concurso público da Polícia Militar de 2022.
	Ampliar o quadro de professores efetivos da educação básica.
	Ampliar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).
	Ampliar os recursos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), promovendo reajuste da tabela de preços para aquisição dos produtos da agricultura familiar e adaptada à realidade regional.
	Convocar os aprovados no concurso público da Polícia Civil e da Perícia Forense de 2021.
	Garantir o piso salarial dos cirurgiões dentistas.
	Implantar hospital universitário, em convênio com o curso de medicina da Universidade Regional do Cariri (Urca).
	Implantar um hospital de saúde mental na região

TABELA 2 - DEMAIS DIRETRIZES REGIONAIS**Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas****Diretriz Regional**

Adotar programa de financiamento de restauração de equipamentos culturais de referência nos municípios.
Adotar uma política de editais regionalizados de fomento à arte e cultura.
Adquirir veículos de transporte de pacientes com urgência para transplante de rins.
Ampliar a educação empreendedora de inovação e robótica na educação básica.
Ampliar a elaboração e adoção de materiais pedagógicos da educação inclusiva para a educação infantil.
Ampliar a equipe dos núcleos de perícia forense, garantindo equipes femininas para atendimento das demandas dos crimes sexuais.
Ampliar e assegurar políticas públicas de reintegração social para pessoas idosas egressas do sistema penitenciário.
Ampliar e fortalecer as políticas de acessibilidade de pessoas com deficiência, com adaptação dos espaços urbanos.
Ampliar e garantir a permanência do quadro de funcionários da saúde mental.
Ampliar formações para as famílias com pessoas dependentes de álcool e outras drogas para o seu devido acolhimento.
Ampliar o apoio pedagógico para professores da educação inclusiva
Ampliar o atendimento biopsicossocial para os profissionais de segurança pública e realizar estudo para rever a carga horária desses profissionais.
Ampliar o atendimento psicossocial nas escolas de ensino médio da rede estadual, em especial com equipes de psicólogos e assistentes sociais.
Ampliar o cofinanciamento para os benefícios eventuais de natalidade e funerário.
Ampliar o cofinanciamento para os serviços da proteção social especial, de média e alta complexidade.
Ampliar o efetivo de Agentes Comunitários de Saúde (ACS).
Ampliar o efetivo do Corpo de Bombeiros e estruturar as unidades, com a ampliação das viaturas.
Ampliar o elenco dos serviços ofertados pelas policlínicas da região.
Ampliar o ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação básica.
Ampliar o fornecimento de materiais de higiene pessoal para a garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade.
Ampliar o quadro de profissionais especializados para a educação inclusiva.
Ampliar os Centros Cearenses de Idiomas (CCI), em parceria com as universidades.
Ampliar os programas de autonomia financeira para mulheres vítimas de violência, em especial para mulheres egressas do sistema penitenciário.
Ampliar políticas de capacitação e empregabilidade para pessoas reabilitadas do uso abusivo de álcool e outras drogas.
Ampliar programas de autonomia financeira para mulheres egressas do sistema penitenciário.
Apoiar as modalidades competitivas de esporte, de acordo com as vocações da região
Apoiar o esporte amador como forma de promoção da saúde.
Apoiar os municípios com transferência de recursos para implementação e fortalecimento das políticas de igualdade racial e de gênero.
Apoiar os museus orgânicos e de Mestres da Cultura, com a contratação de equipe de apoio para recepção dos visitantes
Apoiar, fortalecer e garantir a regularização e titulação das posses de áreas rurais na região, permitindo o acesso às políticas públicas pelos produtores.
Articular com o Banco do Nordeste a renegociação de dívidas, evitando a judicialização e tomada de terras dos agricultores familiares.
Articular com o Governo Federal a revisão do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), para

garantir a infraestrutura necessária ao bom atendimento da região, reduzindo o tempo nos processos de avaliação das terras e garantindo recursos para financiamento de transporte e maquinários para os produtores.
Articular junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a regularização fundiária e reforma agrária das áreas da antiga usina de açúcar e fábrica de cimento Itapuí, em Barbalha.
Assegurar a aplicação e transparência na prioridade processual para as pessoas idosas.
Atualizar os acervos das Bibliotecas Públicas, por meio do Sistema Estadual de Bibliotecas.
Construir um shopping popular e centro de apoio à cultura em Juazeiro do Norte.
Criar a Lei dos 2% nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA) do Governo do Estado e dos municípios, para fomento da cultura.
Criar Centro de Memória no Sítio Arqueológico Guerrilhas, em Antonina do Norte.
Criar um edital de apoio e fomento para as escolinhas de iniciação esportiva.
Criar protocolos clínicos de acesso aos medicamentos da atenção secundária.
Criar salas de estabilização em municípios de pequeno porte.
Criar sistema de transporte integrado e gratuito entre os centros culturais da região.
Criar um centro médico especializado em doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes mellitus, hipertensão e obesidade.
Criar um programa de apoio aos municípios para o desenvolvimento de jogos tradicionais nas comunidades indígenas, quilombolas e povos de terreiro.
Criar um programa de práticas corporais nas praças e espaços públicos, na modalidade musculação.
Criar uma política de conscientização para a diversidade e proteção para as pessoas LGBTI+ nas escolas.
Criar uma política de dedicação exclusiva para os professores estaduais.
Criar uma política de educação tecnológica nas escolas da educação básica.
Criar uma sala de cinema pública na região.
Defender a gestão pública sobre a política de saúde.
Desenvolver espaços públicos lúdicos, para o desenvolvimento do brincar de crianças e jovens.
Desprecarizar os vínculos empregatícios dos equipamentos da saúde e convocar os concursados.
Destinar 2% das dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Governo do Estado, de fontes do Tesouro estadual, para o Fundo Estadual da Cultura (FEC).
Destinar áreas devolutas e áreas com dívidas para fins da reforma agrária.
Diminuir a precarização do trabalho em saúde, principalmente em relação a saúde bucal
Diminuir o tempo de espera para cirurgia de mulheres com endometriose no Cariri.
Disponibilizar transporte público que contemple os artistas da região.
Equiparar o incremento financeiro estadual à contrapartida municipal para a aquisição de medicamentos do elenco da atenção secundária, possibilitando a sua ampliação e oferta à população.
Estimular a prática de exercícios físicos para idosos em áreas públicas.
Fomentar política de integração com os órgãos de segurança pública municipal, para capacitação e estruturação desses órgãos.
Fortalecer a cultura do Bumba-Meu-Boi no Cariri, por meio do Dia Nacional do Bumba-Meu-Boi, comemorado no dia 30 de junho.
Fortalecer a rede de proteção e campanha de prevenção à violência contra pessoa idosa.
Fortalecer casas de acolhimento e serviços de acompanhamento para pessoas adictas e suas famílias.
Fortalecer o Geoparque Araripe, com reforma e contratação de profissionais especializados em expografia e educação cultural para a formação de mediadores.
Fortalecer os programas da justiça restaurativa voltados para os homens que cometeram crimes de violência contra mulher.
Fortalecer os sistemas de assistência técnica para a segurança alimentar.

Fortalecer políticas públicas de empregabilidade e de inclusão no mercado de trabalho para a pessoa idosa.
Fortalecer, ampliar e qualificar a atenção à saúde bucal da população com ênfase na atenção especializada com a parceria do estado
Garantir a finalização das Areninhas que estão com implantação paralisada no Cariri.
Garantir a manutenção dos equipamentos culturais existentes.
Garantir a valorização dos servidores de saúde, com a implementação dos Planos de Cargos e Carreiras (PCCs).
Garantir atendimento para mulheres trans e travestis nas delegacias especializadas de atendimento à mulher.
Garantir capacitação para os profissionais do serviço público para atendimento humanizado a todas as diversidades de família.
Garantir formação continuada de igualdade racial e diversidade para todos os servidores públicos.
Garantir infraestrutura para as atividades de campo das escolas, em especial o transporte.
Garantir manutenção das malhas viárias e qualificação das rodovias da região para escoamento da produção.
Garantir orçamento para políticas públicas de saúde mental.
Garantir transporte para o deslocamento de pacientes dos grupos terapêuticos diários e para visitas técnicas.
Garantir um mínimo de 10 km de ciclovias na parte urbana, em cada entrega de asfalto.
Garantir um prédio fixo para o Centro de Atenção Psicossocial (Caps), com estrutura acessível.
Garantir uma infraestrutura adequada para a implantação do ensino em tempo integral nas escolas.
Implantar Casa da Criança e Adolescente na região.
Implantar casas de passagem para as famílias com pessoas privadas de liberdade.
Implantar centro de referência de atendimento à pessoa idosa na região.
Implantar Centro de Referência LGBTI+ na região, que contenha uma casa de acolhimento.
Implantar centros de saúde para ampliar o acesso de famílias com crianças que têm alergia à proteína do leite.
Implantar centros olímpicos de esporte, com ginásios esportivos.
Implantar Centros Regionais de Cultura e Arte nas microrregiões do Cariri.
Implantar Centros-Dia e instituições de longa permanência para pessoas idosas.
Implantar cofinanciamento para a política de segurança alimentar e nutricional, para a manutenção das cozinhas comunitárias.
Implantar cofinanciamento para a política de segurança alimentar e nutricional, para manutenção das cozinhas comunitárias.
Implantar complexos poliesportivos em municípios de menor porte.
Implantar delegacias 24h para atendimento às mulheres vítimas de violência.
Implantar delegacias especializadas para atendimento à pessoa idosa e às crianças e adolescentes.
Implantar e garantir o uso de câmeras nos uniformes dos profissionais de segurança pública.
Implantar e interiorizar a Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa, ou por Orientação Sexual, ou Contra a Pessoa com Idosa ou com Deficiência (Decrin) na região.
Implantar e interiorizar centros de referência cultura e arte para a juventude.
Implantar e interiorizar o ambulatório transexualizador.
Implantar novas creches na região.
Implantar novas Escolas do Campo, Escolas Quilombolas e Escolas Indígenas no Cariri.
Implantar núcleo de perícia forense para o Cariri Oriental.
Implantar núcleos regionais de assistência social.
Implantar o cofinanciamento para políticas públicas para mulheres vítimas de violência, para a construção de centros de referência, salas lilás entre outros.

Implantar o método de Associação de Proteção à Pessoa Condenada (Apac) na região.
Implantar o Museu Mestre Antônio Aniceto no Crato.
Implantar o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para as pessoas idosas.
Implantar política de acesso à pós-graduação, em cursos de Mestrado, Doutorado e especializações, para os professores da rede estadual de ensino.
Implantar política de passe livre para os estudantes da educação básica.
Implantar programas para o enfrentamento da obesidade infantil, de forma integrada às políticas de saúde, educação e esporte.
Implantar serviço de acolhimento para as vítimas de LGBTfobia e suas famílias.
Implantar serviço de acolhimento para crianças e adolescentes para atendimento dos municípios de pequeno porte.
Implantar serviços de exames laboratoriais especializados nos hemocentros regionais.
Implantar um centro cultural de valorização dos micros-mestres, chefes de terreiro ou religiosos.
Implantar um centro de memória histórica em Juazeiro do Norte.
Implantar um hospital de urgência e emergência oftalmológica na região.
Implantar um hospital infantil de grande porte na região.
Implantar um hospital no município de Barro.
Implantar um núcleo de apoio às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na região.
Implantar um setor de queimados na região.
Implantar uma escola audiovisual no Cariri.
Implantar uma infraestrutura humanitária para as escolas com ensino em tempo integral.
Implantar uma quadra poliesportiva em Barro.
Implementar a política de descentralização dos recursos do Fundo Estadual da Cultura (FEC), por meio de percentual a ser repassado para os municípios e entidades culturais.
Implementar ações que visem a diminuição do tempo de espera dos pacientes da oncologia
Implementar centros culturais em prédios abandonados.
Implementar de forma efetiva a educação de história africana, afro-brasileira e indígena nas escolas.
Implementar e fomentar o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), a nível estadual, garantindo as áreas para moradia e produção com infraestrutura e técnicas agroecológicas, tais como quintais produtivos, energias renováveis, cisternas, fogões ecológicos, saneamento básico, entre outros.
Implementar política de apoio e acompanhamento psicológico aos filhos e filhas de mulheres vítimas de violência.
Implementar políticas para assistência às pessoas em situação de rua, em especial com capacitações, implantação de abrigo regional, assistência integral à saúde e busca para restauração de vínculos com as famílias.
Implementar políticas públicas sensíveis para cuidadoras e cuidadores de pessoas idosas e pessoas com deficiência.
Implementar um centro urbano de cultura e arte regional na região.
Implementar um parque temático para os Orixás.
Implementar um Programa Agente Jovem Cultural.
Incentivar as competições com doação de material esportivo para as equipes dos municípios.
Incentivar o uso de técnicas agroecológicas na produção de alimentos de qualidade.
Incluir a educação fiscal na grade curricular da educação básica e superior.
Incluir a educação para o trânsito na grade curricular da educação básica.
Incluir as disciplinas de convivência com o semiárido e empreendedorismo na estrutura curricular de todos os níveis de ensino.
Incluir as mulheres e a população LGBTI+ nos esportes competitivos intermunicipais, a nível estadual.
Incluir o cofinanciamento para os serviços de atendimento para pessoas em situação de rua.

Incluir orientação profissional e vocacional, e feiras de profissões nas escolas da educação básica, por meio de oficinas e palestras.
Incluir os cuidadores domiciliares das pessoas idosas em vulnerabilidade social e com grau de dependência nas capacitações existentes para atendimento especializado.
Incluir os sabores do Cariri no programa Mestres da Cultura.
Inserir grupos de atividades esportivas para crianças e adolescentes nas escolas para enfrentamento de obesidade infantil
Inserir os artistas locais nos eventos da região.
Instituir uma política de avaliação escolar diagnóstica e formativa.
Integrar o esporte como atividade física primordial, no contexto da saúde.
Intensificar a prática de esporte educacional nas escolas.
Interiorizar a política de assistência ao transporte para os professores da rede pública.
Investir e fortalecer o artesanato na região do Cariri, com recursos para confecção e realização de feiras.
Legalizar o grau de moto como prática esportiva e fornecer apoio para eventos.
Melhorar a infraestrutura das escolas das redes públicas municipais na zona rural, garantindo o acesso dos estudantes.
Melhorar a política do transporte escolar na região.
Melhorar e desburocratizar o acesso aos serviços de oncologia.
Melhorar toda a estrutura da rede estadual de saúde, garantindo infraestrutura adequada para a execução dos trabalhos.
Promover eventos formativos de conscientização quanto às cotas raciais de ingresso ao ensino superior, para todos os estudantes do ensino médio.
Produzir e adotar materiais didáticos voltados para a educação inclusiva, construída pelos povos indígenas, quilombolas e negros.
Promover concurso público para contratação de educadores físicos e técnicos para formação de atletas de elite
Promover editais de fomento e apoio a jovens escritores.
Qualificar o sistema de referência e contrarreferência de pacientes, para maior resolutividade no acesso ao atendimento dos serviços de saúde.
Realizar concurso público para a Polícia Civil e Militar, inclusive para o cargo de delegada, para atendimento das Delegacias de Defesa da Mulher.
Realizar concursos para psicólogos para atender às demandas dos estudantes nas escolas da educação básica, efetivando a Lei Federal N° 13.935/2019.
Realizar feiras de cultura para as religiões de matriz africana, valorizando as rezas, as benzedeadas e as curandeiras.
Reestruturar as Casas da Mulher existentes e implantar novas para atender as demandas.
Reestruturar os prédios e renovar as frotas de transporte dos hemocentros regionais.
Reformar o Hospital Ana Alencar Alves, em especial pela aquisição de equipamentos.
Reformar os museus regionais com contratação de pessoal especializado, implementado os setores de arte-educação.
Renovar a frota dos transportes sanitários, que transportam pacientes para hospitais e policlínicas.
Resgatar as raízes culturais da região.
Revisar os formulários dos serviços públicos para retirar a obrigatoriedade do campo "nome do pai/mãe" e incluir o campo de "nome do responsável", para respeitar as diversidades das famílias.
Simplificar o pagamento dos editais e contratos em geral, e em cumprimento aos prazos estabelecidos.
Subsidiar a manutenção de consultórios médicos e odontológicos na sede da Associação dos Amigos e Pacientes Renais do Cariri, em Juazeiro do Norte.
Subsidiar a manutenção, preservação e promoção dos equipamentos culturais dos municípios da região.
Universalizar a meia estudantil, para garantir o deslocamento dos jovens em todo o Estado.

Valorizar as bandas de música municipais, com a aquisição de novos instrumentos e implantação de novas bandas.
Valorizar as expressões culturais e esportivas, como a capoeira.
Valorizar os profissionais da cultura.
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha
Diretriz Regional
Ampliar a divulgação dos cursos profissionalizantes, por meio de ações publicitárias, para jovens e adultos.
Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes integrados às demandas do mercado.
Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes para os municípios de pequeno porte.
Ampliar as ações de formação continuada e a integração entre a educação básica e a educação superior.
Ampliar cursos profissionalizantes em tecnologia e inovação.
Ampliar e fortalecer políticas públicas de acompanhamento do crescimento dos empreendimentos, em parceria com municípios, enfatizando as vocações locais.
Ampliar e incluir associações no Programa Hora de Trator, com distribuição de implementos e combustível para tratores.
Ampliar a formação continuada dos professores em todos os níveis.
Ampliar infraestrutura da rede de educação profissional para além das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), como os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) e Técnicos (CVTec), as Faculdades de Tecnologia (Fatec), entre outros.
Ampliar o apoio aos artesãos, em sua capacitação, produção e comercialização.
Ampliar o número de vagas do Programa Hora de Plantar.
Ampliar o Programa Hora de Plantar, com subsídios para aquisição de sementes crioulas, implantação de casas de sementes, aquisição de insumos destinados à produção da agricultura familiar e garantia das sementes de qualidade.
Ampliar o quadro de servidores administrativos e de serviços gerais, para garantir a devida manutenção dos campi universitários da região.
Ampliar os projetos de acessibilidade nas universidades estaduais.
Ampliar políticas públicas de educação profissional e inserção no mundo do trabalho para o público atendido pelo Programa Bolsa Família.
Ampliar programas de inserção de egressos das ações de Educação Profissional no mercado de trabalho.
Apoiar a construção e garantir equipamentos para casas de sementes.
Apoiar a criação de Conselhos Municipais de Turismo.
Apoiar a realização das festas da colheita e encontros das redes territoriais de sementes.
Apoiar as festas regionais com ações de salvaguarda, como potencialidade turística da região
Apoiar e incentivar os programas da agricultura familiar.
Articular as políticas de patrimônio material e imaterial com as propostas turísticas do Governo do Estado.
Articular com as secretarias municipais as ações e projetos de estímulo ao empreendedorismo e de acesso ao crédito.
Articular com o Governo Federal a utilização das águas da transposição do rio São Francisco, evitando desperdícios.
Articular com os municípios a garantia de infraestrutura que possibilite a participação de associações e os trabalhos das secretarias municipais da região.
Articular junto ao Governo Federal a legalização e reconhecimento dos artesãos como profissão.

Articular junto ao Governo Federal, a legalização dos profissionais de beleza do bronzeamento.
Atrair fornecedores para a cadeia produtiva das indústrias da região.
Atrair novas agroindústrias, em especial no setor de laticínios, e estimular o associativismo e o cooperativismo, para garantir o beneficiamento da produção de leite e preço justo para os produtores rurais.
Construir alças de acesso que liguem o anel viário à Rodovia Padre Cícero (CE-292), no sentido Crato.
Criar bases regionais com infraestrutura e equipamentos para empacotamento e armazenamento da produção de sementes, com comercialização coletiva.
Criar creches nos campi universitários, para promover o acesso de mães à educação superior.
Criar linha de crédito específica para egressos da Educação Profissional que desejam empreender.
Criar linha de crédito específica para o artesanato.
Criar o Ceará Credi Rural, adaptado às especificidades de cada região.
Criar parque industrial para incentivar a economia local e geração de empregos na região.
Criar políticas de incentivo para mulheres na ciência.
Criar programa de coleta e logística do lixo produzido em eventos e nas romarias.
Criar programas de incentivo à cultura indígena, quilombola e de povos de terreiro nas universidades.
Criar um calendário de eventos de fácil acesso à população, em que conste todos os eventos da região.
Criar um programa de aquisição de microtratores para a agricultura familiar.
Criar uma política permanente de investimento na infraestrutura das universidades públicas estaduais, inclusive com a ampliação das salas de aula.
Descentralizar o atendimento, com implantação de escritório regional da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA-CE) na região do Cariri.
Desenvolver o ecoturismo ambiental na Chapada do Araripe.
Desenvolver programas de marketing turístico para a promoção do destino Cariri, com verbas e foco proporcional ao que é destinado ao turismo no litoral.
Destinar recursos financeiros dos programas de bolsa de estágio para financiar novos empreendimentos liderados por alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs).
Disponibilizar kits de transferência para as casas de sementes, para testes de qualidade.
Disponibilizar novos cursos na rede de educação profissional.
Duplicar o trecho Campos Sales-Crato, da CE-292.
Duplicar o trecho Nova Olinda-Santana do Cariri, da CE-166.
Efetivar as políticas de ações afirmativas no ingresso à educação superior.
Elaborar projeto de viabilidade e implantar o porto seco do Cariri, respeitando a integração dos modais.
Elaborar projetos de extensão que cheguem nas comunidades indígenas e quilombolas.
Estimular e promover estratégias de mercado nacional e internacional para a indústria e comércio da região.
Executar projeto da reforma e revitalização do Distrito Industrial do Cariri.
Fomentar e ampliar projetos de extensão e estudos tecnológicos com base nas características da região.
Fomentar e fortalecer a realização de exposições e feiras agropecuárias e da agricultura familiar.
Fomentar o desenvolvimento de bebidas artesanais de alta qualidade, por meio de selo de qualidade, fortalecendo o Arranjos Produtivos Locais (APL).
Fomentar programas para qualificação e mecanização apropriada e adaptada, com incentivos e inovação para agricultura familiar.
Fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica, com infraestrutura necessária à produção e sua comercialização.

Fortalecer a cadeia produtiva da apicultura e meliponicultura na região, com incentivo e facilitação para o acesso a crédito.
Fortalecer a política estadual de educação profissional.
Fortalecer o ecossistema de inovação no Cariri.
Garantir a ampliação da tarifa de energia reduzida, por 24 horas, para a agricultura familiar.
Garantir a continuidade do programa de apoio e permanência estudantil.
Garantir assistência técnica e extensão rural continuada com equipe multidisciplinar, qualidade e quantidade adequada para atendimento aos produtores da região.
Garantir autonomia didática e política para as universidades públicas estaduais.
Garantir e ampliar recursos para agricultura e pecuária da região do Cariri, inclusive com criação de fundo estadual para a agricultura.
Garantir e fiscalizar a doação de kits de geração de energia solar para os tanques de resfriamento de leite das associações acompanhadas pelo Governo do Estado
Garantir estrutura adequada no corredor da agricultura familiar na Exposição Agropecuária do Crato (Expocrato).
Garantir implementos agrícolas para aração de terras.
Garantir transporte universitário para estudantes de outros municípios.
Implantar laboratórios de análise de solos, água e plantas para apoio aos produtores da região.
Implantar o campus do curso de turismo na Universidade Regional do Cariri (Urca).
Implantar pavimentação asfáltica do trecho entre Santana do Cariri até a divisa com Pernambuco, rumo ao município de Exu.
Implantar políticas de acesso à pós-graduação para pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTI+, de povos e comunidades tradicionais e com deficiência.
Implantar políticas de proteção à produção do leite, com foco na sua precificação.
Implantar programa de pesquisa para fortalecimento e qualificação da agricultura familiar, em parceria com as universidades.
Implantar projetos de geração de energia solar para os tanques de resfriamento de laticínios.
Implantar um posto seco entre Barro, Brejo Santo e Milagres, para garantir a comercialização da produção da agricultura familiar.
Implementar bolsas para pesquisadores e estudantes que pesquisam o turismo na região.
Implementar e fortalecer políticas voltadas ao turismo de base comunitária e valorizar o trabalho das comunidades.
Implementar política de passe livre para estudantes da educação superior.
Implementar políticas de qualificação de pessoas com mais de 50 anos para o mercado de trabalho.
Implementar políticas de reservas de vagas para a contratação de professores indígenas nas universidades públicas estaduais.
Implementar projeto de doação de veículos apreendidos e abandonados, destinando-os aos municípios e associações.
Implementar um programa estadual de turismo rural agroecológico.
Implementar uma política de desenvolvimento do turismo dentro das escolas públicas e privadas, para desenvolver o espírito de pertencimento ao território e como impulsionador da região.
Implementar uma política estadual de apoio e permanência aos estudantes universitários, em especial aos estudantes em condição de vulnerabilidade.
Incentivar a implantação de campos de produção de sementes crioulas.
Incentivar e garantir meios para fortalecer a exportação dos produtos da agricultura familiar, pela adoção de técnicas para obtenção de certificações e selos de qualidade.
Incentivar festivais de saberes e sabores, com base nas sementes crioulas.
Incentivar uso de técnicas e sistemas sustentáveis de produção conservacionista, regenerativa e agroecológica, a exemplo dos sistemas de agroflorestas, sistemas agrosilvopastoris, e disseminação

das diretrizes e técnicas agroecológicas vinculadas às tecnologias sociais.
Incluir a disciplina de Educação Empreendedora na grade curricular das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs).
Incluir a Qualificação Social e Profissional nos cursos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com auxílio de bolsa aos estudantes.
Incluir o tema Hotelaria na grade da rede de Educação Profissional na região.
Instituir uma política estadual de extensão universitária.
Investir na estrutura dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) e redefinir sua política de formação científica e ensino profissionalizante.
Investir nos novos campi da Universidade Regional do Cariri (Urca) em Missão Velha, Campos Sales e Iguatu.
Melhorar e garantir acesso de mulheres e jovens do campo às políticas públicas de saúde, educação e de desenvolvimento econômico.
Permitir que candidatos às vagas de ações afirmativas possam concorrer em concomitância às vagas gerais.
Promover a comercialização da roteirização turística da região, envolvendo os municípios com potencial turístico.
Promover a desburocratização e incentivos ao empreendedorismo e trabalho, para reduzir a informalidade na economia da região.
Promover a integração da comunidade acadêmica com o setor privado, para a criação de vagas de estágio.
Promover a paridade das bolsas de estudo e trabalho oferecidas pelas universidades públicas estaduais com as bolsas estaduais e federais.
Promover e incentivar a cultura da inovação e do empreendedorismo.
Promover o estágio e trabalho dos alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) dentro da própria escola, adquirindo experiência profissional.
Promover palestras e oficinas de educação para o trânsito nas escolas.
Proteger a produção local, como a de leite, dos produtos comprados de outros países, e combater o monopólio na aquisição da produção local, com atração de novas empresas compradoras.
Realizar a manutenção e reparação das estradas vicinais na zona rural da região, favorecendo o escoamento de produtos.
Realizar levantamento das unidades de beneficiamentos e ou equipamentos de associações inativas, para disponibilizá-los a associações com interesse do uso para produção.
Reestruturar o entreposto do mel Padre Agostinho Mascarenhas, para beneficiamento e comércio na região do Cariri.
Reformar e expandir as residências universitárias da região.
Reformar os currículos das universidades estaduais, incluindo discussões sobre gênero, relações étnico-raciais e diversidade sexual.
Regulamentar a técnica de pulverização aérea com drones, que utilizem técnicas agroecológicas e seguras, evitando a degradação ambiental ou riscos para a população.
Retomar os Projetos Paulo Freire e Dom Helder Câmara.
Revisar o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) para os funcionários e professores das universidades, em diálogo com os docentes.
Revitalizar e construir novas rodovias de acesso do Cariri à Fortaleza.
Revitalizar o Riacho dos Porcos.
Tombar e promover o turismo na localidade de Alto do Leitão, a partir da criação de um parque temático sobre o cangaço no Cariri.
Utilizar a estrutura dos antigos galpões do canteiro de obras da transnordestina para construção de infraestrutura de comercialização de produtos da agricultura familiar

Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território

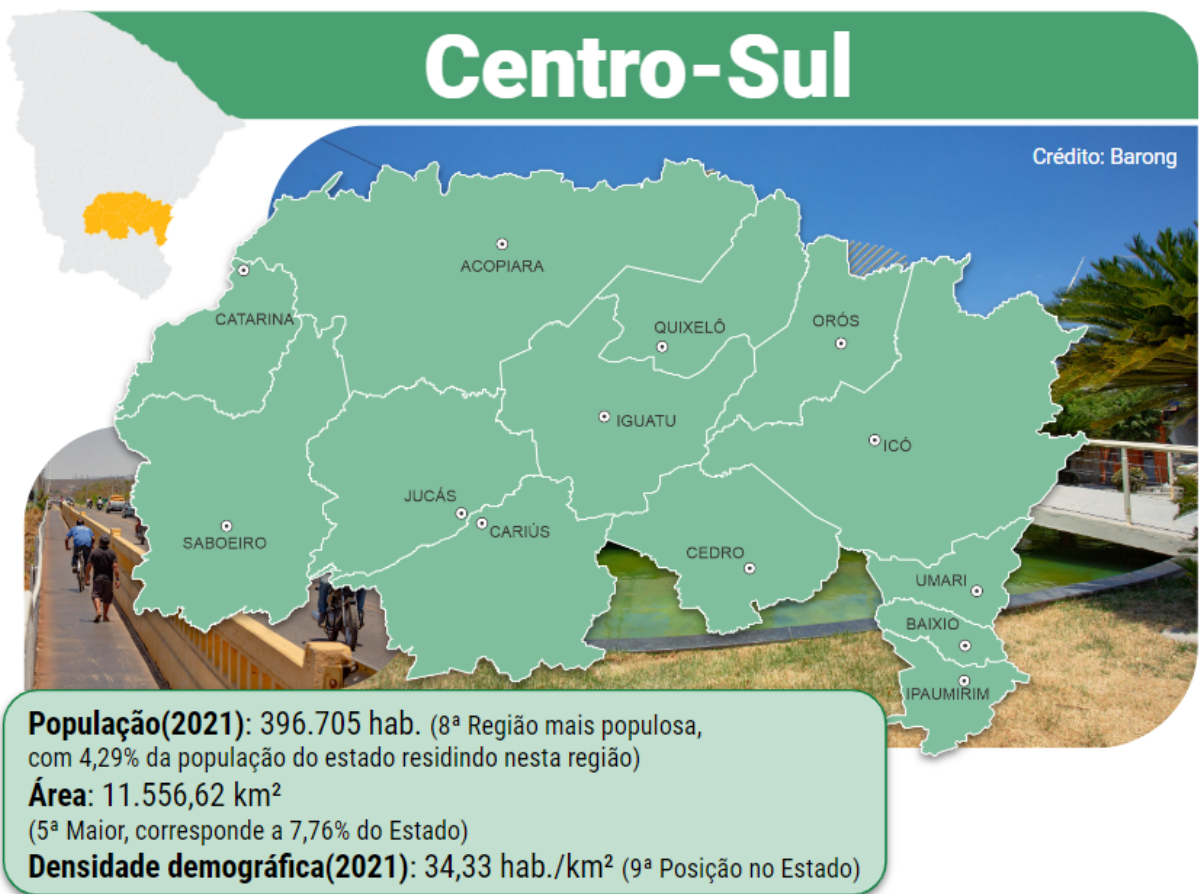
Diretriz Regional

Ampliar ações de capacitação para o Batalhão de Polícia Ambiental para lavrar auto de infração, competência prevista na Lei Complementar nº 231/2021, para o combate ao tráfico de animais silvestres.
Ampliar as casas de sementes e viveiros de mudas de árvores nativas para arborização dos municípios e reflorestamento de áreas degradadas, nascentes e matas ciliares.
Ampliar disponibilidade de ciclovias e ciclofaixas.
Ampliar disponibilidade de transporte coletivo que integre a Região Metropolitana do Cariri.
Ampliar e fortalecer o Programa Estadual de Prevenção, Monitoramento, Controle de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais (Previna).
Ampliar linha e número de estações do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) até Barbalha e Missão Velha.
Ampliar linhas de transporte público noturnas
Ampliar o apoio técnico aos projetos da Política Estadual de Resíduos Sólidos, inclusive com ampliação da equipe técnica de apoio aos consórcios públicos.
Ampliar o repasse de 2% para 3% do ICMS Ecológico, referente ao Índice de Qualidade Municipal do Meio Ambiente (IQM).
Ampliar os programas de abastecimento de água nas comunidades rurais e áreas periféricas das cidades.
Concluir trecho da Avenida Paulo Maia, entre os bairros Antônio Vieira e Santo Antônio.
Construir avenida de contorno no Crato ligando a Juazeiro.
Construir calçadão na avenida no entorno do Parque de Exposições da Expocrato, com ciclovia e equipamentos para atividade física.
Construir calçadão que integre o Bairro Batateiras ao Centro Cultural e ao Centro da Cidade do Crato.
Construir e operar usinas solar e eólica descentralizadas, em que os créditos dessa geração sejam repassados às prestadoras de serviços de água e esgoto.
Construir pista de atletismo dentro do Parque de Exposições da Expocrato.
Criar concessões para novas linhas de ônibus.
Criar editais de fomento para pesquisas sobre espécies, animais e vegetais, ameaçadas de extinção.
Criar linhas de crédito para os prestadores de serviço de água e esgoto municipais implantarem usinas solares.
Criar linhas de transporte universitário gratuito que liguem os municípios às universidades.
Criar modelo de mobilidade urbana sustentável, baseado em tecnologia verde, com modais diversos.
Criar oferta de bicicletas compartilhadas.
Criar programa de incentivo à geração de energia solar em áreas de assentamento e reassentamento.
Criar programa estadual de incentivo financeiro aos municípios para desenvolver o pacto de ação de lixo zero entre as várias instâncias do poder público.
Criar Reserva Estadual da Chapada do Araripe.
Criar um programa de controle populacional de animais de rua.
Efetivar o Pacto pelo Saneamento na região.
Elaborar e incentivar um Plano Estadual de Agroecologia.
Elaborar o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Cariri.
Elaborar plano de incentivo à estruturação, capacitação e gestão das associações de catadores.
Estabelecer metas e indicadores que possam acompanhar a redução do uso de combustíveis fósseis.
Estabelecer integração modal de transporte, incluindo o Veículo Leve sobre Trilho (VLT) do Cariri.
Fortalecer a comunicação com o Município de Várzea Alegre no que se refere a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR).
Garantir a efetividade da Lei nº14.198, de 05 de agosto de 2008, que institui a Política Estadual de

Combate e Prevenção à Desertificação
Garantir a participação social no processo de implantação do Cinturão das Águas na região.
Garantir recursos para recuperação de fontes hídricas.
Implantar Delegacia Regional de Meio Ambiente e Proteção Animal na região.
Implantar e manter um Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (CTAS).
Implantar política de passe livre, com transporte público gratuito, integrando toda a Região Metropolitana do Cariri.
Implantar políticas de incentivos à adoção de biodigestores nas comunidades rurais.
Implantar unidades de conservação no entorno dos reservatórios e cursos d'água.
Implementar normativos para que os novos equipamentos públicos contemplem estruturas de geração de energias renováveis, tais como escolas, postos de saúde, entre outros.
Implementar políticas públicas de incentivo a adoção de energias renováveis na agricultura familiar, com atração de novos investidores e sustentabilidade de empresas já instaladas.
Incentivar a implantação de usinas solares nos espelhos d'água de açudes.
Incentivar e promover programas de crédito de carbono para o poder público e iniciativa privada.
Inserir no programa de cisternas o reúso de águas residuais e uso de biodigestores.
Inserir veículos coletivos elétricos na frota existente.
Instituir o plano diretor de águas subterrâneas.
Intensificar a fiscalização da perfuração de poços irregulares e criar programas para regularizar os poços ainda não cadastrados.
Promover a educação e conscientização da população sobre o tema do saneamento, com ênfase no tratamento dos despejos dos resíduos sólidos.
Promover ações educativas para incentivar a separação do lixo, a fim de facilitar a reciclagem e o descarte dos resíduos sólidos.
Promover e fiscalizar as cooperativas de transporte alternativo.
Propor política de incentivo à implantação de parques solares em áreas degradadas, evitando a aplicação em áreas verdes.
Realizar intervenção na encosta dos bairros Mutirão, Alto da Penha e Pantanal, com revitalização urbanística e integração dos bairros.
Reconstruir a passarela que garante acessibilidade ou implantar semáforo inteligente, em frente à Escola Antônio Ferreira de Melo, na Rodovia Padre Cícero (CE-292).
Reestruturar a área do entorno do Riacho da Matinha.
Reflorestar e arborizar áreas afetadas pela construção de rodovias na região.
Reforçar a infraestrutura de distribuição de energia elétrica para garantir o atendimento da demanda pública.
Regulamentar a Lei nº 18.427/2023, que institui a Política Estadual sobre Pagamento por Serviços Ambientais do Ceará, incluindo a elaboração de editais para projetos com ênfase no subprograma de conservação das águas e dos recursos hídricos.
Revitalizar os Rios Batateiras, Granjeiro e Salgadinho.
Eixo 4 - O Ceará Que Participa, Planeja e Alcança Resultados
Diretriz Regional
Acompanhar alunos da rede de educação profissional, para evitar exploração desta mão de obra.
Estabelecer monitoramento das ações de Educação Profissional, pelo Sistema Público de Emprego.
Fiscalizar a atuação e aprendizagem dos alunos no estágio para garantir que não haja desvio de função.
Implantar plataforma de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) e das diretrizes do PPA participativo.

TABELA 3 - PROPOSTAS DA PLATAFORMA

Tema da proposta	Número de propostas
Acesso a Terra e Moradia	3
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	10
Assistência Social	5
Ciência, Tecnologia e Inovação	5
Cultura	10
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	10
Educação Básica	14
Educação Profissional	5
Educação Superior	3
Energias Renováveis	
Esporte	
Gestão Fiscal	1
Inclusão Social e Direitos Humanos	4
Indústria, Comércio e Serviços	
Infraestrutura e Logística	24
Meio Ambiente	9
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	2
Recursos Hídricos	
Saneamento Básico	1
Saúde	28
Segurança Pública e Justiça	31
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	1
Trabalho e Empreendedorismo	3
Transparência, Ética e Controle Social	1
Turismo	
TOTAL	170



CENTRO SUL (13 municípios)

Acoiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icô, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari.

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



512 participantes credenciados no encontro regional



224 diretrizes elaboradas no encontro regional



91 propostas incluídas na plataforma digital



Os dados referentes às diretrizes propostas pela população foram organizados em três tabelas. A Tabela 1 refere-se às diretrizes regionais priorizadas, ou seja, as dez diretrizes que receberam mais votos pela população através da Plataforma Digital Ceará Participativo. A Tabela 2 refere-se às demais diretrizes que não foram priorizadas, mas foram elaboradas pela população nos encontros regionais. A Tabela 3 refere-se ao quantitativo de propostas, organizadas por Temas, cadastradas diretamente pela população na Plataforma Digital. Seguem abaixo as tabelas:

TABELA 1 - DIRETRIZES REGIONAIS PRIORIZADAS
Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas
Diretriz Regional
Ampliar os beneficiários do programa Ceará sem Fome e do Cartão mais Infância.
Assegurar e expandir o cofinanciamento para Proteção Social Especial, de média e alta complexidade, para todos os municípios da região.
Expandir a adoção do ensino em tempo integral, garantindo a infraestrutura das escolas, inclusive na aquisição de equipamentos.
Garantir a conclusão do Horto do Senhor do Bonfim, em Icó.
Implantar Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), garantindo profissionais mulheres com qualificação especializada para atendimento humanizado, com foco na raça, classe e gênero.
Implantar equipamentos para atendimento a mulheres vítimas de violência, como unidades de acolhimento, Casas da Mulher Brasileira e Cearense na região.
Implantar equipamentos para atendimento às mulheres do campo, focados na saúde, enfrentamento à violência e geração de renda.
Implantar o Hospital Regional, com as especialidades materno-infantil, traumatologia, neurologia, cardiologia e oncologia, de média e alta complexidade, entre as Áreas Descentralizadas de Saúde (ADS) de Icó e Iguatu.
Implantar serviços de assistência social especializada para a região, em especial em municípios de pequeno porte, descentralizando das regiões metropolitanas.
Intensificar as políticas estaduais de garantia de habitação urbana para população vulnerável.

TABELA 2 - DEMAIS DIRETRIZES REGIONAIS**Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas****Diretriz Regional**

Agilizar os processos de titulação de imóveis, com emissão de certificados de posse para possibilitar o acesso ao crédito e demais políticas públicas.
Ampliar a cobertura das bases-satélites do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) na região.
Ampliar a colaboração com os municípios na política de transporte escolar para a educação infantil e para o ensino fundamental, em especial para a aquisição de veículos.
Ampliar a oferta da educação infantil no campo.
Ampliar a parceria com os municípios para a oferta da educação infantil.
Ampliar a política de Educação de Jovens e Adultos (EJA), inclusive com a melhoria da infraestrutura dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (Ceja).
Ampliar acesso e otimizar as vagas para agendamentos de consultas, exames e cirurgias na região.
Ampliar as capacitações para atendimento humanizado nos equipamentos públicos para a população LGBTI+.
Ampliar as equipes multidisciplinares nas escolas de educação infantil e ensino fundamental.
Ampliar as formações de professores e cuidadores para o atendimento de pessoas com deficiência e neurodivergentes.
Ampliar as políticas estaduais de garantia da habitação rural, de forma complementar ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).
Ampliar as unidades do Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) para municípios de pequeno porte.
Ampliar capacitações para os profissionais dos equipamentos da assistência social para o atendimento das populações de comunidades tradicionais, assentados e povo do campo.
Ampliar efetivo do corpo de bombeiros, para atendimento da demanda na região.
Ampliar efetivo dos peritos forenses na região.
Ampliar efetivo dos servidores públicos para os órgãos do poder judiciário.
Ampliar investimentos para estruturar os conselhos de direito.
Ampliar leitos de longa permanência para as redes de atenção com maiores necessidades, como a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), de cuidados paliativos, entre outras.
Ampliar número de comarcas na região, para garantir acesso à justiça, reabrindo as comarcas já existentes.
Ampliar o acesso à educação infantil, inclusive com a implantação de novos Centros de Educação Infantil (CEIs).
Ampliar o acesso aos serviços em nível especializado de saúde bucal na região.
Ampliar o número de Batalhões do Corpo de Bombeiros na região.
Ampliar o Programa Esporte 3 Tempos.
Ampliar o repasse de recurso aos municípios para os convênios de transporte escolar para o ensino médio.
Ampliar o valor do cofinanciamento para os benefícios eventuais.
Ampliar os investimentos para as salas de estabilização na região.
Ampliar os núcleos de perícia forense e aparelhar os núcleos já existentes na região.
Ampliar os programas de regularização fundiária para integrar a concessão de terras e de moradias para os beneficiários.
Ampliar os recursos para garantir a manutenção dos equipamentos culturais já existentes na região.
Ampliar recursos para políticas voltadas para os artesãos, para capacitações, comercialização e

incentivo às feiras.
Apoiar a compra e a venda de produtos da agricultura familiar no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
Apoiar a estruturação dos projetos dos fazendeiros de cultura da região.
Apoiar a produção e distribuição de sementes crioulas, garantido apoio às casas de sementes e à produção de alimentos livres de agrotóxicos.
Apoiar as escolinhas de futebol na região.
Apoiar e reconhecer os pontos turísticos e tombamentos.
Apoiar os cultivos alternativos para garantir a soberania e segurança alimentar, ampliando as culturas a serem produzidas, como da palma e da mandioca.
Articular com a União para agilizar a regularização e a titulação de terras das áreas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) no município de Icó.
Capacitar os profissionais da educação para o atendimento à população LGBTI+ e para a realização de debates sobre gênero e diversidade nas escolas.
Criar a região de saúde Centro Sul/Vale do Salgado por meio da revisão do Plano Diretor de Regionalização da Saúde (PDR).
Criar jogos intermunicipais de futebol na região.
Estabelecer convênios ou ceder profissionais da educação para contribuir no ensino das Escolas Família Agrícola (EFAs), nos termos da Lei Estadual Nº 17.731/2021.
Estimular a contratação de educadores físicos, nutricionistas e fisioterapeutas, assegurando materiais e transporte.
Estruturar as escolas para oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE).
Estruturar as unidades de bombeiros já existentes, com aquisição de novas viaturas.
Expandir o Programa de Apoio às Reformas Sociais (Proares) para todos os municípios da região.
Firmar parcerias entre os órgãos estaduais e municipais de cultura e turismo, inclusive por meio de agentes culturais para a preservação e o desenvolvimento do patrimônio cultural e turístico.
Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos destinados à saúde.
Fiscalizar e acompanhar as obras dos conjuntos habitacionais que se encontram sem infraestrutura adequada, para garantir serviços de saúde, educação e transporte aos moradores.
Fortalecer a política de incentivo hospitalar na região.
Fortalecer e ampliar a Rede de Atenção Psicossocial (Raps) nos pontos de atenção na região.
Fortalecer e ampliar o atendimento do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace) nos municípios.
Fortalecer e garantir o funcionamento das cozinhas comunitárias.
Fortalecer os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea).
Fortalecer, apoiar e capacitar as associações rurais na produção, compra e venda de alimentos.
Garantir a construção do Fórum Regional.
Garantir a estrutura de berçários nos Centros de Educação Infantil (CEIs) da região.
Garantir a segurança de todas as escolas, inclusive pela ampliação e treinamento das equipes de segurança.
Garantir cofinanciamento para a ampliação e manutenção das cozinhas comunitárias.
Garantir efetivo de professores específicos para as Escolas do Campo.
Garantir equipes da segurança pública para atendimento das ocorrências policiais no meio rural.
Garantir equipes multidisciplinares para os órgãos do poder judiciário.
Garantir merenda escolar nas escolas de ensino em tempo integral.
Garantir o acesso à saúde com equidade da população LGBTI+.
Garantir repasse específico para atendimento às políticas voltadas para população LGBTI+, conforme

demandas do público da região.
Implantar a Casa e o Centro de Apoio aos Romeiros.
Implantar bibliotecas para a primeira infância, com acervos físicos e digitais, e espaços de convivência.
Implantar Célula Regional de Disciplina da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), para investigar transgressões disciplinares.
Implantar centro de urgência e emergência odontológica, com funcionamento 24h, na região.
Implantar ciclofaixas nas áreas urbanas dos municípios na região.
Implantar delegacias especializadas na região contra crimes de discriminação racial, religiosa e orientação sexual.
Implantar e interiorizar as Areninhas, com dimensões oficiais, e ampliar cursos de capacitação para os profissionais da área.
Implantar equipamentos da assistência social para garantir atendimento às pessoas do campo.
Implantar estádios de futebol na região.
Implantar laboratórios nas escolas de ensino fundamental.
Implantar novas escolas da rede estadual de ensino na região.
Implantar novos centros socioeducativos e ampliar as equipes para garantir seu funcionamento na região.
Implantar o ensino em tempo integral na educação infantil.
Implantar a Patrulha Maria da Penha na região.
Implantar quadras poliesportivas na região.
Implantar sede própria para a delegacia regional, com atendimento 24h.
Implantar um equipamento cultural na região.
Implantar um escritório regional da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará na região.
Implantar um hospital veterinário e uma unidade de vigilância em zoonoses, promovendo a saúde animal vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS).
Implantar uma Escola de Artes regional.
Implantar unidade prisional na região.
Implantar unidades de Comando da Polícia Militar para Prevenção e Apoio às Comunidades (Copac/PM) na região.
Implementar cursos de capacitação continuada para agentes culturais na região.
Implementar políticas públicas e garantir infraestrutura básica nas moradias populares já existentes.
Implementar programas para garantir capacitação e geração de oportunidades para a juventude, em especial no meio rural, focados na economia popular solidária.
Implementar uma política de aproximação e apoio das Instituições de Ensino Superior (IES) junto às escolas da educação básica, em especial nos municípios mais distantes dos campi universitários.
Implementar uma política estadual de aquisição de alimentos, nos moldes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
Incentivar a política dos consórcios de saúde na região.
Incentivar a produção de alimentos orgânicos na agricultura familiar, reduzindo os custos de produção e a utilização de agrotóxicos.
Incentivar e promover o estilo de vida ativo e saudável, amparado por políticas públicas e parcerias com a sociedade civil, em consonância com as demandas relativas ao combate das desigualdades econômica e social.
Incentivar sistemas de produção agroecológica, ampliando a inclusão de mulheres e jovens.
Incluir nos programas estaduais de regularização fundiária e de aquisição de moradias nas áreas urbanas, os imóveis não operacionais habitados do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que foram colocados em leilão.

Incorporar ao Plano Estadual de Educação a Política Estadual de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, conforme definida pela Lei Estadual Nº 18.164/2022.
Interiorizar o processo do serviço transsexualizador, com garantia da saúde integral.
Lançar editais para circulação de projetos artísticos culturais nas diversas linguagens.
Mapear e identificar terras públicas do Governo do Estado e da União, realizando inventário para fins de reforma agrária.
Melhorar a infraestrutura de logística do Programa Ceará Sem Fome, como feiras municipais, facilitando a aquisição de alimentos diretamente com os produtores da agricultura familiar.
Modernizar o Parque Tecnológico na região.
Ofertar disciplina de educação patrimonial na rede de ensino estadual.
Permitir e favorecer a compra dos produtos da agricultura familiar pelos beneficiários do Programa Ceará Sem Fome.
Priorizar investigação de casos de formação de milícias e crimes envolvendo repressão e abuso de poder.
Promover a educação contextualizada para o campo dentro das escolas.
Promover a permanência dos alunos de ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos níveis fundamental e médio, inclusive pela concessão de bolsas de permanência.
Promover o acesso dos produtores culturais da região ao Mapa Cultural do Ceará, facilitando a obtenção de financiamento.
Promover o acesso e incentivo, de forma descentralizada, a projetos na área de esportes por região.
Reestruturar as casas do cidadão, inclusive garantindo a quantidade suficiente de peritos para suprir as demandas.
Regularizar a categoria de Agente Comunitário de Saúde no quadro de servidores públicos estaduais.
Retomar o cofinanciamento para atendimento dos serviços para pessoas com deficiência e pessoas idosas.
Rever os critérios para seleção dos municípios para participar do Programa de Apoio às Reformas Sociais (Proares).

Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha

Diretriz Regional

Ampliar a divulgação dos programas estaduais de fomento às startups.
Ampliar a oferta de cursos de ensino superior na modalidade de Educação à Distância (EaD).
Ampliar as ações afirmativas de acesso e permanência ao ensino superior para incluir a população LGBTI+, em especial as mulheres trans.
Ampliar as vagas de capacitação profissional destinadas aos municípios, como os Programas Criando Oportunidades, Jovem Aprendiz, entre outros.
Ampliar cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais no campus multi-institucional da região.
Ampliar cursos de qualificação profissional.
Ampliar e estruturar os programas de assistência técnica e extensão rural para os produtores da agricultura familiar da região, bem como para todas as cadeias produtivas da região.
Ampliar e qualificar a infraestrutura, inclusive os equipamentos, do campus multi-institucional.
Ampliar os programas estaduais de fomento às startups.
Ampliar parcerias com as organizações do Sistema S e sindicatos de categorias na educação profissional.
Ampliar, apoiar e facilitar o acesso às linhas de crédito para produtores da agricultura familiar.
Ampliar, diversificar e fortalecer o Programa Hora de Plantar, inclusive com a distribuição de mudas de frutas.

Apoiar a aquisição e distribuição de implementos agrícolas para comunidades produtivas na região.
Apoiar a geração de renda para a juventude camponesa e urbana.
Apoiar a produção da piscicultura e carcinicultura da região.
Apoiar e ampliar a piscicultura e carcinicultura na região, fomentando o associativismo e cooperativismo para a aquisição das larvas de camarão para os associados.
Apoiar e difundir os projetos e tecnologias sociais e de convivência com o semi-árido, para o manejo e cultivo na agricultura familiar, como quintais produtivos, mandalas, entre outras.
Apoiar e implementar política assistida de melhoramento genético para os rebanhos bovinos, ovinos e caprinos da região.
Apoiar e valorizar o setor da apicultura para a agricultura familiar, fortalecendo a cadeia produtiva como um todo e favorecendo a comercialização.
Apoiar o pequeno produtor na cadeia da piscicultura e carcinicultura.
Articular com os órgãos públicos federais para a implantação de porto seco da Ferrovia Transnordestina na região.
Criar bolsas de financiamento e formação de guias turísticos na região.
Criar estratégias governamentais para o controle das algas macrófitas que cobrem os espelhos dos açudes, inviabilizando-os para consumo e produção.
Criar políticas de incentivo, de garantias de preço pré-plantio e de preço mínimo para as culturas como milho, algodão, arroz, feijão e fava, combatendo a atuação dos atravessadores.
Criar seguro em casos de mortes inesperadas dos peixes, que garanta a retomada e capital de giro para a atividade da piscicultura.
Desburocratizar a emissão de Cadastro da Agricultura Familiar (CAF).
Desburocratizar, democratizar e interiorizar o processo de seleção por meio de editais voltados ao turismo.
Descentralizar as ações da Secretaria de Turismo (Setur) para a região.
Estruturar a logística de escoamento de produção da agricultura familiar.
Expandir o sistema de abastecimento de água para as áreas rurais.
Facilitar o acesso dos recém graduados aos programas de pós-graduação.
Finalizar a construção do trecho de acesso da CE-060 à BR-404, em Iguatu.
Finalizar a pavimentação asfáltica do trecho entre Icozinho e a divisa da Paraíba, da CE-282.
Fomentar políticas de incentivo e capacitação para o associativismo e cooperativismo.
Garantir o acesso às políticas de assistência estudantil, em especial a concessão de bolsas de permanência.
Garantir uma política estadual de transporte intermunicipal para estudantes universitários.
Implantar a duplicação do trecho Icó-Iguatu, da CE-282.
Implantar acesso à área produtiva do Sítio de Jurema à CE-470.
Implantar acesso à área produtiva do Sítio Pão de Açúcar à CE-593.
Implantar aeroporto regional no município de Icó.
Implantar anel viário da CE-371 em Jucás.
Implantar escolas profissionalizantes na região.
Implantar pavimentação asfáltica entre o distrito de Canaúna, no município de Ipaumirim, e a BR-116.
Implantar pavimentação asfáltica no trecho entre Baixio e a divisa com a Paraíba.
Implantar pavimentação asfáltica no trecho entre Ipaumirim e a divisa com a Paraíba.
Implantar pavimentação asfáltica no trecho entre Três Bodegas e a divisa com o Rio Grande do Norte.
Implantar pavimentação asfáltica no trecho entre Umari e a divisa com a Paraíba.
Implantar pavimentação asfáltica no trecho Santarém-Orós, da CE-593.
Implantar placas de sinalização de denominação dos limites de municípios e de velocidade.

Implantar rotatórias de acesso nas rodovias estaduais aos perímetros urbanos.
Implantar sinalização horizontal e vertical e fiscalização eletrônica no trecho de acesso da CE-060 à BR-404, em Iguatu.
Implantar sinalização horizontal e vertical nos trechos Icó-Iguatu, da CE-282.
Implantar um novo campus universitário avançado das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais no Vale do Salgado.
Implantar uma central de comercialização para apoiar a agricultura familiar da região.
Implementar cursos de pós-graduação stricto sensu na região, em especial pela garantia de infraestrutura no campus multi-institucional.
Implementar uma política de cofinanciamento, a exemplo de outras políticas assistenciais, para atender as demandas da agricultura familiar.
Implementar uma política de fomento à pesquisa exclusivamente direcionada às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais.
Implementar uma política de fomento à pesquisa exclusivamente direcionado às universidades públicas estaduais.
Implementar uma política estadual de distribuição de horas-máquina para o preparo do solo, atendendo aos agricultores do Projeto Hora de Plantar.
Implementar uma política estadual de incentivo à permanência dos jovens nas atividades agrícolas, garantindo a sucessão rural.
Incentivar as potencialidades turísticas da região.
Incentivar e fortalecer os programas de criação de peixes em gaiolas.
Integrar uma carteira de serviços das iniciativas públicas referentes à cultura e o turismo, com mapeamento e roteiro regional.
Investir no turismo de pesca, gastronomia e meio ambiente.
Ofertar qualificação profissional voltada para o fortalecimento organizacional da gestão e da produção das associações e cooperativas.
Perfurar poços profundos e construir pequenos barramentos na região, para garantir o suporte à irrigação e a criação de peixes em tanques.
Promover o diálogo das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais e os municípios para a realização de ações integradas em ensino superior.
Reformar a pavimentação do trecho Cedro-Cascudo, da CE-153.
Restaurar a pavimentação asfáltica no trecho Iguatu-Vila Antonir, da CE-536.
Revitalizar o perímetro irrigado do Icó-Lima Campos para novas estruturas, acesso à tecnologia, assistência técnica e apoio à comercialização.
Sinalizar as vias de acesso com destinos turísticos.
Valorizar os profissionais da educação profissional, em especial com salários adequados e benefícios de saúde.

Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território

Diretriz Regional

Ampliar a implantação de energia solar em prédios públicos estaduais.
Ampliar o investimento em usinas de energia solar na região.
Apoiar a fiscalização do retorno das águas tratadas nas estações de tratamento de esgoto aos rios.
Apoiar os municípios na criação de canais de atendimento à população geradora de energias renováveis.
Apoiar, por meio de linhas de crédito, a adoção de energias renováveis pela população, em especial para a população de baixa renda, os produtores rurais e os microempreendedores.
Articular junto à União a conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco.

Concluir a implantação da sede do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) em Icó.
Concluir a reforma da rodoviária de Icó.
Criar áreas de proteção e educação ambiental e executar o plano de apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).
Finalizar a construção de equipamentos públicos da região, incluindo a implantação do Centro de Convenções.
Fortalecer e ampliar as campanhas de sensibilização sobre o uso responsável da água nas escolas e residências.
Fortalecer e ampliar o Programa Agente Jovem Ambiental (AJA) e a educação ambiental nas escolas, inclusive pela concessão de bolsas de pesquisa.
Fortalecer o Programa Estadual de Prevenção, Monitoramento, Controle de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais (Previna).
Implantar estruturas sustentáveis de destinação adequada e reciclagem dos resíduos sólidos na zona rural.
Implantar novos açudes e revitalizar os açudes já existentes na região.
Implantar sede da Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace) e introduzir novas tecnologias de fiscalização ambiental na região.
Implantar um centro de coleta de óleo de cozinha, visando evitar seu descarte irregular.
Implantar um Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetas).
Intensificar e priorizar a fiscalização ambiental, em especial das matas da região.
Melhorar a qualidade da água para consumo humano, por meio de sistemas de abastecimento de água da caatinga, com pré-filtro de pedregulho.
Ofertar cursos profissionalizantes na área de energias renováveis.
Priorizar o reflorestamento e revitalização das matas ciliares e nascentes dos Rios Salgado e Jaguaribe e dos açudes da região.
Promover o reuso das águas cinzas.
Regulamentar a Política Estadual sobre Serviços Ambientais (PSA), implementando incentivos econômicos para a conservação da caatinga, inclusive com a promoção da agroecologia e da formação dos agricultores familiares.
Regulamentar a utilização de energias renováveis.
Regulamentar ato normativo que responsabilize os beneficiários do Programa Hora de Plantar pela preservação da caatinga.
Tornar mais transparente as informações sobre a produção excedente de energia solar.
Eixo 4 - O Ceará Que Participa, Planeja e Alcança Resultados
Diretriz Regional
Criar aplicativo de fiscalização das obras viárias estaduais.
Garantir a regionalização dos municípios, respeitando suas especificidades.

TABELA 3 - PROPOSTAS DA PLATAFORMA

Tema da proposta	Número de propostas
Acesso a Terra e Moradia	1
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	4
Assistência Social	5
Ciência, Tecnologia e Inovação	
Cultura	8
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	3
Educação Básica	3
Educação Profissional	
Educação Superior	3
Energias Renováveis	
Esporte	5
Gestão Fiscal	
Inclusão Social e Direitos Humanos	9
Indústria, Comércio e Serviços	2
Infraestrutura e Logística	10
Meio Ambiente	1
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	1
Recursos Hídricos	3
Saneamento Básico	1
Saúde	12
Segurança Pública e Justiça	12
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	
Trabalho e Empreendedorismo	6
Transparência, Ética e Controle Social	
Turismo	2
TOTAL	91

Grande Fortaleza

Crédito: Samuel Gomes; Wagner Fernandes

População (2021): 4.167.996 hab.
 (1ª Região mais populosa, com 45,11% da população do estado residindo nesta região).

Área: 7.433,83 km².
 (11ª Maior, corresponde a 4,99% do estado).

Densidade demográfica (2021):
 560,68 hab./km² (1ª Posição no Estado).

GRANDE FORTALEZA (19 municípios)

Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi.

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



518 participantes credenciados no encontro regional



330 diretrizes elaboradas no encontro regional



810 propostas incluídas na plataforma digital



Os dados referentes às diretrizes propostas pela população foram organizados em três tabelas. A Tabela 1 refere-se às diretrizes regionais priorizadas, ou seja, as dez diretrizes que receberam mais votos pela população através da Plataforma Digital Ceará Participativo. A Tabela 2 refere-se às demais diretrizes que não foram priorizadas, mas foram elaboradas pela população nos encontros regionais. A Tabela 3 refere-se ao quantitativo de propostas, organizadas por Temas, cadastradas diretamente pela população na Plataforma Digital. Seguem abaixo as tabelas:

TABELA 1 - DIRETRIZES REGIONAIS PRIORIZADAS
Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas
Diretriz Regional
Aumentar o número de vagas de oficiais do quadro complementar da saúde da Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE), com a convocação dos 64 candidatos aprovados no concurso de 2022.
Ceder áreas do Governo do Estado dentro das comunidades para reconhecimento de Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) na Grande Fortaleza, e desenvolver projetos para construção de habitações populares planas e horizontais ou ainda casas duplex 4x20m ² com quintais produtivos, contemplando tijolos ecológicos, energia solar, lixeiras subterrâneas, saneamento básico com controle das águas pluviais, e com equipamentos sociais para saúde, educação e lazer, garantindo dignidade aos beneficiários.
Convocar os aprovados do concurso da Polícia Civil do Estado do Ceará (PCCE).
Convocar os candidatos do concurso da Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce) de 2021.
Fortalecer a rede de cuidados das pessoas com Transtorno do Espectro Altista (TEA), por meio da ampliação da rede assistencial e das equipes multidisciplinares.
Garantir a implantação e manutenção de equipamentos para segurança alimentar e nutricional, tais como os bancos de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e observatórios de segurança alimentar e nutricional, para promoção e acompanhamento da política.
Implantar e manter equipamentos culturais e esportivos nos territórios com maior vulnerabilidade, com aproveitamento dos espaços públicos abandonados.
Implantar Instituições de Longa Permanência para Idosos (Ilpis) e Centros-Dia para a pessoa idosa, distribuídos nas regionais.
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha
Incentivar implantação de culturas adaptadas ao meio urbano, nas comunidades e em terrenos vazios, tais como hortas, meliponicultura, entre outras, para além de garantir subsistência e gerar renda para as famílias.
Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território
Construir um crematório estadual público.

TABELA 2 - DEMAIS DIRETRIZES REGIONAIS**Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas****Diretriz Regional**

Adequar os programas de construção de habitação sociais respeitando as particularidades das comunidades atendidas, realizando escutas com a comunidade.
Aderir ao Plano Viver Sem Limites, do Governo Federal, que institui políticas de acessibilidade para pessoas com deficiências.
Ampliar a carga horária definitiva dos professores, de 20 horas para 40 horas.
Ampliar a implantação de Escolas Quilombolas.
Ampliar a participação da comunidade escolar nas discussões sobre o ensino em tempo integral.
Ampliar a quantidade de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e revitalizar as já existentes.
Ampliar a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), considerando a regionalização e o quantitativo adequado de equipamentos por habitantes.
Ampliar as ações de prevenção à violência, por meio do Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência (PReVio), nos territórios vulneráveis.
Ampliar as estruturas dos núcleos de perícia forense.
Ampliar as formações dos profissionais de segurança pública para atendimento dos povos e comunidades tradicionais, da população negra e da população LGBTI+.
Ampliar as políticas públicas de reintegração social das pessoas egressas do sistema prisional.
Ampliar as turmas noturnas da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
Ampliar as unidades do Corpo de Bombeiros Militar (CBMCE), ampliando os serviços, em especial onde ainda não há brigadas, inclusive nas comunidades.
Ampliar as vagas da educação infantil.
Ampliar e assegurar políticas públicas de reintegração social das pessoas egressas dos espaços de privação de liberdade.
Ampliar e definir os centros de atendimentos especializados para crianças com Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV) e habilitar o Programa de Alergia ao Leite de Vaca (ALV).
Ampliar e desenvolver as ações de prevenção à violência e fortalecimento da convivência comunitária, a partir do Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência (PReVio), em territórios mais vulneráveis.
Ampliar e facilitar o acesso à justiça, com o aumento de núcleos especializados da Defensoria Pública.
Ampliar e fortalecer o centro de referência de atendimento à população LGBTI+.
Ampliar e gerar vagas de cirurgias dentro dos hospitais públicos e privados, e reabrir os hospitais que estão fechados.
Ampliar e interiorizar equipamentos ambulatoriais para pessoas transgêneros.
Ampliar e qualificar o emprego de câmeras corporais para os órgãos de segurança pública, aprovando projeto de Lei sobre a matéria, e reduzindo a burocracia.
Ampliar o acesso a serviços de atenção à saúde do idoso.
Ampliar o atendimento especializado a crianças e adolescentes vítimas de violência, inclusive por meio da escuta especializada.
Ampliar o diálogo com as comunidades para a implantação do Novo Ensino Médio (NEM).
Ampliar o investimento para a educação infantil.
Ampliar o Núcleo de Acolhimento Humanizado às Mulheres Vítimas de Violência (NAH).
Ampliar o número de abrigos sigilosos para abrigo de mulheres em situação de violência e em risco iminente de morte.
Ampliar o número de profissionais neuropediatras.

Ampliar o número de salva-vidas nas praias.
Ampliar o número de unidades da Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (Decrin), bem como suas equipes.
Ampliar o orçamento destinado à atenção primária, ampliando o apoio aos municípios
Ampliar o orçamento destinado para a alimentação escolar e melhorar a sua qualidade.
Ampliar os incentivos e bolsas para os atletas de todas as modalidades esportivas, incluindo ações afirmativas e para pessoas com deficiências.
Ampliar os programas de revitalização de áreas de risco, garantindo moradia e urbanização de qualidade para os moradores dessas áreas.
Ampliar os projetos sociais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (CBMCE) para outras faixas etárias.
Ampliar os recursos estaduais para projetos, programas e ações de desenvolvidas nas Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), priorizando investimentos em equipamentos públicos de arte, cultura e direitos humanos em territórios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e garantindo acessibilidade para pessoas com deficiência.
Ampliar os serviços e a infraestrutura do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (CBMCE), para agilizar o atendimento.
Ampliar programas de moradia popular, com incremento de equipamentos sociais.
Ampliar o projeto de fogões sustentáveis.
Ampliar projetos de acesso a terra e moradia, com foco na substituição de casas de taipa por casas de alvenaria.
Ampliar recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e garantir mercados institucionais para comercialização dos produtos da agricultura familiar.
Apoiar as bibliotecas comunitárias já existentes e incentivar a implantação de novas bibliotecas comunitárias.
Apoiar as necessidades de infraestrutura para os eventos culturais realizados por associações comunitárias.
Articular com o Governo Federal para solucionar problemas de titulação e regularização fundiária nos perímetros irrigados.
Assegurar a política de assistência social, por meio de editais ou parcerias com organizações sociais.
Assegurar e ampliar a assistência integral às pessoas trans, garantindo acesso às medicações corretas, exames e procedimentos cirúrgicos.
Assegurar o atendimento à população da região, com foco no serviço de emergência hospitalar e ampliação das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).
Aumentar o efetivo de policiais mulheres para atendimento qualificado à mulher.
Aumentar o número de profissionais no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (CBMCE) no litoral.
Capacitar e valorizar, inclusive por meio da remuneração, os profissionais de saúde.
Capacitar os profissionais para atendimento especializado na Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (Decrin).
Criar as Cordelotecas, bibliotecas especializadas em cordel em associações de bairros, e criar o espaço da literatura do cordel na rede de bibliotecas já existentes.
Criar cadastro nas delegacias para as mulheres vítimas de violência que se dirigem às unidades e não denunciam, combatendo as omissões de atendimento nas delegacias.
Criar e dar condições de funcionamento ao Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura no Ceará.
Criar e interiorizar uma política de saúde e assistência para a população LGBTI+.
Criar editais para investimento em times de futebol periféricos
Criar o mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura.

Criar o Plano Estadual do Livro e da Leitura.
Criar Plano de Cargos e Carreiras (PCC) para todos os profissionais da educação.
Criar uma plataforma unificada com todos os eventos culturais do Estado.
Criar política pública de educação com a inclusão de matérias relacionadas aos direitos e deveres de cidadania.
Criar um comitê estadual de combate à violência e assassinatos de pessoas trans do Ceará.
Criar um fundo estadual de soberania alimentar e nutricional.
Criar um observatório de cinema.
Criar um programa estadual de aluguel social para jovens em situação de risco e ameaça, população LGBTI+, adolescentes autores de atos infracionais e egressos do sistema socioeducativo, famílias expulsas por conflitos territoriais, e garantindo acessibilidade para pessoas com deficiência.
Criar uma política estadual de Regularização Fundiária Urbana (Reurb).
Criar uma política estadual semelhante ao Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR), com construção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais.
Criar vilas olímpicas nas demais regiões do Estado.
Delimitar as áreas de praia das comunidades pesqueiras para desenvolvimento da pesca artesanal, dos pescadores e marisqueiras, e com atuação no combate à especulação imobiliária.
Demarcar locais seguros para a prática de esportes náuticos.
Desburocratizar o acesso às políticas públicas para comercialização dos produtos da agricultura familiar, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade leite (PAA Leite).
Desburocratizar os editais de fomento, tornando-os acessíveis à participação popular nos bairros e periferias.
Desenvolver uma política de enfrentamento à violência obstétrica e de enfrentamento à mortalidade materna, com enfoque racial, que promova projetos e programas sobre a justiça reprodutiva, pobreza menstrual e redução de danos.
Destinar recurso específico para famílias atingidas pelas obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), com construção de conjuntos habitacionais, e em especial para famílias beneficiárias que não recebem aluguel social e estão aguardando apartamento.
Disponibilizar preservativos de forma capilarizada, independente de consulta de planejamento familiar.
Distribuir cestas básicas para famílias em situação de extrema pobreza, com produtos adquiridos da agricultura familiar.
Divulgar e implementar a Política Estadual de Promoção da Saúde do Ceará, por meio de planos e programas em todas as regiões de saúde.
Efetivar a Lei Federal Nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas escolas da educação básica.
Efetivar os requisitos de raça, cor e etnia nos formulários de cadastro do Registro de Dados da Política de Assistência, atendendo aos povos e comunidades tradicionais, em especial as religiões de matrizes africanas.
Elaborar e efetivar o Plano Estadual de Políticas Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Imigrantes e Apátridas do Estado do Ceará.
Elaborar projetos de inclusão na política da assistência social que atendam a população em vulnerabilidade social.
Expandir o atendimento da Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (Decrin) para 24 horas.
Facilitar o acesso a políticas públicas para os eventos culturais comunitários, inclusive com a criação de serviço de apoio às associações comunitárias.
Facilitar o acesso aos recursos da cultura aos fazedores de cultura na ponta.

Fiscalizar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), priorizando os critérios para benefício com moradia de qualidade para mães solo, famílias com aluguel social, população trans e demais grupos vulneráveis.
Formar equipes em planejamento, orçamento e gestão em saúde, para assumir a gestão de hospitais e unidades de saúde, com vistas à substituição das Organizações Sociais (OS) e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).
Formar uma comissão permanente voltada para os movimentos sociais e sindicais.
Fortalecer a atenção terciária na região, inclusive por meio da cooperação com a União e os municípios.
Fortalecer a política do Atendimento Educacional Especializado (AEE).
Fortalecer as ações para combate às endemias.
Fortalecer as hortas medicinais, na manipulação da medicina tradicional.
Fortalecer campanhas de prevenção à violência contra a mulher.
Fortalecer e ampliar ações de inserção no mercado de trabalho de jovens e adolescentes egressos do sistema socioeducativo.
Fortalecer e publicizar os canais de denúncias de violação de direitos, inclusive por meio de disponibilização de 0800.
Fortalecer e universalizar as políticas de regularização fundiária rural e urbana no Estado do Ceará com foco na desburocratização do acesso à titulação.
Fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) nos municípios, com implantação de política estadual de financiamento fundo a fundo, como garantia de efetivação do pacto federativo.
Fortalecer os processos de certificação, titulação e reconhecimento de territórios e políticas de acesso e respeito aos usos dos territórios dos povos e comunidades tradicionais.
Fortalecer os serviços de atendimento jurídico e psicossocial para pessoas vítimas de violação de direitos humanos.
Fortalecer políticas públicas de empregabilidade para população trans e travestis.
Fortalecer, ampliar e qualificar a atenção à saúde bucal.
Garantir a assistência oncológica em seus três níveis, efetivando as respectivas competências federativas.
Garantir a autonomia da gestão escolar.
Garantir a distribuição dos hormônios e ampliação dos atendimentos do Serviço Ambulatorial Transdisciplinar para Pessoas Transgênero (Sertrans).
Garantir a efetivação da Lei Estadual do Nome Social (Lei Estadual N° 19.649/2019).
Garantir a estrutura física com acessibilidade nas escolas.
Garantir a qualificação dos profissionais de segurança pública para atendimento humanizado do público LGBTI+.
Garantir a realização e o apoio às festas populares tombadas pelo patrimônio histórico.
Garantir a retirada do Serviço Ambulatorial Transdisciplinar para Pessoas Transgênero (Sertrans) do Hospital de Saúde Mental Professor Frota Pinto (HSM).
Garantir a sistematização de dados de violência, garantindo desagregação de dados por raça, gênero e orientação sexual.
Garantir acolhimento às demandas populares de eventos, inclusive em parceria com os municípios, a fim de facilitar o acesso às políticas públicas.
Garantir equipes especializadas no atendimento às mulheres vítimas de violência em todas as delegacias.
Garantir equipes multidisciplinares, inclusive com assistentes sociais, educadores sociais e técnicos de direitos humanos, para acolhimento humanizado nas delegacias.
Garantir estrutura adequada e acessibilidade para a implantação do ensino em tempo integral nas

escolas.
Garantir formação para os profissionais de segurança pública sobre direitos humanos, garantindo que seja realizada por pessoas capacitadas, inclusive por meio de parcerias com as organizações da sociedade civil.
Garantir infraestrutura e acesso às políticas de moradia segura e à saúde e educação nas comunidades.
Garantir moradia de qualidade das comunidades pesqueiras respeitando a proximidade com suas áreas de pesca.
Garantir o atendimento biopsicossocial para os profissionais de segurança pública e seus familiares, com criação de canal de escuta.
Garantir o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas.
Garantir o preenchimento e utilização das fichas de notificação compulsória da violência contra a mulher, como instrumento de controle social.
Garantir oportunidades para a juventude.
Garantir profissionais de nutrição nos projetos de saúde da família, na busca de melhorar a qualidade por meio da orientação às famílias atendidas.
Garantir vagas específicas para pessoas transgêneros em cargos públicos governamentais do Governo do Estado do Ceará.
Habilitar o Serviço Ambulatorial Transdisciplinar para Pessoas Transgênero (Sertrans) junto ao Ministério da Saúde, para garantir o acesso integral à saúde da população trans.
Humanizar o atendimento às mulheres com câncer.
Implantar a Cinemateca do Estado.
Implantar a disciplina de educação patrimonial nas escolas.
Implantar a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) como obrigatória na grade curricular da educação básica.
Implantar a educação sexual nas escolas de ensino fundamental e médio, visando o combate ao assédio sexual.
Implantar ambulatórios inclusivos, nas redes estadual e municipais de saúde.
Implantar as Unidades de Cuidados aos Autistas (UCAs) regionais, abrangendo todas as regiões do Estado.
Implantar célula de vigilância à saúde mental para as corporações de segurança pública.
Implantar centro de referência para cuidado, fortalecimento, mapeamento, arquivos à vida e memória da população negra do Estado do Ceará.
Implantar centros de referência para povos e comunidades tradicionais, pessoas LGBTI+, povos indígenas, pessoas negras, e povos de terreiro.
Implantar centros de referência regionalizados para a população LGBTI+, idosos, pessoas afro-brasileiras, povos indígenas, comunidades ribeirinhas e povos de terreiro, garantindo a realização de programas e projetos.
Implantar delegacia e núcleo de perícia forense com atendimento 24 horas, próprios para as ocorrências em presídios.
Implantar equipamentos estaduais da assistência social nas comunidades periféricas.
Implantar mais policlínicas na região.
Implantar novas escolas com ensino em tempo integral.
Implantar novos hospitais infantis e fortalecer a emergência pediátrica.
Implantar o Hospital Regional de Fortaleza.
Implantar políticas de cotas para a população trans e travestis.
Implantar políticas para contratação de mulheres com HIV/Aids.
Implantar políticas públicas sensíveis para cuidadoras e cuidadores das pessoas sociodependentes,

com dependência, com deficiências e pessoas idosas.
Implantar programa de hortas urbanas.
Implantar um centro de referência de envelhecimento saudável, com a garantia de projetos intergeracionais.
Implantar um centro de referência de valorização da juventude, em especial na criação do Plano Estadual de Permanência Estudantil.
Implantar um fundo para criação de editais para projetos sociais dirigidos à população LGBTQI+.
Implantar um programa de assistência social nos equipamentos de acolhimento e residência temporária, em especial às pessoas em situação de uso e abuso de álcool e outras drogas.
Implantar, ampliar e fortalecer a equipe de profissionais da assistência social e psicologia para atuar nas escolas, por meio de concurso público.
Implementar a Film Commission.
Implementar ações de saúde do trabalhador, de acordo com as necessidades identificadas.
Implementar o Programa Estadual de Desenvolvimento do Audiovisual e da Arte e Cultura Digital (Ceará Filmes).
Implementar política pública habitacional de ocupação de prédios públicos e privados subutilizados e abandonados.
Implementar políticas do livro, que favoreçam os autores independentes com recorte étnico-racial.
Implementar políticas públicas voltadas aos jovens em situação de vulnerabilidade social.
Implementar programa de incentivo à docência a partir do ensino médio, para as disciplinas de matemática e física.
Implementar programas de saúde do esporte nos equipamentos esportivos, para públicos de todas as idades.
Implementar uma política de assistência estudantil, que garanta inclusão e dignidade humana.
Implementar uma política estadual de remédio em casa.
Imprimir maior agilidade e transparência à central de leitoss.
Incentivar os municípios a ampliarem a cobertura populacional dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).
Incluir e priorizar os povos de terreiro no acesso às políticas públicas estaduais de acesso à terra e moradia.
Incluir e priorizar os povos de terreiro no acesso às políticas públicas estaduais.
Incluir o atendimento às pessoas com deficiência nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras).
Incluir os povos de terreiro em editais públicos no segmento produtivo.
Incluir uma coordenadoria no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA).
Inserir atividades artísticas e culturais dentro das escolas públicas estaduais, para além da promoção de eventos.
Integrar a política do livro com as políticas de educação e cultura.
Isentar a taxaçoão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no arcabouço fiscal.
Isentar taxaçoão os profissionais aposentados da educação.
Lançar editais com ações afirmativas para mulheres, população LGBTI+ e pessoas com deficiência.
Mapear e fomentar novas linguagens culturais, permitindo o intercâmbio entre elas.
Mapear o público e realizar a organização da Atenção Primária à Saúde (APS), com ampliação de exames e cirurgias.
Melhorar o atendimento na Central de Emergências da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops).
Melhorar o reordenamento escolar e ampliar a oferta de vagas nas escolas.

Promover a formação dos profissionais da educação para atendimento às pessoas com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA).
Promover a valorização dos profissionais da educação, docentes e não docentes, inclusive com a realização de concursos públicos para não docentes.
Promover acessibilidade e o acesso atitudinal, comunicacional, digital, arquitetônico e de mobilidade urbana para as pessoas com deficiência e idosas.
Promover concurso público para a contratação de equipe multidisciplinar de profissionais da saúde.
Promover inclusão de cuidadores domiciliares às pessoas idosas em vulnerabilidade social e com graus de dependência, além da formação de profissionais capacitados.
Promover políticas de atendimento integral a famílias de vítimas de violência letal.
Promover projetos integrados entre os órgãos estaduais do esporte, do turismo, da cultura e do meio ambiente.
Qualificar profissionalmente as pessoas com deficiência e seus familiares.
Realizar concurso público para administradores e gestores hospitalares.
Realizar concurso público para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE).
Realizar concurso público para o Corpo de Bombeiros Militar (CBMCE).
Realizar concursos públicos para a assistência social, conforme preconiza a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/Suas).
Realizar feiras literárias regionais, focando nos escritores locais.
Realizar formações para profissionais de saúde sobre os direitos humanos e a saúde da população negra, indígena, LGBTI+, e demais populações específicas.
Realizar maior divulgação de funcionamento da Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (Decrin), da Defensoria Pública e outros órgãos de atendimento.
Realizar mutirões habitacionais e criar programas para os assentamentos rurais e urbanos.
Realizar parcerias com os municípios para a realização de atividades culturais em espaços ociosos.
Realizar seleção unificada estadual, de base local, para contratação das equipes multiprofissionais do programa federal eMulti, para a Atenção Primária à Saúde (APS) e a Estratégia Saúde da Família (ESF).
Realizar um seminário estadual para discussão do tema da saúde com os povos de terreiro, focado nas Práticas Integrativas Complementares (PICs).
Reativar as vilas olímpicas já existentes.
Reduzir a fila de espera para cirurgias e ambulatórios.
Reduzir a disparidade de remuneração entre os servidores do Sistema Único de Saúde (SUS).
Reduzir as filas da saúde bucal, de consultas especializadas, de cirurgias eletivas, de atendimentos emergenciais, de assistência farmacêutica, de exames de diagnóstico e de saúde mental.
Reduzir o prazo para o pagamento dos cachês dos artistas nos equipamentos culturais do Estado.
Reestruturar o programa de segurança alimentar e nutricional, analisando os riscos nutricionais identificados e realizando medidas efetivas para controle dos agravos.
Reformar o mapa curricular das escolas em tempo integral.
Regulamentar as escolas dos esportes náuticos.
Regulamentar os quadriciclos, buggys e Veículos Utilitários Multitarefa (UTVs).
Remanejar programas de juventude para a Secretaria da Juventude do Estado do Ceará (Sejuv-CE), em especial o Programa Virando o Jogo.
Retirar o Serviço Ambulatorial Transdisciplinar para Pessoas Transgênero (Sertrans) do Hospital de Saúde Mental Professor Frota Pinto (HSM), combatendo o estigma em relação à população trans.
Retomar a incorporação das rezadeiras e benzedadeiras nas unidades de saúde.

Retomar a Parcela Variável de Redistribuição (PVR) para os professores com Doutorado.
Rever a composição do núcleo gestor de regularização fundiária urbana para inclusão de representantes da sociedade civil e de moradores, garantindo a segurança dos moradores de residenciais, bem como garantindo segurança jurídica aos moradores sobre sua habitação.
Revisar legislação para a convocação de cadastro de reserva dos concursos da segurança pública.
Unificar os sistemas de informação de todos os órgãos públicos de políticas para mulheres.
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha
Diretriz Regional
Ampliar a assistência à saúde, alimentação e qualidade de vida, inclusive com artes, esportes e lazer, da comunidade universitária.
Ampliar a atração de empresas para municípios de menores Índices de Desenvolvimento Urbano (IDH).
Ampliar a carga horária da capacitação para mulheres da periferia, visando aprofundar sua aprendizagem.
Ampliar a Formação Inicial e Continuada (FIC) de professores, garantindo a atualização em todas as áreas.
Ampliar a implantação dos laboratórios digitais.
Ampliar a integração dos laboratórios das universidades estaduais, incentivando a criação de laboratórios multiusuários.
Ampliar a participação dos microempreendedores individuais (MEIs) e cooperativas nas contratações de obras, serviços e compras públicas, de forma integrada às empresas.
Ampliar a política de subsídios às passagens intermunicipais.
Ampliar a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária (Pefes), em especial para mulheres, indígenas, quilombolas e artistas.
Ampliar a quantidade de bolsas de extensão universitária.
Ampliar ações e projetos de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar.
Ampliar as Parcerias Público-Privadas (PPPs) com as universidades públicas estaduais.
Ampliar as políticas de colocação de pessoas LGBTI+ no mercado de trabalho.
Ampliar as políticas estaduais de assistência estudantil, de forma a garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades públicas estaduais.
Ampliar as políticas públicas de permanência universitária para alunas mães, inclusive com disponibilização de creches, brinquedotecas, entre outros equipamentos.
Ampliar assistência técnica e extensão rural, capacitando produtores em especial ao crédito assistido para agricultura familiar.
Ampliar e fortalecer as políticas de talentos locais, por meio de incentivos à ciência, tecnologia e inovação, e empreendedorismo.
Ampliar o acesso às feiras e eventos de empreendedorismo para mulheres da periferia, para venda de seus produtos.
Ampliar o financiamento para o desenvolvimento das pesquisas dos programas de pós-graduação stricto sensu das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais.
Ampliar o número de bolsas de Mestrado e Doutorado nos programas de pós-graduação stricto sensu das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais.
Ampliar política de atração de empresas voltadas para as vocações locais.
Ampliar política de qualificação técnica para mulheres empreendedoras.
Ampliar políticas de trabalho, renda e qualificação para mulheres no mercado de trabalho.
Apoiar as comunidades pesqueiras artesanais com capacitação de pescadores e marisqueiras no beneficiamento e comercialização do pescado.

Aprovar a Lei Estadual do Guia de Turismo.
Aprovar Lei estadual para garantir orçamento específico para as secretarias municipais de agricultura.
Articular com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para implementar o Projeto Sisteminha nas comunidades dos perímetros urbanos.
Assegurar a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária (Pefes), por meio da concessão de crédito e processos de comercialização.
Atualizar o Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável.
Criar auxílio para manutenção dos equipamentos usados pelos pescadores artesanais.
Criar parcerias com organizações sociais para criação de plataformas digitais próprias.
Criar programa de incentivo à pesquisa agrícola.
Criar programas para o acompanhamento e auxílio de planejamento de vida acadêmica.
Criar um plano estadual de extensão universitária, que contribua com as políticas públicas de desenvolvimento territorial.
Criar um sistema integrado de transporte público na região da Grande Fortaleza.
Criar uma residência universitária estadual, inclusive por meio de parcerias com o setor privado e Organizações Não Governamentais (ONGs).
Dar suporte técnico, capacitação e equipamentos adequados para os pequenos produtores da agricultura familiar, garantindo estrutura adequada para facilitar o cultivo da terra.
Fiscalizar e ampliar os programas de cotas raciais.
Fortalecer a interiorização das tecnologias digitais, informação e comunicação nas comunidades rurais.
Fortalecer as mídias alternativas de comunicação popular.
Fortalecer e ampliar a integração dos jovens de escolas públicas com a tecnologia.
Fortalecer os programas de pesquisa relacionados ao desenvolvimento sustentável.
Garantir a autonomia administrativa das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais, visando uma reposição mais ágil de servidores.
Garantir a contratação de mão-de-obra local pelas empresas que executam obras públicas estaduais.
Garantir estrutura viária para escoamento da produção da agricultura familiar.
Garantir o passe livre intermunicipal para os estudantes que fazem parte da rede de ensino superior.
Garantir políticas de incentivo fiscal para fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar.
Implantar a Escola do Sistema Único de Saúde (SUS) para as universidades públicas estaduais, buscando ampliar o acesso e a presença de estudantes da área de saúde, de forma remunerada e curricularizada.
Implantar a oferta de cursos de graduação nos outros municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e do interior.
Implantar um sistema virtual de gestão acadêmica integrado.
Implementar institucionalmente ações que garantam o respeito à comunidade LGBTI+, inclusive colocando o nome social na lista de chamada.
Implementar programa de estágios remunerados para alunos de graduação, de forma vinculada ao currículo dos cursos.
Implementar transporte público universitário estadual, para os estudantes do período noturno.
Incentivar o cooperativismo e associativismo para potencializar o acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.
Incluir e ampliar a política de cotas para ingresso no ensino superior para as pessoas trans, travestis, transsexuais, indígenas, quilombolas e com deficiências.
Integrar planos e instrumentos voltados à acessibilidade e luta contra o capacitismo às políticas de trabalho e renda.

Investir no turismo de base comunitária.
Promover a contratação de profissionais para obras públicas, de forma integrada ao Sistema Público de Emprego (SPE).
Promover a cultura local e o turismo de base comunitária.
Promover a inclusão das incubadoras de startups, para o desenvolvimento de softwares e aplicativos na educação profissional.
Promover e fortalecer a mobilidade acadêmica internacional.
Promover editais para o fomento do setor turístico a nível municipal.
Promover programas e projetos em que os órgãos estaduais de turismo e de cultura trabalhem de forma integrada.
Realizar capacitações para o trade turístico.
Realizar conferências estaduais de turismo.
Rever política de incentivo fiscal para garantir a aquisição dos produtos da agricultura familiar por empresas.
Tornar a tecnologia acessível às pessoas com deficiências e LGBTI+.
Tornar ativo o Conselho Estadual do Turismo (Cetur).
Unificar o plano de marketing das seis rotas turísticas do Estado.

Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território

Diretriz Regional

Ampliar a acessibilidade nos projetos urbanos da região.
Ampliar a concessão de linhas de ônibus intermunicipais.
Ampliar a política de acessibilidade a espaços e prédios públicos, em cumprimento da Lei de Acessibilidade (Lei Federal Nº 10.098/2000) e os atos normativos relevantes (Norma Técnica Nº 9.050/2015 e Decreto Federal Nº 5.296/2004).
Ampliar a rede de água e esgoto das áreas urbanas.
Ampliar as fiscalizações ambientais.
Ampliar as linhas de metrô na Região Metropolitana de Fortaleza.
Ampliar as políticas de cooperação técnica com os municípios e criar planos e programas de desenvolvimento urbano, com georreferenciamento de dados.
Apoiar a coleta seletiva nos municípios, garantindo a participação dos catadores.
Apoiar a organização de cooperativas e associações de catadores.
Aprovar Lei de Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira do Ceará (ZEEC).
Articular e fortalecer a parceria com o Ministério Público no controle das questões ambientais.
Combater a implantação de projetos sem a participação da comunidade local, a fim de garantir sua efetiva funcionalidade.
Criar empresa estatal de geração e produção de energias renováveis.
Criar mecanismos que garantam a produção e a comercialização de energias renováveis nos níveis comunitários e coletivos.
Criar um fundo para garantir reparação para as populações atingidas por barragens.
Elaborar os planos de manejo nas unidades de conservação estaduais e municipais.
Elaborar plano de desenvolvimento urbano integrado e padronizado entre municípios e Estado.
Fortalecer a política de recursos hídricos com os municípios e sociedade civil.
Fortalecer o Programa Estadual de Prevenção, Monitoramento, Controle de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais (Previna).
Garantir a participação da sociedade civil organizada no planejamento e na produção das energias renováveis.

Garantir o saneamento rural da região.
Garantir políticas de conscientização do uso da água.
Garantir que o governo tenha um olhar diferenciado para as comunidades atingidas pelo impacto socioambiental na geração de energias renováveis.
Garantir recursos financeiros para gestão, implantação e segurança das unidades de conservação.
Implantar frota de ônibus elétricos.
Implantar, como disciplina obrigatória, a educação ambiental na grade curricular do ensino fundamental e médio.
Implementar e apoiar, técnica e financeiramente, programa de extinção dos lixões com modelo tecnológico que minimize os impactos socioambientais.
Incluir e garantir a participação de catadores e catadoras de materiais recicláveis nas políticas de gestão ambiental.
Instituir, por meio de Lei, a Política Estadual dos Atingidos por Barragens.
Integrar a arte aos metrô, escolas e outros espaços públicos.
Intensificar a fiscalização de prédios e espaços públicos, para cumprimento das normas técnicas de acessibilidade.
Priorizar as reposições florestais das nascentes e matas ciliares
Priorizar o combate ao racismo ambiental em nível estadual.
Realizar estudos científicos de impacto ambiental da implantação de usinas de energia eólica offshore, visando a preservação das áreas de pesca, em especial da pesca artesanal.
Realizar estudos para a implantação de energia solar nos açudes estaduais como forma de combater a evapotranspiração.
Universalizar o acesso ao saneamento básico na região.

Eixo 4 - O Ceará Que Participa, Planeja e Alcança Resultados

Diretriz Regional

Criar material pedagógico e de linguagem fácil para a população ter acesso e entendimento aos gastos públicos.
Dar transparência aos memorandos de entendimento relacionados à produção de hidrogênio verde.
Implantar política democrática, de participação e controle social para acompanhamento das políticas intersetoriais de soberania e segurança alimentar e nutricional.
Promover uma política de valorização dos servidores públicos estaduais.

TABELA 3 - PROPOSTAS DA PLATAFORMA

Tema da proposta	Número de propostas
Acesso a Terra e Moradia	35
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	10
Assistência Social	32
Ciência, Tecnologia e Inovação	19
Cultura	38
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	63
Educação Básica	62
Educação Profissional	28
Educação Superior	24
Energias Renováveis	16
Esporte	28
Gestão Fiscal	10
Inclusão Social e Direitos Humanos	38
Indústria, Comércio e Serviços	6
Infraestrutura e Logística	39
Meio Ambiente	41
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	19
Recursos Hídricos	2
Saneamento Básico	25
Saúde	94
Segurança Pública e Justiça	130
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	7
Trabalho e Empreendedorismo	15
Transparência, Ética e Controle Social	7
Turismo	22
TOTAL	810

Litoral Leste

Crédito: Barong; Matthews Frota.

População (2021):
208.530 hab. (13ª Região mais populosa, com 2,26% da população do estado residindo nesta região).

Área: 4.598,38 km²
(13ª maior, corresponde a 3,09% do estado).

Densidade demográfica (2021): 45,35 hab./km²
(7ª posição no estado).

LITORAL LESTE (seis municípios)

Aracati, Beberibe, Fortim, Icapuí, Itaiçaba e Jaguaruana.

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



328 participantes credenciados no encontro regional



212 diretrizes elaboradas no encontro regional



30 propostas incluídas na plataforma digital

Os dados referentes às diretrizes propostas pela população foram organizados em três tabelas. A Tabela 1 refere-se às diretrizes regionais priorizadas, ou seja, as dez diretrizes¹² que receberam mais votos pela população através da Plataforma Digital Ceará Participativo. A Tabela 2 refere-se às demais diretrizes que não foram priorizadas, mas foram elaboradas pela população nos encontros regionais. A Tabela 3 refere-se ao quantitativo de propostas, organizadas por Temas, cadastradas diretamente pela população na Plataforma Digital. Seguem abaixo as tabelas:

TABELA 1 - DIRETRIZES REGIONAIS PRIORIZADAS	
Diretriz Regional	
Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas	
Ampliar a oferta de educação infantil em tempo integral.	
Fortalecer os serviços de oncologia, traumatologia, parto de alto risco e cirurgias nos hospitais regionais.	
Garantir a retomada e aporte de recursos públicos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) entre outros programas de aquisição de alimentos, garantindo as condições para que a pesca possa participar plenamente, revendo as medidas burocráticas que impedem o acesso aos programas.	
Implantar delegacia regional especializada de atendimento à mulher.	
Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso a terra para os agricultores e agricultores familiares, assentados e assentadas da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações.	
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha	
Ampliar incentivos para a atração de indústrias para a região.	
Implantar cursos de pós-graduação stricto sensu.	
Melhorar a estrutura dos polos regionais da Universidade Aberta do Brasil (UAB).	
Monitorar e apoiar a inserção dos egressos da educação profissional no mercado de trabalho.	
Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território	
Apoiar o planejamento urbano dos municípios.	
Eixo 4 - O Ceará Que Participa, Planeja e Alcança Resultados	
Criar um programa de compliance municipal, com capacitações e apoio técnico e operacional.	

¹² Ressalta-se que as diretrizes que receberam o mesmo número de votos equivalente ao da 10ª colocação também foram priorizadas, uma vez que não há critério de desempate nessa pontuação. Isso aconteceu na região Litoral Leste, que, por esse motivo, ficou com 11 diretrizes priorizadas.

TABELA 2 - DEMAIS DIRETRIZES REGIONAIS**Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas****Diretriz Regional**

Ampliar a conectividade nas escolas da rede pública e em outras instituições educacionais, em especial na zona rural.
Ampliar a disponibilidade de pessoas qualificadas nos órgãos públicos para atender as demandas das pessoas com deficiência e transtorno do espectro autista (TEA).
Ampliar a política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) articulada à educação profissional.
Ampliar ações para monitoramento eletrônico dos autores de violência contra a mulher.
Ampliar as delegacias voltadas para crimes cibernéticos.
Ampliar as equipes multidisciplinares de profissionais para atendimento das demandas de proteção social.
Ampliar as Escolas Família Agrícola (EFAs).
Ampliar as unidades do Comando de Prevenção e Apoio às Comunidades (Copac/PMCE), em especial para realização de rondas escolares.
Ampliar e estruturar as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas da rede pública.
Ampliar e fortalecer a oferta dos serviços das Órteses, Próteses e Meio Auxiliares de Locomoção (OPMs).
Ampliar e fortalecer serviços de atendimento e acolhimento a dependentes químicos, com enfoque na prevenção, recuperação e reinserção social.
Ampliar e interiorizar as Delegacias de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação sexual (Decrin).
Ampliar editais para a manutenção e reforma de bens patrimoniais.
Ampliar efetivo de defensores públicos, juizes e servidores em geral.
Ampliar equipe de profissionais mulheres nos núcleos da perícia forense.
Ampliar o cofinanciamento dos benefícios eventuais.
Ampliar o cofinanciamento para a proteção social especial para todos os municípios da região.
Ampliar o cofinanciamento para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).
Ampliar o cofinanciamento para saúde na região.
Ampliar o incentivo fiscal para patrocinadores do esporte.
Ampliar o número de ambulatórios transexualizadores na região e retirar o ambulatório existente do Hospital de Saúde Mental.
Ampliar o número de comarcas da Justiça.
Ampliar o Pacto pela Aprendizagem.
Ampliar o Programa Ceará Sem Fome para atender a população necessitada, com enfoque nas comunidades tradicionais.
Ampliar os postos do corpo de bombeiros na região.
Ampliar os programas de inclusão digital para atender as escolas da rede municipal.
Ampliar os serviços ofertados para a população em situação de rua, com a implantação de estruturas.
Ampliar programas inclusivos para as pessoas com deficiência e pessoas idosas, de forma integrada às políticas de educação básica, saúde, segurança pública, entre outras.
Ampliar rede de videomonitoramento fixo e móvel, em especial nas periferias e litoral.
Apoiar as associações dos pacientes de cannabis medicinal.
Apoiar e contratar profissionais para implementar as políticas de Práticas Integrativas Complementares em Saúde (Pics).

<p>Apoiar financeiramente os monitores que participam de projetos esportivos independentes, para aquisição de equipamentos como bolas e uniformes, entre outros.</p>
<p>Aprimorar o monitoramento e avaliação dos recursos dos projetos culturais.</p>
<p>Articular ações, de forma integrada, entre a segurança pública estadual e as guardas municipais, implementando incentivos financeiros.</p>
<p>Articular com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) a elaboração dos planos municipais de gerenciamento costeiro, bem como o ordenamento do espaço e as autorizações de uso das áreas da União.</p>
<p>Articular com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para garantir infraestrutura, regularização fundiária e atualização cadastral dos assentamentos federais.</p>
<p>Atualizar e tornar mais acessível, com linguagem simples, os guias de alimentação, de forma integrada ao Programa Saúde da Família.</p>
<p>Combater a especulação imobiliária nas áreas do Litoral Leste, garantindo áreas para moradia, atividades produtivas e subsistência da população vulnerável.</p>
<p>Combater o turismo sexual, em especial de crianças e adolescentes.</p>
<p>Criar empresa pública estatal para produção e pesquisa de cannabis medicinal.</p>
<p>Criar ou ampliar plataformas digitais de aprendizagem.</p>
<p>Criar políticas integradas para redução do índice de mortalidade da população negra.</p>
<p>Criar programa de capacitação continuada dos profissionais do Sistema Único de Assistência Social (Suas), em especial para atendimento à população negra e aos povos de comunidades tradicionais.</p>
<p>Dar suporte ao uso do aplicativo e garantir o acesso ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), numa articulação com União e municípios, evitando erros e acelerando os cadastros.</p>
<p>Efetivar a ferramenta do Programa de Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura (Pro-Siec), visando a descentralização de recursos fundo a fundo.</p>
<p>Estimular o consumo e a venda dos excedentes da produção da agricultura familiar nas comunidades.</p>
<p>Fomentar os eventos esportivos regionais a fim de alavancar outros setores, como o turismo.</p>
<p>Formar agentes de segurança para abordagem humanizada à população negra, aos povos e comunidades tradicionais e à população LGBTI+.</p>
<p>Formar e capacitar os profissionais de saúde no tema da cannabis medicinal.</p>
<p>Fortalecer a aplicação da Lei Federal Nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, a fim de garantir a escuta especializada e dar celeridade aos depoimentos.</p>
<p>Fortalecer a capacitação de profissionais de segurança pública para atendimento à mulher e crianças vítimas de violência.</p>
<p>Fortalecer a educação no campo, a educação quilombola e a educação indígena.</p>
<p>Fortalecer a política de formação continuada para lideranças escolares.</p>
<p>Fortalecer a rede de urgência e emergência, com a construção de um Hospital Regional de referência em traumatologia, no município com melhor acesso da região.</p>
<p>Fortalecer as ações do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).</p>
<p>Fortalecer e ampliar a rede de atenção psicossocial com a implementação das ações desenvolvidas pelos Centros de Atenção Psicossocial (Caps).</p>
<p>Fortalecer o incentivo financeiro aos hospitais polo para expansão dos serviços.</p>
<p>Fortalecer o Programa Luz do Saber.</p>
<p>Fortalecer o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) na região.</p>
<p>Fortalecer os consórcios das Policlínicas Regionais, por meio da adequação do perfil das unidades, na conformidade das reais necessidades epidemiológicas da região.</p>
<p>Fortalecer as políticas de editais voltadas para atendimento do público étnico-racial.</p>

Garantir a criação de equipes multidisciplinares nos órgãos de Segurança Pública e Justiça para atendimento dos depoimentos e escuta especializada.
Garantir a qualificação multiprofissional às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
Garantir a segurança nas escolas, inclusive com sistemas de videomonitoramento e detector de metais nas escolas.
Garantir a titulação da terra para promover o acesso a crédito agrícola, bem como demais políticas públicas, em especial para os pescadores artesanais.
Garantir infraestrutura e investimentos para agricultura familiar da região.
Garantir o atendimento socioemocional dos profissionais da educação nas escolas.
Implantar Casa da Mulher Cearense.
Implantar Centro de Convivência para Idosos.
Implantar e promover projetos de habitação e moradias populares na região, em especial no município de Aracati.
Implantar políticas públicas de acesso e possibilidades de uso da água do Canal do Trabalhador para a agricultura familiar, evitando que a água vá para o mar sem que seja utilizada de forma adequada.
Implantar restaurantes comunitários nos municípios da região.
Implantar sede própria da Casa de Acolhimento da Criança, em Aracati.
Implantar serviços de atendimento de crianças e adolescentes em uso abusivo de drogas, nos Cras e Creas.
Implantar um Centro de Formação e Desenvolvimento para os Profissionais da Educação (FormaCE) no Litoral Leste
Implantar um Centro de Referência de Direitos Humanos na região.
Implantar uma política de incentivo à participação de meninas e mulheres nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.
Implantar, ampliar, estruturar e manter laboratórios de ciências e de informática nas escolas da rede pública.
Implementar normas com tempo determinado para os planos de providência, conforme Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-Suas).
Implementar o Programa Mais Nutrição em todos os municípios da região.
Implementar políticas de benefício para os cuidadores de idosos.
Implementar políticas e programas para garantir acolhimento e promoção dos direitos das pessoas LGBTI+.
Implementar políticas para apoio às famílias de pessoas com deficiência.
Implementar programa específico para atendimento de crianças e adolescentes com condições neuroatípicas, com equipe multiprofissional especializada.
Implementar uma política de incentivo à permanência dos jovens no campo.
Incentivar novas modalidades do esporte, como basquete, boxe e skate, por meio do incentivo de isenção fiscal, inclusive para pequenas empresas.
Incentivar o fomento de todas as linguagens artísticas.
Incluir o cofinanciamento para os serviços de atendimento para população em situação de rua.
Integrar e ampliar as políticas estaduais para atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
Melhorar a estrutura dos laboratórios, bibliotecas e quadras cobertas das escolas da rede pública.
Melhorar a qualidade do serviço de transporte escolar.
Melhorar o direcionamento e transparência dos recursos destinados para a política do esporte.
Promover a formação dos profissionais da educação no atendimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
Promover a qualificação profissional para as equipes que atuam na proteção social básica, para além

dos programas de transferência de renda.
Promover a valorização dos profissionais da educação.
Realizar articulação com os municípios para acelerar os laudos de avaliação para os processos de regularização fundiária do Plano Nacional de Regularização Fundiária (PNRF).
Realizar mapeamento dos artistas locais para fortalecimento da cultura local.
Realizar o mapeamento de diagnóstico situacional dos povos e comunidades tradicionais e da população LGBTI+ para implementação de políticas públicas.
Reestruturar os equipamentos culturais abandonados.
Retomar a construção do Complexo Turístico do Morro Branco.
Retomar as ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd).
Retomar políticas estaduais de esporte que beneficiem diretamente os cidadãos atendidos.
Rever a classificação do porte dos municípios na assistência social.
Revisar os critérios de seleção dos beneficiários dos editais para moradia rural.

Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha

Diretriz Regional

Ampliar a concorrência dos transportes públicos, com a criação de uma linha executiva que cubra toda a região.
Ampliar a conectividade das comunidades distantes dos centros urbanos.
Ampliar a integração dos órgãos estaduais de desenvolvimento econômico com os municípios e instituições do Sistema S, para promover capacitações e o empreendedorismo na região.
Ampliar a interiorização dos programas de bolsas de iniciação científica e fixação de pesquisadores.
Ampliar a oferta de bolsas de iniciação à docência.
Ampliar a oferta de cursos de nível superior na modalidade de Educação à Distância (EaD), inclusive pela ampliação dos polos regionais da Universidade Aberta do Brasil (UAB).
Ampliar a oferta de educação superior na região pelas universidades públicas estaduais, em especial nos municípios ainda não atendidos.
Ampliar a oferta de estágios e aprendizagem na região.
Ampliar as ações de promoção e divulgação, como participação em feiras e eventos, garantindo a participação de representantes das regiões.
Ampliar as políticas de popularização e interiorização da ciência, em especial os Programas Ciência Itinerante e Ciência na Praça.
Ampliar capacitações para o trade turístico, para melhorar a qualidade dos produtos e serviços turísticos ofertados.
Ampliar cursos na área de infraestrutura e logística.
Ampliar e fortalecer os quintais produtivos e a produção de alimentos saudáveis, inclusive por meio da volta do projeto Mandalas Produtivas.
Ampliar largura da faixa de rolamento e acostamento da CE-352 e da CE-353.
Ampliar os programas de assistência estudantil.
Ampliar política de apoio ao desenvolvimento do empreendedorismo focado nas vocações locais.
Ampliar programas de atração turística para o aumento da economia regional.
Ampliar programas de criação de startups para o desenvolvimento de soluções regionais, voltados para as escolas profissionalizantes.
Ampliar recursos e capacitações para pequenos empresários que queiram criar seu negócio na região.
Apoiar a comercialização a partir da realização de feiras, com foco nos arranjos produtivos locais.
Apoiar a inserção de jovens egressos do ensino médio regular no mercado do trabalho.
Apoiar e fortalecer a rota turística das falésias, inclusive por meio da promoção em feiras nacionais e

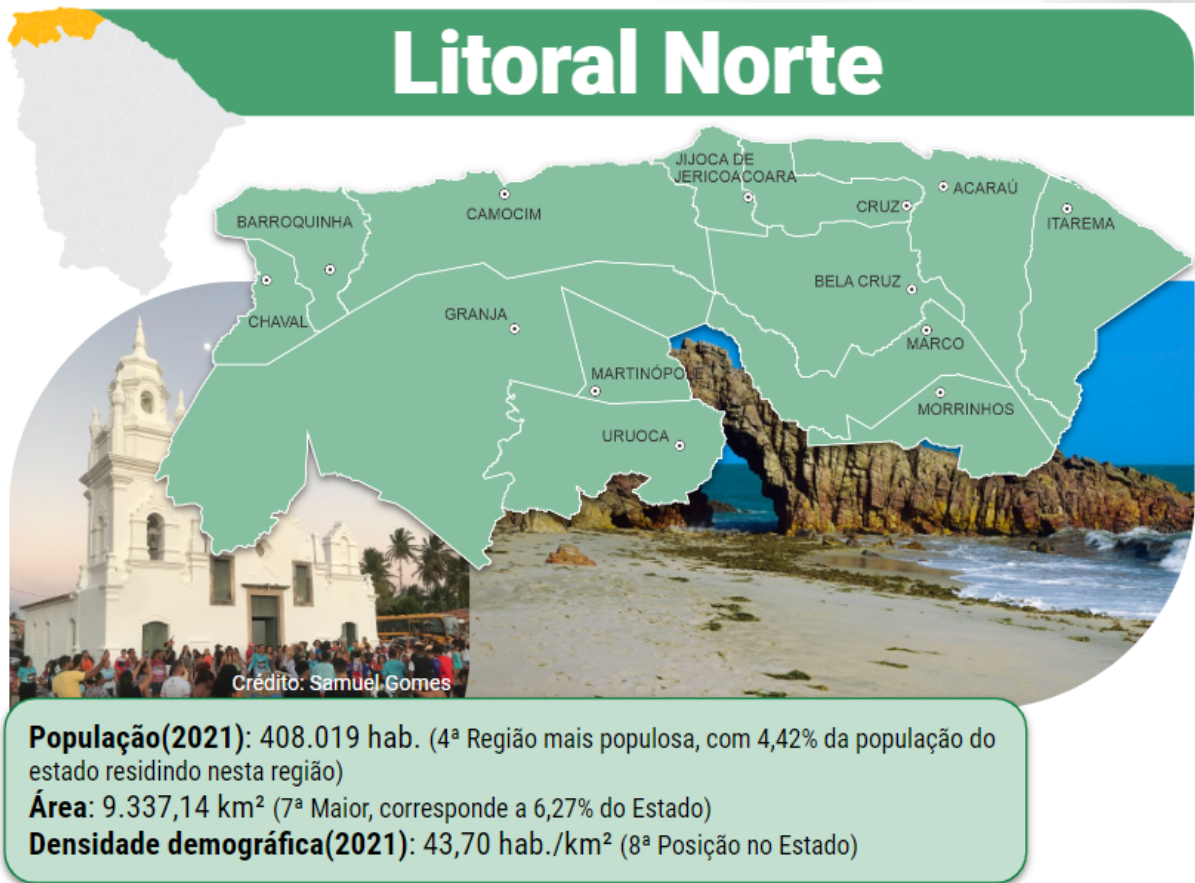
internacionais.
Apoiar e fortalecer os festivais gastronômicos dos municípios que compõem a Rota das Falésias.
Atrair empreendimentos para a produção de carros elétricos.
Capacitar os municípios para a regularização do Selo de Inspeção Municipal (SIM).
Criar cartilha educacional e divulgação do uso correto de barcos e jetski.
Criar e fomentar os roteiros turístico-culturais do sertão da região.
Criar novos editais para o serviço de transportes públicos para a região.
Criar um Observatório do Turismo, com dados e informações sobre o turismo regional.
Disponibilizar transporte executivo dos dois aeroportos regionais, de Aracati e Fortaleza, para outros municípios.
Estruturar os roteiros turísticos da região.
Exigir formação técnica dos guias de turismo locais, promovendo a segurança e qualidade do serviço turístico ofertado.
Fortalecer a malha aérea regional, com a captação de novos voos para o Aeroporto Regional de Aracati.
Garantir a ação do Sistema Público de Emprego (SPE) e das políticas estaduais de trabalho, renda e empreendedorismo dentro das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP).
Garantir assistência técnica contínua e de qualidade, realizando diagnóstico das necessidades da região, bem como incentivando a diversificação de culturas como alternativas de convivência com o semiárido, produção e subsistência para agricultores familiares.
Garantir investimentos de infraestrutura para melhorar o escoamento da produção e comercialização dos diversos produtos da agricultura familiar.
Garantir políticas públicas de acesso a energias renováveis, em especial energia solar, para as comunidades tradicionais pesqueiras, respeitando o princípio da consulta prévia, livre e informada.
Implantar a interoperabilidade entre os sistemas virtuais de educação.
Implantar a Universidade Aberta do Ceará (Uace).
Implantar ambientes de inovação e de criação de startups.
Implantar biblioteca pública digital.
Implantar ciclovias e passeios nos trechos das rodovias estaduais que perpassam os perímetros urbanos.
Implantar ciclovias entre Beberibe e Diogo.
Implantar marginal próxima às empresas localizadas à margem da CE-040.
Implantar núcleos de ensino de programação, robótica, cultura maker e games.
Implantar pavimentação asfáltica no trecho Lagoa Funda-Barraca e Beberibe-Diogo.
Implantar subestação de energia no município de Fortim.
Implantar unidades de comercialização, tais como feiras, centrais de abastecimento para toda a região.
Implementar entreposto de pesca para garantir o beneficiamento e comercialização do pescado para pesca artesanal da região.
Implementar uma política de controle de rejeitos da carcinicultura, buscando articular com municípios e sociedade civil, e evitando contaminação de mananciais.
Implementar uma política de fortalecimento para o turismo comunitário nas comunidades locais.
Incentivar e promover os Festivais Regionais.
Incentivar os festivais turísticos da região.
Inserir turismólogos e tecnólogos na Secretaria de Turismo.
Investir em programas de capacitação de beneficiamento e comercialização, de forma a garantir melhores condições de escoamento da produção e agregação de valor aos produtos da agricultura

familiar.
Melhorar o transporte rodoviário da região.
Promover formação de gestores públicos do turismo no início de cada nova gestão.
Promover formações na área de energias renováveis.
Promover políticas públicas de fortalecimento da cadeia produtiva do pescado, investindo em estrutura de beneficiamento e comercialização nas comunidades tradicionais pesqueiras (cozinhas comunitárias, centros de beneficiamento de pescado, frigoríficos, câmaras frias, entre outros), precedidas de estudos de viabilidade e acesso às tecnologias.
Realizar capacitações sobre turismo para a população local.
Realizar convênios com os municípios para a melhoria das estradas vicinais, como o acesso da CE-040 às localidades de Juazeiros e Caetano.
Reativar os Centros de Inclusão Digital (CID).
Restaurar a via de acesso da CE-505 e da CE-551.
Rever os termos de conformidade para obtenção de certificação emitida pelo Corpo de Bombeiros Militar (CBM) a fim de adaptar-se à agricultura familiar, sem que precise se cadastrar como microempreendedores individuais (MEI).
Sinalizar a rota turística da região.
Sinalizar as Áreas de Proteção Ambiental (APAs).
Trazer para o Litoral Leste os programas de culturas alternativas, para fortalecimento e diversificação da produção.
Viabilizar e adequar as cadeias produtivas à certificação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA).
Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território
Diretriz Regional
Adequar o zoneamento ecológico econômico costeiro aos Planos Diretores dos municípios da região e suas realidades vocacionais, em escalas adequadas.
Ampliar a implantação de infraestrutura que promova a destinação adequada dos resíduos sólidos na gestão municipal.
Ampliar a instalação e utilização de energias renováveis nos prédios públicos estaduais.
Ampliar a oferta de formação de educação ambiental para abranger os profissionais dos diversos setores e segmentos sociais.
Apoiar o planejamento urbano dos municípios.
Apoiar os municípios para implantar o modelo de gestão da coleta seletiva, incluindo os catadores da região.
Atender as comunidades rurais que não possuem água potável com sistemas de abastecimento de água e tecnologias sociais.
Capacitar continuamente os órgãos municipais responsáveis pelo licenciamento ambiental.
Construir uma nova barragem entre os municípios de Itaiçaba e Aracati.
Construir uma nova barragem no rio Jaguaribe.
Destinar os recursos financeiros, inclusive os oriundos de compensação ambiental, para as unidades de conservação, de acordo com a vocação dos municípios.
Direcionar as compensações ambientais para as comunidades que sofrem o impacto direto da operação dos equipamentos de geração de energias renováveis.
Exigir a fiscalização referente à implementação da política ambiental.
Exigir a participação dos municípios nas análises de desenvolvimento e planejamento de novos projetos de energias renováveis e linhas de transmissão que impactam na vocação econômica da região.

Fomentar a instalação e utilização de energias renováveis nos prédios públicos municipais.
Fortalecer a educação ambiental voltada ao uso racional dos recursos hídricos.
Fortalecer a legislação de proteção ambiental nas áreas legalmente protegidas.
Fortalecer e ampliar a geração de energias renováveis nos sistemas de abastecimento de água nas comunidades rurais da região.
Implantar bacias evapotranspiratórias nas comunidades onde há lençóis freáticos.
Implantar formas de compensação para a utilização dos recursos hídricos, visando fortalecer a agricultura familiar ao longo do Canal do Trabalhador.
Implantar sistemas de esgotamento sanitário para os municípios de pequeno porte, com menos de 20.000 habitantes.
Implantar uma unidade de conservação ambiental na região do Litoral Leste, em especial na Mata da Arueira Vilane e no açude Lagoa Saco da Velha.
Incentivar a produção e uso de energias renováveis nas instituições escolares.
Incluir educação ambiental como disciplina obrigatória da grade curricular das escolas públicas.
Intensificar a fiscalização da retirada inadequada de água do Canal do Trabalhador por carros-pipa.
Intensificar a política de universalização do saneamento básico.
Realizar o desassoreamento das lagoas da região.
Realizar parcerias com os municípios para a busca de financiamento para o saneamento básico.
Reformar o Canal do Trabalhador, entre a localidade de Córrego dos Macacos, em Aracati, e o Canal da Integração, em Cascavel.
Revitalizar o Canal do Trabalhador, inclusive por meio de adutoras.

TABELA 3 - PROPOSTAS DA PLATAFORMA

Tema da proposta	Número de propostas
Acesso a Terra e Moradia	
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	1
Assistência Social	1
Ciência, Tecnologia e Inovação	2
Cultura	1
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	1
Educação Básica	
Educação Profissional	1
Educação Superior	5
Energias Renováveis	
Esporte	
Gestão Fiscal	
Inclusão Social e Direitos Humanos	3
Indústria, Comércio e Serviços	
Infraestrutura e Logística	3
Meio Ambiente	
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	
Recursos Hídricos	
Saneamento Básico	
Saúde	1
Segurança Pública e Justiça	3
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	1
Trabalho e Empreendedorismo	2
Transparência, Ética e Controle Social	
Turismo	5
TOTAL	30



LITORAL NORTE (13 municípios)

Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis, Morrinhos e Uruoca.

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



606 participantes credenciados no encontro regional



151 diretrizes elaboradas no encontro regional



97 propostas incluídas na plataforma digital



Os dados referentes às diretrizes propostas pela população foram organizados em três tabelas. A Tabela 1 refere-se às diretrizes regionais priorizadas, ou seja, as dez diretrizes que receberam mais votos pela população através da Plataforma Digital Ceará Participativo. A Tabela 2 refere-se às demais diretrizes que não foram priorizadas, mas foram elaboradas pela população nos encontros regionais. A Tabela 3 refere-se ao quantitativo de propostas, organizadas por Temas, cadastradas diretamente pela população na Plataforma Digital. Seguem abaixo as tabelas:

TABELA 1 - DIRETRIZES REGIONAIS PRIORIZADAS
Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas
Diretriz Regional
Agilizar os serviços de emissão de documentos de identificação.
Ampliar o acesso aos serviços especializados ambulatoriais no consórcio regional.
Ampliar o atendimento socioassistencial às famílias vulneráveis.
Expandir os programas existentes de premiação de alunos com os melhores desempenhos para as turmas do ensino fundamental.
Implantar programa estadual próprio de acesso à terra e moradia rural, de forma complementar aos programas federais já existentes.
Implantar serviços regionais de ortopedia, traumatologia, neurologia, nefrologia, e oncologia ambulatorial e hospitalar.
Melhorar as estradas da região, facilitando o transporte escolar e deslocamento do aluno.
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha
Realizar a melhoria viária do trecho da CE-364 entre os distritos de Caçapoeira e Manhoso.
Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território
Fortalecer a causa animal por meio de políticas públicas estaduais de castração, visando o controle populacional de animais domésticos e em situação de vulnerabilidade.
Garantir o tratamento da água nas comunidades rurais.

TABELA 2 - DEMAIS DIRETRIZES REGIONAIS**Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas****Diretriz Regional**

Adquirir transportes coletivos para os fazedores de cultura.
Ampliar a patrulha Maria da Penha para as Guardas Municipais.
Ampliar atendimento biopsicossocial para os profissionais da segurança pública.
Ampliar as cotas do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade leite (PAA-Leite).
Ampliar as equipes multidisciplinares do sistema de justiça.
Ampliar a capacitação dos profissionais da segurança pública sobre justiça restaurativas para públicos vulneráveis, como pessoas negras e povos e comunidades tradicionais, população LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.
Ampliar capacitações para os profissionais da Assistência Social na região.
Ampliar capacitações profissionalizantes (cursos e minicursos) para famílias em vulnerabilidade social, em especial os chefes dessas famílias.
Ampliar o cofinanciamento dos serviços de Proteção Social Básica e Especial, de média e alta complexidade.
Ampliar a contrarreferência dos encaminhamentos da Assistência Social para as outras políticas públicas, em especial educação.
Ampliar e desburocratizar os editais para aquisição de instrumentos musicais.
Ampliar e descentralizar a oferta de cursos de graduação em música.
Ampliar equipes da assistência social para suprir as demandas de realização de todos os programas sociais do Governo do Estado.
Ampliar equipes multidisciplinares no sistema prisional, para emissão de documentação e outros serviços.
Ampliar esforços para recomposição da aprendizagem entre os alunos da rede pública após a pandemia, em especial nas áreas de língua portuguesa e matemática.
Ampliar o atendimento e acompanhamento dos serviços de Proteção Social Básica.
Ampliar o policiamento feminino.
Ampliar o Programa Ceará Sem Fome, a fim de permitir às famílias beneficiárias a compra direta dos excedentes de produção dos agricultores familiares.
Ampliar os repasses aos municípios para garantir o mínimo de transporte escolar para todas as escolas.
Ampliar políticas de remissão de pena
Ampliar programas de profissionalização e de encaminhamento profissionais para adolescentes e jovens.
Ampliar rondas policiais para a proteção de mulheres vítimas de violência, em especial em localidades distantes.
Ampliar vagas para a educação infantil, seja pela implantação de novos equipamentos, como creches e Centros de Educação Infantil (CEIs), ou pela ampliação dos já existentes.
Apoiar a convivência com o semiárido na perspectiva de soberania alimentar e nutricional.
Apoiar os municípios no fortalecimento e estruturação dos Conselhos Tutelares.
Articular com os órgãos do Poder Judiciário para atendimento das demandas sociais que são de sua competência.
Atualizar o mapa cultural do estado onde todos os diversos talentos possam ser identificados.
Capacitar os profissionais de educação para utilização das novas tecnologias no ensino.
Combater o uso abusivo dos agrotóxicos, por meio do aumento da taxaço dos produtos que fazem uso dos mesmos.

Contemplar a demarcação de terras indígenas do povo Tremembé na região.
Criar centros regionais culturais.
Criar políticas públicas sistêmicas direcionadas ao esporte, que fomentem diversas modalidades, como esportes da natureza, inclusivas, de combate, dentre outros.
Criar um inventário cultural da região.
Descentralizar os investimentos em infraestrutura para contemplar as escolas dos distritos e as extensões das escolas da rede pública de ensino.
Definir porcentagem mínima da receita estadual para a preservação do patrimônio histórico material.
Desburocratizar os editais de apoio ao esporte.
Destinar financiamento exclusivo para a construção de espaços esportivos e inclusivos.
Disponibilizar laboratórios de informática para as escolas dos distritos, descentralizando a adoção de novas tecnologias de ensino.
Disponibilizar profissionais para atendimento psicossocial para professores e alunos das escolas da rede pública.
Disponibilizar salas com equipes multidisciplinares e Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com necessidades especiais.
Fiscalizar de forma mais rigorosa a compra dos produtos para os programas governamentais de aquisição de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
Fortalecer as ações de proteção às mulheres vítimas de violência, em especial na ampliação das casas de apoio e das Casas da Mulher Cearense.
Fortalecer o programa de crédito fundiário na região.
Fortalecer políticas da assistência voltadas para pessoas com deficiência, lgbtqi+, pessoas em uso abusivo de drogas, pessoas negras e povos e comunidades tradicionais
Garantir infraestrutura adequada para a oferta de ensino em tempo integral nas escolas da rede pública.
Garantir o plano gestor da 16ª Área Descentralizada de Saúde (ADS), com efetivo acompanhamento e monitoramento das clínicas especializadas do hospital polo Murilo Aguiar.
Garantir o uso de sementes de qualidade, inclusive semestre crioulas, e em quantidade suficiente para atender as demandas dos municípios.
Implantar centro regional especializado, com equipe multiprofissional e qualificada para atender Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).
Implantar delegacias especializadas para atendimento à mulher vítima de violência.
Implantar equipamentos para assistência social (Creas e Cras).
Implantar política de habitação em imóveis ociosos das áreas urbanas.
Implantar porcentagem mínima da receita estadual para o esporte.
Implantar serviço de acolhimento para pessoas idosas.
Implantar serviços de abordagem social nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).
Implementar programa de incentivos financeiros para as famílias de alunos que mantenham um bom desempenho e assiduidade escolar.
Implementar serviços de escuta especializada para crianças e adolescentes vítimas de violência
Incentivar política de educação alimentar e nutricional.
Investir na segurança das escolas, inclusive pela instalação de sistemas de videomonitoramento, de portas eletrônicas com detectores de metal, entre outras medidas.
Possibilitar a produtores rurais individuais participar de programas de combate à fome e segurança alimentar e nutricional.
Possibilitar o protagonismo de entidades da sociedade civil que já atuam na área de combate à fome

e soberania alimentar.

Promover a integração das políticas públicas ligadas à soberania alimentar.

Promover a prática esportiva nas escolas, inclusive com equipamentos esportivos dentro das escolas, como quadras poliesportivas.

Promover formação continuada para gestores escolares da rede pública.

Qualificar os profissionais de segurança pública para o atendimento à mulher vítima de violência.

Realizar videomonitoramento nas escolas e apoiar as rondas escolares.

Universalizar a regularização fundiária rural nos municípios que compõem o território do Litoral Norte.

Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha

Diretriz Regional

Agilizar e racionalizar os processos burocráticos em torno da pesquisa científica, em especial em torno da aquisição de insumos.

Ampliar a divulgação do Programa Ceará Credi junto à população.

Ampliar a rede de escolas profissionalizantes na região.

Ampliar as estruturas de comercialização dos produtos da agricultura familiar, como feiras, centrais de abastecimento, entre outras, garantindo a participação de pequenos produtores para venda de seus produtos.

Ampliar as vagas do Programa Garantia Safra na região.

Ampliar o apoio a projetos pelo Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Fedaf) e pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop) na região.

Ampliar os programas estaduais de crédito, para um maior atendimento da população.

Construir pontes e passagens molhadas, garantindo a conexão entre os distritos e as sedes.

Construir a rodovia do trecho Bela Cruz-Parazinho, da BR-402.

Criar a rota turística regional do Litoral Norte.

Criar mecanismos de empregabilidade para os egressos dos cursos profissionalizantes.

Criar planos regionais de cultura e turismo com base no tripé: social, ambiental e econômico.

Descentralizar incentivos e investimentos em comércio e serviços entre os municípios da região.

Descentralizar os incentivos à implantação de indústrias entre os municípios da região.

Destinar orçamento vinculado às atividades culturais.

Diversificar e atualizar a grade dos cursos profissionalizantes, de acordo com as demandas regionais.

Elaborar estudos sobre os arranjos produtivos locais, para atualizar as demandas por cursos profissionalizantes.

Estruturar os órgãos de assistência técnica rural de qualidade e quantidade adequada, e de forma continuada.

Facilitar e ampliar o acesso ao crédito rural, em especial pela desburocratização dos processos envolvidos.

Facilitar o acesso à localidade de Pessoa Anta para o distrito de Territórios Novos

Fortalecer as feiras de negócios.

Fortalecer o sistema estadual de emprego, ampliando as parcerias entre empresas, escolas e trabalhadores.

Garantir a participação das mães e pais dos alunos nas ações de educação profissional.

Garantir a participação de mulheres vítimas de violência nas ações de educação profissional.

Garantir assistência técnica, social e ambiental aos produtores rurais.

Garantir o programa de preço mínimo para os produtos da agricultura familiar.

Garantir que a oferta de cursos técnicos nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) seja adequada às potencialidades econômicas locais.

Garantir uma oferta diversificada de cursos de nível superior no campus da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) na região, para além dos cursos de licenciatura.
Implantar a educação para o cooperativismo.
Implantar campus de universidade estadual no Litoral Norte, priorizando os municípios mais centrais da região.
Implantar cursos profissionalizantes itinerantes, de acordo com as demandas regionais.
Implantar e fortalecer as políticas públicas de comercialização na região, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as compras públicas.
Implantar o projeto do Parque Estadual das Carnaúbas.
Implantar rodovia entre os distritos Catovelo e Paracuá-Uruoca.
Implementar fábricas de beneficiamento de caju e outras culturas, promovendo a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.
Implementar política de reconhecimento e mapeamento agroecológico, com análises de solo e aquisição de insumos para melhorar os índices de produtividade da agricultura familiar
Implementar políticas inovadoras de energias renováveis para a agricultura familiar.
Implantar sinalização turística na região.
Implementar transporte marítimo entre as cidades litorâneas.
Incentivar a cultura do caju na região.
Incentivar a produção e comercialização direta da carnaúba.
Integrar a rede de educação profissional e o sistema público de emprego para o levantamento das demandas e o encaminhamento para as vagas de emprego.
Investir no transporte de estudantes universitários que estudam em Instituições de Ensino Superior (IES) da região.
Mapear as demandas por cursos profissionalizantes nas diferentes comunidades.
Melhorar e ampliar a estrutura física para a condução de pesquisas científicas em áreas como física e química, entre outras.
Ofertar cursos de especialização à distância, em especial por meio de parcerias público-privadas.
Pavimentar a CE-313.
Promover capacitação para a cadeia produtiva da carnaúba.
Promover formação continuada para os professores do ensino médio, para atuarem no ensino da ciência e na utilização dos laboratórios de ciência das escolas.
Promover o acesso às novas tecnologias adaptadas para a realidade do agricultor familiar
Qualificar as estradas de acesso das áreas rurais para o escoamento da produção.
Realizar melhoria viária do trecho entre os distritos Catovelo e Paracuá-Uruoca.
Realizar o encaminhamento das mães e pais dos alunos dos cursos profissionalizantes a vagas de emprego.
Realizar o encaminhamento de mulheres vítimas de violência para vagas de emprego.
Revitalizar os laboratórios de ciência das escolas de ensino médio da rede pública.
Subsidiar os produtores da carnaúba.

Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território

Diretriz Regional

Ampliar o programa de cisternas de placas.
Ampliar o Programa Jovem Ambiental (AJA).
Criar adutora do açude Gangorra para o município de Granja, garantindo o abastecimento de água de qualidade para a sede do município e para as localidades próximas, como a comunidade Pau

D'Arco.
Fortalecer a política estadual de resíduos sólidos.
Fortalecer os comitês de bacias hidrográficas, garantindo a participação popular.
Garantir a destinação correta dos resíduos sólidos, com a eliminação dos lixões e implantação de aterros.
Garantir o abastecimento de água em territórios indígenas na região do perímetro irrigado do Baixo Acaraú, na Terra Indígena Tremembé de Queimadas.
Implantar a estação de tratamento de água e adutora no açude Angicos, para o abastecimento de Uruoca.
Implantar uma estação de tratamento de esgoto nos municípios do entorno da bacia hidrográfica do Coreaú.
Implantar unidades de conservação e controle dos efluentes lançados nas Áreas de Proteção Ambiental (APA) existentes, propondo o tratamento dos efluentes.
Implementar política de controle do uso de agrotóxicos próximo às margens dos rios das bacias hidrográficas do Coreaú e do Timonha, e dos açudes.
Implementar uma política estadual de incentivo à energia solar na zona rural, incluindo a compra dos excedentes de energia produzidos.
Incentivar financeiramente a instalação de biodigestores para a produção de energia nas comunidades da agricultura familiar.
Melhor equipar a estrutura para a proteção do Parque das Carnaúbas.
Melhor equipar os centros de triagens de resíduos sólidos.
Normatizar ou demarcar as zonas de instalação de usinas offshore, respeitando as áreas de pesca artesanal e a convivência sociocultural das comunidades locais.
Realizar audiências públicas para discutir os impactos negativos e possíveis ações de mitigação, da construção do açude Canto das Pedras, em especial as desapropriações.
Eixo 4 - O Ceará Que Participa, Planeja e Alcança Resultados
Diretriz Regional
Divulgar e ampliar os serviços de ouvidoria na região.
Informar à população, de forma clara, quais empresas executaram obras públicas já finalizadas, para controle contínuo da sua qualidade.

TABELA 3 - PROPOSTAS DA PLATAFORMA

Tema da proposta	Número de propostas
Acesso a Terra e Moradia	1
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	9
Assistência Social	
Ciência, Tecnologia e Inovação	
Cultura	
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	1
Educação Básica	5
Educação Profissional	
Educação Superior	5
Energias Renováveis	2
Esporte	15
Gestão Fiscal	
Inclusão Social e Direitos Humanos	2
Indústria, Comércio e Serviços	5
Infraestrutura e Logística	11
Meio Ambiente	1
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	1
Recursos Hídricos	13
Saneamento Básico	10
Saúde	3
Segurança Pública e Justiça	11
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	
Trabalho e Empreendedorismo	1
Transparência, Ética e Controle Social	
Turismo	1
TOTAL	97

Litoral Oeste / Vale do Curu

Crédito: Barong; Matthews Frota

População(2021): 406.637 hab.
(5ª Região mais populosa, com 4,40% da população do estado residindo nesta região)

Área: 8.911,89 km²
(9ª Maior, corresponde a 5,99% do Estado)

Densidade demográfica(2021): 45,63 hab./km²
(6ª Posição no Estado)

LITORAL OESTE / VALE DO CURU (12 municípios)

Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Pentecoste, Tejuçuoca, Tururu, Umirim e Uruburetama.

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



500 participantes credenciados no encontro regional



251 diretrizes elaboradas no encontro regional



79 propostas incluídas na plataforma digital

Os dados referentes às diretrizes propostas pela população foram organizados em três tabelas. A Tabela 1 refere-se às diretrizes regionais priorizadas, ou seja, as dez diretrizes que receberam mais votos pela população através da Plataforma Digital Ceará Participativo. A Tabela 2 refere-se às demais diretrizes que não foram priorizadas, mas foram elaboradas pela população nos encontros regionais. A Tabela 3 refere-se ao quantitativo de propostas, organizadas por Temas, cadastradas diretamente pela população na Plataforma Digital. Seguem abaixo as tabelas:

TABELA 1 - DIRETRIZES REGIONAIS PRIORIZADAS
Eixo - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas
Diretriz Regional
Ampliar o número de Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) na região.
Ampliar o programa de substituição das casas de taipa.
Criar centro para crianças com deficiência, com equipe multidisciplinar para tratamento e diagnóstico nos municípios da região.
Fortalecer a comercialização dos produtos agrícolas, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
Fortalecer e ampliar o projeto "Esporte em Três Tempos" do Governo do Estado.
Garantir a participação da agricultura familiar no Programa Ceará sem Fome.
Garantir o financiamento para reforma e aquisição de equipamentos para o hospital regional.
Implantar Casa da Mulher Cearense e Casa da Mulher Brasileira na região.
Implantar delegacia especializada para mulher vítima de violência.
Implantar hospital regional.

TABELA 2 - DEMAIS DIRETRIZES REGIONAIS**Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas****Diretriz Regional**

Agilizar exames e consultas especializadas.
Alterar o preenchimento no sistema informatizado do Censo e Mapa de Riscos Pessoal e Social do Estado do Ceará (Cemaris), para que não seja solicitada a identificação da pessoa violada.
Ampliar a divulgação da lista de produtos locais da agricultura familiar aceitos nos programas de comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
Ampliar a rede de escolas do campo.
Ampliar a regularização fundiária nos assentamentos.
Ampliar apoio financeiro aos municípios para melhoria da infraestrutura das escolas de tempo integral.
Ampliar as equipes de assistentes sociais para cumprir as demandas dos programas sociais do governo.
Ampliar as equipes de assistentes sociais para atendimento das comunidades quilombolas.
Ampliar as políticas de acesso ao crédito fundiário rural.
Ampliar núcleos de atendimento para população vulnerável dentro das delegacias, em especial para mulheres vítimas de violência.
Ampliar o número de batalhões do corpo de bombeiros militares.
Ampliar o apoio aos projetos sociais do corpo de bombeiros, em especial fardamento e ônibus.
Ampliar o cofinanciamento estadual da proteção social especial para todos os municípios da região.
Ampliar o efetivo de servidores públicos para assistência social.
Ampliar o efetivo e horário de atendimento do Grupo de Apoio às Vítimas de Violência (GAVV) na região.
Ampliar o número de capacitações e geração de oportunidades para a juventude em diversas áreas, como cultura, agricultura e esporte, em especial para os jovens do campo.
Ampliar o número de delegacias municipais.
Ampliar o serviço de atendimento à saúde mental, em especial para mulheres e seus familiares.
Ampliar o valor do cofinanciamento de benefícios eventuais, bem como incluir novas modalidades.
Ampliar os recursos para compras de medicamentos de alto custo, órteses e próteses.
Ampliar recursos do crédito fundiário.
Ampliar recursos para policlínicas e Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).
Ampliar recursos para realização das cirurgias eletivas (hospitalar e oftalmológica).
Apoiar os municípios na implantação dos centros de cães guias.
Articular com o governo federal para aprovação da PEC 383/2017, que trata da garantia de recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
Cofinanciar as cozinhas comunitárias.
Construir postos do Programa Saúde da Família (PSF), equipados para atender a população quilombola nas comunidades.
Criar cargos de delegado de polícia nas delegacias municipais já existentes
Criar diagnóstico efetivo para identificação da população LGBTQIA+ para formulação de políticas públicas.
Criar equipes multidisciplinares para atendimento de pessoas com deficiência e seus familiares nos

Cras e Creas.
Criar especialidades médicas no hospital regional para grupos vulneráveis, como população LGBTI+, pessoas negras, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e povos indígenas.
Criar linha de cuidado do autismo, com garantia de financiamento.
Criar políticas públicas de saúde específicas para a população LGBTQIA+ (homens e mulheres trans e lésbicas).
Criar subsídios para custear despesas junto aos cartórios, beneficiando a regularização fundiária rural e urbana.
Criar um órgão fiscalizador para acompanhar as obras relacionadas à acessibilidade nos municípios.
Desburocratizar e tornar mais acessíveis os órgãos governamentais, promovendo o diálogo com os produtores rurais.
Desburocratizar os editais para facilitar o acesso das mulheres LBTs, negras, quilombolas, marisqueiras, de povos e comunidades tradicionais e com deficiência aos programas sociais.
Desburocratizar os trâmites para regularização fundiária, em especial os relacionados à emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).
Desenvolver uma política para o acesso, permanência e sucesso das pessoas com deficiência na educação básica, assegurando a acessibilidade arquitetônica e social das escolas.
Destinar recursos financeiros para a saúde do público LGBTQIA+, em especial a contratação de endocrinologistas, urologistas e outras especialidades para mulheres trans.
Disponibilizar atendimento de saúde nas comunidades quilombolas, dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais (PCTs) e das pessoas com deficiência.
Disponibilizar transporte escolar adaptado e gratuito para alunos com deficiência.
Formar os profissionais da assistência social para atendimento das necessidades específicas das comunidades quilombolas.
Formar os profissionais da saúde em libras para o melhor atendimento das pessoas surdas.
Formar os profissionais de saúde para o atendimento humanizado às pessoas com deficiência.
Formar profissionais para atendimento humanizado para os públicos vulneráveis (idosos, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais).
Fortalecer a educação em saúde em conformidade com as necessidades epidemiológicas da região.
Fortalecer a política de valorização do profissional da educação básica.
Fortalecer as políticas públicas voltadas para o artesanato regional.
Fortalecer campanhas educativas sobre posse responsável de animais.
Fortalecer o apoio técnico para formação das equipes de assistência social
Garantir a acessibilidade e equipamentos adaptados para pessoas com deficiência no hospital regional.
Garantir a implementação da convenção 169, em especial a consulta aos povos interessados, toda vez que sejam previstas medidas suscetíveis de afetá-los diretamente.
Garantir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira nas instituições de ensino, como previsto nas Leis Federais N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008.
Garantir e ampliar a regularização fundiária, em especial a regularização fundiária rural, nos municípios da região.
Garantir equipe de cuidadores nas escolas.
Garantir equipe multidisciplinar em todas as escolas das redes públicas municipais e estadual de ensino, para o atendimento psicossocial da comunidade escolar.
Garantir o acesso a terra para os povos indígenas, para a população negra, quilombola e de povos e comunidades tradicionais.
Garantir o direito à cultura para as pessoas com deficiência, efetivando o capítulo IX da Lei 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Garantir o direito à saúde para as pessoas com deficiência, efetivando o capítulo III da Lei 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Humanizar o atendimento dos serviços públicos para atendimento do público vulnerável, principalmente mulheres vítimas de violência, quilombolas, e povos e comunidades tradicionais (PCTs).
Implantar célula da Controladoria Geral da Disciplina na região, para investigação de transgressões disciplinares.
Implantar central de custódia na região.
Implantar centro de zoonose.
Implantar centro integrado de serviços para juventude.
Implantar Centros Pop com cofinanciamento do Governo do Estado.
Implantar creches em tempo integral, em especial para o atendimento das necessidades das mães-solo.
Implantar delegacia de homicídios na região.
Implantar patrulha Maria da Penha.
Implantar projetos de abordagem das crianças em horários noturnos fora de casa.
Implantar serviço de escuta especializada para crianças e adolescentes vítimas de violência.
Implantar sistema estadual de vigilância socioassistencial.
Implantar um equipamento cultural do Governo do Estado na região do Litoral Oeste/Vale do Curu para atender as diversas linguagens artísticas.
Implantar unidade do Vapt Vupt na região.
Implementar e ampliar políticas públicas de cultura para os Povos e Comunidades Tradicionais e Povos Originários.
Implementar nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) serviço especializado para atendimento às comunidades indígenas.
Implementar políticas públicas para o patrimônio cultural da região.
Implementar, fortalecer, acompanhar e assessorar os Sistemas Municipais de Cultura.
Incentivar uma linha de atuação em inovação e tecnologia em saúde pública.
Incluir plano de formação voltado para a convivência com o semiárido nos projetos pedagógicos de cursos de licenciatura e nos currículos das redes públicas de ensino da educação básica.
Instituir política de formação continuada para equipes multidisciplinares nas redes de ensino.
Intensificar a inclusão digital na educação básica.
Investir em novas modalidades esportivas (artes marciais, esportes aquáticos, esporte de aventuras, etc).
Melhorar o acesso da juventude às escolas, por meio da disponibilização de transporte e melhoria das estradas, em especial para a juventude que mora fora das sedes.
Otimizar o processo de certificação dos produtos de origem animal.
Otimizar o Sistema Integrado de Gestão Escolar (Sige) para atender às necessidades dos municípios.
Promover exames de colo de útero para as mulheres lésbicas.
Promover parceria com o município para o atendimento periódico nas comunidades quilombolas, enquanto não é construído o PSF quilombola.
Promover políticas públicas de apoio aos esportes relacionados ao vento.
Promover políticas públicas para a formação, circulação e produção em cultura e arte.
Propiciar acessibilidades para pessoas com deficiência nos hospitais e postos de saúde da região para além da arquitetura, em especial mobiliário que possa conter tecnologia acessível.
Qualificar a infraestrutura dos assentamentos a fim de melhorar a moradia dos assentados e assentadas
Qualificar profissionais da segurança pública para melhoria nas abordagens policiais, em especial da

juventude negra e mulheres negras.
Realizar campanhas de divulgação sobre os direitos das pessoas com deficiência, transtornos comportamentais e afetivos nas escolas.
Realizar concurso público para a polícia civil e sistema de justiça (Tribunal de Justiça e Defensoria).
Realizar concurso público para arte-educadores.
Realizar o cadastro das escolas da rede pública municipal localizadas nos territórios quilombolas.
Realizar parcerias entre órgãos municipais, estaduais e federais para desintração do território dos Tremembés.
Reavaliar a política de preços de licenciamento ambiental, para possibilitar o acesso dos pequenos produtores rurais.
Reestruturar e disponibilizar em meio físico o conteúdo do material pedagógico estruturado do Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic), considerando a realidade pós-pandemia.
Reforçar as políticas de permanência na escola, com enfrentamento da evasão e abandono escolar.
Retomar a política dos Pontos de Cultura.
Retomar o apoio direto ao Festival de Dança do Litoral Oeste.
Retomar o programa de busca ativa dos estudantes da rede estadual.
Revisar a Carta Cartográfica do Estado, em especial na identificação dos limites municipais a fim de dirimir os conflitos na execução de políticas públicas.
Revisar o modelo de governança do financiamento das unidades consorciadas (policlínicas e CEOs) dos municípios.
Universalizar o ensino em tempo integral nas escolas de ensino fundamental.
Valorizar os trabalhadores da saúde por meio do incentivo à criação dos Planos Municipais de Cargos, Carreiras e Salários.

Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha

Diretriz Regional

Ampliar a capacitação de mulheres para inserção no mercado de trabalho, em especial nas temáticas de agricultura familiar, quintais produtivos e ecológicos.
Ampliar a capacitação profissional e as políticas de apoio aos produtos do artesanato, em especial para pessoas com deficiência.
Ampliar a capacitação profissional na área de inovação, como nas áreas de games, blockchain e aplicativos.
Ampliar a cobertura de telefonia e Internet móvel na região.
Ampliar a infraestrutura de irrigação e o fornecimento de água para as comunidades e agricultores familiares dos municípios da região, em especial para a região do sertão de Itapipoca e Tururu.
Ampliar a política de bolsas para formação voltada ao setor de comércio e serviços.
Ampliar a rede de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) com ofertas de cursos de extensão, em especial no turno da noite.
Ampliar as políticas de valorização de pequenos empreendimentos locais.
Ampliar capacitações e oportunidades de emprego para inclusão das pessoas LGBTI+ no mercado de trabalho.
Ampliar o acesso à mecanização agrícola para a agricultura familiar, adaptada às condições do pequeno agricultor.
Ampliar os programas de assistência estudantil nas universidades públicas estaduais, inclusive com a concessão de auxílios financeiros, alojamento estudantil, restaurantes universitários, entre outras ações para garantir a permanência dos estudantes universitários.
Ampliar os turnos dos cursos profissionalizantes.
Ampliar projetos de inclusão produtiva para as mulheres rurais, do campo, quilombolas, indígenas,

marisqueiras e rendeiras.
Aperfeiçoar a política estadual de educação profissional na modalidade subsequente para os temas de logística, energias renováveis e infraestrutura.
Apoiar a comercialização dos produtos da pesca artesanal.
Apoiar e melhorar o serviço de inspeção municipal.
Aumentar a taxaço e fiscalização dos agrotóxicos.
Criar ações afirmativas de acesso e permanência nas universidades às comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
Criar centrais de armazenamento regionais de produtos da agricultura familiar.
Criar editais destinados ao apoio ao turismo nos municípios da região.
Criar estratégias para elaboração/construção do inventário turístico nos municípios.
Criar estudo das cadeias produtivas e potencialidades da região.
Criar fundo próprio para fortalecer os órgãos municipais de agricultura.
Criar lei estadual para o guia de turismo.
Criar projetos de incentivo a canais de comercialização e acesso a mercados.
Criar projetos de inclusão produtiva dos povos indígenas, com acesso a equipamentos agrícolas, e assistência técnica e extensão rural.
Criar projetos de peixamentos das lagoas e córregos dos territórios indígenas, a fim de garantir sua soberania e segurança alimentar e nutricional
Criar projetos de produção de alimentos agroecológicos e saudáveis para os povos indígenas.
Criar projetos para fortalecimento da pesca e peixamento de açudes, bem como da pesca marítima.
Criar um plano de turismo para a região.
Criar uma central de produção de bioinsumos para a produção orgânica.
Desburocratizar o repasse de recursos para a agricultura familiar.
Desenvolver plataforma digital pública de acesso livre.
Desenvolver política de acesso, permanência e sucesso para pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior.
Elaborar estudo de impacto ambiental para a construção das vias litorâneas.
Estruturar vias de acesso aos bens de turismo, cultura e esporte.
Fomentar a pesca artesanal na região do Vale do Curu e do Baixo Acaraú.
Fomentar a produção e comercialização da cajucultura da região
Fomentar a produção e comercialização da cajucultura da região.
Fomentar o empreendedorismo de mulheres e da juventude rural.
Fortalecer a divulgação dos pontos turísticos da região.
Fortalecer a estratégia de cooperação entre o Governo do Estado e os municípios para recuperação das estradas vicinais.
Fortalecer a integração do Sistema Público de Emprego (SPE) na região, priorizando a contratação de mão de obra local.
Fortalecer a política de valorização dos profissionais da educação superior.
Fortalecer as redes de apoio ao artesanato.
Fortalecer o beneficiamento da produção local, como da castanha de caju, mandioca, palha da carnaúba e tilápia.
Fortalecer parcerias com as empresas para a criação de vagas de estágio,
Fortalecer a comercialização e a política de preços para garantir a melhoria da renda dos agricultores, em especial por meio do cooperativismo.
Garantir e ampliar a assistência técnica e extensão rural continuada.

Garantir infraestrutura para beneficiamento de produtos de origem animal, em especial abatedouros para aves e para animais de pequeno, médio e grande porte.
Garantir orçamento público estadual para projetos de inclusão produtiva para mulheres rurais do campo, quilombolas, indígenas, marisqueiras, rendeiras e outras atividades afins de base agrícola.
Garantir transporte universitário gratuito, de qualidade e durante todo o ano para os estudantes da região.
Garantir um quadro adequado de professores efetivos para as universidades públicas estaduais, por meio da concessão de autonomia para sua contratação.
Implantar centro de eventos na região.
Implantar ciclovias interligando Amontada a Moitas.
Implantar ciclovias na CE-163 entre o trevo e o litoral.
Implantar melhoria das estradas vicinais em Amontada.
Implantar melhoria viária no trecho Amontada-Itapipoca da CE-354.
Implantar sinalização turística nas vias.
Implantar um Sistema Estadual de Educação, integrando todos os níveis de ensino, da educação infantil à superior.
Implementar a educação do campo na região.
Implementar a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu.
Implementar cursos de bacharelado nos campi das universidades públicas estaduais da região, especificamente nas áreas da saúde, de engenharia e de ciência da computação.
Implementar parcerias entre os órgãos estaduais e municipais para uma rede de transporte público intermunicipal e entre distritos.
Implementar política de incentivo ao primeiro emprego para recém-formados.
Implementar políticas de benefícios fiscais para os micro e pequenos empreendedores e microempreendedores individuais (MEI).
Incentivar a cadeia produtiva da mandiocultura e da cajucultura na região do Vale do Curu e do Baixo Acaraú.
Incentivar as boas práticas de produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar.
Incentivar o emprego de tecnologias no campo, inclusive por meio de parcerias com instituições de pesquisa.
Incentivar políticas públicas de aquisição de materiais e equipamentos para a pesca artesanal, condizentes com a realidade local e com a sustentabilidade ambiental.
Incentivar programas municipais de formação da sociedade para trabalhar nos ambientes envolvidos com o turismo.
Incluir disciplina de turismo nas escolas.
Incluir plano de formação voltado para a convivência com o semiárido nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura.
Instalar e operacionalizar centros de acolhida aos turistas nos municípios.
Instituir uma política estadual e um fundo estadual de desenvolvimento agrário, da agricultura familiar, e da pesca e aquicultura.
Integrar as políticas de esporte, cultura e turismo.
Intensificar a inclusão digital na educação superior.
Interiorizar as indústrias para movimentar o turismo de negócios.
Investir na agroindústria e na pequena agroindústria, inclusive de forma cooperativada.
Melhorar a organização social para promover a produção, mercado e infraestrutura para a agricultura familiar.
Melhorar a estrutura viária da CE-176.
Municipalizar as áreas de interesse turístico/social (serras, trilhas, parques e lagoas).

Promover a formação continuada para profissionais da cadeia produtiva do turismo.
Promover a interiorização dos turismo
Promover a publicização dos roteiros turísticos do interior.
Promover inventários turísticos para o plano do turismo da região.
Readequar os cursos profissionalizantes para atender as vocações e potencialidades locais.
Realizar concurso público para profissionais do turismo.
Realizar conferências estaduais e municipais de turismo.
Realizar estudo de viabilidade para a duplicação da CE-163.
Realizar estudo municipalizado da oferta e demanda dos agricultores familiares e seus produtos.
Realizar levantamento municipal dos estabelecimentos de comercialização da agricultura familiar e ofertar acompanhamento técnico.
Realizar o planejamento de orientação socioeconômica e infraestrutura urbana, para a atração de empreendimentos.
Reavaliar e requalificar a política de transportes intermunicipais entre o Litoral Oeste / Vale do Curu e Fortaleza.
Regulamentar a utilização das carteiras estaduais de estudantes, garantindo efetivação dos direitos dos estudantes em todas as regiões do Estado.
Regularizar as sementes crioulas e ampliar e fortalecer o projeto das casas de sementes.
Subsidiar o emprego da energia solar na agricultura familiar.
Valorizar os profissionais do turismo.

Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território

Diretriz Regional

Ampliar a produção de biogás, por meio de biodigestores, na zona rural.
Ampliar as fontes hídricas da região.
Ampliar e fortalecer o tratamento e abastecimento de água nas comunidades rurais da região.
Ampliar e garantir energias renováveis nas estruturas de abastecimento rural.
Ampliar políticas de captação de recursos hídricos com tecnologias sociais, como cisternas de placas, barragens de pedras, entre outras.
Assessorar os municípios na criação de autarquias municipais de meio ambiente.
Atualizar os planos diretores garantindo a preservação do meio ambiente.
Considerar os protocolos de consulta dos povos e comunidades tradicionais e povos indígenas.
Criar um conselho regional deliberativo para discussões em torno das energias renováveis, garantindo a participação dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
Elaborar estudos de impacto ambiental para a implantação de empreendimentos de energias renováveis nos povos e comunidades tradicionais, como comunidades pesqueiras artesanais, indígenas e marisqueiras.
Estruturar a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) nos municípios da região, garantindo a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Fortalecer a política pública de acessibilidade na infraestrutura urbana, nas edificações e nos novos equipamentos públicos, com implantação de rampas, elevadores, acessos, mobiliário e banheiros adaptados.
Fortalecer as políticas de saneamento nas comunidades rurais e sedes municipais da região.
Fortalecer e intensificar a fiscalização ambiental na região, inclusive pela garantia de efetivo policial ambiental adequado nos municípios.
Fortalecer e investir nas estratégias regionalizadas da política de resíduos sólidos por meio dos equipamentos da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTRS) e Centrais Municipais de Reciclagem (CRM).

Garantir a preservação das nascentes, inclusive por meio de incentivo financeiro onde cabível.
Garantir consulta prévia livre e informada com as comunidades das áreas de possíveis implantações de parques eólicos e grandes empreendimentos na zona costeira.
Garantir, por meio de subsídios, ligações intradomiciliares dos sistemas de esgotamento já existentes.
Implantar a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Uruburetama, em Itapipoca.
Implantar aterros sanitários e desativar os lixões na região.
Implantar drenagem de águas pluviais nos municípios da região.
Implantar e reforçar o sistema de adutoras na região.
Implantar energias renováveis em prédios públicos e equipamentos que demandem energia, como poços e estações de bombeamento, entre outros.
Implantar um Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetas) na região.
Implementar política pública de combate à desertificação.
Implementar programa de recuperação das barragens em risco.
Incentivar as energias renováveis em residências, por meio de incentivos fiscais.
Promover o uso racional da água dos açudes para consumo humano, evitando desperdícios.
Protocolar o Zoneamento Ecológico da Zona Costeira (Zeec).
Realizar a requalificação urbana de Amontada, em especial com reformas das praças do município.
Realizar ações que estimulem a transição agroecológica, a produção orgânica, a convivência com o semiárido, a remuneração de serviços ambientais, o reflorestamento da caatinga e a produção e uso de energias renováveis.
Regulamentar o pagamento e o incentivo por serviços ambientais para o controle da Unha do Diabo ("Cryptostegia Madagascariensis") que afeta as carnaubeiras e toda a mata nativa.
Retomar a implantação da Barragem Trairi, entre outras.
Viabilizar os consórcios de resíduos sólidos.

Eixo 4 - O Ceará Que Participa, Planeja e Alcança Resultados

Diretriz Regional

Realocar os municípios de Paracuru, Paraipaba e Trairi para a região do Litoral Oeste/Vale do Curu.

TABELA 3 - PROPOSTAS DA PLATAFORMA

Tema da proposta	Número de propostas
Acesso a Terra e Moradia	2
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	3
Assistência Social	13
Ciência, Tecnologia e Inovação	3
Cultura	4
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	
Educação Básica	5
Educação Profissional	2
Educação Superior	5
Energias Renováveis	
Esporte	2
Gestão Fiscal	
Inclusão Social e Direitos Humanos	2
Indústria, Comércio e Serviços	3
Infraestrutura e Logística	1
Meio Ambiente	5
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	
Recursos Hídricos	1
Saneamento Básico	1
Saúde	15
Segurança Pública e Justiça	6
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	1
Trabalho e Empreendedorismo	3
Transparência, Ética e Controle Social	
Turismo	2
TOTAL	79

Maciço de Baturité

População(2021): 248.015 hab. (11ª Região mais populosa, com 2,68% da população do estado residindo nesta região)
Área: 3.728,77 km² (14ª Maior, corresponde a 2,50% do Estado)
Densidade demográfica(2021): 66,51 hab./km² (2ª Posição no Estado)

MACIÇO DE BATURITÉ (13 municípios)

Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



540 participantes credenciados no encontro regional



152 diretrizes elaboradas no encontro regional



91 propostas incluídas na plataforma digital

Os dados referentes às diretrizes propostas pela população foram organizados em três tabelas. A Tabela 1 refere-se às diretrizes regionais priorizadas, ou seja, as dez diretrizes que receberam mais votos pela população através da Plataforma Digital Ceará Participativo. A Tabela 2 refere-se às demais diretrizes que não foram priorizadas, mas foram elaboradas pela população nos encontros regionais. A Tabela 3 refere-se ao quantitativo de propostas, organizadas por Temas, cadastradas diretamente pela população na Plataforma Digital. Seguem abaixo as tabelas:

TABELA 1 - DIRETRIZES REGIONAIS PRIORIZADAS
Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas
Diretriz Regional
Ampliar moradias e melhorias em assentamentos, como foco na substituição das casas de taipa por casas de alvenaria.
Fortalecer a atenção secundária e terciária à saúde, como hospitais polo e de pequeno porte, policlínicas e Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), inclusive pela implantação de um hospital regional do Maciço de Baturité.
Fortalecer e implementar as ações de vigilância em saúde, por meio da implantação de centros de zoonoses, centros de referência para leishmaniose e matadouros habilitados.
Melhoria da segurança alimentar e nutricional, com a instalação de abatedouros.
Promover a integração intersetorial para a garantia das necessidades básicas em saúde, como saneamento básico e estradas de acessos de qualidade.
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha
Concluir o projeto da CE-356, contribuindo para o desenvolvimento regional do Maciço de Baturité.
Fortalecer as cadeias produtivas locais, como mel, cajucultura, caprinocultura e avicultura, com assistência técnica e extensão rural especializada para essas culturas.
Melhorar a estrutura dos serviços estaduais de assistência técnica e extensão rural.
Promover acesso a tecnologias sociais, tais como mandalas, biodigestores, cisternas e quintais produtivos.
Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território
Implementar as energias renováveis, de fonte solar e eólica, no território.

TABELA 2 - DEMAIS DIRETRIZES REGIONAIS

Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas

Diretriz Regional

Ampliar a acessibilidade dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) para pessoas com deficiência.
Ampliar a divulgação de serviços da assistência social para que as pessoas conheçam os serviços.
Ampliar a estrutura do corpo de bombeiros, com a criação de novos batalhões.
Ampliar a política de agentes de proteção da criança e do adolescente.
Ampliar as ações de regularização fundiária urbana e rural.
Ampliar as políticas estaduais de apoio aos pronafianos com Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) variável.
Ampliar o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
Ampliar o acesso ao programa nacional de crédito fundiário.
Ampliar o apoio à Defesa Civil.
Ampliar o atendimento e assistência para as pessoas com deficiência.
Ampliar o efetivo dos profissionais de segurança pública.
Ampliar o horário de atendimento das delegacias para 24 horas.
Ampliar o número de conselhos municipais das pessoas com deficiência na região.
Ampliar o número de núcleos dos projetos sociais esportivos
Ampliar o número de vagas nas escolas das redes públicas municipais e estadual.
Ampliar o sistema de videomonitoramento.
Ampliar os atendimentos da assistência social para famílias atípicas.
Ampliar os serviços de proteção social básica, considerando, prioritariamente, a distância entre os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e as famílias.
Articular com as universidades a oferta de cursos de especialização na área de segurança pública e direitos humanos.
Capacitar os profissionais da saúde para o atendimento humanizado a pessoas com deficiência.
Capacitar os profissionais de segurança pública para um atendimento mais humanizado, em especial durante as abordagens policiais.
Cooperar com os municípios da região na garantia de transporte para atletas participantes de competições esportivas
Criar ações para o acolhimento e valorização de artistas estrangeiros, principalmente de origem africana, que estudam e vivem na região.
Criar bases comunitárias de apoio à segurança pública.
Criar o Centro de Formação Esportiva
Desburocratizar as leis de acesso à terra e ao crédito.
Descentralizar o acesso dos serviços de assistência social para as mulheres.
Destinar terras públicas para fins de reforma agrária e pesquisa.
Expandir a concessão dos títulos de terra e realizar levantamento das famílias sem terra.
Expandir a rede de escolas quilombolas, com formação para toda a comunidade escolar e com garantia de estrutura adequada.
Expandir a rede estadual de equipamentos culturais e fortalecer os equipamentos já existentes.
Expandir e articular a infraestrutura e os sistemas de transporte para possibilitar o acesso à cultura.
Firmar convênios com órgãos federais e estaduais para efetivar o reconhecimento dos assentamentos estaduais e estabelecer políticas de assentamento no território.

Fomentar a prática esportiva nas escolas
Fortalecer a atenção primária à saúde, tornando-a a efetiva ordenadora do cuidado, priorizando qualificação e humanização do atendimento e com ampliação das equipes mínimas de saúde da família, Agentes Comunitários em Saúde (ACS) e integração multiprofissional.
Fortalecer a rede de atenção à saúde, com prioridade e foco na atenção psicossocial e materno-infantil.
Fortalecer as políticas de valorização da gastronomia cultural tradicional e territorial.
Fortalecer o futebol feminino
Fortalecer o sistema estadual de assistência farmacêutica.
Garantir material escolar adaptado para as crianças e adolescentes com deficiência.
Garantir o acesso e promover a permanência nas escolas das comunidades indígenas.
Garantir o acesso e promover a permanência nas escolas das pessoas atípicas nas escolas.
Garantir o acesso e promover a permanência nas escolas das pessoas LGBTI+.
Garantir o acesso e promover a permanência nas escolas das pessoas negras e de povos e comunidades tradicionais.
Garantir políticas afirmativas para pessoas indígenas.
Garantir políticas afirmativas para pessoas LGBTI+.
Garantir políticas afirmativas para pessoas negras e de povos e comunidades tradicionais.
Humanizar o atendimento a mulheres vítimas de violência.
Implantar centrais de abastecimento para a garantia da segurança alimentar e nutricional e da renda para a agricultura familiar.
Implantar delegacias regionais para as mulheres.
Implantar e ampliar espaços de convivência para a pessoa idosa e para a pessoa com deficiência.
Implantar equipamentos multidisciplinares dentro da Lei de Acessibilidade, para o atendimento de pessoas com deficiência.
Implantar espaços culturais para a difusão e fruição da cultura.
Implantar helipontos para o pouso seguro de aeronaves.
Implantar um núcleo regional da política estadual de cultura.
Implementar as leis de apoio à educação no campo, educação contextualizada e Escolas Família Agrícola (EFAs).
Implementar plano de formação geral continuada de toda a comunidade escolar para o ensino adequado a pessoas com deficiência, na perspectiva da educação inclusiva.
Incentivar a criação das ligas e conselhos municipais do esporte
Incluir os modelos de escolas quilombolas à política estadual de educação.
Ofertar cursos de mestrado profissional para professores das redes públicas municipais e estadual.
Promover a acessibilidade nas redes públicas municipais e estadual de ensino.
Promover a criação das guardas municipais.
Promover a educação cultural para os jovens.
Promover capacitações sobre a lei que regulamenta o banco de terra à população.
Promover novas oportunidades por meio de editais de fomento à cultura, de forma regionalizada.
Realizar ações formativas para artistas, com foco na elaboração de projetos.
Reativar os cursos de arbitragem
Regionalizar os serviços de proteção social especial.
Regularizar a demarcação das terras indígenas.
Regularizar a demarcação das terras quilombolas.
Resgatar a cultura alimentar do território.

Subsidiar os municípios com a doação de materiais esportivos
Universalizar o ensino em tempo integral nas redes públicas municipais e estadual.
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha
Diretriz Regional
Adaptar os programas de distribuição de sementes à realidade da região.
Ampliar a articulação entre as políticas estaduais e municipais de turismo, a fim de potencializar o desenvolvimento turístico da região e sanar mais facilmente seus problemas e necessidades.
Ampliar a estrutura viária na zona rural.
Ampliar a rede de capacitação profissional para diversos públicos vulnerabilizados, em especial para a juventude.
Ampliar a rede de capacitação profissional para diversos públicos vulnerabilizados, em especial para mulheres acima de 40 anos.
Ampliar as oportunidades de trabalho para jovens acima de 18 anos.
Ampliar as oportunidades de trabalho para os jovens atípicos.
Ampliar as vias de acesso voltadas ao escoamento de produção.
Ampliar assistência técnica e extensão rural ao homem do campo e fortalecer as políticas municipais de agricultura.
Ampliar e restaurar a estrutura de estradas na região.
Ampliar o apoio ao desenvolvimento da economia solidária.
Ampliar o apoio às comunidades de inovação e aos negócios nascentes inovadores (startups).
Ampliar o apoio, em todas as formas, aos empreendedores da região.
Ampliar o número de capacitações para mulheres, com foco nas oportunidades de trabalho.
Ampliar os programas estaduais de crédito para microempresas, empresas de pequeno porte e produtores rurais.
Ampliar taxação de agrotóxicos, para desincentivar sua utilização.
Ampliar vagas no ensino superior, em parceria com universidades públicas estaduais e federais.
Apoiar a atração de investimentos para indústrias.
Capacitar os profissionais do turismo da região com cursos de idiomas.
Criar cooperativas para o processamento do pedúnculo do caju.
Criar políticas estaduais que priorizem a compra institucional de produtos sem agrotóxicos.
Criar projeto de assistência técnica e extensão rural para a pesca.
Firmar convênios com órgãos federais e estaduais para identificar terras devolutas e destiná-las para a reforma agrária, em cumprimento da legislação.
Garantir a segurança alimentar e nutricional e o combate à fome junto aos estudantes do ensino superior.
Garantir aos estudantes o direito de acesso à meia passagem em todas as regiões.
Garantir o acesso físico dos estudantes universitários, por meio da oferta de transporte rodoviário.
Implantar centros de ensino com cursos tecnológicos de nível superior.
Implantar um plano diretor para o turismo da região.
Implantar um teleférico.
Implementar política de inovação para meios de produção para agricultura familiar.
Intervenção imediata nos modelos de produção com uso abusivo de agrotóxicos.
Mapear as potencialidades e realizar ações junto aos produtores rurais e suas famílias quanto à adoção de ciência e tecnologia no campo.
Melhorar as estradas para escoamento da produção.
Organizar o processo de comercialização, regulando os preços dos produtos da agricultura familiar.

Promover a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no turismo da região.
Promover a agroindústria para um maior aproveitamento da produção de frutas no território, como da banana.
Promover a compra dos produtos pesqueiros para as merendas escolares.
Promover a interiorização e internacionalização da educação superior.
Promover acesso a novas tecnologias para agricultura familiar, como micro tratores.
Promover formações para os professores e adquirir equipamentos de ciência, tecnologia e inovação nas escolas públicas municipais e estaduais, visando a formação científica dos alunos.
Promover hortas sociais urbanas, beneficiando as pessoas idosas.
Promover o aproveitamento integral da cadeia produtiva do coco babaçu.
Promover o turismo na região por meio da valorização e incentivo às políticas de preservação e difusão de memórias, costumes e tradições dos povos indígenas.
Promover o turismo na região por meio da valorização e incentivo às políticas de preservação e difusão de memórias, costumes e tradições dos povos negros.
Promover o turismo sustentável na região.
Promover um turismo regional baseado na produção rural da região, a exemplo da floricultura.
Realizar a divulgação do Maciço de Baturité como destino turístico.
Realizar a sinalização turística de rotas, trajetos e percursos, para proporcionar o interesse turístico pela região.
Realizar capacitações para empreendedores em temáticas de gestão, inovação e sustentabilidade.
Realizar um censo da pesca artesanal.
Regulamentar o marco legal da agricultura familiar.
Revitalizar a cultura do café no território.
Valorização do turismo religioso e do turismo de experiência.

Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território

Diretriz Regional

Ampliar a matriz energética e sustentável adequada.
Ampliar as alternativas de reservas hídricas.
Ampliar o acesso ao esgotamento sanitário, em especial nas comunidades rurais.
Ampliar o reaproveitamento de água (reuso) para uso na produção das comunidades rurais.
Efetivar a política de resíduos sólidos.
Fortalecer a defesa e proteção animal.
Fortalecer a fiscalização ambiental.
Garantir a acessibilidade nos modais de transporte público, em especial para o transporte escolar.
Garantir a mobilidade de grupos vulnerabilizados, em especial das mulheres.
Garantir a mobilidade de grupos vulnerabilizados, em especial das pessoas com deficiência.
Garantir a mobilidade de grupos vulnerabilizados, em especial dos jovens.
Garantir o armazenamento de água potável por meio de água de chuva para consumo e produção nas comunidades rurais.
Implantar linhas de transportes entre a zona rural, as localidades e as sedes dos municípios.
Implantar o modelo de governança participativa ambiental.
Implementar a educação ambiental.
Implementar um plano florestal.

TABELA 3 - PROPOSTAS DA PLATAFORMA

Tema da proposta	Número de propostas
Acesso a Terra e Moradia	
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	6
Assistência Social	2
Ciência, Tecnologia e Inovação	2
Cultura	6
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	12
Educação Básica	2
Educação Profissional	2
Educação Superior	1
Energias Renováveis	
Esporte	16
Gestão Fiscal	
Inclusão Social e Direitos Humanos	
Indústria, Comércio e Serviços	
Infraestrutura e Logística	11
Meio Ambiente	5
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	
Recursos Hídricos	1
Saneamento Básico	1
Saúde	9
Segurança Pública e Justiça	6
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	2
Trabalho e Empreendedorismo	2
Transparência, Ética e Controle Social	
Turismo	5
TOTAL	91

Serra da Ibiapaba

População(2021): 366.874 hab.
(9ª Região mais populosa, com 3,97% da população do estado residindo nesta região)

Área: 5.719,60 km²
(12ª Maior, corresponde a 3,84% do Estado)

Densidade demográfica(2021):
64,14 hab./km² (3ª Posição no Estado)

Crédito: Barong

SERRA DA IBIAPABA (nove municípios)

Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



255 participantes credenciados no encontro regional



209 diretrizes elaboradas no encontro regional



84 propostas incluídas na plataforma digital

Os dados referentes às diretrizes propostas pela população foram organizados em três tabelas. A Tabela 1 refere-se às diretrizes regionais priorizadas, ou seja, as dez diretrizes que receberam mais votos pela população através da Plataforma Digital Ceará Participativo. A Tabela 2 refere-se às demais diretrizes que não foram priorizadas, mas foram elaboradas pela população nos encontros regionais. A Tabela 3 refere-se ao quantitativo de propostas, organizadas por Temas, cadastradas diretamente pela população na Plataforma Digital. Seguem abaixo as tabelas:

TABELA 1 - DIRETRIZES REGIONAIS PRIORIZADAS
Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas
Diretriz Regional
Apoiar as comunidades indígenas na utilização das plantas medicinais.
Articular parcerias com as esferas municipais e federais para acelerar os processos de demarcação das terras indígenas Tapuya Kariri.
Fortalecer as ações do Governo do Estado para a prática da segurança alimentar, a exemplo do Projeto Paulo Freire.
Fortalecer o combate ao crime organizado na região.
Garantir cuidadores nas escolas da rede estadual de ensino, para o atendimento de pessoas com deficiência.
Gerar oportunidades para crianças e jovens na região.
Implantar centro cultural para o atendimento dos povos e comunidades tradicionais e dos povos indígenas.
Implantar e cofinanciar o Centro de Referência da Assistência Social (Cras) para o atendimento dos povos e comunidades tradicionais.
Implantar Instituto Médico Legal (IML) na região.
Implantar um Hospital Regional da Serra da Ibiapaba.

TABELA 2 - DEMAIS DIRETRIZES REGIONAIS**Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas****Diretriz Regional**

Acelerar a resolução sobre o litígio entre Ceará e Piauí e garantir a permanência dos cearenses na região da Ibiapaba.

Ampliar a frota de veículos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Ampliar a integração da Educação de Jovens e Adultos (EJA) à educação profissional.

Ampliar a oferta de atendimento para os povos indígenas nos núcleos de saúde da família .

Ampliar a oferta de ensino em tempo integral.

Ampliar a oferta de qualificação profissional nas escolas de ensino em tempo integral.

Ampliar a política de primeiro emprego nas escolas públicas, em especial para as pessoas com deficiência.

Ampliar as equipes multidisciplinares, por meio da contratação de psicólogos educacionais e assistentes sociais.

Ampliar as formações em utilização da medicina alternativa para os agentes indígenas de saúde.

Ampliar e interiorizar os programas de preparação dos alunos para o ingresso no ensino superior.

Ampliar o financiamento das unidades consorciadas da região, como os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e as policlínicas regionais, para ampliar a oferta de atendimentos e renovar o parque tecnológico.

Ampliar o valor do cofinanciamento estadual dos equipamentos, programas e benefícios socioassistenciais.

Ampliar os Centro de Referência da Assistência Social (Cras) na região.

Ampliar os serviços de média complexidade, com a implantação de serviços de traumatologia e cardiologia.

Apoiar financeiramente a manutenção dos museus da região.

Apoiar os artistas da região na publicação de suas obras.

Apoiar os municípios na implantação de escolinhas e na realização de campeonatos intermunicipais.

Aumentar o efetivo dos agentes de segurança pública na região.

Cofinanciar os abrigos municipais de atendimento de crianças em situação de acolhimento institucional.

Combater a especulação imobiliária.

Criar clínica regional de readaptação e reabilitação de pessoas com deficiência.

Criar linhas de crédito para produtores culturais.

Definir os limites entre os municípios da Serra da Ibiapaba, a fim de garantir área para Povos e Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Quilombolas.

Desburocratizar o acesso ao crédito para Agricultura Familiar.

Desburocratizar os editais fomento e apoio a projetos culturais, em especial para ampliar a participação dos produtores do interior da região.

Discutir a situação de leitos para internação nas comunidades terapêuticas.

Fortalecer o programa Bolsa Atleta.

Fortalecer os festivais itinerantes, de forma que alcancem todos os municípios da região.

Fortalecer os festivais já existentes e ampliar o número de festivais na região.

Fortalecer os programas de saúde da mulher e da criança.

Garantir a acessibilidade com a mobilidade

Garantir apoio financeiro para a visita de familiares da população carcerária.

Garantir apoio financeiro para os familiares de jovens do sistema socioeducativo.
Garantir aquisição de 70% dos produtos da Agricultura Familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
Garantir equipes multidisciplinares nas escolas da rede municipal.
Garantir moradia digna e área para produção para os agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais.
Garantir o investimento e funcionamento das cozinhas do Programa Ceará Sem Fome.
Implantar batalhão do Corpo de Bombeiros na região.
Implantar casa da gestante na região.
Implantar Célula Regional de Disciplina, para investigação de transgressões disciplinares.
Implantar centro cultural na região.
Implantar centro de acolhimento para pessoas idosas.
Implantar centro de formação olímpica na região, com apoio a diversas modalidades esportivas.
Implantar Centro de Profissionalização Inclusiva da Pessoa com Deficiência (Cepid).
Implantar Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) na região.
Implantar Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).
Implantar centro de sistema de verificação de óbitos.
Implantar centro de zoonoses na região.
Implantar Centros de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD).
Implantar Centros de Apoio Psicossocial Infantil (Caps Infantil).
Implantar Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer) na região.
Implantar delegacia especializada no atendimento à criança e adolescente vítima de violência (dececa)
Implantar e padronizar o protocolo de regulação do acesso à atenção especializada junto à atenção primária, com classificação de risco.
Implantar nova Área Descentralizada de Saúde (ADS) em Ipu.
Implantar novos equipamentos lúdicos na região, como brinquedopraças e Areninhas.
Implantar núcleo da Perícia Forense na região.
Implantar núcleo de ressocialização para os egressos do sistema penitenciário.
Implantar núcleo regional de atendimento da Defensoria Pública.
Implantar sistemas integrados de informação para a rede de saúde, adequados à estratégia de saúde digital do Ministério da Saúde.
Implantar um abrigo regional para o atendimento de crianças em situação de acolhimento institucional.
Implantar um centro de hemodiálise, na região.
Implantar um centro de referência para prevenção ao uso de drogas
Implantar um Centro Especializado em Reabilitação (CER) Tipo IV.
Implantar um centro oncológico, seja um Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon) ou uma Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), na região.
Implantar um núcleo de vara de custódia na região.
Implantar uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM).
Implementar incentivos aos grupos que trabalham com esportes de aventura na região, como o parapente, o ciclismo, a asa delta, o rapel, entre outros.
Implementar política de avaliação da gestão escolar.
Implementar políticas de integração entre o turismo e os pontos e equipamentos culturais.
Implementar políticas de sensibilização da população sobre a importância da cultura da comunidade

da região.
Implementar programas que fomentem a cultura nos municípios, de forma que amplie a cadeia produtiva da região.
Implementar Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) em todos os municípios da região.
Implementar uma política de oferta de cursos preparatórios para o acesso de alunos egressos da rede pública ao ensino superior.
Implementar uma política de valorização da agricultura junto aos jovens do ensino médio.
Implementar uma política estadual de transporte escolar para alunos do ensino médio.
Ofertar o ensino médio no turno noturno em todos os municípios da região.
Promover a formação de cuidadores e de professores da rede pública para o atendimento adequado de pessoas com deficiência.
Promover a permanência dos alunos nas escolas de ensino em tempo integral, em especial por meio de auxílio financeiro.
Promover a ressocialização dos jovens egressos do sistema socioeducativo.
Realizar a regularização fundiária da região.
Realizar ações para garantir e agilizar os direitos das pessoas com deficiência, como a distribuição de cadeiras de roda, de próteses, entre outras.
Realizar mapeamento cultural dos grupos culturais na região e ampliar sua divulgação.
Reativar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd).
Regionalizar os hospitais municipais já existentes.
Regularizar junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a documentação das famílias e agregados nos assentamentos.
Regularizar os agentes indígenas de saúde e os agentes indígenas sanitários de saúde.
Retomar a regularização fundiária, em especial nas áreas de conflito.
Retomar e fortalecer o Programa Ceará Acessível.
Revisar as normativas que regulamentam o financiamento da atenção primária, para que se ampliem os repasses de recursos estaduais para os municípios.
Revitalizar os equipamentos culturais da região.
Viabilizar reservas de leitos para gestantes de alto risco.
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha
Diretriz Regional
Ampliar a divulgação dos pontos turísticos da região.
Ampliar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade de Educação à Distância (EaD).
Ampliar a oferta de cursos de nível superior nas áreas de interesse da região, como na floricultura e no turismo, entre outros.
Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes e de nível superior para os profissionais do turismo.
Ampliar a política de incentivos para atração de indústrias para região, em especial nos setores da agroindústria, calçadista e de reciclagem.
Ampliar e fortalecer a divulgação do Sistema Estadual de Cadastro de Agricultores Familiares, Empreendedores Individuais e Empreendimentos Representativos (SECAF).
Ampliar e fortalecer políticas para casas de sementes crioulas.
Ampliar a infraestrutura de escoamento pluvial da CE-187.
Ampliar o fomento para a adoção de novas tecnologias nas áreas do agronegócio, do turismo e da agricultura familiar.
Ampliar os laboratórios profissionalizantes dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), em especial das áreas de tecnologia da informação, moda, construção civil, refrigeração, mecânica e energia

renovável.
Ampliar parcerias entre os órgãos estaduais e municipais para a manutenção dos espaços urbanos.
Apoiar a certificação de produtos orgânicos na região.
Apoiar a comercialização e marketing do turismo da região.
Apoiar as escolas técnicas do setor de flores, para garantir cursos técnicos para a região.
Apoiar programas para certificação participativa dos produtos da agricultura familiar.
Desburocratizar o acesso à certificação dos produtos da agricultura familiar.
Elaborar um mapa turístico da região.
Estadualizar o Parque da Bica do Ipu.
Estimular adoção de técnicas agroecológicas, visando dar mais qualidade a produtos da agricultura familiar.
Fomentar políticas de incentivo e capacitação para o associativismo e cooperativismo.
Fortalecer a execução de ações de educação profissional na região.
Fortalecer as ações de educação para o empreendedorismo.
Fortalecer as parcerias público-privadas para integrar e desenvolver as ações turísticas na região.
Fortalecer o roteiro turístico na região, fortalecendo o turismo rural e de aventura, e a integração entre os municípios.
Garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência nos pontos turísticos da Serra da Ibiapaba, em especial as cachoeiras.
Garantir a construção do Açude Lontras, assim como os pequenos barramentos, para garantir segurança hídrica para produtores da região.
Garantir benefícios fiscais aos microempreendedores individuais (MEI), nos termos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar Federal Nº 123/2006).
Garantir efetivo adequado de docentes para o campus da Ibiapaba, da Universidade do Vale do Acaraú (UVA).
Garantir incentivos para empresas que contratarem egressos da educação profissional.
Garantir maquinários acessíveis e adaptados à realidade local dos produtores da Agricultura Familiar.
Garantir o funcionamento de laboratório de análise de solos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) na região.
Garantir políticas públicas de sucessão rural, estimulando a adoção de novas práticas que sejam atrativas para fixar os jovens no campo.
Garantir recursos para as políticas de financiamento do desenvolvimento agrário, agricultura familiar, pesca e aquicultura.
Implantar Centro de Eventos na Serra da Ibiapaba.
Implantar centro de pesquisa para agropecuária na região, com enfoque para a produção e preservação das sementes crioulas.
Implantar Centro de Qualificação Profissional na região.
Implantar centro de turismo na região.
Implantar cursos de qualificação profissional no tema de energias renováveis.
Implantar e apoiar o Centro de Cultivo Protegido na região para promover o desenvolvimento do setor agropecuário.
Implantar Escolas de Família Agrícola (EFAs) para jovens rurais.
Implantar escolas profissionalizantes na região, alinhadas aos arranjos produtivos locais e priorizando municípios ainda não atendidos.
Implantar espaços adequados para o funcionamento de feiras públicas.
Implantar faixa dupla em todo o trecho Ipu-Viçosa do Ceará, da CE-187.
Implantar recuo para veículos de grande porte para parada e contemplação da vista das cachoeiras,

no trecho São Benedito-Lapa, da CE-321.
Implementar políticas de integração entre o meio ambiente e o turismo.
Implementar políticas de sensibilização da população sobre a importância do turismo para as comunidades da região.
Implementar políticas públicas para desenvolvimento e qualificação das agroindústrias na região.
Implementar tecnologias modernas de embalagens, acondicionamento e comercialização para agricultura familiar nos diversos mercados.
Implementar uma política estadual de transporte universitário, em parceria com os municípios.
Incentivar as feiras de Agricultura Familiar.
Incentivar novas tecnologias no campo, por meio de parcerias com instituições privadas.
Incentivar o cultivo protegido reduzindo o uso de agrotóxicos.
Melhorar a estrutura viária da CE-253, inclusive com pavimentação asfáltica, e sinalização vertical e horizontal.
Melhorar a sinalização das estradas de acesso à região, visando ampliar a divulgação da Serra da Ibiapaba.
Melhorar o acesso, por meio da infraestrutura viária, aos pontos turísticos da região, em especial às cachoeiras.
Promover a integração entre os órgãos estadual e municipais de turismo.
Promover a perenização da bica do Ipu.
Promover a permanência dos estudantes na educação superior, em especial pela concessão de bolsas de permanência.
Promover projetos de extensão universitária articulados com os produtores agrícolas da região.
Realizar eventos voltados para a promoção da inovação e de novas tecnologias.
Recuperar estrutura viária no trecho Guaraciaba do Norte-Croatá, da CE-327.
Recuperar estrutura viária no trecho Guaraciaba do Norte-Reriutaba, da CE-366.
Retomar o programa de convivência com o semiárido, em especial com as áreas de carrasco da região.

Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território

Diretriz Regional

Adequar os prédios públicos da região, garantindo sua acessibilidade.
Ampliar a fiscalização de agrotóxicos nas margens dos rios.
Ampliar o acesso à informação para a sociedade civil sobre o tema de energias renováveis.
Ampliar o número de unidades de conservação na região.
Apoiar a implantação da coleta seletiva nos municípios da região.
Apoiar a implementação dos planos municipais de saneamento básico.
Apoiar o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) na fiscalização da manutenção de açudes.
Criar programa de atendimento gratuito para instalação de energia limpa, de forma descentralizada, com foco nas comunidades de baixa renda.
Criar programa de educação ambiental com a implementação de experiências piloto, como biodigestores, bioágua e coleta seletiva.
Criar programa de implantação de tecnologias de captação de água da chuva no meio urbano.
Criar programa de saneamento ambiental rural ecológico, adotando tecnologias sociais como bioágua e biodigestor.
Criar subsídio direto para viabilizar a implantação das ligações intradomiciliares não existentes.
Criar tarifa social para água e esgoto no meio rural.

Criar um comitê estadual entre governo e sociedade civil para avaliar os impactos que as usinas eólicas geram na vida das comunidades
Desenvolver capacitações sobre associativismo e cooperativismo para catadores de material reciclável.
Elaborar estudos da fauna e flora na região.
Estimular a criação de autarquias municipais de meio ambiente
Fortalecer a política de reúso da água.
Fortalecer e ampliar o programa de módulos sanitários, em especial para as comunidades rurais.
Fortalecer o consórcio público de resíduos sólidos, expandindo sua atuação nos serviços de licenciamento ambiental e implantação do selo de inspeção de produtos de origem animal.
Garantir a acessibilidade dos espaços públicos da região, de acordo com o previsto na Lei da Acessibilidade (Lei Federal Nº 10.098/2000).
Garantir a construção do açude Contendas, localizado entre Ubajara, Frecheirinha e Mucambo.
Garantir a construção do açude Lontras, localizado entre Ipuéiras e Croatá.
Implantar Área de Proteção Ambiental (APA) na escapa da Serra da Ibiapaba.
Implantar Área de Proteção Ambiental (APA) nos mirantes da Serra da Ibiapaba.
Implantar batalhão da polícia ambiental na região.
Implantar brigadas de prevenção e combate a incêndios florestais na região.
Implantar núcleos de fiscalização ambiental na região.
Implantar sistemas de irrigação em novos projetos e reformas de praças públicas.
Implementar programa de reciclagem popular e logística reversa, ampliando os programas já existentes com a inclusão socioproductiva dos catadores.
Incluir biodigestores no Projeto São José para geração de biogás.
Instalar tecnologia social de biodigestores no meio rural e escolas.
Promover campanhas de sensibilização da população para separação do material reciclável.
Promover campanhas sobre preservação de nascentes.
Promover o acesso à energia solar para a agricultura familiar.
Promover o acesso às comunidades rurais por meio da implantação de sistemas de abastecimento de água, tecnologias sociais e biodigestores.
Realizar ações de recuperação de nascentes degradadas.
Realizar campanhas para divulgação da informação referente a outorgas de direito de uso da água.
Realizar estudos de qualidade da água com foco em resíduos de agrotóxicos.
Realizar monitoramento de poços de águas subterrâneas.
Realizar o mapeamento das nascentes e olhos d'água.
Regularizar a situação dos moradores afetados pela construção do açude Lontras, inclusive pelo pagamento de indenizações.
Retomar a implantação de tecnologias de captação de água da chuva para o meio rural.
Eixo 4 - O Ceará Que Participa, Planeja e Alcança Resultados
Diretriz Regional
Garantir que as diretrizes do Programa Ceará Sem Fome sejam seguidas pela administradora do crédito.
Implantar política tributária conforme o regime de caixa, em especial para as empresas aderentes ao Simples Nacional.

TABELA 3 - PROPOSTAS DA PLATAFORMA

Tema da proposta	Número de propostas
Acesso a Terra e Moradia	1
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	14
Assistência Social	3
Ciência, Tecnologia e Inovação	3
Cultura	1
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	3
Educação Básica	3
Educação Profissional	3
Educação Superior	2
Energias Renováveis	
Esporte	
Gestão Fiscal	
Inclusão Social e Direitos Humanos	1
Indústria, Comércio e Serviços	
Infraestrutura e Logística	5
Meio Ambiente	6
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	
Recursos Hídricos	10
Saneamento Básico	
Saúde	11
Segurança Pública e Justiça	5
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	
Trabalho e Empreendedorismo	7
Transparência, Ética e Controle Social	1
Turismo	5
TOTAL	84

Sertão Central

População(2021):
400.510 hab.
(6ª Região mais populosa, com 4,33% da população do estado residindo nesta região)

Área: 16.018,38 km²
(3ª Maior, corresponde a 10,76% do Estado)

Densidade demográfica(2021): 25,00 hab./km²
(11ª Posição no Estado)

Crédito: Barong

SERTÃO CENTRAL (13 municípios)

Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibareta, Ibicuitinga, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu e Solonópole.

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



606 participantes credenciados no encontro regional



244 diretrizes elaboradas no encontro regional



82 propostas incluídas na plataforma digital

Os dados referentes às diretrizes propostas pela população foram organizados em três tabelas. A Tabela 1 refere-se às diretrizes regionais priorizadas, ou seja, as dez diretrizes¹³ que receberam mais votos pela população através da Plataforma Digital Ceará Participativo. A Tabela 2 refere-se às demais diretrizes que não foram priorizadas, mas foram elaboradas pela população nos encontros regionais. A Tabela 3 refere-se ao quantitativo de propostas, organizadas por Temas, cadastradas diretamente pela população na Plataforma Digital. Seguem abaixo as tabelas:

TABELA 1 - DIRETRIZES REGIONAIS PRIORIZADAS	
Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas	
Diretriz Regional	
Abrir editais de apoio a projetos esportivos voltados aos órgãos municipais de esporte	
Ampliar as Delegacias de Defesa da Mulher (DDM).	
Ampliar e estruturar delegacias e efetivos de policiais na região para funcionamento em todas as horas do dia.	
Efetivar o pagamento da premiação das escolas nota 10 dos anos 2018/2019.	
Estruturar o Teatro Regional do Sertão Central.	
Implantar centros regionalizados de referência para as pessoas idosas e com deficiência.	
Implantar o atendimento especializado nas delegacias para mulheres vítimas de violência.	
Implantar serviço de oncologia no Hospital Regional do Sertão Central (HSRC)	
Priorizar e fortalecer os serviços de assistência social para as mulheres vítimas de violência.	
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha	
Implantar pavimentação asfáltica na via que liga Capitão Mor (Pedra Branca) a BR-020.	
Implantar pavimentação asfáltica no trecho Custódio (Quixadá) - Quixeramobim.	

¹³ Ressalta-se que as diretrizes que receberam o mesmo número de votos equivalente ao da 10ª colocação também foram priorizadas, uma vez que não há critério de desempate nessa pontuação. Isso aconteceu na região Sertão Central, que, por esse motivo, ficou com 11 diretrizes priorizadas.

TABELA 2 - DEMAIS DIRETRIZES REGIONAIS**Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas****Diretriz Regional**

Adquirir equipamentos e material esportivos, culturais, entre outros, para os programas de protagonismo juvenil nas escolas.
Ampliar a divulgação do Programa Avance nas escolas.
Ampliar a fiscalização do uso de agrotóxicos, inclusive com taxaço dos produtos que os utilizam, visando garantir a soberania alimentar e nutricional
Ampliar a política de distribuição de órteses, próteses e meios de locomoção.
Ampliar a rede de atendimento especializado para egressos do sistema penitenciário.
Ampliar as bases de suporte avançado do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).
Ampliar e reativar leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) no Hospital Regional do Sertão Central (HSRC)
Ampliar número de vagas para residentes na Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará (ESPCE).
Ampliar o acesso ao Programa de Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV).
Ampliar o acesso ao serviço de histopatologia.
Ampliar o cofinanciamento de benefícios eventuais.
Ampliar o efetivo de policiais mulheres nas Delegacias de Defesa da Mulher.
Ampliar o financiamento estadual para a aquisição de medicamentos de alto custo e atenção primária/secundária.
Ampliar o Programa Avance, tanto para o público já beneficiado, quanto expandido-o para beneficiar os alunos pré-vestibulandos.
Ampliar oferta de educação infantil no campo.
Ampliar os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS).
Ampliar os profissionais nas Superintendências Regionais de Saúde, garantindo um mínimo de um representante para cada município sob sua jurisdição.
Ampliar recursos para a Casa de Saberes Cego Aderaldo e para a Casa de Antônio Conselheiro.
Apoiar a reforma agrária na região, com foco nas propriedades hipotecadas.
Apoiar a regularização fundiária por meio da emissão de títulos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).
Articular junto ao Governo Federal a desburocratização do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).
Articular junto aos órgãos competentes a regularização de terras em perímetros do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).
Aumentar a Programação Pactuada e Integrada (PPI) dos exames citológicos ofertados pelas unidades estaduais de saúde.
Criar editais de incentivo às escolinhas de práticas esportivas.
Criar um edital específico para o fortalecimento e estruturação de museus e bibliotecas.
Criar rede de atendimento regionalizado biopsicossocial para os profissionais de segurança pública e do sistema penitenciário.
Criar um programa de educação alimentar continuada.
Desburocratizar a política de fomento à prática do esporte e à realização de eventos esportivos.
Desburocratizar o acesso à terra visando fortalecer a AF
Desburocratizar os editais de fomento e apoio à cultura e cumprir os prazos em relação à estratégia de incentivo às artes.
Equiparar a contrapartida orçamentária entre o Governo do Estado e os governos municipais.

Estabelecer o cofinanciamento estadual dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).
Expandir os benefícios eventuais para vulnerabilidades temporárias.
Facilitar a regularização fundiária rural e urbana.
Facilitar o acesso dos estudantes à internet nos distritos municipais.
Fomentar as boas práticas de fabricação e consumo de produtos oriundos da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade dos alimentos consumidos nas escolas.
Formalizar um escritório regional da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.
Fortalecer a formação e capacitação continuada dos profissionais da segurança pública e do sistema penitenciário, para o atendimento e as abordagens de grupos vulnerabilizados.
Fortalecer a política de acesso ao tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) na região.
Fortalecer a realização de cirurgias eletivas oftalmológicas.
Fortalecer as políticas afirmativas e a heteroafirmatividade nas escolas, de forma a garantir o acesso e a permanência de pessoas negras, quilombolas, de povos e comunidades tradicionais, indígenas, LGBTI+, entre outros.
Fortalecer as políticas de educação para os centros de educação de jovens e adultos (CEJA).
Fortalecer e garantir o crédito fundiário, com disponibilização de mais recursos e de forma mais desburocratizada.
Fortalecer o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).
Fortalecer o diálogo com os municípios nas questões referentes às políticas estaduais de assistência social.
Garantir a adequação das escolas das redes públicas municipais e estadual às novas tecnologias.
Garantir a estrutura adequada para a oferta de ensino em tempo integral.
Garantir a formação continuada para professores e gestores, e materiais pedagógicos para as disciplinas eletivas.
Garantir a formação dos professores e cuidadores e material pedagógico especializado para alunos com deficiências e neurodiversos.
Garantir a permanência dos alunos das escolas de ensino em tempo integral, em especial pela concessão de auxílio financeiro.
Garantir com celeridade um calendário anual de progressão dos professores.
Garantir o acesso à cultura e o ensino das artes nas escolas.
Garantir profissionais da educação, por convênio ou cessão, para contribuir no ensino das Escolas Famílias Agrícolas (Efas).
Garantir recursos para a aquisição de materiais e insumos esportivos nas diversas modalidades nas instituições escolares.
Implantar Central de Regulação de Leitos na região.
Implantar centro de atendimento regional às pessoas com deficiências e neurodiversas.
Implantar Centro Especializado em Reabilitação (CER) tipo IV.
Implantar Centros Cearenses de Idiomas (CCI) na região do Sertão Central II.
Implantar centros de estimulação precoce nos municípios, com equipe multiprofissional.
Implantar centros regionalizados de referência para as mulheres.
Implantar consórcios intermunicipais de cultura e turismo, integrando o Governo do Estado e os governos municipais.
Implantar os Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) regionalizados.
Implantar serviço de neuropediatria nas policlínicas, direcionado ao atendimento do público atípico.
Implantar serviço de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) pediátrica no Hospital Regional do Sertão Central (HSRC)

Implantar serviço de urgência para politraumatismo e neurologia do Hospital Regional do Sertão Central (HSRC)
Implantar uma central da Rede de Frio.
Implantar uma política estadual de investimentos nos consórcios, reformas, ampliação e equipamentos permanentes.
Implantar uma unidade de vigilância de zoonoses na região.
Implementar centros regionais de referência LGBTI+.
Implementar programas e projetos esportivos nas escolas de ensino em tempo integral.
Implementar um programa estadual de educação patrimonial nas escolas públicas e privadas da região.
Incentivar a formação de monitores escolares.
Incorporar a política estadual de educação contextualizada para a convivência com o semiárido no plano estadual de educação visando direcionar os planos municipais, de acordo com a lei estadual nº 18.164/2022.
Instituir uma Lei estadual que reconheça as Escolas do Campo e garanta a realização de concurso público específico para professores do campo, com base na resolução CNE/CEB N° 02/2008.
Instituir uma política estadual de acolhimento regionalizado e garantir seu cofinanciamento.
Integrar a educação alimentar ao Programa Ceará Sem Fome.
Integrar as universidades às políticas de formação continuada para professores da educação básica da rede municipal e estadual.
Investir em equipamentos para práticas esportivas na zona rural.
Melhorar a infraestrutura e os equipamentos esportivos nas instituições educacionais municipais.
Melhorar a infraestrutura para a prática do esporte e a realização de eventos esportivos.
Ofertar cursos de especialização e formação continuada para educadores físicos.
Ofertar disciplinas eletivas no ensino em tempo integral adequadas para a realidade local.
Potencializar a cultura do Sertão Central em todas as linguagens, por meio de políticas públicas de fomento
Promover maior qualificação dos produtores culturais da região.
Qualificar o atendimento e a abordagem dos profissionais dos serviços públicos de saúde, segurança pública e assistência social, em especial junto às populações vulnerabilizadas.
Realizar a regularização fundiária rural dos agregados nos assentamentos.
Realizar ações de integração para ampliar a visibilidade cultural do Sertão Central.
Realizar regularização fundiária nos acampamentos rurais, a fim de permitir acesso a crédito e políticas públicas.
Reduzir os entraves cartoriais nos processos de regularização fundiária rural e urbana.
Regulamentar e fortalecer a proteção do patrimônio cultural e natural, em parceria com os governos municipais.
Renovar a frota do suporte básico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).
Revisar a Carta Cartográfica Estadual.
Revisar a política de custeio dos consórcios para as policlínicas e Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) na região.
Revogar as portarias de saúde mental com base populacional, possibilitando a implantação de Centros de Atenção Psicossocial (Caps) em todos os municípios.
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha
Diretriz Regional
Ampliar a assistência técnica e extensão rural continuada para os pequenos agricultores familiares.
Ampliar a fiscalização da qualidade das obras viárias.

Ampliar a oferta de vagas para pós-graduação stricto sensu para os professores da educação básica.
Ampliar a oferta dos cursos tecnológicos já existentes.
Ampliar a política estadual de aquisição de alimentos.
Ampliar o aeroporto de Quixadá, inclusive para escoamento da produção.
Ampliar bolsas de estudos para estudantes da educação profissional.
Ampliar os cursos de educação profissional ligados ao agronegócio, agropecuária, empreendedorismo, negócios, técnicos em zootecnia, agroecologia, agronomia.
Ampliar política de crédito e simplificar acesso para maior capilarização do programa (pequenas empresas).
Apoiar a realização de feiras de comercialização da agricultura familiar em espaços próprios.
Apoiar e ampliar as feiras de produtos orgânicos da agricultura familiar.
Apoiar o escoamento dos produtos da agricultura familiar comercializados nos programas governamentais.
Apoiar o melhoramento genético do rebanho leiteiro, com criação de estratégias para a segurança e reserva alimentar animal.
Apoiar uma política de regulamentação dos preços dos produtos da agricultura familiar.
Articular com empresas locais uma política de preços mínimos para derivados de leite.
Criar atrativos para novos empreendedores na região.
Dar novos usos a prédios públicos abandonados.
Desburocratizar a certificação dos produtos oriundos da agricultura familiar.
Desburocratizar o acesso à licença ambiental (redução de custos)
Desburocratizar o Projeto São José IV.
Efetivar e interiorizar o programa Universidade Aberta no Ceará (Uace).
Estabelecer isenção da taxa do Guia de Transporte Animal (GTA) aos agricultores familiares com Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).
Estruturar os municípios com infraestrutura adequada para beneficiamento de produtos de origem animal, como abatedouros.
Fomentar as atividades de pesquisa na área da agricultura familiar.
Fortalecer a estrutura do Cinturão Digital do Ceará (CDC) na região, garantindo a estabilidade do sinal e velocidade adequada.
Fortalecer o projeto das casas de sementes.
Fortalecer o turismo religioso do Sertão Central, como parte da rota para Juazeiro do Norte.
Fortalecer o turismo rural e comunitário.
Fortalecer parcerias estado-municípios-instituições privadas, para qualificação de mão de obra.
Fortalecer parcerias para manutenção e revitalização de bibliotecas públicas.
Fortalecer políticas de estágio para educação profissional.
Fortalecer políticas de integração de estudantes recém formados ao empresariado local.
Fortalecer políticas públicas de comercialização dos produtos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
Garantir recursos para secretaria do turismo destinados recursos humanos e equipamentos
Garantir reserva de vagas para ingresso de alunos das escolas públicas da região no ensino superior, em especial nos cursos de medicina e da área de saúde.
Implantar calendário turístico sustentável do Sertão Central.
Implantar curso profissional técnico e tecnólogo em edificações e temas correlatos.
Implantar e equipar os laboratórios de ciências nas escolas da rede pública, garantindo o ensino científico na educação básica.
Implantar galpões nos municípios para a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Implantar o Centro de Eventos do Sertão Central.
Implantar o curso de pedagogia no campus da Universidade Estadual do Ceará (Uece) em Quixadá.
Implantar o projeto do Geoparque Sertão Monumental.
Implantar passagens molhadas nos sítios Cacimbinha, Cachoeira, Angica e Riachão.
Implantar pavimentação asfáltica no trecho de Deputado Irapuan Pinheiro - Piquet Carneiro.
Implantar pavimentação asfáltica nos trechos Senador Pompeu - Mombaça e Milhã - Quixeramobim.
Implantar um novo campus da Universidade Estadual do Ceará (Uece) na região do Sertão Central 2.
Implantar uma nova sede para o campus da Universidade Estadual do Ceará (Uece) em Quixadá.
Implementar políticas que promovam a mobilidade social, por meio da criação de novos negócios.
Implementar uma política de transporte para os estudantes universitários durante todo o ano.
Incentivar a comercialização dos produtos da apicultura.
Incentivar a produção de produtos orgânicos por agricultores e agricultoras.
Incentivar a retomada das colônias de pesca artesanal nos rios e açudes públicos, com foco no pequeno produtor familiar.
Incentivar a política de produção de sementes crioulas e mudas nativas.
Incentivar políticas públicas voltadas às mulheres assentadas na região.
Incrementar os projetos de inovação tecnológica e reuso de água na agricultura familiar.
Investir em pequenos laticínios e cooperativas, para fortalecer e agregar valor aos produtos derivados do leite.
Mapear a rota turística da região do Sertão Central.
Melhorar a malha viária da região, a fim de otimizar o escoamento da produção da agricultura familiar.
Melhorar acesso das estradas vicinais da zona rural.
Melhorar acesso do trecho Pedra Branca ao distrito de Tróia (Pedra Branca)
Melhorar acesso viário das rodovias entre Sertão Central - Região Metropolitana, com pavimentação e sinalização.
Melhorar as estradas vicinais.
Melhorar a infraestrutura das escolas profissionalizantes, incluindo a substituição de mobiliários.
Permitir o acesso ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) das famílias acampadas na região e ainda não atendidas pela regularização fundiária.
Permitir o acesso ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) pelos agregados que moram em assentamentos rurais.
Priorizar políticas públicas de comercialização dos produtos da agricultura familiar.
Promover cursos profissionalizantes ligados a arquivo e manutenção do patrimônio.
Promover o potencial turístico da região como atividade econômica e gerador de emprego e renda.
Promover o turismo sustentável, inclusive por meio do investimento e manutenção dos equipamentos turísticos.
Promulgar legislação específica para fortalecer o patrimônio turístico e ecológico.
Readequar cursos de educação profissional para atender as vocações locais (alimentício, agronegócio).
Realizar ações educativas sobre a utilização de produtos agroquímicos.
Realizar capacitação para a agricultura familiar de base agroecológica.
Realizar estudo de viabilidade para implantação de porto seco na região.
Realizar processo de certificação dos produtos da agricultura familiar.
Reativar o projeto das mandalas agroecológicas.
Reavaliar distribuição das alíquotas repassadas para municípios para a realização de obras estaduais.

Reavaliar política de benefício fiscal ao empresariado da região do Sertão Central.
Reestruturar as barreiras sanitárias, ampliando a fiscalização para a entrada de produtos oriundos de outros estados.
Regulamentar a pesca para a agricultura familiar.
Realizar melhoria do trecho viário de Quixadá a Ocara (BR-122).
Requalificar a via de acesso ao Açude Cedro, trecho do perímetro urbano até o açude.
Requalificar estradas para acesso aos municípios com potencial turístico.
Requalificar estradas para escoar produção agropecuária da região.
Requalificar a estrutura viária da região.
Retomar a política de convivência com o semiárido, inclusive pela promoção do uso de tecnologias de Primeira e Segunda Água.
Rever rotas de turismo na região do Sertão Central com fortalecimento da rede com a criação de roteiros da região do sertão central específicos a serem divulgados
Simplificar sistema tributário para empresários do setor de comércio e serviços.

Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território

Diretriz Regional

Ampliar a construção dos módulos sanitários nas zonas rurais.
Ampliar a infraestrutura adequada para despejo de resíduos sólidos, em especial na criação de aterros sanitários.
Ampliar a instalação de dessalinizadores nas comunidades difusas.
Ampliar a política de monitoramento dos reservatórios públicos e estratégicos
Ampliar a política de perfuração e instalação de poços.
Ampliar as capacitações para profissionais do meio ambiente.
Ampliar as políticas de reuso de água.
Ampliar o programa de cisterna de placa de primeira água.
Ampliar e buscar parcerias para construção de estações de tratamento de esgoto.
Ampliar o apoio financeiro aos Agentes Jovens Ambientais (AJA).
Ampliar o número de capacitações em educação ambiental para a população.
Ampliar o programa Sanear para o meio rural.
Ampliar os projetos de reuso de águas cinza.
Ampliar os projetos de reuso de águas negras (fossas verdes).
Ampliar a política de drenagem de águas pluviais.
Ampliar, fiscalizar e educar sobre as queimadas controladas.
Apoiar os municípios para implementar política de coleta de lixo no meio rural, em especial para comunidades difusas.
Articular com o governo federal para otimizar os recursos da política de recursos hídricos, em especial para as comunidades difusas.
Criar ações de educação na área de saneamento básico nas comunidades rurais.
Criar unidades de conservação de áreas de proteção ambiental.
Desburocratizar o acesso à solicitação de queimadas controladas para os pequenos agricultores.
Financiar os viveiros de mudas nativas na região.
Fiscalizar a exploração mineral na região do Sertão Central.
Fomentar a proposta do Projeto Geoparque Sertão Monumental que contribua com a promoção e preservação dos patrimônios biótico e abiótico, como: rochas, paisagens, solo, inscrições rupestres, águas, culinária, artesanato, cultura, turismo científico e ecoturismo.

Fortalecer a política de bem-estar animal, em especial na criação de estruturas para sua execução.
Fortalecer a política estadual de recursos hídricos na região.
Fortalecer as políticas públicas de saneamento nas sedes distritais.
Fortalecer o acompanhamento às famílias das comunidades para auxílio na manutenção das cisternas existentes.
Fortalecer parcerias estado-municípios para requalificação urbana, com arborização.
Fortalecer política de educação ambiental nas escolas.
Fortalecer política de parceria com os municípios na manutenção de praças e equipamentos de bem comum.
Garantir a implantação do Projeto Malha d'água nos sertões de Quixadá e Quixeramobim.
Implantar biodigestores na zona rural.
Implantar energia solar em prédios públicos.
Implantar parques fotovoltaicos para subsidiar os sistemas de abastecimento de água na região.
Implementar política de desprivatização da concessionária de energia elétrica.
Implementar política de subsídio para gestão dos Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAEs).
Implementar políticas de energias renováveis nos municípios da região.
Implementar políticas de subsídios para a política de energia fotovoltaica.
Incentivar a reciclagem e a coleta seletiva.
Intensificar a fiscalização ambiental das indústrias que causam impacto no meio ambiente.
Intensificar a fiscalização das queimadas e desmatamento ilegal, em especial dos grandes produtores.
Intensificar a fiscalização de agrotóxicos.
Intensificar a fiscalização dos serviços prestados pela concessionária de energia elétrica.
Intensificar a preservação, recuperação e fiscalização das matas ciliares e nascentes.
Intensificar e maximizar o trabalho dos Agentes Jovens Ambientais (AJA).
Mapear as soluções de abastecimento para garantir acompanhamento às famílias das comunidades para que elas tenham acesso à água tratada.

Eixo 4 - O Ceará Que Participa, Planeja e Alcança Resultados

Diretriz Regional

Fomentar a digitalização dos processos administrativos.
Implantar conselhos formados por representantes do poder público, comércio, sociedade civil e agricultores para tratar das pautas de interesse dos agricultores familiares.
Realizar a escuta popular quando da delimitação dos limites municipais, a fim de respeitar os sentimentos de pertença da população local.
Simplificar o acesso às consultas no Portal da Transparência.

TABELA 3 - PROPOSTAS DA PLATAFORMA

Tema da proposta	Número de propostas
Acesso a Terra e Moradia	2
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	4
Assistência Social	1
Ciência, Tecnologia e Inovação	1
Cultura	10
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	5
Educação Básica	10
Educação Profissional	1
Educação Superior	1
Energias Renováveis	
Esporte	
Gestão Fiscal	
Inclusão Social e Direitos Humanos	2
Indústria, Comércio e Serviços	
Infraestrutura e Logística	7
Meio Ambiente	3
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	1
Recursos Hídricos	
Saneamento Básico	
Saúde	9
Segurança Pública e Justiça	20
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	1
Trabalho e Empreendedorismo	2
Transparência, Ética e Controle Social	
Turismo	2
TOTAL	82

Sertão de Canindé

População (2021):
209.500 hab.
(12ª Região mais populosa, com 2,27% da população do estado residindo nesta região).

Área: 9.160,34 km²
(8ª Maior, corresponde a 6,15% do estado).

Densidade demográfica (2021): 22,87 hab./km²
(12ª posição no estado).

Crédito: Barong; Samuel Gomes.

SERTÃO DE CANINDÉ (seis municípios)

Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti.

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



529 participantes credenciados no encontro regional



219 diretrizes elaboradas no encontro regional



75 propostas incluídas na plataforma digital

Os dados referentes às diretrizes propostas pela população foram organizados em três tabelas. A Tabela 1 refere-se às diretrizes regionais priorizadas, ou seja, as dez diretrizes que receberam mais votos pela população através da Plataforma Digital Ceará Participativo. A Tabela 2 refere-se às demais diretrizes que não foram priorizadas, mas foram elaboradas pela população nos encontros regionais. A Tabela 3 refere-se ao quantitativo de propostas, organizadas por Temas, cadastradas diretamente pela população na Plataforma Digital. Seguem abaixo as tabelas:

TABELA 1 - DIRETRIZES REGIONAIS PRIORIZADAS	
Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas	
Diretriz Regional	
Ampliar o acesso aos cartões do Programa Ceará Sem Fome.	
Implantar Hospital Regional do Sertão de Canindé.	
Implantar um centro de saúde regional para pacientes autistas, com tratamento multiprofissional, como odontologia, fisioterapia, psicologia e neurologia, e terapias educacionais e ocupacionais.	
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha	
Ampliar incentivos para a absorção de jovens oriundos do primeiro emprego nas empresas e indústrias.	
Implantar pavimentação asfáltica no trecho Canindé-Itatira, da CE-168.	
Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território	
Ampliar o financiamento para os prestadores de serviços ou concessionárias, visando a universalização do saneamento básico na região.	
Atender o município de Itatira com o Projeto Malha d'Água.	
Construir uma barragem seriema no rio Batoque, para o atendimento dos municípios de Canindé, Caridade e Paramoti	
Criar linhas de crédito para a implantação de painéis fotovoltaicos nos sistemas de abastecimento de água da zona urbana.	
Implementar as tecnologias sociais nas comunidades rurais para o fornecimento de água.	

TABELA 2 - DEMAIS DIRETRIZES REGIONAIS**Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas****Diretriz Regional**

Ampliar a acessibilidade para pessoas com deficiência, em especial a deficiência visual.
Ampliar a formação de professores da rede da educação básica e superior.
Ampliar a oferta de consultas especializadas e seguimento para os Hospitais Regionais, como cirurgias e exames especializados.
Ampliar a oferta de materiais para práticas esportivas, como bolas, camisas e chuteiras, entre outros.
Ampliar as ações biopsicossociais para os profissionais da segurança pública.
Ampliar as ações biopsicossociais para servidores públicos.
Ampliar as políticas públicas de financiamento dos Pontos de Cultura e dos equipamentos de cultura de forma sustentável, para além das políticas de fomento.
Ampliar e garantir atendimento dos serviços da assistência social para os povos de terreiro.
Ampliar efetivo e estruturar os batalhões do Corpo de Bombeiros Militar.
Ampliar a formação para profissionais, em especial saúde, educação e assistência social, para atendimento das pessoas com deficiência.
Ampliar o cofinanciamento para manutenção dos equipamentos da proteção social básica, garantindo a qualidade dos serviços ofertados.
Ampliar o corpo profissional de médicos para atendimento especializado da população da região.
Ampliar o fomento às atividades culturais voltadas aos jovens em situação de vulnerabilidade.
Ampliar o programa das Areninhas, levando os equipamentos para os municípios e comunidades da zona rural.
Ampliar o valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o adicional financeiro sobre o previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas, Lei Federal N° 8.742/93), para pessoas com deficiência.
Ampliar os postos de saúde na região.
Ampliar os projetos de fortalecimento de vínculo para pessoas idosas.
Ampliar os projetos sociais de segurança pública voltados para o atendimento dos jovens.
Ampliar políticas de inclusão para as pessoas com deficiência na cultura e arte.
Ampliar políticas para inclusão dos idosos, fortalecendo os projetos e equipamentos já existentes, em especial cursos profissionalizantes e atividades de lazer.
Ampliar vagas dos programas voltados para a juventude, como os Programas Jovem Aprendiz, Criando Oportunidades, entre outros, em especial para os jovens infratores.
Ampliar, apoiar e fortalecer as políticas de acesso à terra e moradia.
Articular com o Governo Federal a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Federal (PEC) N° 383/2017.
Atualizar e consolidar a malha fundiária.
Atualizar material didático e instrumentais voltados para a capacitação dos profissionais da assistência social, para atendimento dos públicos vulnerabilizados.
Atuar junto aos órgãos responsáveis para garantir a resolução da questão da demarcação de terras dos assentamentos federais e estaduais.
Aumentar a oferta de próteses dentárias e materiais especializados.
Compor os centros culturais com representantes municipais.
Construir núcleo da Perícia Forense na região.
Contratar artistas locais para ministrar aulas de artes nas escolas.
Criar e fortalecer políticas de segurança pública para os povos de terreiro da região.
Criar políticas para apoiar e acompanhar as famílias com pessoas com deficiência, visíveis e ocultas.

Criar um festival regional para a apresentação dos artistas locais na conformidade da vocação do município.
Desburocratizar os processos de financiamento do Projeto Terra Brasil.
Efetivar a política estadual de educação e tecnologia inclusiva nas escolas.
Efetivar o ensino da história, da cultura e arte, e das línguas indígenas nas escolas.
Estruturar e divulgar os espaços culturais locais e as ações de formação dos profissionais da cultura.
Facilitar a regularização fundiária para pequenas propriedades.
Facilitar o acesso e tratamento de pessoas com suspeita e já diagnosticadas com câncer.
Fiscalizar o programa Ceará sem Fome revendo critérios de cadastramento e distribuição dos cartões.
Flexibilizar a utilização do cofinanciamento estadual da assistência social, para além do custeio.
Fortalecer a integração e o acesso aos mercados para comercialização dos produtos da agricultura familiar.
Fortalecer a saúde mental, implantando novos Centros de Atenção Psicossocial dos tipos I, II, III e infantil, de forma regional.
Fortalecer as políticas voltadas para a assistência social.
Fortalecer e integrar com os órgãos de segurança pública e justiça ao Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia), para acesso dos Conselhos Tutelares.
Fortalecer e interiorizar as políticas voltadas para a população LGBTI+, em especial com a criação de centros de referência.
Fortalecer e tornar permanente a política estadual do agente de gestão da inovação.
Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (Suas).
Fortalecer política para a capacitação continuada para os profissionais dos conselhos tutelares.
Fortalecer políticas educacionais para temas voltados ao combate da violência contra a mulher.
Fortalecer políticas para o atendimento das pessoas com deficiência, visíveis e ocultas.
Garantir a execução da lei da aquisição de terras para as famílias sem terra que vivem em áreas de conflito.
Garantir acesso às políticas públicas para os agregados dos assentamentos rurais.
Garantir atendimento psicossocial para a comunidade escolar, por meio de uma equipe multidisciplinar de saúde nas escolas.
Garantir cofinanciamento para a proteção social especial, de média e alta complexidade.
Garantir e simplificar os acessos ao Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) para as famílias de agricultores familiares da região, em articulação com órgãos municipais e federais.
Garantir infraestrutura hídrica para os assentamentos, propriedades rurais e áreas urbanas da região, garantindo segurança hídrica tanto para consumo como para a produção.
Garantir o ensino de história e cultura dos povos indígenas e quilombolas, como previsto na Lei Federal N° 11.645/2008.
Garantir os produtos da agricultura familiar nas aquisições e compras governamentais, inclusive por meio do aumento de 30% para 50% e ajuste dos valores disponibilizados nas aquisições.
Garantir que seja respeitado o fluxo de atendimento dos adolescentes que cometem atos infracionais.
Implantar anfiteatro na região, a exemplo de Nova Jerusalém (PE).
Implantar as Salas Lilás, garantindo equipe especializada formada por mulheres para o atendimento humanizado.
Implantar Casa da Mulher Cearense.
Implantar casas de recuperação para jovens em uso abusivo de drogas.
Implantar a Central de Regulação na Região de Saúde do Sertão Central.
Implantar Conselhos Municipais da Igualdade Racial, com garantia da participação das comunidades tradicionais.

Implantar delegacia especializada de atendimento à mulher.
Implantar equipamentos culturais alinhados às vocações locais, para a promoção do empreendedorismo em arte e cultura.
Implantar ginásios poliesportivos para competições regionais e estaduais.
Implantar novas escolas nas aldeias e nos quilombos, para atendimento especializado dessas populações.
Implantar política de incentivos para produtores que atinjam metas ambientais na sua produção.
Implantar pontos de apoio e encontro para expressão das linguagens artísticas.
Implantar um estádio de futebol regional.
Implementar políticas de combate à discriminação às pessoas com deficiência.
Implementar políticas para superação da pobreza junto aos usuários dos programas assistenciais, como o Programa Mais infância e o Ceará Sem Fome.
Implementar projetos para agricultura familiar em áreas verdes dos conjuntos habitacionais, como forma de garantir a subsistência das famílias.
Implementar, apoiar e fortalecer os projetos de substituição de casas de taipa por alvenaria.
Incentivar a expansão de outras modalidades de esportes, como xadrez, damas e outros esportes intelectuais.
Incentivar a pesquisa para alimentos biofortificados.
Promover a informatização dos processos e digitalização de prontuários médicos.
Promover a prevenção e a promoção da saúde na atenção primária, por meio da ampliação das equipes do Programa Saúde da Família (PSF).
Promover a regularização dos imóveis, buscando viabilizar a redução de custos cartoriais.
Promover a saúde mental dos servidores públicos da região.
Promover ações educativas de prevenção de acidentes junto aos eventos de aventura, como os campeonatos de motocicletas.
Promover cursos de arte, cultura e reconhecimento de saberes nas escolas de educação básica.
Promover e fortalecer os forrós para idosos.
Promover eventos de intersetorialidade entre cultura e esporte, de maneira a fortalecer as modalidades e o investimento no esporte.
Promover política intersetorial a fim de promover a prática esportiva das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
Qualificar capital humano e incentivar o uso de novas tecnologias para convívio com o semiárido.
Qualificar os profissionais de segurança pública para atendimento especializado para as pessoas com deficiência.
Realizar a escuta e o atendimento dos pais de alunos com deficiência.
Realizar concursos públicos para todas as categorias de profissionais da educação pública, de forma a suprir a carência de servidores, como professores, merendeiros, vigilantes, entre outros, nas escolas.
Realizar conferências regionais para discussão das políticas de igualdade racial na região.
Realizar formações em educação digital para os professores.
Redefinir o tamanho e a estrutura da planta das casas dos assentamentos rurais.
Reformar as casas sedes dos assentamentos rurais.
Retomar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) e articular com o Governo Federal a retomada do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).
Retomar o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).
Retomar os Polos de Arte e Cultura.
Rever a legislação sobre o financiamento da agricultura familiar, a fim de permitir o acesso ao crédito para produção em terras a partir de um módulo fiscal.

Rever os cadastros do Cadastro Único (CadÚnico) para facilitar o acesso aos programas sociais.
 Verificar a possibilidade de revisão do normativo para lavratura de boletim de ocorrência, para possibilitar a Polícia Militar a realizar o procedimento.
 Viabilizar projetos de energias renováveis, em especial energia solar, destinados ao uso doméstico e à produção na agricultura familiar.

Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha

Diretriz Regional

Adaptar o cardápio da merenda escolar a realidade de produção regional.

Ampliar a construção de pequenas agroindústrias na região rural, como a produção de mel.

Ampliar a divulgação do Santuário Franciscano de Canindé a nível nacional e internacional, como potencialidade do turismo religioso.

Ampliar a implementação do Programa de Irrigação da Minha Propriedade (PIMP), articulando com a Secretaria de Recursos Hídricos para as outorgas de água.

Ampliar a oferta de pós-graduação stricto sensu pelas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais.

Ampliar as políticas de atração de indústrias para a região.

Ampliar e fortalecer os projetos das Casas de Sementes.

Ampliar o acesso de professores da educação básica aos cursos de pós-graduação stricto sensu nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais.

Ampliar o convênio com os municípios para a melhoria das estradas vicinais.

Ampliar o programa de melhoramento genético da bovinocultura leiteira e articular a retomada do Programa Balde Cheio.

Ampliar os convênios com os municípios para a melhoria das estradas vicinais com tecnologias sustentáveis, como pavimento ecológico.

Ampliar os convênios com os municípios para melhoria das estradas vicinais nos trechos Caridade-São Domingos, da BR-020.

Ampliar os polos regionais da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Ampliar os programas de promoção da permanência dos alunos do ensino superior, como bolsas, moradia e alimentação, em especial para os jovens do campo.

Ampliar os projetos de extensão tecnológica na região.

Ampliar parcerias público-privadas em capacitações voltadas para as vocações locais, promovendo o desenvolvimento da economia local.

Ampliar políticas de inclusão nas escolas profissionalizantes.

Ampliar políticas para garantir água de qualidade para consumo humano e produção, tais como perfuração de poços, dessalinização, entre outras.

Ampliar políticas públicas para o Programa Hora de Plantar e implantar um programa voltado para a hora de colher.

Ampliar programas de incentivos fiscais para a absorção da mão-de-obra local pelas indústrias.

Apoiar a criação de agroindústrias para beneficiamento da produção, garantindo qualidade para o consumo e venda direto ao consumidor, evitando atuação de atravessadores.

Apoiar a revitalização da cultura do algodão tradicional e orgânico, com inclusão de sementes no Programa Hora de Plantar.

Apoiar e garantir acesso ao crédito, com acompanhamento e qualificação dos produtores da agricultura familiar.

Apoiar políticas públicas de produção de grãos para avicultura e suinocultura.

Aproximar as políticas estaduais de ciência e tecnologia das comunidades do campo.

Construir perimetral que interligue a BR-020 e a CE-257.

Construir a rodovia que interliga o município de Caridade à CE-065, com pavimentação asfáltica e sinalização horizontal e vertical.
Criar cursos profissionalizantes que atendam às demandas das indústrias locais.
Criar cursos técnicos em tecnologias voltadas para o agronegócio e agricultura familiar.
Criar política estadual de microcrédito para as atividades da agricultura familiar.
Criar um fundo para assistência técnica como forma de assegurar o crescimento da produção agrícola, responsável pela segurança alimentar.
Dar acesso aos jovens agricultores às políticas públicas dependentes do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF).
Fomentar a cultura da inovação e do empreendedorismo inovador na educação básica e superior.
Fortalecer políticas públicas para manutenção das infraestruturas dos poços e dessalinizadores, e acompanhamento da execução dos projetos.
Garantir a conclusão das escolas do campo, em Logradouro e Conceição.
Garantir ações e políticas para pesca artesanal junto com os povos e comunidades tradicionais.
Garantir apoio ao Programa Garantia Safra.
Garantir as políticas públicas para assistência técnica, inclusive com a contratação de profissionais da área agrônoma, para geração de desenvolvimento no campo.
Garantir assistência técnica e extensão rural, fortalecendo, revitalizando e reestruturando as instituições que prestam esse serviço aos produtores da agricultura familiar.
Garantir infraestrutura e meios para beneficiamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar, com garantia de preço mínimo, em especial para cadeia produtiva do leite.
Garantir investimentos em infraestrutura para malha viária para escoamento da produção da agricultura familiar.
Garantir peixamento dos açudes no período de julho para gerar produção antes do período de defeso.
Garantir políticas públicas de industrialização para beneficiamento dos produtos da agricultura familiar camponesa.
Garantir projetos de sustentabilidade com qualificação e formação para atuar na agricultura familiar, pesca e aquicultura para os jovens nas comunidades.
Garantir segurança no campo e combater a violência e o roubo de animais nas propriedades rurais.
Garantir tecnologia e maquinário para agricultura familiar, possibilitando produção e colheita antes da estiagem.
Garantir um fundo para apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal.
Implantar a Universidade Aberta do Ceará (Uace).
Implantar abatedouros móveis, e por meio de associativismo e cooperativismo, disponibilizar a estrutura para maior número de produtores.
Implantar alíquotas diferenciadas para os produtores da agricultura familiar na política de regularização fiscal.
Implantar centros de inovação e inclusão digital na região.
Implantar cursos profissionalizantes nas escolas rurais e escolas do campo, de acordo com as vocações locais.
Implantar cursos tecnológicos para a comunidade escolar.
Implantar o campus universitário da Universidade Estadual do Ceará (Uece) no município de Boa Viagem.
Implantar pavimentação asfáltica no trecho Itatira-CE-257, da CE-168.
Implantar polo industrial na região.
Implantar serviços de atendimento de saúde básica nas escolas do campo e nas cidades, para o atendimento de professores e alunos.
Implantar um centro gastronômico para comercialização e degustação dos produtos da agricultura

familiar.
Implantar uma política de fomento à pesquisa realizada pelos professores da educação básica.
Implementar mecanismos de avaliação das políticas de geração de energia por meio de usinas eólicas, por conta da crescente poluição sonora e degradação ambiental.
Implementar um programa de adoção de novas tecnologias na agricultura familiar, como drones, tratores e outros equipamentos.
Implementar uma política estadual de promoção da energia solar na agricultura familiar.
Implementar uma política estadual de transporte escolar para estudantes universitários.
Incentivar e fomentar a produção agroecológica e o manejo sustentável, bem como os mecanismos de combate ao uso de agrotóxicos.
Incentivar e fortalecer o turismo religioso dos municípios da região, como pela criação dos Caminhos de São Francisco das Chagas de Canidê, do Caminho de Assis e do Caminho de Santo Antônio.
Incentivar e qualificar as cadeias produtivas do mel e de ovinocaprinos.
Incentivar financeiramente o desenvolvimento e estruturação do turismo de aventura na região, visando o desenvolvimento dos assentamentos comunitários.
Incentivar financeiramente o turismo de aventura de base comunitária, a exemplo do Projeto Canindê Aventura, para os assentamentos, promovendo o desenvolvimento da economia comunitária sustentável.
Incentivar financeiramente os municípios da região a realizar o inventário turístico, levantando as potencialidades da região.
Integrar o Sistema Público de Emprego (SPE) estadual à capacitação profissional e para o empreendedorismo, e às ações de intermediação profissional.
Melhorar o acesso, com pavimentação asfáltica e sinalização horizontal e vertical, dos municípios de Madalena e Canindê, facilitando o deslocamento das zonas rurais às escolas profissionalizantes do campo.
Ofertar cursos de nível superior e técnico para os jovens e adultos do campo.
Possibilitar contrapartida de 8% no Projeto São José a ser revertido em mão de obra para os beneficiários.
Promover a adoção de tecnologias sociais de convivência com o semiárido, como sistemas de bioágua, reuso de águas cinzas, cisternas, mandalas e quintais produtivos, biodigestores, entre outros, fomentando a inserção dos alimentos na alimentação escolar.
Promover a educação ambiental e de saúde por meio da extensão universitária.
Promover o turismo rural, de maneira sustentável, desenvolvendo as comunidades rurais.
Promover políticas de qualificação e organização dos produtores, para atuar na produção de hortifrutigranjeiros em pequenas propriedades com infraestrutura para irrigação e garantias de mercado.
Qualificar a malha viária para garantir infraestrutura de escoamento para produção da agricultura familiar.
Realizar censo da pesca artesanal com ampla participação dos pescadores(as) e suas entidades representativas.
Realizar consultas públicas para a criação ou ampliação dos cursos de nível superior, visando garantir a oferta de ensino superior alinhada às demandas locais.
Retomar a distribuição de sementes para o Programa Hora de Plantar, em especial com distribuição de sementes de feijão, para produção e consumo das famílias.
Valorizar a economia invisível das mulheres por meio de inovação de tecnologias.
Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território
Diretriz Regional
Ampliar a construção de cisternas em comunidades rurais.

Ampliar a perfuração e instalação de poços nas comunidades rurais.
Ampliar a rede de drenagem nos municípios da região.
Ampliar a rede de esgotamento sanitários nos núcleos urbanos.
Ampliar as ações do Programa Estadual de Prevenção, Monitoramento, Controle de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais (Previna) nas comunidades rurais.
Ampliar os convênios com os municípios da região para a melhoria da infraestrutura urbana e rural, como passeios, praças e prédios públicos, com acessibilidade.
Apoiar a implantação de sistemas de reúso de água em prédios públicos municipais.
Apoiar os municípios na preservação dos rios em trechos de zona urbana.
Construir um açude no rio Cangati.
Elaborar um plano de recuperação de áreas degradadas por lixões.
Fortalecer a parceria com os municípios para a realização de ações de educação ambiental.
Implantar e apoiar financeiramente as associações de catadores na construção de galpões de armazenamento e reciclagem.
Implantar sistemas de reúso de água, para utilização em áreas e prédios públicos estaduais.
Implantar um aterro sanitário, para tratamento e manejo dos resíduos sólidos.
Implementar projetos de utilização da energia solar na instalação e perfuração de poços, e nos sistemas de dessalinização.
Implementar um programa de combate ao desmatamento, de recuperação de áreas degradadas e de áreas de preservação permanente, em especial nas zonas urbanas.
Intensificar a fiscalização ambiental nas áreas de nascentes e de matas e solos ciliares.
Intensificar a fiscalização ambiental no combate às queimadas irregulares.
Priorizar a utilização de energia solar nos sistemas de saneamento básico.
Promover os projetos de energia solar para a agricultura familiar.
Qualificar as equipes municipais para a implementação do Programa de Irrigação na Minha Propriedade (Pimp) para a produção de hortifrutigranjeiros e grãos.
Realizar estudos de viabilidade técnica para a solução da falta de água para a comunidade de Bonitinho, em Canindé.
Revitalizar os açudes da região.
Revitalizar os corpos hídricos da zona urbana.

TABELA 3 - PROPOSTAS DA PLATAFORMA

Tema da proposta	Número de propostas
Acesso a Terra e Moradia	8
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	3
Assistência Social	8
Ciência, Tecnologia e Inovação	1
Cultura	11
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	2
Educação Básica	2
Educação Profissional	
Educação Superior	1
Energias Renováveis	
Esporte	7
Gestão Fiscal	
Inclusão Social e Direitos Humanos	1
Indústria, Comércio e Serviços	3
Infraestrutura e Logística	7
Meio Ambiente	2
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	
Recursos Hídricos	5
Saneamento Básico	
Saúde	5
Segurança Pública e Justiça	6
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	
Trabalho e Empreendedorismo	1
Transparência, Ética e Controle Social	1
Turismo	1
TOTAL	75

População(2021): 503.671 hab.
 (3ª Região mais populosa, com 5,45% da população do estado residindo nesta região)

Área: 8.512,14 km²
 (10ª Maior, corresponde a 5,72% do Estado)

Densidade demográfica(2021):
 59,17 hab./km²
 (5ª Posição no Estado)

Crédito: Barong

SERTÃO DE SOBRAL (18 municípios)

Alcantaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



472 participantes credenciados no encontro regional



207 diretrizes elaboradas no encontro regional



88 propostas incluídas na plataforma digital



Os dados referentes às diretrizes propostas pela população foram organizados em três tabelas. A Tabela 1 refere-se às diretrizes regionais priorizadas, ou seja, as dez diretrizes¹⁴ que receberam mais votos pela população através da Plataforma Digital Ceará Participativo. A Tabela 2 refere-se às demais diretrizes que não foram priorizadas, mas foram elaboradas pela população nos encontros regionais. A Tabela 3 refere-se ao quantitativo de propostas, organizadas por Temas, cadastradas diretamente pela população na Plataforma Digital. Seguem abaixo as tabelas:

TABELA 1 - DIRETRIZES REGIONAIS PRIORIZADAS	
Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas	
Diretriz Regional	
Ampliar as equipes de servidores da perícia forense.	
Ampliar as políticas que garantam efetivamente o acesso a terra e moradia rural adequadas.	
Ampliar equipes de médicos nos hospitais e postos de saúde	
Ampliar o efetivo das delegacias para o atendimento às mulheres, garantindo funcionamento todas as horas do dia e da noite.	
Ampliar o efetivo da segurança pública na região.	
Ampliar os investimentos em tecnologia e inteligência na segurança pública.	
Ampliar os programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar e de distribuição em equipamentos públicos e privados que atendam às populações vulneráveis, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	
Apoiar os municípios na manutenção das guardas municipais.	
Articular junto ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) a concessão e regularização do uso da terra no perímetro dos açudes sob sua gestão pelos agricultores familiares, bem como a área de pesca para os pescadores artesanais.	
Implantar os equipamentos e serviços de acolhimento para mulheres vítimas de violência.	
Reestruturar a rede de hematologia e hemoterapia na região, com implantação de uma nova sede ou uma reforma do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce) Regional, melhoria na frota de transporte e renovação de mobiliário e equipamentos.	
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha	
Interligar Groairas a Santa Quitéria, por meio de acesso da CE-179, e a Forquilha, por meio de acesso da CE-253.	
Viabilizar a implantação do Centro de Comercialização de Moda íntima, em Frecheirinha.	
Eixo 4 - O Ceará Que Participa, Planeja e Alcança Resultados	
Realizar conferências estaduais temáticas, promovendo a transparência e a participação popular.	

¹⁴ Ressalta-se que as diretrizes que receberam o mesmo número de votos equivalente ao da 10ª colocação também foram priorizadas, uma vez que não há critério de desempate nessa pontuação. Isso aconteceu na região Sertão de Sobral, que, por esse motivo, ficou com 14 diretrizes priorizadas.

TABELA 2 - DEMAIS DIRETRIZES REGIONAIS**Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas****Diretriz Regional**

Adequar o Sistema Integrado de Gestão Escolar (Sige) para registrar as informações dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
Ampliar a capacitação dos profissionais da assistência social.
Ampliar a cooperação financeira do Governo do Estado para viabilizar o funcionamento e desenvolvimento de ações culturais locais.
Ampliar a frota de motos e carros para os agentes de endemias.
Ampliar a oferta de escolas em comunidades mais afastadas das sedes e principais localidades dos municípios.
Ampliar a política de formação continuada para os gestores escolares da rede pública.
Ampliar a reserva de vagas para projetos culturais do interior do Estado nos editais de fomento e apoio à cultura, de 50,00% para 60,00%.
Ampliar as ações de incentivo à permanência e combate à evasão de alunos do ensino médio.
Ampliar as equipes para o atendimento das demandas de defensoria pública.
Ampliar as políticas de ressocialização nas unidades prisionais.
Ampliar as políticas estaduais de incentivo ao paradesporto.
Ampliar campanhas integradas de prevenção ao uso de drogas.
Ampliar a distribuição de equipamentos adequados para as pessoas com deficiência (PcDs) e idosos, como cadeiras de roda, entre outros.
Ampliar e agilizar os esforços de adequação das escolas para o ensino em tempo integral.
Ampliar e fortalecer a realização de ações de formação em arte e cultura no interior do Estado.
Ampliar a estrutura do corpo de bombeiro militar, com criação de novos batalhões.
Ampliar investimentos no serviço móvel regional de urgência e emergência.
Ampliar o atendimento biopsicossocial de profissionais da segurança pública.
Ampliar o cofinanciamento estadual da proteção social básica e especial.
Ampliar o cofinanciamento estadual para despesas de investimento e gastos com pessoal da assistência social.
Ampliar o cofinanciamento estadual para implementar novas modalidades de serviços da assistência social hoje não financiados.
Ampliar o cofinanciamento para os equipamentos da saúde, em especial para a Rede de Atenção Psicossocial (Raps).
Ampliar o diálogo direto com as comunidades escolares.
Ampliar o financiamento para a distribuição de órteses e próteses.
Ampliar o investimento para a manutenção das escolas da rede pública estadual.
Ampliar oportunidades de emprego para pessoas em recuperação do uso abusivo de drogas.
Ampliar os benefícios eventuais, em especial o funerário.
Ampliar os benefícios eventuais, em especial para serviços funerários.
Ampliar os canais de comunicação entre o Governo do Estado e as organizações da sociedade civil atuantes junto à assistência social.
Ampliar os equipamentos da assistência social, tanto da proteção social básica, quanto da especial, em especial os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP).
Ampliar os programas de proteção de pessoas ameaçadas de morte.
Ampliar os recursos para capacitações voltadas para a prevenção da violência contra a mulher.

Ampliar os sistemas de videomonitoramento na região.
Ampliar parcerias público-privadas para a execução de políticas públicas de cultura em territórios não alcançados pelo Governo do Estado.
Ampliar parcerias público-privadas para a execução de políticas públicas de esporte em territórios não alcançados pelo Governo do Estado.
Apoiar a realização de exames laboratoriais da rede de atenção básica à saúde do elenco do Ministério da Saúde para os municípios
Apoiar o agroprocessamento em pequena escala de alimentos da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais (PCTs), considerando as realidades locais e valorizando a diversidade de produtos.
Apoiar os municípios no financiamento de políticas voltadas para a juventude.
Apoiar os municípios no transporte de familiares que perderam entes.
Aprofundar a criação de normas legais para o controle de animais
Criar ações de valorização dos povos tradicionais de terreiro de matriz africana e afro-brasileira.
Criar casas de passagem para acolher pessoas resgatadas do trabalho escravo e tráfico humano.
Criar editais de apoio para o financiamento dos selos municipais de acessibilidade.
Criar editais específicos de incentivo ao esporte para o interior do Estado, ou garantir um mínimo de 50% de vagas nos editais existentes.
Criar editais que contemplem equipes e atletas individuais.
Criar política de incentivo para os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com melhor desempenho.
Criar projetos de reinserção social para usuários da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), como aqueles em sofrimento psíquico ou uso abusivo de drogas.
Dar resolutividade ao conflito fundiário no perímetro do açude Taquara, em Cariré.
Definir um referencial curricular para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).
Estimular a produção orgânica e agroecológica, como estratégia para a promoção da segurança alimentar e nutricional.
Estruturar os conselhos municipais de pessoas com deficiência (PcDs), de igualdade racial, incluindo povos e comunidades tradicionais (PCTs), e da população LGBTI+.
Fiscalizar o cumprimento dos contratos de estágio dos alunos.
Fomentar projetos de incentivo à leitura e escrita, e ao letramento matemático.
Fortalecer a atenção primária nos municípios da região.
Fortalecer a política de aproximação, por meio dos Comandos para Prevenção e Apoio às Comunidades (Copac).
Fortalecer a política de protagonismo estudantil nas escolas.
Fortalecer ações de educação híbrida, inclusão digital e inovação tecnológica.
Fortalecer as iniciativas para a formação acadêmica dos professores da educação básica, em parceria com as universidades públicas estaduais.
Fortalecer e desenvolver as ações de zoonoses, priorizando o controle de animais em conformidade com a legislação relevante.
Garantir a continuidade do Pacto pela Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic).
Garantir a oferta de vagas para especialistas nas policlínicas da região.
Garantir acolhimento humanizado às mulheres vítimas de violência nos processos de perícia, com a presença de peritas forenses mulheres.
Garantir as acessibilidades física, atitudinal, comunicacional, entre outras, de eventos esportivos, equipamentos esportivos públicos, transportes, entre outros.
Garantir e ampliar profissionais especializados no atendimento socioemocional nas escolas da rede pública estadual.

Garantir espaços autônomos de discussão sobre as políticas de saúde, fortalecendo o controle social.
Implantar Casa da Criança e do Adolescente na região, com serviços especializados para crianças e adolescentes vítimas de violência.
Implantar Centro de Referência para a comunidade LGBTI+ na região.
Implantar delegacias especializadas para crianças e adolescentes e mulheres vítimas de violência.
Implantar equipamentos culturais que permitam a democratização do acesso à cultura, principalmente em cidades com menos de 20.000 habitantes.
Implantar hemonúcleo em Crateús, para o atendimento da demanda transfusional da região.
Implantar um escritório regional da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.
Implantar uma central de Língua Brasileira de Sinais (Libras) na região.
Implantar uma representação regional da Secretaria do Esporte do Estado do Ceará.
Implementar fluxos de recebimento de demandas de programas de proteção de pessoas ameaçadas.
Implementar formações contra o racismo institucional contra a população negra, quilombola e povos e comunidades tradicionais junto aos profissionais da segurança pública, da saúde, da educação, dos direitos humanos, da cultura, da assistência social e do trabalho.
Implementar lei que dê autonomia para gerir os recursos para a gestão dos equipamentos da assistência social.
Implementar política estadual de formação continuada de professores para o atendimento às pessoas com deficiência e grupos historicamente discriminados.
Implementar políticas afirmativas para pessoas quilombolas, ciganas e para os povos de terreiro de matriz africana e afro-brasileira.
Implementar políticas de promoção da cultura de paz.
Implementar políticas de proteção aos povos de terreiro, de matriz africana e afro-brasileiros, em especial garantindo a investigação contra o racismo e a intolerância religiosa, e acabar com a impunidade.
Implementar projetos de acolhimento e cuidado às pessoas em sofrimento psíquico dentro das escolas da rede pública estadual.
Implementar um Sistema Estadual da Juventude.
Implementar uma política estadual de promoção de hortas urbanas.
Implementar uma política estadual para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias.
Incluir a população LGBTI+ em ações de capacitação profissional e inclusão no mercado de trabalho.
Intensificar formações permanentes que fortaleçam os processos matriciais no território.
Interiorizar e estruturar os núcleos da perícia forense, em atuação conjunta com a Polícia Civil.
Interiorizar os núcleos da Academia Estadual de Segurança Pública.
Melhorar a abordagem dos profissionais da segurança pública, em especial em casos de intolerância religiosa.
Modificar os critérios de seleção do Programa Ceará Atleta - Bolsa Esporte, implementando um percentual de vagas por município.
Promover a integração entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação profissional, por meio de parcerias.
Promover o acesso e a permanência das mães nas escolas de ensino regular e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).
Promover uma melhor resolutividade da rede pública hospitalar da região.
Promover uma política de regularização fundiária para as comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais (PCTs), como povos de terreiro, ciganos e pescadores artesanais.
Promulgar uma Lei estadual do hip hop, atraindo mais recursos para o movimento e criando um calendário específico na agenda cultural do Estado.

Proporcionar projetos de baixo custo e melhorias habitacionais para a população de baixa renda da região, com a criação de postos de arquitetura, urbanismo e engenharia em cidades acima de 20.000 habitantes, como previsto pela legislação.

Retomar a realização do Festival Paralímpico e dos Jogos Paralímpicos do Ceará.

Viabilizar a regulamentação jurídica para a transmissão da propriedade ao pequeno agricultor junto aos cartórios.

Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha

Diretriz Regional

Alterar a classificação viária das rodovias da região, por meio de melhorias da estrutura viária.

Ampliar a estrutura das escolas profissionalizantes de Meruoca, Alcântaras e Varjota.

Ampliar a formação em empreendedorismo para jovens e adultos.

Ampliar a oferta de vagas do Programa Capacita Ceará, implementado pela Lei Estadual nº 18.037/2022.

Ampliar e fortalecer a expansão do ensino superior na região.

Ampliar e fortalecer as políticas estaduais de fomento à economia solidária.

Ampliar os programas de assistência técnica e extensão rural para os temas de convivência com a seca, produção de caprinos e ovinos, gestão de propriedades e produção de caju, capacitando técnicos e produtores e impulsionando o desenvolvimento regional.

Ampliar parcerias público-privadas para a execução de políticas públicas de turismo em territórios não alcançados pelo Governo do Estado.

Ampliar políticas de microcrédito na região.

Apoiar a produção e aquisição das sementes crioulas, conforme as ações previstas na Lei Estadual nº 17.179/2020.

Apoiar as iniciativas de acessibilidade e inclusão nas universidades públicas estaduais, tanto do ponto de vista estrutural, quanto humano, para pessoas com deficiência e mães em situação de vulnerabilidade social.

Assegurar a gratuidade na inscrição para os vestibulares das universidades públicas estaduais, para alunos de escola pública, ou de baixa renda.

Aumentar a fiscalização e a taxaço da aquisição e aplicação de agrotóxicos, com acompanhamento técnico adequado.

Criar acesso alternativo no trecho Sobral-Meruoca-Alcântaras da CE-440.

Criar fórum para promover a discussão do turismo da região, incluindo discussão sobre turismo de base comunitária.

Criar linhas de crédito destinadas à aquisição de ferramentas e equipamentos adequados e adaptados ao tamanho das propriedades e às necessidades da agricultura familiar.

Criar linhas de crédito destinadas aos profissionais das ciências agrárias, incentivando o trabalho técnico no campo.

Criar parcerias entre empresas e escolas, para a oferta de programas de estágio.

Criar política de assistência social voltada para os estudantes do ensino superior.

Criar programas de incentivo ao turismo, em especial o turismo rural.

Criar uma política estadual de transporte universitário intermunicipal.

Descentralizar os campi universitários entre os municípios da região.

Desenvolver incubadoras em municípios de pequeno porte.

Estimular a preservação, uso adequado e recuperação das nascentes, garantindo o abastecimento de água para a produção da agricultura familiar.

Expandir a oferta de vagas de cursos de pós-graduação stricto sensu na região.

Fomentar a pesquisa e inovação com recursos próprios do Governo do Estado, garantindo autonomia

frente aos órgãos federais de fomento.
Fomentar ações extensionistas, em suas diversas modalidades, nas universidades públicas estaduais.
Fomentar o cooperativismo e o associativismo, inclusive pela criação de linhas de crédito especiais para as cooperativas.
Fornecer apoio logístico para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, pela disponibilização de armazéns e fortalecimento das feiras agroecológicas.
Fortalecer a divulgação de políticas de fomento à criação de startups.
Fortalecer o Sistema Público de Emprego (SPE) na região.
Implantar acesso da via perimetral da CE-417 à Sobral, por meio de rotatórias.
Implantar acesso Sobral/Morrinhos da CE-403.
Implantar o Terminal Intermodal de Cargas no polo logístico/Porto Seco.
Implantar programa de assistência financeira para jovens em cursos profissionalizantes.
Implantar segurança viária adequada no entorno do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).
Implantar uma Escola Família Agrícola (EFA), com foco nos bons hábitos alimentares.
Implantar uma representação regional da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará.
Implementar estruturas para o beneficiamento dos produtos de origem animal, como abatedouros.
Implementar uma política estadual de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, com capacitação dos agricultores, assistência técnica e financeira, e de acordo com as prioridades identificadas em cada realidade territorial.
Incentivar a capacitação dos produtores e o uso de tecnologias adaptadas às realidades do agricultor familiar.
Incentivar a produção agroecológica e o manejo sustentável da caatinga.
Incentivar projetos de energia solar sustentável nos perímetros irrigados e propriedades da agricultura familiar.
Incluir o ensino do empreendedorismo e inovação na grade curricular dos cursos de graduação.
Instituir uma política e fundo estadual de financiamento do desenvolvimento agrário, agricultura familiar, pesca e aquicultura.
Melhorar a segurança viária da CE-440 e da CE-240 em Massapê.
Ofertar cursos profissionalizantes em modalidade de ensino remoto.
Ofertar cursos profissionalizantes em produção, qualidade e design, próximos aos pólos de moda e móvel.
Promover a adoção de tecnologias sociais de convivência com o semiárido, como sistemas de bioágua, reuso de águas cinzas, cisternas, mandalas produtivas e biodigestores, entre outros.
Promover a criação e adoção de novas tecnologias adaptadas para a agricultura familiar.
Promover o desenvolvimento profissional e a capacitação dos servidores das universidades públicas estaduais.
Realizar a melhoria viária das CE-403 e CE-240, no trecho Santana do Acaraú/Miraima/Sítio Alegre.
Realizar eventos de promoção da inovação na região.
Reativar e readequar os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), atendendo as demandas de comércio e serviços, e inovação na região.
Reestruturar o acesso Varjota/Sobral da CE-403.
Regionalizar, divulgar e articular os setores de turismo da região.
Subsidiar e apoiar os municípios no desenvolvimento da agricultura familiar.
Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território
Diretriz Regional
Ampliar as Áreas de Proteção Ambiental (APA) na região.

Ampliar e fortalecer a expansão do acesso aos biodigestores e fogões agroecológicos.
Ampliar o saneamento básico nas comunidades rurais, com sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Aproveitar as áreas degradadas para a implantação de energias renováveis, por meio de indicadores ambientais.
Criação de unidades experimentais de reflorestamento de mudas nativas com incentivo de bolsas agroecológicas.
Criar a Unidade de Conservação da Serra da Penanduba, na categoria de Reserva Biológica (Rebio).
Criar comitês de estudo para barragens subterrâneas.
Criar normativas mais rígidas para a piscicultura em gaiola realizada em açudes públicos, priorizando o abastecimento humano.
Criar uma política pública estadual de proteção e preservação das carnaubeiras contra espécies de plantas invasoras.
Dar novo uso aos prédios históricos abandonados no Centro de Sobral.
Efetivar a implantação do Parque Estadual das Carnaubas, por meio da implantação da sua sede física, elaboração do seu plano de manejo e definição da sua gestão.
Estabelecer agendas sistemáticas de audiência entre os comitês de bacias hidrográficas e o Governo do Estado.
Estimular a preservação e recuperação das nascentes da região.
Executar uma política de bem-estar e proteção animal e incentivar sua adoção pelos municípios.
Fomentar a apicultura e a meliponicultura.
Fortalecer a política de saneamento rural para a agricultura familiar, visando o abastecimento adequado, a reutilização de águas cinzas e a instalação de fossas verdes.
Fortalecer as políticas de convivência com o semiárido, em especial pela promoção da utilização de tecnologias sociais.
Fortalecer e ampliar a fiscalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas do Coreaú e do Acaraú.
Fortalecer e ampliar o acesso às políticas públicas de promoção do reúso da água.
Fortalecer o ecoturismo, por meio de incentivos e divulgação da região.
Garantir a execução das ligações intradomiciliares do sistema de esgotamento sanitário para a população de baixa renda.
Garantir e ampliar a presença de fiscais ambientais na unidade da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) em Sobral.
Implantar unidades produtoras de energias renováveis nos prédios públicos.
Implementar estratégias de incentivo à preservação das nascentes, pelo Projeto Produtor de Águas, executado pelo comitê da bacia hidrográfica do Coreaú.
Implementar política de incentivos fiscais na cadeia de energias renováveis, inclusive por meio de isenção fiscal.
Implementar políticas públicas de energias renováveis para o abastecimento residencial e produtivo.
Implementar projetos de esgotamento sanitário simplificado nas regiões rurais, por meio de módulos sanitários.
Implementar sistemas de infraestrutura verde e azul, que empregam soluções baseadas na natureza, como jardins biofiltrantes, jardins de chuva e corredores verdes.
Incentivar o uso de energias renováveis no Sistema Mandala.
Melhorar a iluminação na região
Priorizar a execução das ações previstas no Plano de Trabalho para a Bacia do Coreaú, previsto nos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas do Ceará.
Promover melhorias urbanas no Centro de Sobral.

Realizar a demarcação das terras quilombolas às margens do açude Várzea da Volta, em Moraújo.
Viabilizar a construção do açude Poço Comprido, em Santa Quitéria, visando beneficiar também a região do Sertão de Sobral.

Eixo 4 - O Ceará Que Participa, Planeja e Alcança Resultados

Diretriz Regional

Ampliar a divulgação e transparência dos programas sociais.

Garantir orçamento adequado para a Secretaria dos Direitos Humanos do Estado do Ceará, para a Secretaria da Juventude do Estado do Ceará, para a Secretaria da Diversidade do Estado do Ceará, para a Secretaria da Igualdade Racial do Estado do Ceará e para a Secretaria dos Povos Indígenas do Estado do Ceará.

Implementar o orçamento participativo estadual.

Orientar e apoiar os governos municipais na implementação de políticas de ética e controle.

TABELA 3 - PROPOSTAS DA PLATAFORMA

Tema da proposta	Número de propostas
Acesso a Terra e Moradia	2
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	8
Assistência Social	5
Ciência, Tecnologia e Inovação	2
Cultura	2
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	6
Educação Básica	7
Educação Profissional	4
Educação Superior	
Energias Renováveis	2
Esporte	1
Gestão Fiscal	
Inclusão Social e Direitos Humanos	2
Indústria, Comércio e Serviços	6
Infraestrutura e Logística	7
Meio Ambiente	5
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	
Recursos Hídricos	2
Saneamento Básico	
Saúde	10
Segurança Pública e Justiça	15
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	
Trabalho e Empreendedorismo	1
Transparência, Ética e Controle Social	
Turismo	1
TOTAL	88

Sertão dos Crateús

Crédito: Barong

População(2021):
353.381 hab. (10ª Região mais populosa, com 3,82% da população do estado residindo nesta região)

Área: 20.609,28 km² (1ª Maior, corresponde a 13,84% do Estado)

Densidade demográfica(2021):
17,15 hab./km² (13ª Posição no Estado)

SERTÃO DOS CRATEÚS (13 municípios)

Ararendá, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Santa Quitéria e Tamboril.

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



467 participantes credenciados no encontro regional



211 diretrizes elaboradas no encontro regional



42 propostas incluídas na plataforma digital

Os dados referentes às diretrizes propostas pela população foram organizados em três tabelas. A Tabela 1 refere-se às diretrizes regionais priorizadas, ou seja, as dez diretrizes¹⁵ que receberam mais votos pela população através da Plataforma Digital Ceará Participativo. A Tabela 2 refere-se às demais diretrizes que não foram priorizadas, mas foram elaboradas pela população nos encontros regionais. A Tabela 3 refere-se ao quantitativo de propostas, organizadas por Temas, cadastradas diretamente pela população na Plataforma Digital. Seguem abaixo as tabelas:

TABELA 1 - DIRETRIZES REGIONAIS PRIORIZADAS	
Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas	
Diretriz Regional	
Ampliar e garantir a frota do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), na modalidade do suporte avançado.	
Ampliar espaços para a realização de atividades esportivas na região, como quadras e Areninhas.	
Apoiar e implementar cozinhas solidárias nos municípios da região.	
Aumentar o efetivo da segurança pública, em especial no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas.	
Garantir a regularização fundiária dos espólios dos agricultores familiares que não realizaram inventários para permitir aos herdeiros acesso às políticas públicas.	
Garantir levantamento e mapeamento de terras improdutivas para destinar à Reforma Agrária.	
Implantar a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.	
Implantar escola pública de trânsito na região.	
Implantar pontos de apoio à saúde primária nas zonas rurais.	
Implementar projetos culturais para a juventude.	
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha	
Fortalecer a infraestrutura da rede de capacitação profissionais nos setores comércio, serviços e indústria, conforme vocações regionais.	
Fortalecer a política de atração de indústrias na região.	

¹⁵ Ressalta-se que as diretrizes que receberam o mesmo número de votos equivalente ao da 10ª colocação também foram priorizadas, uma vez que não há critério de desempate nessa pontuação. Isso aconteceu na região Sertão dos Crateús, que, por esse motivo, ficou com 12 diretrizes priorizadas.

TABELA 2 - DEMAIS DIRETRIZES REGIONAIS**Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas****Diretriz Regional**

Abrir linhas de financiamento para os hospitais de pequeno porte.
Acelerar a regularização dos assentamentos, ampliando as áreas a fim de permitir agregar os assentados que se encontram de forma irregular.
Agilizar e descentralizar o atendimento para a regularização dos terrenos urbanos.
Ampliar a capacitação ofertada para os profissionais que atendem o público LGBTI+.
Ampliar a formação docente no âmbito da educação inclusiva.
Ampliar as casas de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco.
Ampliar as equipes dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas) da região, por meio de ampliação do cofinanciamento estadual.
Ampliar o atendimento das políticas públicas para minimizar a insegurança alimentar nas comunidades tradicionais dos povos de terreiros e quilombos.
Ampliar e estruturar as escolas de ensino em tempo integral já existentes, com a contratação de pessoal, aquisição de equipamentos, entre outras ações.
Ampliar e fortalecer as casas de cultura e memoriais nos municípios da região.
Ampliar e incluir o Programa Ceará sem Fome para as comunidades quilombolas que não foram assistidas nesse primeiro momento.
Ampliar e interiorizar os atendimentos biopsicossociais para os profissionais da segurança pública.
Ampliar e qualificar a política de transporte escolar na região, em especial o atendimento a comunidades de difícil acesso.
Ampliar o apoio em tempo hábil para a adequação das escolas para adoção do ensino em tempo integral
Ampliar o cofinanciamento para os benefícios eventuais.
Ampliar o efetivo de peritos forenses na região.
Ampliar o incentivo financeiro para os projetos esportivos.
Ampliar o número de Centros de Referência da Assistência Social (Cras) da região, atendendo as zonas urbana e rural.
Ampliar os serviços de ressocialização de apenados.
Ampliar recursos para a manutenção dos museus já existentes.
Apoiar e capacitar os profissionais que atuam na política para mulheres.
Apoiar o funcionamento dos conselhos municipais, com a garantia de captação de recursos financeiros.
Apoiar os municípios financeiramente para a política de educação permanente.
Articular com o Governo Federal para garantir a demarcação das terras indígenas.
Articular com o Inbra para garantir regularização e escritura pública para os quilombos.
Articular retomada dos Projetos Paulo Freire e Dom Helder Câmara.
Aumentar o cofinanciamento dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas) da região.
Aumentar o efetivo de profissionais para atendimento à políticas para idosos
Capacitar os conselheiros dos conselhos municipais da criança e do adolescente, da mulher, da habitação, entre outros.
Capacitar os profissionais da segurança pública para melhoria das abordagens policiais.
Capacitar os profissionais de segurança pública para o atendimento de mulheres vítimas de violência.

Cofinanciar as ações de direitos humanos dos órgãos municipais da região, promovendo o atendimento das demandas dos grupos vulneráveis, em especial da população LGBTI+.
Cofinanciar equipamentos que atuem no atendimento a pessoas com deficiência.
Cofinanciar equipes dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) para atendimento às demandas dos povos e comunidades tradicionais.
Concluir as obras paralisadas das Escolas da Família Agrícola (EFA).
Criar um fundo para amparar as famílias dos internos nas visitas às unidades prisionais, inclusive pelo fornecimento de meios de transporte.
Desburocratizar o acesso ao programa bolsa atleta e ampliar o número de vagas para o interior.
Efetivar a obrigatoriedade do ensino para as relações étnico-raciais nas escolas, como previsto pelas Leis Federais Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008.
Expandir as equipes de defensores públicos na região.
Expandir o financiamento do Programa Ceará Sem Fome.
Fomentar política de criação de peixes em tanques de alvenaria pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
Fortalecer a patrulha Maria da Penha.
Fortalecer a política de formação dos professores na educação básica e valorização do magistério com incentivo para titulação docente e salários dignos
Fortalecer as ações de assistência social na região.
Fortalecer as políticas de valorização das etnias, como dos povos quilombolas, dos povos indígenas e dos povos de reforma agrária.
Fortalecer o controle da atividade policial.
Fortalecer o regime de colaboração com relação ao termo de compromisso com o transporte escolar do ensino médio.
Fortalecer os serviços de atendimento aos dependentes químicos e implantar casas de acolhimento.
Garantir a participação efetiva dos órgãos de segurança pública e justiça na criação de políticas públicas voltadas ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD).
Garantir continuidade do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).
Garantir o registro dos títulos de terra junto aos cartórios.
Garantir prioridade a políticas de crianças e adolescentes no orçamento público estadual.
Garantir uma maior integração entre os conselhos estaduais e municipais.
Implantar abatedouros com vigilância sanitária.
Implantar delegacia regional padrão.
Implantar delegacias municipais.
Implantar e interiorizar os equipamentos e programas de esporte na região, em especial para os jovens do campo.
Implantar novas escolas de ensino em tempo integral.
Implantar novas Escolas do Campo, contextualizando com as vocações locais da região.
Implantar novas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) na região.
Implantar novos batalhões do Corpo de Bombeiros na região.
Implantar novos Centros de Educação Infantil (CEI) nos municípios da região.
Implantar novos núcleos da Perícia Forense na região.
Implantar sala de escuta para mulheres vítimas de violência.
Implantar sedes próprias para os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas) dos municípios da região que atualmente funcionam em imóveis alugados.
Implantar serviços regionais de atendimento especializado para a população LGBTI+.
Implantar um centro de acolhimento para pessoas vulneráveis, em especial para moradores de rua.

Implantar um Vapt-Vupt regional.
Implantar uma casa de acolhimento para mulheres.
Implantar unidade de controle de disciplina dos profissionais da segurança pública e sistema penitenciário na região.
Implantar unidade prisional na região.
Implementar política estadual para garantir a proteção e ampliar os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.
Implementar políticas de apoio das casas e bancos de sementes crioulas.
Implementar políticas de repasse fundo a fundo para as secretarias municipais.
Incluir as diversas modalidades dos projetos esportivos que chegam na região.
Incluir nos benefícios eventuais a possibilidade de aquisição de cestas básicas.
Incluir o cofinanciamento para aquisição de cozinhas comunitárias.
Integrar as ações da política para as mulheres às ações da política de segurança pública.
Lançar editais de fomento para projetos esportivos na região.
Melhorar a infraestrutura dos espaços esportivos existentes.
Ofertar cardápio escolar adequado às necessidades das crianças com restrições alimentares.
Ofertar cursos de serviço social nas universidades públicas estaduais da região.
Ofertar cursos profissionalizantes para jovens e para mulheres.
Promover formações para os professores da rede pública de ensino.
Realizar concurso público para psicólogos e assistentes sociais nas escolas, efetivando a Lei Nº 13.953.
Realizar parcerias com universidades locais para realização de análises de solos, para garantir qualidade do solo e alimentos produzidos.
Reestruturar o acervo bibliográfico das escolas.
Reestruturar o material pedagógico, ofertando material específico para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).
Rever o Marco Temporal a fim de reduzir dificuldades do acesso à terra.

Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha

Diretriz Regional

Ampliar a oferta de cursos de nível superior na zona rural.
Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu.
Ampliar incentivos para a criação de sistemas de quintais produtivos nos municípios da região.
Ampliar o acesso ao Cinturão Digital do Ceará (CDC) na região.
Ampliar os cursos híbridos de capacitação profissional, em especial para o fomento do empreendedorismo.
Ampliar os serviços de consultoria técnica e atendimento especializado aos produtores da região.
Ampliar política de educação para jovens do campo, permitindo qualificação, autonomia, permanência e protagonismo no campo.
Apoiar a cadeia produtiva do leite com fornecimento de tanques de resfriamento de leite.
Apoiar a integração e fortalecimento dos órgãos municipais de agricultura.
Apoiar projetos de melhoramento genético dos rebanhos.
Articular com o Governo Federal para reavaliar a reativação do trecho férreo da Transnordestina que passa pela região.
Articular com o Governo Federal para retomar os projetos Paulo Freire e Dom Helder na região.
Avaliar e regular criação de peixes em gaiolas nos açudes.
Buscar formas de possibilitar aos jovens filhos de agricultores o acesso à universidade.

Certificar e regularizar as estruturas de beneficiamento das cadeias produtivas da região do Sertão de Crateús e Inhamuns.
Criar linhas de crédito no Fundo Estadual para Desenvolvimento da Agricultura Familiar para fortalecer a Pesca.
Criar projetos para incentivar o turismo rural e religioso.
Disponibilizar linhas de crédito para que o jovem agricultor possa investir em implementos agrícolas modernos.
Elaborar um plano de desenvolvimento regional do turismo.
Fomentar a construção de espaços para comercialização dos produtos da agricultura familiar, em especial para o município de Tamboril.
Fortalecer a política de pesca com retomada do peixamento dos açudes, profissionalização dos pescadores artesanais e apoio aos centros de beneficiamento de pescado.
Fortalecer os Centros de Vocação Tecnológicas (CVT), por meio de reformas dos laboratórios e formação dos professores.
Garantir agroindústrias e centros de beneficiamento para pesca artesanal.
Garantir assistência técnica e extensão rural de qualidade e de forma contínua.
Garantir a inclusão da população LGBTI+ nas políticas do campo.
Garantir políticas de assistência estudantil para os estudantes da zona rural, em especial transporte estudantil, residência universitária, restaurante universitário e bolsas de permanência.
Incentivar a adoção de tecnologias sociais de convivência com o semiárido, como sistemas de bioágua, reuso de águas cinzas, cisternas, mandalas produtivas, entre outros.
Implantar cursos da área de saúde, em especial nas áreas de terapia ocupacional e fonoaudiologia, e incentivar a permanência dos egressos na região.
Implantar cursos de capacitação profissional voltados à modelagem 3D e gerenciamento de projetos de infraestrutura.
Implantar infraestrutura viária na região de Cachoeira Grande, em Poranga, que facilite o acesso para os outros municípios da região.
Implantar infraestrutura viária que comporte o tráfego de veículos pesados nos trechos dos municípios que ligam ao Lago da Fronteira.
Implantar novos campi universitários na região.
Implantar pavimentação asfáltica da estrada vicinal no trecho do distrito de açudinho (Tamboril) a Monsenhor Tabosa.
Implantar pavimentação asfáltica na estrada vicinal CE -176, que liga os municípios de Tamboril a Independência (distrito de Oliveira e Ematuba).
Implantar rotas turísticas para a região.
Implementar ações afirmativas de acesso e permanência nas universidades, em especial para as pessoas quilombolas, indígenas e de povos e comunidades tradicionais.
Implementar política de subsídios para fomentar a criação de indústria de beneficiamento dos produtos locais na região.
Implementar políticas de inovações tecnológicas para geração de fontes de energias renováveis.
Incentivar e ampliar a produção de culturas orgânicas, com foco em experiências exitosas como do algodão.
Incentivar o associativismo e cooperativismo, bem como capacitar produtores em técnicas gerenciais.
Interiorizar a iniciação científica para os anos finais do ensino fundamental.
Melhorar a divulgação dos pontos turísticos da região.
Melhorar a infraestrutura e o acesso aos pontos turísticos da região.
Melhorar a malha viária para permitir escoamento da produção.
Proibir aplicação de agrotóxicos da agricultura familiar, incentivando a cultura da agroecologia.

Promover a formação dos professores para o ensino científico nas escolas.
Promover formação para os professores na utilização de novas tecnologias.
Realizar mapeamento dos pontos turísticos, materiais e imateriais, da região.
Realizar melhoria viária nas rodovias estaduais de acesso às rodovias federais para escoamento da produção.
Realizar melhoria viária do trecho de acesso ao Lago de Fronteira, em Crateús.
Realizar melhoria viária no trecho de Ladeira, entre os municípios de Ararendá e Poranga.
Realizar melhoria viária no trecho Novo Oriente a Taúa da CE-187, com pavimentação asfáltica e sinalização vertical e horizontal.
Realizar melhoria viária no trecho Santa Quitéria ao Distrito de Lagoa do Mato (Itatira) da CE-366, com pavimentação asfáltica e sinalização horizontal e vertical.
Realizar recadastramento e retomada do Projeto Hora de Plantar.
Reestruturar os laboratórios de tecnologia da informação.

Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território

Diretriz Regional

Ampliar a produção de mudas por meio de viveiros em escolas estaduais e presídios (Expandir o projeto Viveiro cultivando pessoas da unidade prisional de Novo Oriente)
Ampliar equipe dos órgão de meio ambiente para fiscalização do estado.
Articular com o Governo Federal a possibilidade de venda da energia excedente da geração distribuída.
Assegurar a política pública da primeira e segunda água, cisternas escolares e quintais produtivos.
Atender as comunidades rurais que não tem acesso à água potável com sistemas de abastecimento e tecnologias sociais.
Construir açude na localidade de Açudinho, em Tamboril.
Criar um espaço regional de Fórum Ambiental.
Criar unidades de conservação.
Desenvolver e publicar Estudos de Impacto em resíduos sólidos.
Elaborar estudos locais sobre o hidrogênio verde.
Elaborar estudos para identificar áreas prioritárias para a conservação.
Elaborar inventário florestal municipal.
Elaborar plano de recuperação de áreas degradadas (PRAD) dos lixões da Bacia Hidrográfica do Rio Poti.
Elaborar plano diretor em defesa dos territórios que serão atingidos pela usina de urânio na região.
Fortalecer a Política de Resíduos Sólidos.
Fortalecer a política de reuso de água.
Fortalecer a política de reuso de águas cinzas em prédios públicos.
Fortalecer estudos de impacto ambiental das energias renováveis e publicar para a publicação.
Fortalecer o Índice de Qualidade Ambiental (IQM).
Fortalecer os consórcios de manejo de resíduos sólidos da região.
Garantir a construção da Barragem Poço Comprido-Santa Quitéria.
Garantir a construção do Lago Fronteiras.
Garantir uso exclusivo para humanos e animais no açude Edson Queiroz, bem como elaborar estudo de qualidade da água deste reservatório.
Implantar batalhão de polícia ambiental na região.
Implantar energia renovável em prédios públicos estaduais, principalmente nas escolas.
Implantar o fórum deliberativo para a Lei 12.651/2012, que trata do Código Florestal..

Implementar política de incentivo à pesquisa em energias renováveis na região.
Implementar política de incentivo fiscal para a geração de distribuição de energia renovável.
Implementar política de incentivo fiscal para implantação de geração distribuída em equipamentos municipais.
Implementar política de isenção da taxa de esgoto para pessoas de baixa renda.
Implementar políticas de combate ao fogo por meio de brigadas municipais.
Implementar políticas de incentivo para a produção de energia eólica na zona rural.
Implementar subsídios para os pequenos agricultores para elaborar planos de manejo para reconhecimento dos recursos florestais.
Incentivar a elaboração dos planos diretores dos municípios da região.
Incentivar a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.
Incentivar a implantação de biodigestores na zona rural.
Incentivar a implantação de coleta seletiva nos municípios da região.
Incentivar a implementação de projetos de irrigação.
Incentivar as empresas a implementar a política de logística reversa nos municípios da região.
Incentivar o uso de energias renováveis em sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais.
Intensificar a fiscalização da Lei 12.651/2012, que trata do Código Florestal.
Intensificar a fiscalização dos prazos de universalização do Saneamento Básico.
Preservar a nascente do Rio Poti.
Priorizar recursos para o tratamento de esgoto.
Promover a disposição final dos resíduos sólidos inservíveis.
Promover o fortalecimento do licenciamento ambiental nos municípios.
Realizar diagnóstico dos impactos do lixo do Riacho do Cavalos, em Crateús, no rio Poti e Açude Fronteiras.
Realizar fiscalização no programa auxílio catador.
Realizar mapeamento das espécies endêmicas da fauna e flora dos municípios.
Realizar parcerias com o Governo Municipal para construção de ciclovias no perímetro urbano nos municípios da região.
Realizar projeto/estudo de drenagem de águas pluviais para os municípios da região.
Revitalizar as bacias hidrográficas e matas ciliares da Região do Rios Acaraú e Poti.
Revitalizar os rios urbanos.
Trabalhar o fortalecimento da Educação Ambiental, nas escolas, como tema transversal e interdisciplinar, e não como disciplina.
Trabalhar o fortalecimento das ODS na região.

TABELA 3 - PROPOSTAS DA PLATAFORMA

Tema da proposta	Número de propostas
Acesso a Terra e Moradia	1
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	2
Assistência Social	3
Ciência, Tecnologia e Inovação	1
Cultura	1
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	1
Educação Básica	4
Educação Profissional	
Educação Superior	2
Energias Renováveis	1
Esporte	1
Gestão Fiscal	
Inclusão Social e Direitos Humanos	1
Indústria, Comércio e Serviços	1
Infraestrutura e Logística	4
Meio Ambiente	3
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	1
Recursos Hídricos	3
Saneamento Básico	
Saúde	4
Segurança Pública e Justiça	3
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	1
Trabalho e Empreendedorismo	3
Transparência, Ética e Controle Social	1
Turismo	
TOTAL	42

Sertão dos Inhamuns

População(2021):
137.328 hab.
(14ª Região mais populosa, com 1,49% da população do estado residindo nesta região)

Área: 10.873,32 km²
(6ª Maior, corresponde a 7,30% do Estado)

Densidade demográfica(2021):
12,63 hab./km²
(14ª Posição no Estado)

Crédito: Barong; Samuel Gomes

SERTÃO DOS INHAMUNS (cinco municípios)

Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá.

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



298 participantes credenciados no encontro regional



186 diretrizes elaboradas no encontro regional



50 propostas incluídas na plataforma digital

Os dados referentes às diretrizes propostas pela população foram organizados em três tabelas. A Tabela 1 refere-se às diretrizes regionais priorizadas, ou seja, as dez diretrizes¹⁶ que receberam mais votos pela população através da Plataforma Digital Ceará Participativo. A Tabela 2 refere-se às demais diretrizes que não foram priorizadas, mas foram elaboradas pela população nos encontros regionais. A Tabela 3 refere-se ao quantitativo de propostas, organizadas por Temas, cadastradas diretamente pela população na Plataforma Digital. Seguem abaixo as tabelas:

TABELA 1 - DIRETRIZES REGIONAIS PRIORIZADAS	
Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas	
Diretriz Regional	
	Definir políticas estaduais e realizar parcerias para a realização de ações esportivas voltadas para a infância e para a juventude.
	Fortalecer a expansão dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), em especial nas zonas rurais e em localidades distantes.
	Implantar o Hospital Regional do Sertão dos Inhamuns.
	Implantar uma casa de acolhimento da pessoa idosa na região.
	Melhorar o incentivo para os hospitais de pequeno porte.
	Promover ações de incentivo ao esporte na região, considerando os equipamentos das Areninhas.
	Promover a interiorização dos incentivos fiscais voltados para o esporte e para a cultura.
	Retomar o atendimento do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha	
	Ampliar a oferta de cursos técnicos na região.
	Implantar distritos industriais na região.
	Implantar pavimentação asfáltica na CE-284, ligado a sede municipal de Aiuaba ao distrito de Barra.
Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território	
	Ampliar o sistema de abastecimento de água para a comunidade de Barra (Aiuaba).

¹⁶ Ressalta-se que as diretrizes que receberam o mesmo número de votos equivalente ao da 10ª colocação também foram priorizadas, uma vez que não há critério de desempate nessa pontuação. Isso aconteceu na região Sertão dos Inhamuns, que, por esse motivo, ficou com 12 diretrizes priorizadas.

TABELA 2 - DEMAIS DIRETRIZES REGIONAIS**Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas****Diretriz Regional**

Agilizar a implantação do centro de hemodiálise.
Agilizar e desburocratizar os processos para o crédito fundiário.
Ampliar a carga horária de planejamento dos professores.
Ampliar a criação de escolas quilombolas na região.
Ampliar a equipe gestora das escolas de tempo integral.
Ampliar a infraestrutura da perícia forense na região, inclusive com a aquisição de equipamentos para os laboratórios.
Ampliar a política de implantação dos Centros de Educação Infantil (CEI).
Ampliar aquisição para a merenda escolar dos alimentos produzidos pela agricultura familiar.
Ampliar e fortalecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a inclusão e permanência da pessoa surda na educação básica.
Ampliar o efetivo de peritos forenses na região.
Ampliar o número de veículos de transporte.
Ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a venda para outros órgãos públicos.
Ampliar o repasse de recursos a ser disponibilizado aos municípios para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
Ampliar os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) da região.
Apoiar a retomada da produção de subsistência para as famílias.
Aumentar o efetivo de policiais mulheres para o atendimento de mulheres vítimas de violência.
Avaliar repasse do ICMS, destinando proporção relacionada ao maior desempenho na educação.
Construir uma nova delegacia regional.
Criar um centro regional de referência à pessoa com deficiência.
Desburocratizar e aperfeiçoar os processos realizados pelos órgãos estaduais executores da política de acesso a terra, agilizando a resolução de pendências e qualificando o atendimento ao público .
Desenvolver ações de preservação do patrimônio ambiental, arqueológico e cultural do Sertão dos Inhamuns.
Desprecarização dos vínculos empregatícios dos agentes comunitários de saúde (ACS) e dos agentes de combate às endemias (ACE), cumprindo a legislação vigente "lei 11.350 art.16".
Fiscalizar os tratores entregues pelo Projeto São José às associações e rever as concessões onde ocorre uso inadequado.
Fortalecer a parceria entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e a educação básica.
Fortalecer a política de saúde do trabalhador, com ênfase na saúde mental.
Fortalecer a rede de assistência às pessoas com deficiência.
Fortalecer a segurança na escola e no entorno.
Fortalecer as ações de segurança pública para proteção da criança e do adolescente, em especial nas escolas.
Fortalecer as feiras da agricultura familiar e garantir uma política de precificação regional.
Fortalecer as políticas para a saúde mental.
Fortalecer as políticas públicas de geração de oportunidades para os jovens, de emprego, esporte, lazer, entre outras.
Fortalecer e organizar o fluxo de escuta especializada da criança e do adolescente vítimas de violência.

Fortalecer o apoio financeiro e técnico do regime de tempo integral na educação infantil e ensino fundamental
Fortalecer o Pacto Regional de Proteção da Mulher Vítima de Violência.
Fortalecer o Programa Esporte em Três Tempos, por meio da qualificação dos profissionais do esporte e da disponibilização de materiais esportivos.
Fortalecer os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea) da região.
Fortalecer políticas públicas para o atendimento dos povos remanescentes e quilombolas.
Implantar a Casa da Mulher Cearense na região.
Implantar casas de apoio para pessoas em situação de vulnerabilidade, como moradores de rua e dependentes químicos.
Implantar centros de oncologia e de urodinâmica no Hospital Polo regional.
Implantar criação da central de regulação visando ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde especializados, minimizando o tempo de espera na fila de regulação.
Implantar delegacia especializada de atendimento às mulheres.
Implantar equipes multidisciplinares dentro das escolas da rede estadual, contando, especialmente, com assistentes sociais e psicólogos, para o atendimento a toda comunidade escolar.
Implantar núcleo especializado de atendimento às mulheres vítimas de violência pela perícia forense da região.
Implantar um centro cultural regionalizado.
Implantar um centro de atendimento multidisciplinar para famílias com pessoas neurodiversas, como aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), entre outras.
Implantar um centro de referência para a juventude.
Implantar um centro de referência para a população LGBTI+.
Implantar um centro especializado para o atendimento de pessoas no espectro autista.
Implantar um programa de conectividade nas escolas.
Implantar uma Escola Família Agrícola (EFA) na região.
Implantar unidade prisional na região.
Implantar unidades regionais de acolhimento para crianças e adolescentes.
Incentivar integração das ações da Patrulha Maria da Penha na região.
Instituir políticas regionalizadas nos editais específicos.
Melhorar a eficiência e fiscalização na execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
Melhorar a infraestrutura física, material e tecnológica da Área Descentralizada de Saúde (ADS) de Tauá.
Melhorar a parceria com os governos municipais na oferta do transporte escolar.
Prestar assessoria técnica aos artistas para participação nos editais.
Promover a atualização cadastral e a regularização da malha fundiária dos assentamentos estaduais e federais.
Promover a descentralização dos órgãos estaduais da cultura na região.
Promover aproximação e fazer interface, fornecendo assistência e suporte aos órgãos municipais de cultura, às comunidades e à sociedade civil.
Promover e incentivar a permanência dos alunos do ensino médio em tempo integral.
Realizar projetos mais assertivos voltados à nutrição familiar.
Reaparelhar as unidades integrantes dos consórcios de saúde.
Reconhecer e promover os Mestres e Mestras da Cultura da região.
Redefinir o fluxo de realização de cirurgias eletivas, priorizando as demandas específicas dos municípios.
Resgatar a implementação do Programa Campos do Ceará.

Retomar o Projeto Paulo Freire, com foco na nutrição familiar e na produção de carnes, mel e horticultura.
Rever a normativa estadual que parametriza a quantidade de alunos por sala das turmas de ensino médio.
Rever o levantamento das medições realizadas por empresas contratadas, realizando as correções necessárias nos títulos de domínio das terras, a fim de dirimir pendências e conflitos na região.
Revisar as taxas abusivas cobradas pelos cartórios, dificultando a regularização fundiária dos produtores rurais.
Valorizar os atletas da região, garantindo sua subsistência e desenvolvimento profissional.
Valorizar os profissionais de saúde com a elaboração do Plano de Cargos e Carreiras.
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha
Diretriz Regional
Ampliar o FEDAF permitindo financiamento para implantação de energias renováveis
Ampliar a concessão de Bolsas de Pesquisa e Inovação (BPI) para os pesquisadores do interior.
Ampliar a fiscalização eletrônica nos pontos críticos.
Ampliar a oferta de crédito para a agricultura familiar.
Ampliar a oferta de cursos de graduação, em especial de medicina e agronomia.
Ampliar o Projeto São José 4 em relação às casas de apicultura.
Ampliar os cursos para inclusão social, como cursos de Linguagem Brasileira de Sinais (Libras).
Ampliar subsídios a empresas que ofertam vagas ao Sistema Público de Emprego da região.
Apoiar a criação de consórcio e ou cooperativas regionais para a certificação regional de produtos de origem animal.
Apoiar o credenciamento de certificação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA).
Apoiar políticas públicas e programas para melhorar as condições de trabalho da assistência técnica EMATERCE
Atualizar e ampliar novos cadastros para o Programa Hora de Plantar, bem como a melhoria na qualidade das sementes fornecidas pelas políticas estaduais.
Desburocratizar a compra dos produtos artesanais da região.
Desburocratizar e agilizar o atendimento para o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)
Desburocratizar os procedimentos de acesso aos projetos da agricultura familiar, em especial aos apoiados pelo Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Fedaf).
Elaborar plano de desenvolvimento regional para o turismo.
Estabelecer parcerias com as Instituições de Ensino Superior (IES) federais para a implantação de novos cursos na região.
Estimular políticas estaduais de implantação de energias renováveis para agricultura familiar.
Fomentar a produção autônoma de sementes pelos próprios agricultores familiares.
Fomentar e ampliar a produção agroecológica exitosa na região, com destaque para o algodão agroecológico.
Fomentar o melhoramento genético, promovendo a qualificação produtiva da cadeia do leite.
Fornecer implementos agrícolas e estimular o uso de técnicas agroecológicas para pequenos produtores rurais, visando a não utilização dos agrotóxicos.
Fortalecer a parceria com o Sistema Público de Emprego, integrando os municípios.
Fortalecer a parceria entre o Governo Federal e Estadual na manutenção das rodovias federais na região.
Fortalecer a segurança dentro dos campi universitários e em seu entorno.
Fortalecer a segurança viária, com pontos de embarque e desembarque nas rodovias estaduais da

região.
Fortalecer a sinalização viária, horizontal e vertical, nas CE-187, CE-176 e CE-363.
Fortalecer as parcerias do Governo do Estado com o municípios para a sinalização horizontal e vertical, no perímetro urbano.
Fortalecer e ampliar a política de assistência estudantil, em especial pela implantação da residência universitária na região.
Fortalecer e motivar as instituições de assistência técnica para promover maior eficiência nos sistemas produtivos locais;
Fortalecer e firmar parcerias para a realização de cursos técnicos e oficinas móveis nos municípios.
Fortalecer políticas de crédito orientado.
Garantir e fortalecer a assistência técnica continuada e igualitária para a agricultura familiar, com garantia da comercialização de seus produtos.
Garantir espaços de comercialização e de estoque da produção da agricultura familiar.
Garantir políticas públicas para a segurança no campo, com enfoque na prevenção de roubos de animais.
Implantar abatedouros regionais, visando garantir a certificação de produtos de origem animal.
Implantar cursos de graduação nas áreas de tecnologia e inovação.
Implantar cursos de pós-graduação stricto sensu, acadêmico e profissional.
Implantar e fortalecer políticas para o fomento e apoio a ações e projetos com foco em inovação e tecnologia.
Implantar novo campus da Universidade Estadual do Ceará (Uece) na região, com a oferta de novos cursos de graduação.
Implantar novos laboratórios especializados, em especial um laboratório de análise de solos e água, que aproxime a universidade dos produtores rurais da região.
Implantar pavimentação asfáltica na CE-168 a CE-277, trecho Manuás-Catarina/cachoeira de fora (Arneiroz).
Implantar política de fomento ao desenvolvimento de ecossistemas locais de inovação.
Implantar programas voltados para a inclusão digital significativa das populações vulneráveis e rurais.
Implantar uma política de ações afirmativas voltadas para o acesso das comunidades quilombolas ao ensino superior.
Implantar uma política de permanência dos professores universitários no interior, de forma integrada à carreira.
Implantar uma rede de centros regionais de inovação e tecnologia.
Implantar unidade regional da Central de Artesanato do Ceará (CeArt) no Sertão dos Inhamuns.
Implementar política de formação de um consórcio regional do turismo, criando corredores turísticos na região.
Implementar política de incentivo ao empreendedorismo no Sistema Público de Emprego.
Implementar taxaço e fiscalização do uso de agrotóxicos.
Incentivar o desenvolvimento da cultura do couro da tilápia.
Possibilitar a inclusão de plantas para agroindústrias adaptadas aos produtores da região permitindo a certificação dos produtos da agricultura familiar.
Promover o acesso dos assentamentos estaduais às políticas públicas.
Qualificar a malha viária, para garantir escoamento da produção agrícola.
Qualificar os produtos artesanais da agricultura familiar, promovendo a agregação de valor e a melhoria da renda.
Reativar o plantio de mamona para o biodiesel.
Recuperar as rodovias estaduais de acesso sem pavimentação asfáltica.

Regularizar e certificar as cadeias produtivas das agroindústrias, visando a agregação de valor da bovinocultura, caprinocultura e apicultura.

Retomar e ampliar as casas de sementes crioulas.

Subsidiar a aquisição de kits para sistemas de irrigação bem como para geração de energia solar.

Trabalhar a cadeia produtiva completa incentivando qualificação dos produtores, na escolha adequada de sementes bem como favorecendo a comercialização.

Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território

Diretriz Regional

Alterar a política de repasse do ICMS Ecológico para 4% visando auxiliar a gestão ambiental municipal.

Ampliar a distribuição dos módulos sanitários na região.

Ampliar a perfuração e instalação de poços e abastecimento de água para as comunidades carentes.

Ampliar estruturas de saneamento básico, em especial de tratamento de esgoto para não poluir os rios.

Ampliar o atendimento do Programa CNH Popular na região.

Apoiar os municípios na coleta seletiva de porta a porta na zona urbana e rural.

Descentralizar os órgãos de fiscalização ambiental.

Elaborar planos de negócios para biodigestores anaeróbios contínuos e coletivos, em parceria com o privado.

Fiscalizar o serviço de abastecimento de água da Comunidade de Broco.

Fortalecer a gestão de consórcios públicos de resíduos sólidos.

Fortalecer política de reúso de águas cinzas.

Garantir a construção do Canal da Integração do Trecho Nova Olinda - Serra da Ibiapaba para atender a região

Implantar castramóvel para esterilização dos animais.

Implantar centro de tratamento e recuperação de animais silvestres.

Implantar delegacias especializadas para crimes ambientais, sobretudo para animais domésticos e silvestres.

Implantar estruturas para disposição adequada dos resíduos sólidos, em especial com a construção de aterros.

Implementar a rede de esgoto nas sedes e nos distritos.

Implementar política de atração de fábricas atuantes na cadeia produtiva de energia fotovoltaica.

Implementar política de saneamento rural.

Implementar política de valorização de plantas nativas da caatinga.

Implementar políticas de educação ambiental para preservação dos mananciais, em virtude da contaminação por agrotóxicos.

Implementar projetos a fundo perdido para implantação de energias renováveis na zona rural, visando o desenvolvimento da cadeia produtiva.

Incentivar e reavaliar as concessões de transporte Intermunicipal.

Incluir a disciplina de educação ambiental nas escolas.

Instalar dessalinizadores nos poços.

Intensificar a fiscalização do uso de agrotóxico nas áreas de nascentes.

Intensificar a fiscalização dos serviços da concessionária de energia elétrica.

Intensificar a fiscalização nas atividades que causam impacto ao meio ambiente, em especial nas atividades de mineração.

Intensificar a fiscalização para que sejam realizados estudos de impactos ambientais que a mineração pode causar na região.

Intensificar fiscalização ambiental nas matas ciliares.
Perenizar as nascentes dos rios Poti, Puiú, Trici e Jucá por meio da transposição do Rio Parnaíba.
Promover o acesso dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao programa CNH Popular.
Realizar estudos técnicos para a garantia de abastecimento de água das comunidades rurais.
Regulamentar normativos jurídicos para a venda de crédito de carbono.
Regulamentar normativos para inibir a reprodução para a venda de animais domésticos.
Retomar o programa de criação de cisternas para água de consumo.
Revitalizar as Barragens na região, para garantir água de qualidade para as comunidades.
Revitalizar os sistemas de abastecimento de água existentes e ampliar para garantir o abastecimento da região

TABELA 3 - PROPOSTAS DA PLATAFORMA

Tema da proposta	Número de propostas
Acesso a Terra e Moradia	2
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	8
Assistência Social	2
Ciência, Tecnologia e Inovação	1
Cultura	2
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	2
Educação Básica	3
Educação Profissional	2
Educação Superior	2
Energias Renováveis	1
Esporte	1
Gestão Fiscal	
Inclusão Social e Direitos Humanos	1
Indústria, Comércio e Serviços	
Infraestrutura e Logística	8
Meio Ambiente	2
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	
Recursos Hídricos	2
Saneamento Básico	2
Saúde	2
Segurança Pública e Justiça	5
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	1
Trabalho e Empreendedorismo	
Transparência, Ética e Controle Social	
Turismo	1
TOTAL	50

Vale do Jaguaribe

Crédito: Barong

População(2021): 397.696 hab. (7ª Região mais populosa, com 4,30% da população do estado residindo nesta região)
Área: 15.017,90 km²
 (4ª Maior, corresponde a 10,09% do Estado)
Densidade demográfica (2021): 26,48 hab./km² (10ª Posição no Estado)

VALE DO JAGUARIBE (15 municípios)

Alto Santo, Ereerê, Iracema, Jaguaribara, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixerê, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



417 participantes credenciados no encontro regional



171 diretrizes elaboradas no encontro regional



77 propostas incluídas na plataforma digital

Os dados referentes às diretrizes propostas pela população foram organizados em três tabelas. A Tabela 1 refere-se às diretrizes regionais priorizadas, ou seja, as dez diretrizes que receberam mais votos pela população através da Plataforma Digital Ceará Participativo. A Tabela 2 refere-se às demais diretrizes que não foram priorizadas, mas foram elaboradas pela população nos encontros regionais. A Tabela 3 refere-se ao quantitativo de propostas, organizadas por Temas, cadastradas diretamente pela população na Plataforma Digital. Seguem abaixo as tabelas:

TABELA 1 - DIRETRIZES REGIONAIS PRIORIZADAS
Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas
Diretriz Regional
Ampliar a oferta de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs).
Ampliar e fortalecer as redes de atenção primária, secundária e terciária de saúde.
Ampliar o atendimento dos serviços de urgência e emergência, em todos os municípios.
Ampliar o efetivo dos profissionais de segurança pública na região.
Ampliar o investimento na manutenção dos equipamentos da proteção social básica e especial, de média e alta complexidade.
Implantar cozinhas populares.
Promover a descentralização da gestão estadual da política de cultura e arte, da rede estadual de equipamentos culturais e pela implantação de um escritório regional.
Viabilizar transporte adequado aos pacientes com necessidades específicas, como tratamentos para câncer, hemodiálise e pessoas atípicas, com deficiência e mobilidade limitada.
Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha
Criar políticas permanentes de concessão de crédito na região.
Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território
Fortalecer os Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), inclusive por políticas públicas específicas voltadas aos serviços municipais de saneamento.

TABELA 2 - DEMAIS DIRETRIZES REGIONAIS**Eixo 1 - O Ceará Que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas****Diretriz Regional**

Adquirir materiais e equipamentos para os laboratórios das escolas de ensino médio.
Ampliar a entrega de títulos de regularização fundiária.
Ampliar a estrutura do corpo de bombeiros da região.
Ampliar as discussões com os municípios, comunidades escolares e sociedade sobre a implantação do ensino em tempo integral nas escolas da rede pública.
Ampliar e estruturar o atendimento da defensoria pública da região.
Ampliar e estruturar o sistema de videomonitoramento.
Ampliar e fortalecer a rede de Escolas do Campo e Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), promovendo o acesso à educação para as populações do campo e das águas.
Ampliar e melhorar os serviços relacionados à regularização da terra, como documentação da regulamentação e atenção nas malhas fundiárias, em especial para as populações com pequenas propriedades.
Ampliar o acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA), em especial pela disponibilização de transporte escolar.
Ampliar o apoio a projetos sociais voltados para as diversas infâncias.
Ampliar o efetivo de servidores públicos da assistência social na região.
Ampliar o efetivo de servidores públicos, em especial técnicos e analistas judiciários, no sistema judiciário da região.
Ampliar o fomento à cultura, realizado por meio de editais.
Ampliar o investimento em serviços voltados para a população em situação de rua.
Ampliar o número de vagas da educação infantil na região, inclusive pela entrega dos Centros de Educação Infantil (CEIs) já em processo de implantação.
Ampliar o serviço de justiça na região.
Ampliar os investimentos para o acompanhamento familiar nos domicílios de pessoas idosas e com deficiência.
Ampliar políticas públicas voltadas para a capacitação profissional e construção de projetos de vida para os adolescentes.
Apoiar a estruturação dos conselhos tutelares municipais.
Assegurar moradia digna para todos, em especial com a retomada de políticas de moradia na zona rural.
Capacitar as conselheiras municipais das políticas para as mulheres.
Capacitar os conselheiros municipais das políticas para as pessoas com deficiência.
Capacitar os conselheiros municipais das políticas para as pessoas idosas, pessoas com deficiência e mulheres.
Capacitar os cuidadores para o cuidado adequado das pessoas idosas e com deficiência.
Capacitar os profissionais da educação para que possam identificar e atender adequadamente os alunos com necessidades especiais nas escolas.
Capacitar os profissionais da educação para que seja implementada a Lei Lucas (Lei federal nº 13.722/2018), que obriga o atendimento de primeiros socorros em escolas e espaços de recreação infantil.
Capacitar os profissionais da política de assistência social para a sensibilização sobre a realidade das pessoas com deficiência.
Capacitar os profissionais da política de assistência social para a sensibilização sobre a realidade dos povos e comunidades tradicionais.

Capacitar os profissionais da saúde para que possam identificar e atender adequadamente às pessoas com necessidades especiais.
Capacitar os profissionais de segurança pública para o atendimento das mulheres vítimas de violência.
Capacitar os servidores públicos, em especial das políticas de saúde e educação, para que possam identificar e atender adequadamente às pessoas com necessidades especiais.
Criar núcleos regionais de atendimento a pessoas idosas vítimas de violência.
Dar celeridade e garantir o acesso dos agricultores ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).
Definir o fluxo de recebimento de denúncias encaminhadas à proteção social especial, permitindo seu encaminhamento direto ao sistema de garantia de direitos.
Efetivar a segurança contra incêndios, acidentes e situações de pânico nas escolas.
Estruturar o serviço de assistência técnica e extensão rural, inclusive pela implementação da PNATER e outras políticas públicas.
Fornecer assistência psicossocial nas escolas, garantindo o atendimento de toda a comunidade escolar.
Fortalecer a política pública de esporte, implementando projetos voltados à prática do esporte e o acesso ao lazer e à cultura.
Fortalecer as escolas que mantiverem o ensino regular, para o enfrentamento dos desafios ocasionados pela implementação do ensino em tempo integral.
Fortalecer as políticas públicas de saúde voltadas para as pessoas idosas.
Fortalecer o regime de colaboração com os municípios para a implementação do ensino em tempo integral no ensino fundamental, em especial por meio do investimento em infraestrutura escolar e na capacitação dos professores.
Garantir a aquisição de medicamentos da Programação Pactuada Integrada (PPI).
Garantir a continuidade das atividades de esporte e lazer nas escolas, por meio de atividades extracurriculares no contraturno.
Garantir a efetivação de projetos culturais nas escolas, como parte da grade curricular.
Identificar o alto índice de crianças com as suas diversas deficiências e em situação de privação, exclusão e vulnerabilidade.
Implantar delegacias regionais especializadas para as crianças e adolescentes vítimas de violência.
Implantar delegacias regionais especializadas para as mulheres vítimas de violência, inclusive pelo atendimento em unidades móveis.
Implantar delegacias regionais especializadas para as pessoas idosas vítimas de violência.
Implantar e manter os equipamentos de esporte e lazer da região, em áreas urbanas e rurais.
Implantar e requalificar equipamentos culturais na região, fortalecendo a arte e a cultura local como elemento de atração turística, geradora de demanda espontânea.
Implantar serviços de acolhimento para as pessoas idosas, e para as crianças e adolescentes.
Implantar um centro de zoonoses.
Implantar um centro regional de referência para a pessoa com deficiência.
Implantar uma política de formação para o desenvolvimento de lideranças entre os gestores escolares.
Implementar as diretrizes para a política estadual de educação contextualizada para convivência com o semiárido definidas na legislação (Lei nº. 18.164/2002).
Implementar e promover o ensino de artes nas escolas da rede pública, valorizando os profissionais do ensino das artes, como previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 11.769/1996).
Implementar equipes multidisciplinares nas policlínicas voltadas para as pessoas com deficiência.
Implementar equipes multidisciplinares nas policlínicas voltadas para pessoas com deficiência.

Incentivar a formação de professores e alunos da educação básica em ciência e tecnologia.
Integrar a educação contextualizada com semiárido nas políticas estaduais de melhoria da qualidade do ensino, inclusive nas ações de aperfeiçoamento pedagógico, e desenvolvimento e capacitação dos professores.
Melhorar a estrutura das delegacias municipais.
Melhorar os critérios de avaliação para a compra de terras para a reforma agrária.
Promover a integração da educação contextualizada com semiárido na elaboração de propostas políticas pedagógicas nos municípios.
Promover a integração dos saberes e fazeres dos Mestres e Mestras da Cultura do Ceará à política estadual de educação.
Promover a permanência dos alunos nas escolas com ensino em tempo integral, em especial para aqueles que precisam complementar a renda familiar.
Promover a permanência, inclusive pela concessão de bolsas, aos alunos das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), por meio de projetos de combate à pobreza.
Promover a titulação com Mestrado e Doutorado dos professores da rede pública, inclusive permitindo a redução de carga horária para a realização dos cursos.
Promover o apoio técnico e financeiro às Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).
Promover o diálogo permanente entre a gestão da política educacional e os servidores da educação.
Qualificar todos os profissionais de segurança pública para o atendimento das mulheres vítimas de violência.

Eixo 2 - O Ceará Que Inova, Produz e Trabalha

Diretriz Regional

Ampliar a capacitação para jovens e adultos, visando sua inserção no mercado de trabalho.
Ampliar a distribuição de sementes crioulas, em especial por meio do apoio às casas de sementes crioulas da região.
Ampliar a infraestrutura de energia elétrica.
Ampliar a interiorização das políticas estaduais de apoio a negócios nascentes inovadores (startups).
Ampliar a taxaçoão do uso de agrotóxicos.
Ampliar as políticas de promoção das vocações econômicas regionais.
Ampliar as vagas e prover infraestrutura adequada para o ensino superior.
Ampliar e fortalecer as políticas públicas estaduais de aquisição de produtos da agricultura familiar, em especial o leite.
Ampliar e fortalecer os projetos de apoio a negócios nascentes inovadores (startups).
Ampliar e melhorar a infraestrutura para a pesquisa científica nas Instituições de Ensino Superior (IES).
Ampliar e melhorar a infraestrutura para a pesquisa científica.
Ampliar e melhorar a qualidade da malha viária da região.
Ampliar investimentos nas feiras locais e regionais da agricultura familiar.
Ampliar o acesso à água na agricultura familiar, inclusive pela retomada das instalações de cisternas e adutoras.
Ampliar o acesso à energia trifásica e à energia solar para a agricultura familiar.
Ampliar o acesso ao crédito rural, com acompanhamento junto aos produtores rurais da aplicação desses recursos.
Ampliar o acesso ao transporte escolar intermunicipal.
Ampliar o acesso e inclusão da população aos cursos de pós-graduação.
Ampliar o investimento em projetos de combate à pobreza nas universidades.
Ampliar os esforços de atração de indústrias para a região.

Ampliar os investimentos na educação profissional.
Ampliar os programas de assistência estudantil, em especial a oferta de alojamentos, transporte intermunicipal e bolsas de permanência.
Ampliar programas de estágio em órgãos públicos, aprendizagem e primeiro emprego para os jovens.
Ampliar a segurança dos homens e mulheres do campo.
Articular uma política integrada de promoção do empreendedorismo entre os órgãos públicos estaduais e municipais da região.
Construir um inventário turístico da região para definir a rota turística do Vale do Jaguaribe.
Criar centros de inovação e tecnologia.
Estimular o turismo rural na região.
Facilitar o escoamento da produção rural na região, por meio da melhoria das estradas da região, como a Estrada do Leite e a CE-356.
Fortalecer a comercialização dos pescados, como o peixe e o camarão.
Fortalecer a comercialização dos produtos da agricultura familiar, em especial do caju, do leite bovino e do leite caprino, nos ciclos curtos de comercialização, como nas centrais de abastecimento.
Fortalecer a cultura do algodão com sementes melhoradas e adaptadas à região.
Fortalecer o sistema público de empregos, inclusive pela integração entre a rede estadual de educação profissional e o mercado de trabalho.
Garantir a execução de dois por cento da receita tributária estadual para a ciência e tecnologia, como estipulado pelo Art. 258 da Constituição do Estado do Ceará.
Garantir o acesso dos professores da rede pública à pós-graduação, por meio da manutenção e ampliação de parcerias e convênios entre os órgãos estaduais e as Instituições de Ensino Superior (IES) da região.
Garantir o acesso simplificado aos selos de inspeção de alimentos de origem animal (SIE, SIM e SIF), em especial para as casas de mel.
Garantir o apoio à pesquisa realizada nas Instituições de Ensino Superior (IES) da região, em especial pela garantia de bolsas de permanência e transporte intermunicipal para os estudantes da pós-graduação.
Garantir o apoio à pesquisa realizada nas Instituições de Ensino Superior (IES) da região, em especial pela garantia de bolsas e transporte intermunicipal para os estudantes da pós-graduação.
Implantar um centro de eventos do Vale do Jaguaribe.
Implantar viveiros para atender às demandas de mudas regionais, como as de cajueiro.
Implementar a política da agricultura familiar, fortalecendo o homem, a mulher e a juventude do campo.
Implementar ações voltadas à promoção do agronegócio.
Implementar programa de acompanhamento de egressos da educação profissional.
Incentivar o empreendedorismo e a economia solidária, focadas nas vocações regionais e locais, como hotelaria, moda, e bares e restaurantes.
Incentivar os projetos de pesquisa em tecnologias sociais.
Investir na acessibilidade física das universidades.
Melhorar a política estadual de promoção da inovação nas escolas, valorizando o talento da juventude.
Melhorar o diálogo entre os órgãos fiscalizadores para a legalização ambiental.
Ofertar atendimento psicossocial para os docentes e estudantes da educação superior.
Ofertar educação financeira aos jovens.
Ofertar educação financeira às mulheres.
Organizar a produção da agricultura familiar no território, por meio de cooperativas fornecedoras para compras governamentais.

Priorizar o leite pasteurizado nas compras públicas.
Priorizar, por meio do sistema público de empregos, a contratação de mão-de-obra local para a realização de obras públicas na região.
Promover a assistência técnica e a extensão rural especializada em apicultura e agroecologia.
Promover a inovação tecnológica na agricultura familiar.
Promover ações de educação no trânsito para os estudantes da educação básica e superior.
Promover e fortalecer a agroindústria na agricultura familiar.
Promover o diálogo e a integração entre as escolas da educação básica e as Instituições de Ensino Superior (IES), trazendo as universidades e seus conhecimentos para dentro das escolas.
Promover o intercâmbio em ciência, tecnologia e inovação com a iniciativa privada, inclusive por meio da realização de feiras tecnológicas na região.
Promover uma maior valorização dos eventos regionais.
Realizar estudos de viabilidade para a instalação de linhas de transmissão.
Reestruturar os perímetros irrigados, por meio de termos de cooperação entre os órgãos competentes.
Reforçar a política de interiorização da educação superior na região.
Reforçar o investimento nos projetos de extensão universitária.

Eixo 3 - O Ceará Que Preserva, Convive e Zela Pelo Território

Diretriz Regional

Ampliar os programas de captação de água das chuvas por meio de calhas dos rios.
Criar comitês para mediar e resolver os conflitos ocasionados pela instalação de empreendimentos de geração de energias renováveis.
Expandir a criação e implantação de unidades de conservação ambiental, visando a conservação da sociobiodiversidade e promoção dos serviços de ecossistema.
Fortalecer os comitês de bacias, priorizando e executando as demandas encaminhadas ao sistema de recursos hídricos.
Implantar programa de combate às plantas invasoras da carnaúba.
Implantar usina de hidrogênio verde na região.
Implantar, em parceria com associações locais, a instalação de painéis solares comunitários.
Implementar política de garantia da vazão ecológica do açude do Castanhão.
Implementar programa permanente de proteção e recuperação dos rios, promovendo a recuperação das matas ciliares, o desassoreamento, e a segurança e o abastecimento hídrico.
Implementar programas de controle de cheias.
Incentivar a implantação de ciclovias.
Incentivar o emprego de práticas e técnicas de base agroecológica no agronegócio.
Promover a acessibilidade na mobilidade urbana dos municípios, como calçadas, passarelas, entre outros, por meio de uma política estadual de incentivos.
Promover a construção de barragens subterrâneas.
Promover a criação de cooperativas ambientais.
Promover a reciclagem e a logística reversa, inclusive pelo fortalecimento e ampliação de programas e projetos já existentes de coleta seletiva com inclusão socioproductiva de catadores.
Promover a redução de custos da adoção de energias renováveis na agricultura familiar.
Promover capacitações para catadores de materiais recicláveis.
Promover e incentivar a educação ambiental, de forma continuada e permanente.
Promover o gerenciamento das águas subterrâneas (aquíferos e aluviões).
Promover o reflorestamento e a proteção à biodiversidade, inclusive por meio do lançamento de editais.

Reconhecer e promover o emprego de práticas de reuso das águas cinzas.

Replicar, em outras regiões do Estado, a experiência exitosa das Unidades Familiares Integradas Sustentáveis (Ufis).

Retomar a política de barramento de águas e a construção de açudes.

Eixo 4 - O Ceará Que Participa, Planeja e Alcança Resultados

Diretriz Regional

Agilizar e simplificar os processos burocráticos necessários para a execução de projetos em parceria com o Governo do Estado.

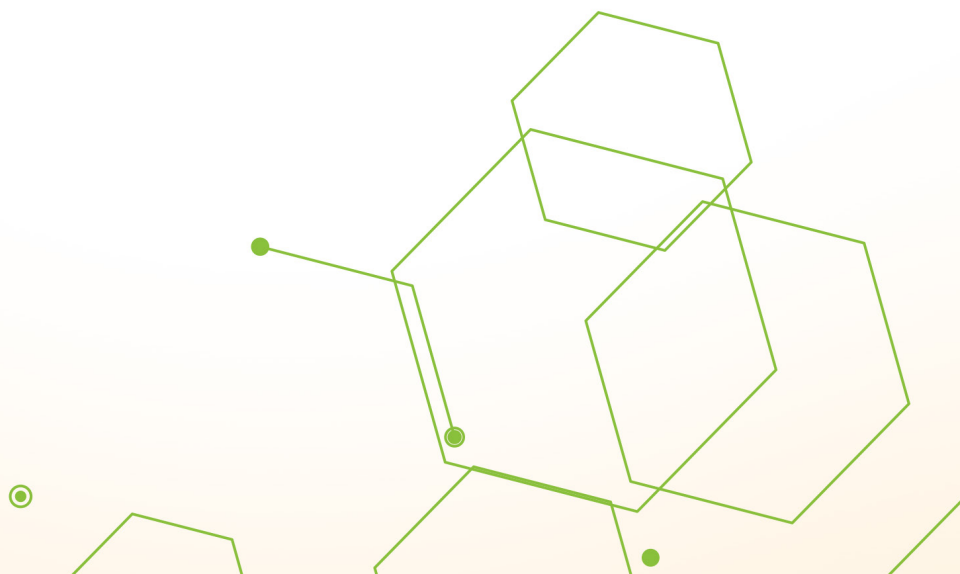
Fiscalizar os repasses de verba para transporte escolar realizados pelo Governo do Estado para os municípios.

TABELA 3 - PROPOSTAS DA PLATAFORMA

Tema da proposta	Número de propostas
Acesso a Terra e Moradia	3
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	6
Assistência Social	4
Ciência, Tecnologia e Inovação	1
Cultura	4
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	1
Educação Básica	4
Educação Profissional	
Educação Superior	
Energias Renováveis	1
Esporte	1
Gestão Fiscal	3
Inclusão Social e Direitos Humanos	
Indústria, Comércio e Serviços	1
Infraestrutura e Logística	6
Meio Ambiente	5
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	
Recursos Hídricos	
Saneamento Básico	2
Saúde	9
Segurança Pública e Justiça	17
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	
Trabalho e Empreendedorismo	
Transparência, Ética e Controle Social	
Turismo	9
TOTAL	77



PPA em Grandes Números

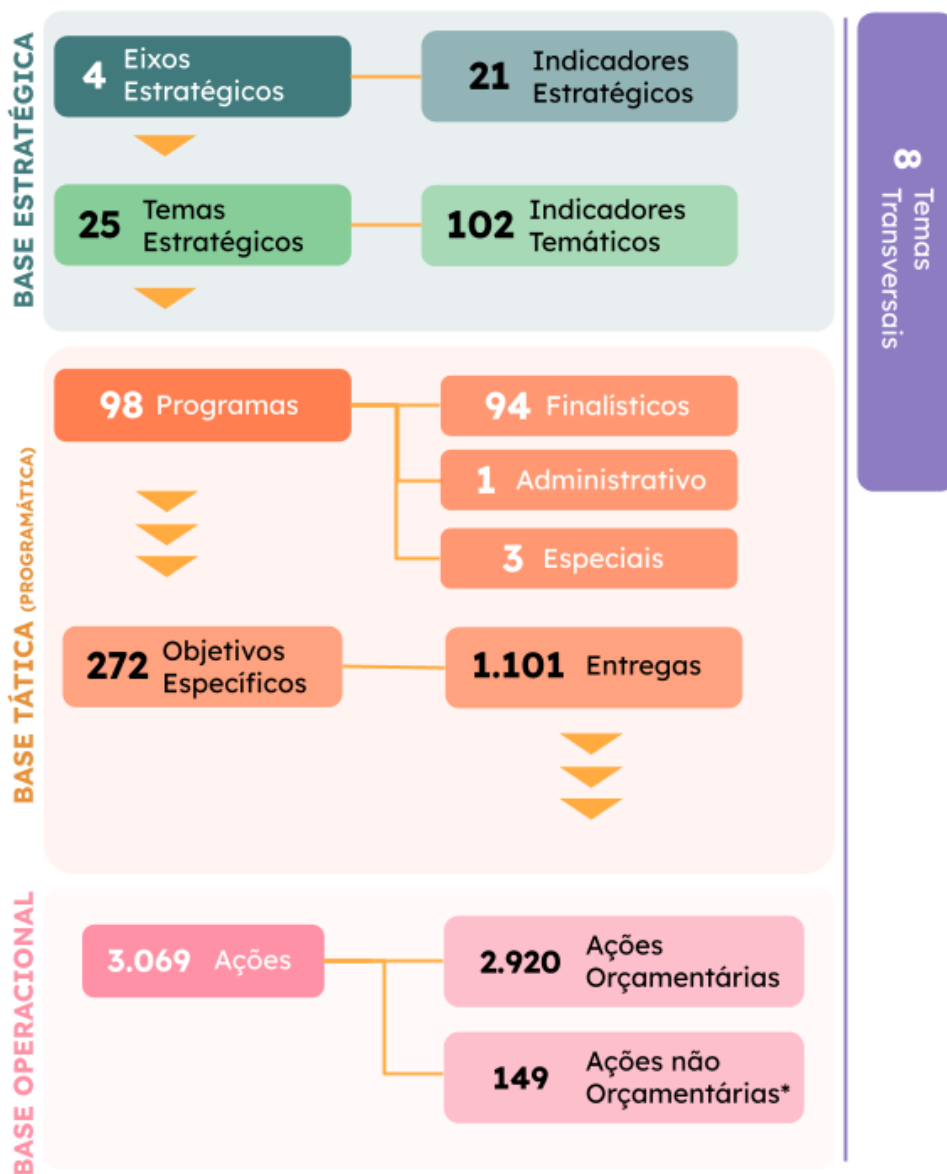


Visão Geral do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027

O PPA 2024-2027 é organizado em três bases - estratégica, tática e operacional - que juntas mostram os resultados estratégicos almejados pelo Governo do Estado no período.

Apresenta-se a seguir a visão geral final do PPA, com o quantitativo de seus elementos, bem como a composição da Base Estratégica e os Temas Transversais.

Figura 1 Número de Eixos, Temas e Programas do PPA 2024-2027.



Elaboração Seplag

* Ações não Orçamentárias são aquelas que não necessitam de aporte financeiro.

Figura 2 Composição da Base Estratégica e dos Temas Transversais do PPA 2024-2027.



Elaboração Seplag

Grandes Números do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027

O planejamento do Governo do Estado do Ceará para o próximo quadriênio, constante do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, prevê a aplicação de recursos na ordem de R\$ 170,92 bilhões, distribuídos entre os poderes Executivo, Legislativo e

Judiciário, incluindo a Assembleia Legislativa do Estado (Alece), o Tribunal de Contas do Estado (TCE), o Tribunal de Justiça (TJ), a Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE) e o Ministério Público (MPCE).

Esse valor compreende o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Orçamento de Investimento das Estatais não Dependentes e os Recursos Extraorçamentários, que representam a aplicação direta dos governos federal e municipais e de parcerias com a iniciativa privada ou organismos internacionais.

A tabela a seguir mostra os valores especificados por esfera, bem como os recursos extraorçamentários, com as respectivas participações no total dos valores previstos para o período do PPA:

Tabela 1: Fontes de Recursos do PPA 2024-2027, em bilhões de reais.

Fontes	R\$ bilhões	%
Orçamentárias (1)	170,2	99,58
Fiscal/Seguridade Social	167,20	97,82
Investimentos das Estatais	3,00	1,76
Extraorçamentárias (2)	0,72	0,42
Total (1) + (2)	170,92	100,00

Fonte: Siof/Seplag.

Para o alcance dos objetivos específicos e metas previstas no Plano Plurianual 2024-2027, o Estado estima um valor bruto de recursos, exclusivamente orçamentários, no montante de R\$ 170,20 bilhões, os quais são originados, principalmente, do Tesouro Estadual, de operações de crédito, de convênios e da arrecadação própria dos Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, em que o Estado detém a maioria do capital.

O financiamento do Tesouro Estadual corresponde, especialmente, às fontes de arrecadação de tributos de competência estadual, à cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e da Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás (Royalties), totalizando cerca de R\$ 120,66 bilhões para o período.

Com relação às operações de crédito, o Estado projeta uma carteira de empréstimos no montante de R\$5,70 bilhões, para assegurar o financiamento de projetos estratégicos, porém com uma gestão responsável do nível de endividamento público.

No que concerne às transferências provenientes, principalmente, de convênios celebrados com o Governo Federal, o Estado estima uma captação em torno de R\$3,8 bilhões.

O Estado conta ainda com outras receitas que envolvem recursos principalmente do Fundeb e da compensação da União, que juntos totalizam R\$12,41 bilhões, recursos próprios previdenciários (R\$16,91 bilhões) e do Sistema Único de Saúde (R\$3,42 bilhões).

Dispêndios por Tipo de Programa

O PPA 2024-2027 é composto por três tipos de programas, conforme sua finalidade: os Programas Finalísticos, que geram bens e serviços para a sociedade; o Programa Administrativo, que é voltado para o funcionamento da máquina administrativa do Estado; e os Programas Especiais, que não contribuem, de forma direta, para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, ou seja, não geram entregas nem à sociedade e nem ao governo.

Tabela 2: Distribuição dos recursos por tipo de programa.

Tipo de Programa	Valor (em R\$ bilhões)	%
Administrativo	26,66	15,60
Especial	39,60	23,17
Finalístico	104,66	61,23
Total	170,92	100,00

Fonte: Siof/Seplag.

Dispêndios por Eixo e Tema Estratégico

A alocação dos recursos por Eixo Governamental de Atuação Intersectorial e por Tema Estratégico está distribuída conforme Tabela 3, que apresenta os valores previstos para o período de 2024 a 2027 para os Programas Finalísticos, ou seja, excluindo-se o Programa Administrativo e os Programas Especiais.

Tabela 3: Distribuição dos recursos para os Programas Finalísticos, por Eixo e Tema Estratégico.

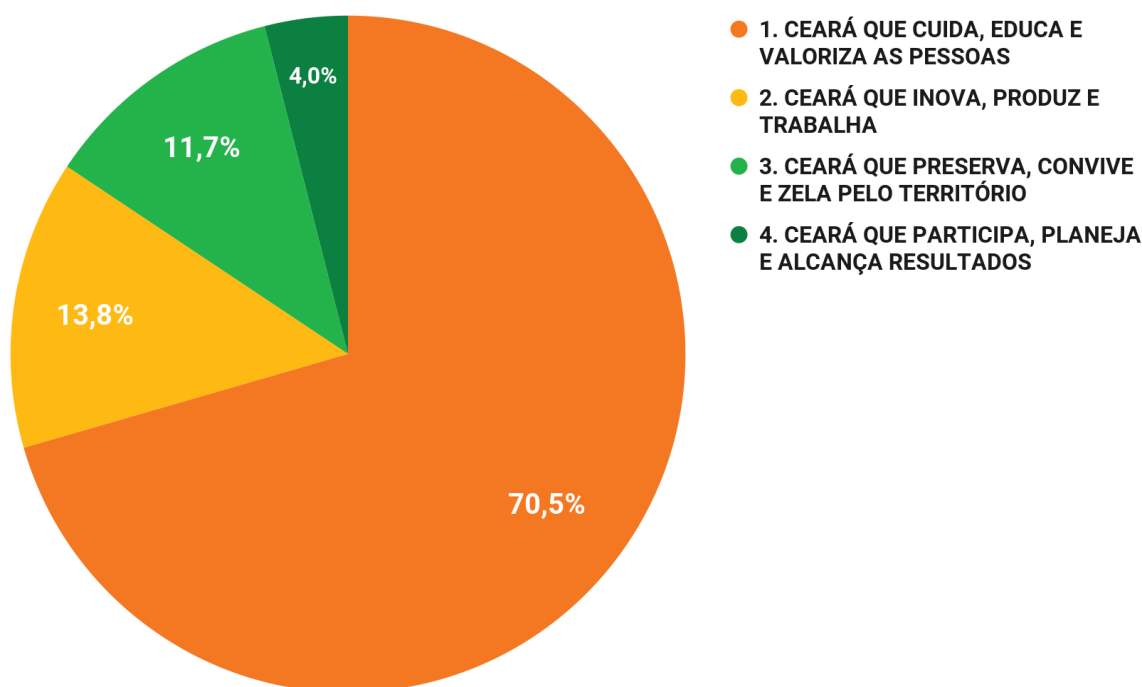
Eixo / Tema Estratégico	2024-2027	%
1. CEARÁ QUE CUIDA, EDUCA E VALORIZA AS PESSOAS	73.815.623.082,00	70,53
Acesso a Terra e Moradia	260.330.360,00	
Assistência Social	1.332.234.784,00	
Cultura	808.996.257,00	
Educação Básica	14.350.259.126,00	
Esporte	253.118.400,00	
Inclusão Social e Direitos Humanos	1.350.191.299,00	
Saúde	22.338.576.599,00	
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	1.468.078.477,00	
Segurança Pública e Justiça	31.653.837.780,00	
2. CEARÁ QUE INOVA, PRODUZ E TRABALHA	14.458.361.977,00	13,81
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	1.527.702.896,00	
Ciência, Tecnologia e Inovação	1.840.865.943,00	
Educação Profissional	2.633.890.340,00	
Educação Superior	3.716.931.495,00	
Indústria, Comércio e Serviços	352.505.072,00	
Infraestrutura e Logística	3.841.610.947,00	
Trabalho e Empreendedorismo	342.710.809,00	
Turismo	202.144.475,00	
3. CEARÁ QUE PRESERVA, CONVIVE E ZELA PELO TERRITÓRIO	12.224.183.512,00	11,68
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	5.061.805.537,00	
Energias Renováveis	673.299.611,00	
Meio Ambiente	392.428.756,00	
Recursos Hídricos	3.534.408.490,00	
Saneamento Básico	2.562.241.118,00	
4. CEARÁ QUE PARTICIPA, PLANEJA E ALCANÇA RESULTADOS	4.164.542.140,00	3,98
Gestão Fiscal	1.032.691.148,00	
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	2.131.249.460,00	
Transparência, Ética e Controle	1.000.601.532,00	
Total	104.662.710.711,00	100,00

Fonte: Siof/Seplag.

Como se pode observar, o Eixo 1 - Ceará que Cuida, Educa e Valoriza as pessoas é o que concentra o maior volume de recursos alocados para os quatro anos do PPA, com 70,53% dos recursos considerados. Nele estão contidas as políticas

públicas de Saúde, Educação Básica e Segurança Pública e Justiça, que somadas respondem por 65,30% destes recursos.

Gráfico 1: Distribuição dos recursos por Eixo Estratégico.



Elaboração Seplag

Considerando uma visão por Programa Finalístico, demonstra-se a seguir os 10 Programas com maior volume de recursos previstos para os quatros anos, que correspondem a 77% do valor total dos programas finalísticos. Seus valores para o quadriênio constam na Tabela 4:

Tabela 4: Os 10 Programas Finalísticos com maior volume de recursos previstos.

Tema Estratégico	Programa	2024-2027
Saúde	Atenção à Saúde, com Acesso Integral e de Qualidade	21.752.741.460,00
Segurança Pública e Justiça	Segurança Pública Fortalecida e Integrada à Sociedade	19.143.278.149,00
Educação Básica	Desenvolvimento do Ensino Médio	9.333.352.351,00
Segurança Pública e Justiça	Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional	7.348.205.874,00

Educação Básica	Educação em Tempo Integral e Complementar ao Ensino Médio	4.555.078.323,00
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	Mobilidade, Trânsito e Transporte	4.437.909.209,00
Educação Superior	Desenvolvimento Integral da Educação Superior	3.716.842.256,00
Segurança Pública e Justiça	Gestão do Sistema Penitenciário e Promoção da Ressocialização	3.667.205.663,00
Recursos Hídricos	Oferta Hídrica para Múltiplos Usos	3.428.566.099,00
Infraestrutura e Logística	Infraestrutura e Logística	3.165.111.947,00
Total		80.548.291.331,00

Fonte: Siof/Seplag.



**PLANEJAMENTO
PARTICIPATIVO
& REGIONALIZADO**



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

